

POBREZA MULTIDIMENSIONAL E BEM ESTAR PESSOAL: UM ESTUDO  
ACERCA DA VERGONHA E DA HUMILHAÇÃO

James Ferreira Moura Jr

Tese de Doutorado apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de  
Doutor em Psicologia sob orientação do Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia  
Programa de Pós-graduação em Psicologia  
Junho de 2015

Às pessoas em situação de pobreza.

## **Agradecimentos**

A Deus, por ter me auxiliado nessa empreitada.

A mim, por ter conseguido superar as dificuldades no percurso de desenvolvimento do Doutorado.

À Natália Isis, por estar sempre junto comigo nesse processo, dando todo o suporte e amor para enfrentar essa jornada.

A minha mãe, Fátima, e a minha irmã, Jamilly, por simplesmente existirem como família.

À Isabel Leite e tod@s aqueles e aquelas que me ajudaram afetuosamente e financeiramente a iniciar uma nova jornada em Porto Alegre.

Aos meus amig@s amad@s de mais de uma década, Bruna, Vinício, Joyce, Andreza, Thaís e João Paulo.

As minhas queridas fortalezas cearenses, Camila, Nara, Jéssica, Marcela, Lis, Cintia, Gabi, Humberto, por compartilharem de maneira tranquila e revigorante constantemente a vida.

Aos meus/minhas querid@s amig@s gaúchos (Fran, Tiago, Evandro, Gerson, Fabi, Rodrigo) e nordestinos quase gaúchos (Alice, André e Alexandre), por mostrarem-me que é possível ter amor em terras distantes daquelas que nasci.

Aos meus queridíssimos nordestino-catalães, Raquel e Robson, por fazerem-me muito feliz em uma viagem incrível em terras além-mar e em nosso território brasileiro.

Aos meus companheiros de Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (GPPC/UFRGS), Lívia, Raquel, Anelise, Daniel, Ângela, Fran, Fabi, Tiago, por terem compartilhado conhecimento e a vida diariamente na UFRGS.

Ao meu orientador, Jorge Sarriera, pelo seu percurso na Psicologia Comunitária, pelos seus ensinamentos constantes e pelo seu cuidado fraterno.

À professora Silvia Koller, pela trajetória de produção de conhecimento voltada às populações marginalizadas e pelo apoio cuidadoso.

Ao Professor Flavio Comim, pela sua disponibilidade e pela sua energia pessoal e teórica revigorante nos estudos sobre a pobreza multidimensional.

À professora Verônica Ximenes, pela sua importante atuação junto a populações em situação de pobreza e pelas palavras sábias e afetuosas.

Ao Nucom (Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC) nas figuras de Elívia, Bárbara, Lorena, Marília, Alan, Carla, Janaína e Aparecida, por continuarem fazendo parte da minha trajetória pessoal e acadêmica na luta contra realidades opressoras.

Ao professor Ferran Casas e Carme Montserrat junto com sua equipe da Universitat de Girona na Catalunya, pela enriquecedora acolhida.

Aos meus companheiros do Departamento de Avaliação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Alex, Rogério, Marco, Luciana, Marta, Marta, Luciana, Cecília, Juliana, Danilo, André e Alba, por mostrarem-me formas compromissadas e críticas de gestar políticas públicas.

Ao Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim/CE, ao PRECE/CE, ao Grupo Hospitalar Conceição/RS e ao SENAC/RS, por serem valiosos parceiros na realização dessa investigação.

E, por fim, às mulheres e aos homens participantes dessa pesquisa, pela disponibilidade e pela luta diária na busca de melhores formas de existência.

Gratidão por terem feito parte dessa história.

**“Pra mim o que seria vida com liberdade? Pra mim, significa... é uma vida com liberdade. É você fazer, poder fazer aquilo que você quer sem ter discriminação.” (Estamira, entrevistada da tese Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal).**

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	8
Lista de Figuras.....	10
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	12
Resumo.....	13
Abstract.....	14
CAPÍTULO 1.....	15
<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
CAPÍTULO 2.....	20
<b>Estudo1. Pobreza e Bem Estar Subjetivo: uma revisão sistemática.....</b>	<b>20</b>
Introdução.....	20
Método.....	24
Resultados e Discussão.....	26
Considerações Finais.....	51
CAPÍTULO 3.....	53
<b>Estudo 2. Impactos das diferentes formas de mensuração da pobreza no Bem Estar Pessoal: comparações entre Rio Grande do Sul e Ceará.....</b>	<b>53</b>
Introdução.....	53
Método.....	64
Resultados.....	80
Discussão.....	92
Considerações Finais.....	98
CAPÍTULO 4.....	99
<b>Estudo 3. As consequências da humilhação contra os mais pobres: análises a partir da vergonha, do senso de comunidade e do bem estar pessoal.....</b>	<b>99</b>
Introdução.....	99
Método.....	106

Resultados.....	110
Discussão.....	126
Considerações Finais.....	132
CAPÍTULO 5.....	133
<b>Estudo 4. As consequências da estigmatização da pobreza: o lugar da vergonha, da humilhação e do enfrentamento.....</b>	<b>133</b>
Introdução.....	133
Método.....	138
Resultados e Discussão.....	144
Considerações Finais.....	176
CAPÍTULO 6.....	178
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>183</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>203</b>
ANEXO A – Termo de Consentimento Estudo Quantitativo.....	203
ANEXO B – Aprovação do Comitê de Ética.....	204
ANEXO C – Roteiro de Questões das Entrevistas Episódicas.....	207
ANEXO D – Termo de Consentimento Qualitativo.....	209

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descrição dos artigos encontrados.....	27
Tabela 2. Estrutura do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional.....	70
Tabela 3. Médias e desvios padrões dos itens do Índice de Bem Estar Pessoal na amostra total.....	84
Tabela 4. Análises descritivas das diferenças das medias dos itens da Escala de Bem Estar Pessoal por grupos de pobreza multidimensional.....	111
Tabela 5. Análises descritivas das diferenças das medias dos itens do Índice de Senso de Comunidade por grupos de pobreza multidimensional.....	112
Tabela 6. Análises descritivas das diferenças das medias dos itens da Escala de Humilhação Interna por grupos de pobreza multidimensional.....	113
Tabela 7. Análises descritivas das diferenças das medias dos itens da Escala de Tendência à Vergonha por grupos de pobreza multidimensional.....	113
Tabela 8. Índices de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória do Índice de Bem Estar Pessoal.....	116
Tabela 9. Índices de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória do Índice de Bem Estar Pessoal.....	116
Tabela 10. Índices de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Humilhação Interna.....	117
Tabela 11. Índices de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória da escala de Tendência à Vergonha.....	117
Tabela 12. Análise de Regressão Simples com Bem Estar Pessoal como dependente e Humilhação como independente.....	119
Tabela 13. Análise de Regressão Múltipla com Bem Estar Pessoal como dependente e Humilhação e Vergonha como independentes.....	120
Tabela 14. Análise de Regressão Múltipla com Bem Estar Pessoal como dependente e Humilhação, Vergonha e Relação Comunitária com a Vizinhaça como independentes.....	85
Tabela 15. Índices de ajuste dos modelos da Modelagem de Equações Estruturais.....	124
Tabela 16. Parâmetros estimados diretos não padronizados da análise multigrupo final.....	124

Tabela 17. Nível de significância dos parâmetros estimados indiretos presentes no modelo final.....	126
---	-----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ilustração do processo de busca dos artigos.....	26
Figura 2. Divisão dos países participantes dos artigos identificados na revisão sistemática.....	35
Figura 3. Divisão dos grupos as formas de conceituação e mensuração da pobreza a partir da análise dos artigos identificados na revisão sistemática.	37
Figura 4. Divisão dos grupos as formas de conceituação e mensuração de bem estar a partir da análise dos artigos identificados na revisão sistemática.....	42
Figura 5. Ilustração das gradações do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional.....	74
Figura 6. Ilustração da divisão de grupos com pobreza monetária e sem pobreza monetária.....	78
Figura 7. Ilustração da divisão de grupos com pobreza multidimensional PNUD e sem pobreza multidimensional PNUD.....	77
Figura 8: Ilustração da divisão de grupos com pobreza multidimensional IMPM e sem pobreza multidimensional IMPM.....	78
Figura 9. Gráfico comparativo das médias totais do Bem Estar Pessoal a partir do grupo com e sem pobreza monetária no Rio Grande do Sul e no Ceará.....	82
Figura 10. Gráfico comparativo da média total do BEP entre os grupos com mais e menos pobreza multidimensional de acordo com IMPM.....	83
Figura 11. Gráfico comparativo dos itens da escala de BEP por Estados a partir da perspectiva monetária da pobreza.....	87
Figura 12. Gráfico comparativo dos itens da escala do BEP entre os grupos com e sem pobreza multidimensional de acordo com o PNUD.....	89
Figura 13. Comparações dos itens do BEP com o grupo com mais e menos pobreza multidimensional de acordo com o IMPM.....	91
Figura 14. Modelo Teórico Dedutivo da dinâmica do isolamento social.....	106
Figura 15. Modelo Inicial da Modelagem de Equações Estruturais.....	118
Figura 16. Modelo Final com grupo com menos pobreza multidimensional.....	122
Figura 17. Modelo Final com grupo com mais pobreza multidimensional.....	123
Figura 18. Modelo representativo da categoria humilhação.....	152

Figura 19. Modelo representativo da categoria vergonha.....	158
Figura 20. Modelo ilustrativo das práticas de resistência.....	174
Figura 21. Modelo ilustrativo da dinâmica de estigmatização da pobreza e suas consequências.....	175

## LISTA DE ABERVIATURAS E SIGLAS

AC	Abordagem das Capacitações
ARM	Análise de Regressão Múltipla
BEP	Bem Estar Pessoal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAH	IDH ajustado à Desigualdade
IMPM	Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
MANOVA	Análise Multivariada de Variância
OLS	<i>Overall Life Satisfaction</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SWLS	<i>Satisfaction with life scale</i>

## Resumo

Esta tese tem como objetivo geral analisar o impacto da pobreza no bem estar de indivíduos pobres dos estados do Rio Grande do Sul e do Ceará a partir de diferentes dimensões psicossociais (bem estar pessoal, vergonha, humilhação e senso de comunidade). Foram realizados quatro estudos com objetivos específicos. O primeiro estudo tem como objetivo analisar os artigos científicos que focalizaram na relação entre pobreza e bem estar subjetivo de pessoas em situação de pobreza, entre janeiro de 2010 até março de 2014 nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Sage*. Assim, foi realizada uma revisão sistemática com 585 artigos, sendo analisadas de forma aprofundada 21 produções que contemplavam os critérios elaborados. De uma forma geral, averigua-se que a pobreza tem um impacto negativo no Bem Estar Subjetivo (BES), mas há paradoxos específicos que apontam tendências contrastantes. No segundo estudo, o objetivo foi analisar o impacto de diferentes formas de mensuração da pobreza no Bem Estar Pessoal (BEP) de indivíduos pobres dos dois estados pesquisados. Foram realizadas diferentes Análises de Regressão Múltipla, Testes T e Análises Multivariadas de Variância em uma perspectiva comparativa de regiões e de diferentes formas de mensuração da pobreza com 731 pessoas participantes da pesquisa. Novamente, percebe-se que a pobreza independente da forma de mensuração tem um impacto negativo no BEP, porém se observa que a utilização da perspectiva multidimensional tem uma maior capacidade de identificação dos impactos psicossociais da pobreza. O terceiro estudo tem como objetivo analisar os impactos da humilhação contra os mais pobres a partir de diferentes dimensões psicossociais. Foram realizadas Análises Fatoriais Confirmatórias e Modelagem de Equações Estruturais com os mesmos participantes do estudo anterior. Verifica-se que a humilhação pode gerar vergonha, causando isolamento social a partir da diminuição da relação positiva com a comunidade e do bem estar pessoal. As relações comunitárias com os vizinhos não tem uma diminuição expressiva nas pessoas com pobreza multidimensional, podendo este resultado ser entendido como a presença de relações de solidariedade entre os mais pobres. Por fim, o último estudo tem como objetivo analisar o processo de estigmatização da pobreza e suas consequências a partir de relatos de pessoas pobres de Fortaleza e de Porto Alegre. Este estudo de natureza qualitativa realizou dez Entrevistas Episódicas com residentes nas duas cidades mencionadas. Este estudo acrescenta aos resultados da tese considerações referentes a uma atuação de resistência dos indivíduos em situação de pobreza frente esse panorama discriminatório por meio de indignação e de agência a partir do apoio social e da existência de oportunidades concretas. Conclui-se que a pobreza independente da forma de mensuração tem um impacto negativo. Assim, devem-se criar oportunidades reais para as pessoas em situação de pobreza com base no apoio social como mecanismos de superação dessa situação. Igualmente, indica-se a necessidade de desenvolver estudos longitudinais e a validação de instrumentos específicos para esse público.

**Palavras-Chave:** Pobreza Multidimensional. Psicologia. Bem Estar Pessoal. Vergonha. Humilhação. Senso de Comunidade.

## ABSTRACT

This thesis has as main objective to analyze the impact of poverty on the well being of poor people in the states of Rio Grande do Sul and Ceara from different psychosocial dimensions (personal well-being, shame, humiliation and sense of community). Four studies with specific objectives have been realized. The first study aims to analyze the scientific articles that focus on the relationship between poverty and subjective well-being of persons in poverty situation, from January 2010 until March 2014 in Scopus, Web of Science and Sage databases. Thus, it was realized a systematic review with 585 articles, being examined in detail 21 productions that contemplated the elaborated criteria. In general, it ascertains that poverty has a negative impact on the Subjective Well-Being (SWB), but there are specific paradoxes that link contrasting trends. Specifically, the second study aims to analyze the impact of different forms of measurement of poverty in the Personal Well Being (BEP) of poor people of the two states surveyed. Multiple Regression Analysis, T test, Multivariate Analysis of Variance and Structural Equation Modeling were used in comparative perspective between regions and different ways of measuring poverty. The sample has 731 persons. It is identified that, independent of the form of poverty measurement, there is a negative impact of the poverty on BEP, but is observed the use of multidimensional perspective has a greater ability to identify the psychosocial impacts of poverty. The third article aims to analyze the impacts of humiliation against the poorest from different psychosocial dimensions. Confirmatory Factor Analyses and Structural Equation Model were conducted with the same participants of the previous study. It appears that the humiliation can lead to shame, causing social isolation as from the reduction of positive relationship with the community and the personal well-being. Community relations with neighbors do not have a significant decreasing in people with multidimensional poverty, which this result may be understood as the presence of relationships of solidarity among the poorest. Finally, the last study aims to analyze the process of stigmatization of poverty and its consequences from discourses of poor people of Fortaleza and Porto Alegre. This qualitative article held ten Episodic Interviews with residents in the two mentioned cities. This study adds to the results of the thesis considerations referring to an act of resistance of poor individuals facing discrimination through indignation and agency starting from the social support and the existence of real opportunities. It concludes that poverty has a negative impact regardless of the form of the measurement of this phenomenon. Thus, the real opportunities must be created for people living in poverty based on social support as coping mechanisms.

**Keywords:** Multidimensional Poverty. Psychology. Personal Well Being. Shame. Humiliation. Sense of community.

## CAPÍTULO 1

### Introdução

A tese “Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação de indivíduos pobres” foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas a gestação da sua ideia não está restrita a este período. Entendemos<sup>1</sup> a pobreza como uma situação de injustiça. Parafraseando Amartya Sen em seu livro “Ideia de Justiça”, a pobreza deve ser entendida como uma realidade em que as pessoas estão injustamente privadas de suas liberdades. Rego e Pinzani (2013) compreendem que essas privações causadas pela pobreza constituem identidades, tendo impacto na potência dos indivíduos em apresentar sua cosmovisão de mundo e na sua capacidade de enfrentamento. Freire (1979) compreende que os sistemas dominantes criam estratégias que tem como objetivo aniquilar a capacidade do indivíduo pobre de ser mais, ou seja, de expandir-se e de atuar conforme as suas necessidades e vontades. Assim, há diversos estudos que comprovam que há uma diminuição do Bem Estar Subjetivo dos indivíduos em situação de pobreza<sup>2</sup> (Wilkinson & Pickett, 2006; Tiliouine, Cummins & Davern, 2006; Biswas-Diener & Diener, 2006).

Além disso, concebe-se que esse processo de enfraquecimento da pessoa em situação de pobreza tem um viés opressor, pois há a utilização de estratégias de conversão de práticas de depreciamento das pessoas em situação de pobreza para uma perspectiva de autodepreciação do próprio indivíduo pobre (Prilleltensky, 2008). Assim, práticas de estigmatização da pobreza funcionam como base para o surgimento de atos de humilhação contra as pessoas pobres, fomentando sentimentos de vergonha (Moura Jr., Ximenes, Sarriera, 2013). Essa dinâmica pode causar isolamento social e distanciamento dos vínculos comunitários, constituindo um ciclo vicioso e dominante da pobreza.

---

<sup>1</sup> Será utilizada a primeira pessoa do plural em alguns trechos da Introdução, porque concebo que essas ações e compreensões são coletivas, tendo sido feitas com meu atual orientador Jorge Sarriera, minhas antigas professoras-orientadoras e colegas de trabalho e de estudo.

<sup>2</sup> É importante salientar também que esta relação é complexa, porque há diferentes paradoxos explicando exceções acerca desse fenômeno, como o Paradoxo de Easterlin e o Paradoxo dos Camponeses felizes e Milionários miseravelmente infelizes (*Happy peasants and miserable millionaires*). Além disso, será discutido que altos índices de satisfação do bem estar subjetivo estaria relacionado a uma postura resignada frente a adversidade do contexto de pobreza (Pereira, 2007).

Essa tese parte de concepções teóricas, mas também está amparada por minha trajetória pessoal. Acerca deste último ponto, este trabalho tem sua fase embrionária a partir da minha inserção e atuação em intervenções em Psicologia Comunitária em comunidades em situação de pobreza da periferia de Fortaleza no período da graduação. A convivência constante com pessoas em situação de adversidade mostrava-me a força e potência de um povo que luta diariamente para uma existência digna. As práticas de resistência popular muitas vezes eram enfraquecidas por aspectos concretos da pobreza, mas também por âmbitos simbólicos alicerçados pela alta carga de depreciação relacionada à estigmatização dessa realidade. Também trabalhei como psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social na região metropolitana de Fortaleza, vislumbrando a potencialidade desses espaços institucionais no fomento de práticas de resistência contra esse movimento de depreciação do pobre.

No Mestrado em Psicologia no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, decidimos adentrar de forma ainda mais intensa na realidade da extrema pobreza. Assim, escolhemos estudar e atuar junto às pessoas em situação de rua da capital cearense, tentando compreender como estavam estruturadas suas identidades a partir da realidade de pobreza. A partir da observação participante e de entrevistas biográficas, convivi com pessoas muito fortes, criativas e sofridas. O sofrimento era uma premissa constante na vida das pessoas que moravam no espaço público. O ato de sofrer podia estar ligado a uma questão de falta de dinheiro, mas também de abuso de substâncias psicoativas. Estas funcionavam como formas de socialização e de enfrentamento às adversidades. Além disso, o adoecimento era uma pauta diária junto com diferentes tipos de agressões físicas e simbólicas. Estas últimas eram materializadas pelos atos de humilhação impetrados contra as pessoas em situação de rua. Um dos participantes da pesquisa, chamado Mario, explicou que a humilhação “é uma violência psicológica, cara. É pior que se ele tivesse me dado um murro” (Moura Jr., 2012, p. 109). Outro comentou que as pessoas somente olhavam para ele como um “fedido, ladrão” (Moura Jr., 2012, p. 46). Esses atos geravam um intenso sofrimento e um sentimento de vergonha ligado a uma avaliação global de fracasso.

Por conta dessa realidade e dessas vivências, escolhemos trabalhar com as categorias vergonha e humilhação em pessoas em situação de pobreza. Então, a situação de rua sai momentaneamente do foco de estudo, porque ela também é constituída de importantes e específicos atravessamentos. Já as pessoas em situação de pobreza com moradia passam a ser o centro da aproximação investigativa que se situa nesta tese.

Também almejamos trabalhar em dois contextos populacionais diversos, como no Rio Grande do Sul e Ceará. Para dar conta dessa abrangência, organizamos uma investigação decorrente do meu Doutorado em Psicologia na UFRGS em parceria com o Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (GPPC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará.

Como a vergonha e humilhação são categorias negativas, escolhemos focalizar também dimensões psicossociais positivas relacionadas ao bem estar pessoal e ao senso de comunidade. Primeiramente, o Bem Estar Pessoal posiciona o indivíduo como central na avaliação global sobre sua existência, respeitando seus posicionamentos e escolhas. E o senso de comunidade é parte constituinte das interações sociais com foco na promoção de saúde com base na centralidade dos aspectos comunitários e locais. É importante pontuar que minha trajetória acadêmica na Graduação e Mestrado em Psicologia foi pautada pelos delineamentos qualitativos de pesquisa. Assim, por conta da inserção no Doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia e no Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária da UFRGS, os delineamentos quantitativos e análises multivariadas de dados passaram igualmente a estar presentes no meu modo de fazer ciência.

Além disso, o Doutorado Sanduíche de 10 meses na Universitat de Girona na Catalunya com o Prof. Dr. Ferran Casas me auxiliou na consolidação desse conhecimento estatístico e do rigor metodológico. Esse período foi propício para o conhecimento de pesquisas e de intervenções importantes com pessoas em situação de pobreza na própria Universitat de Girona com Carme Montserrat e, a partir de pequenos intercâmbios acadêmicos, na Manchester Metropolitan University com Mark Burton, Carolyn Kagan e Shaun Grech, no Instituto Universitário de Lisboa com Maria João Moniz e José Ornellas, na Universidad Alcalá de Henares com o José Juan Vazquez e Sonia Panadero e na Universitat de Barcelona com Ruben Fernandez Carrasco e Moises Carmona.

Portanto, concebemos essa tese como constituída desse conjunto de experiências e aprendizados, tendo como objetivo geral analisar o impacto da pobreza no bem estar de indivíduos pobres dos estados do Rio Grande do Sul e do Ceará a partir de diferentes dimensões psicossociais (bem estar pessoal, vergonha, humilhação e senso de comunidade). Foi estruturada a partir do método misto, envolvendo um questionário aplicado com 731 pessoas e 10 entrevistas narrativas episódicas com 10 participantes

respondentes dessa primeira fase quantitativa nos dois estados. Com isso, é buscada a diminuição das críticas relacionadas a cada perspectiva, pois geralmente o paradigma quantitativo é abordado como descontextualizado, acrítico e redutor do fenômeno humano às variáveis matemáticas; e o paradigma qualitativo é considerado com pouca cientificidade, não preditivo e com incapacidade de controle de variáveis confundidoras nas suas análises (Smith, Harré & Langenhoven, 1995). Combinando delineamentos quantitativos e qualitativos, há a utilização de diferentes estratégias de coleta de informações (Creswell, 1994). As abordagens quantitativa e a qualitativa, então, seriam interdependentes neste projeto. Há, assim, a efetivação da triangulação metodológica, aumentando a compreensão do fenômeno estudado, pois são utilizadas diferentes estratégias de coleta e de análise dos dados (Bruggemann & Parpinelli, 2008).

A tese está estruturada no formato de estudos. O primeiro deles é “Pobreza e Bem Estar Subjetivo: uma revisão sistemática”. Este primeiro estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática de artigos científicos que focalizaram na relação entre pobreza e bem estar subjetivo de pessoas em situação de pobreza, entre janeiro de 2010 até março de 2014 nas bases de dados Scopus, *Web of Science* e Sage. Assim, a partir de uma perspectiva baseada em pesquisas empíricas já desenvolvidas, almeja-se elaborar um panorama atual sobre as principais produções acerca desses temas, analisando principalmente os principais conceitos de bem estar subjetivo utilizado e suas formas de mensuração, como também as concepções e medições de pobreza mais recorrentes.

O segundo estudo “Impactos da Pobreza no Bem Estar Pessoal: comparações entre Rio Grande do Sul e Ceará” teve como objetivo analisar o impacto de diferentes formas de mensuração da pobreza no bem estar pessoal de indivíduos desses dois estados. Foram realizadas diferentes Análises de Regressão Múltipla, Testes T e Análises Multivariadas de Variância em uma perspectiva comparativa de regiões e de diferentes formas de mensuração da pobreza. Utiliza-se a categoria Bem Estar Pessoal, porque ela é constituída de âmbitos de avaliação objetivos e subjetivos, voltada para o indivíduo e para o contexto (Casas, 2010). Entende-se que a utilização desta categoria psicossocial seria uma melhor forma de abordar o bem estar do indivíduo inserido em situação de pobreza, porque não vincula somente a análise de satisfação a aspectos abstratos e hedônicos (Moura Jr., Cidade, Ximenes & Sarriera, 2014). Além disso, compreende-se a pobreza como multidimensional relacionada a um estado de privação de capacitações básicas, não restrita ao aspecto monetário (Sen, 2000). No entanto, apesar desses direcionamentos, compara-se a perspectiva monetária e multidimensional

de mensuração da pobreza, verificando as nuances das diferentes formas de mensuração desse fenômeno.

O terceiro estudo, “A humilhação relacionada à pobreza como promotora do isolamento social: análises a partir da vergonha, do senso de comunidade e do bem estar pessoal”, tem como objetivo analisar a humilhação causada pela pobreza como promotora de isolamento a partir de diferentes dimensões psicossociais. Foram realizadas Análises Fatoriais Confirmatórias e Modelagem de Equações Estruturais. Concebe-se que o processo de estigmatização presente na sociedade fomenta o reconhecimento depreciativo do indivíduo pobre, dando subsídio para a ocorrência de práticas de humilhação contra essas pessoas (Moura Jr., Ximenes, Sarriera, 2013). Assim, compreende-se esse processo como dinâmico e se entende que esses atos discriminatórios podem gerar vergonha, causando isolamento social a partir da diminuição da relação positiva com a comunidade e do bem estar pessoal.

Por fim, o último estudo “A vergonha e a humilhação a partir de relatos de pessoas em situação de pobreza” refere-se à análise das consequências da humilhação e da vergonha causadas pela pobreza a partir de relatos de pessoas pobres de Fortaleza e de Porto Alegre. Assim, este estudo de natureza qualitativa visa detalhar e aprofundar as nuances das situações de vergonha e de humilhação vividos pelas pessoas em situações de pobreza a partir do uso de Entrevistas Episódicas. Igualmente, é possível entender de forma mais detalhada as práticas de resistência utilizadas pelos indivíduos pobres frente esse panorama discriminatório.

Portanto, entendemos que estes quatro estudos visam criar um panorama de compreensão abrangente sobre o fenômeno da pobreza a partir das categorias psicossociais do Bem Estar Pessoal, do Senso de Comunidade, da Vergonha e da Humilhação. Concluimos que há geralmente uma associação negativa entre Bem Estar Pessoal e Pobreza, especificando que a utilização de abordagens multidimensionais facilita a apreensão dos impactos negativos em diferentes níveis na vida das pessoas mais pobres. Além disso, verificamos que a estigmatização da pobreza fomenta práticas de humilhação do indivíduo pobre, criando uma dinâmica de isolamento social com aumento da vergonha e a diminuição da importância da comunidade. É interessante observar que as relações comunitárias com os vizinhos funcionam como preditoras do bem estar pessoal de forma mais evidente em condições de pobreza mais adversas. Igualmente, percebemos que as pessoas em situação de pobreza podem compreender de

forma crítica a existência desse processo de estigmatização, agindo de maneira ativa e potente contra esse reconhecimento de depreciamento do pobre existente na sociedade.

## **CAPÍTULO 2**

### **Estudo1. Pobreza e Bem Estar Subjetivo: uma revisão sistemática**

#### **Introdução**

Há uma série de estudos e de pesquisas que almejam identificar a relação da pobreza e do bem estar subjetivo. No entanto, de acordo com Hochaman e Shopeck (2013), a renda é utilizada como principal indicador da pobreza na maioria das investigações realizadas. Igualmente, existem várias formas de compreensão dessa relação. Em um estudo com 19 países, foi identificado que pessoas em situação de riqueza tinham um maior nível de bem estar que pessoas em situação de pobreza (Estearlin, 1995). Graham (2009) acrescenta igualmente que nas pesquisas realizadas somente com a população de um mesmo país sem uma perspectiva comparativa, as pessoas mais ricas são usualmente mais felizes que as mais empobrecidas.

Concebendo países como grupos, em média, nações mais ricas são mais felizes dos que as pobres. No entanto, em países com baixos índices de pobreza, geralmente o aumento da renda não tem o mesmo impacto na felicidade que em países com grande parcela da população em situação de pobreza. Ou seja, o aumento da renda não significaria um acréscimo elevado no nível de bem estar subjetivo em amostras de países com baixas porcentagens de pessoas em situação de pobreza (Estearlin, 1974). Um dos estudos mais apontados e evidenciados é o paradoxo de Estearlin ou Paradoxo da Felicidade<sup>3</sup>. Há uma relação evidente entre situação econômica e bem estar subjetivo até um determinado ponto (Estearlin 2000). Com o aumento da renda, o poder preditivo do dinheiro passa ser menos eficaz na promoção do bem estar subjetivo (Diener, Ng, Harter & Arora, 2010; Teschl & Comim, 2005). ( ).

Há igualmente outros autores que atrelam os impactos negativos da renda no bem estar subjetivo somente em situações de extrema pobreza. Diener, Sandvik, Seidlitz

---

3 É importante salientar que a maioria dos economistas traz a felicidade e bem estar subjetivo como sinônimos (Cramm, Moller & Nieboer, 2010); Barriento & Mase, 2012; Copestake & Camfield, 2010; Margolis & Myrskylae, 2013; Distant 2013; Guardiola et al., 2012). Comim (2005) comenta que há problemas com a utilização da categoria felicidade para mensurar o bem estar. Em uma perspectiva utilitarista, a felicidade pode ser considerada um estado mental que não abrange outros aspectos do bem estar do indivíduo.

e Diener (1993), Diener, Suh, Lucas, Smith (1999), Huebner (2004) e Casas (2011) apontam que somente um estado de extrema pobreza fornece o impacto significativo no Bem Estar Subjetivo, evidenciando que há a preponderância de aspectos internos e pessoais na relação entre essas duas variáveis de forma geral.

Assim, indica-se que a relação entre nível econômico e bem estar subjetivo é mais forte em países com altos índices de pobreza nas suas populações (Diener, 1984; Diener & Biswas-Diener, 2002). Nesses países, os indivíduos mais pobres possuem um mais baixo nível de bem estar subjetivo. Há maior efeito negativo da privação de renda no bem estar subjetivo em regiões mais pobres (Wilkinson & Pickett, 2006). Identificaram-se baixos índices de felicidade em pessoas pobres participantes de uma pesquisa na Argélia (Tiliouine, Cummins & Davern, 2006). Outra investigação com pessoas em situação de rua nos Estados Unidos também apontou baixos níveis de bem estar subjetivo nesse público pesquisado (Biswas-Diener & Diener, 2006). No entanto, esses resultados não podem ser considerados uma regra segundo Graham (2009) com seu ‘paradoxo dos Camponeses Felizes e dos Milionários miseravelmente infelizes’ (*paradox of happy peasants and miserable millionaires*).

Compreende-se que a relação entre pobreza e renda não é linear, porque, quando se compara pessoas mais ricas e mais pobres monetariamente, também pode ser identificado que as pessoas com menos renda tenham maiores índices de satisfação (Teschl & Comim, 2005). As pessoas em situação de pobreza podem também apresentar maiores níveis de felicidade que indivíduos em situação de riqueza (Graham, 2009). Tanto para Webb (2009) que realizou uma investigação com grupos tibetanos, como para Biswas-Diener, Vittersø, Diener, (2005) que pesquisou os grupos étnicos Kenyan Maasai, US Amish e Greenlandic Inughuit nos Estados Unidos, observou-se que esses indivíduos portavam índices satisfatórios de felicidade mesmo imersos em situação de privação extrema de renda e de necessidades básicas.

Essa instabilidade nos apontamentos sobre a relação entre pobreza e bem estar subjetivo em populações em situação de riqueza e de pobreza advém da variedade de fatores que podem afetar essa relação (Guardiola, Gonzalez-Gomez, Garcia-Rubio & Lendechy-Grajales, 2012). Além disso, as pessoas em situação de pobreza podem utilizar mecanismos de acomodação a uma realidade adversa, selecionando preferências possíveis para serem desejadas e alcançadas. Sedimenta-se um processo de preferências adaptativas que podem aumentar o nível de satisfação dos indivíduos mais pobres (Teschl & Comim, 2005). Diener, Sandvic, Seidlitz, & Diener (1993) argumentam que

a renda tem pouco poder explicativo na variação do bem estar subjetivo. Dessa maneira, segundo os mesmos autores, entende-se que diferenças culturais, aspirações baseadas em um baixo parâmetro de avaliação e adaptação à situação de privação podem ser alguns dos fatores para explicar altos níveis de bem estar subjetivo em pessoas em situação de pobreza.

Igualmente, quando se tem condições socioeconômicas adequadas os níveis de renda podem aumentar, mas os níveis de bem estar subjetivo se tornam estáveis ou até tem um crescimento abaixo do esperado. Entende-se que um dos aspectos que influenciam essa relação seria que as preferências pessoais relacionadas aos bens materiais são influenciadas por aspectos contextuais e pelo estrato social em que o indivíduo está imerso, constituindo os parâmetros para as comparações sociais (Estarlin 2001; Boes, Staub & Winkelmann, 2010). Assim, essa perspectiva de avaliar o bem estar subjetivo a partir de comparações sociais torna-se mais evidente quando a forma de mensuração da renda está baseada na abordagem relativa<sup>4</sup> da pobreza (Comim & Bagolin, 2002; Luttmer 2005; Clark, Frijters & Shields, 2008).

Essa mesma perspectiva de entendimento pode ser utilizada para o impacto da desigualdade social. Em uma pesquisa *survey* realizada na Europa e nos Estados Unidos com 123.638 respostas de pessoas sobre felicidade entre as décadas de 70 e 90, foram observadas que ambas as regiões apresentavam menores índices de felicidade quando a desigualdade social é considerada alta, sendo a Europa o local com médias mais elevadas (Alesina, Di Tella & Macculloch, 2004). Esse mesmo tipo de investigação ocorreu na América Latina com 18 países a partir de uma amostra de 1.000 entrevistas em cada país no período de 1997 a 2004 de acordo com Graham e Felton (2006). Foi analisado que o bem estar subjetivo era mais baixo nos mais pobres e mais alto nos mais ricos, salientando ainda mais o poder da desigualdade social no território latino americano.

Além dessas questões mais complexas vinculadas à realidade social, há uma profusão de nomenclaturas para o bem estar, como o bem estar subjetivo, com sentido mais hedônico; o bem estar psicológico, com perspectiva mais eudemônica; (Casas, 2010). O bem estar subjetivo seria o conjunto das respostas do indivíduo sobre sua satisfação com a vida (Diener, Suh, Lucas & Smith, 1999; Cummins, Eckersley, Pallant,

---

<sup>4</sup> A abordagem relativa da pobreza refere-se ao estabelecimento de uma média ou mediana do poder de consumo de determinada região, país ou grupamento, sendo desenvolvida uma linha de pobreza a partir de parâmetros contextuais de consumo (Comim & Bagolin, 2002).

Van Vugt & Misajon, 2003), refletindo sobre seu estado geral de bem-estar (Ryan & Deci, 2001). Galinha e Ribeiro (2005) apontam que o Bem Estar Subjetivo está baseado em uma perspectiva positiva de Saúde, tendo expandido o limite somente voltado à renda para avaliações subjetivas do cotidiano dos indivíduos. Para Blanco e Valera (2007), o bem estar psicológico é constituído de autoaceitação, autonomia, domínio sobre o entorno, relações positivas com os outros e crescimento pessoal.

Concebe-se que estudos comparativos transculturais podem conter questões problemáticas por conta da validade de construto sobre as diferentes formas de mensuração do Bem Estar que igualmente estariam relacionados às diversas concepções existentes dessa categoria psicológica. Assim, o *International Wellbeing Group* (IWG) (2006) testou a validade e a fidedignidade da mensuração *cross-group* do Bem Estar Subjetivo, identificando que o Índice de Bem Estar Pessoal poderia ser considerado um adequado indicador de bem estar subjetivo. O Índice de Bem Estar Pessoal funciona a partir de âmbitos concretos da vida em uma perspectiva de mensuração unidimensional do bem estar subjetivo (*International Wellbeing Group*, 2006; Tomy, Tyszkiewicz & Cummins, 2013).

Observa-se que as teorias de Bem Estar Subjetivo fazem parte da concepção de desenvolvimento humano que alicerça as perspectivas teóricas e metodológica de fundamentação da pobreza em uma perspectiva multidimensional (Lelli, 2001). No entanto, na Abordagem das Capacitações não é uma categoria psicossocial comumente utilizada (Comim, 2005). Assim, também é necessário evidenciar a AC como um dos âmbitos de conhecimento do bem estar humano e, conseqüentemente, da pobreza. O bem estar deve ser entendido como um direito humano. Este não deve ser concebido somente por um âmbito legal de legislação, mas compreendido a partir de uma perspectiva de justiça social em que todos os seres humanos deveriam ser contemplados (Sen, 2013a). Por isso, a Abordagem das Capacitações é um contraponto em relação às abordagens monetárias e unidimensionais da pobreza que focam somente nos recursos como alimentação e renda (Alkire & Deneulin, 2009). Dessa forma, esse tipo de compreensão multidimensional acerca da pobreza abarca uma série de dimensões que não estão representados na lógica do mercado, mas que afetam o bem estar do indivíduo (Salama & Destremau, 2002).

AC evidencia a importância da autonomia e agência como imprescindíveis para concepção de desenvolvimento humano (Sen, 2000). A pobreza é concebida como afetando de maneira restritiva essa capacidade ativa e libertária do indivíduo. A situação

de pobreza instala-se quando há a privação de capacitações básicas (Alkire, 2007). Assim, deve-se entender as capacitações como a liberdade de eleição de diferentes possibilidades de ser e de fazer no cotidiano da pessoa. Essas possibilidades representam os funcionamentos, que são atividades e estados que o indivíduo realiza e que as percebe como importantes para si (Kerstenetsky, 2000). Deste modo, a pobreza como privação de capacitações básicas deve estar relacionada à impossibilidade de alcance dos estados de estar nutrido de forma satisfatória, de estar saudável, de viver sem sentir vergonha pela sua situação social, ser feliz, entre outros (Sen, 1996).

Dessa maneira, elege-se a Abordagem das Capacitações para fomentar os argumentos sobre as concepções da pobreza utilizadas nas produções encontradas na revisão sistemática. Igualmente, é utilizada a perspectiva do Bem Estar Pessoal para referendar a discussão sobre as diferentes formas de concepção e de mensuração do Bem Estar Subjetivo apresentadas nos artigos investigados. As diferentes formas de mensuração da pobreza e do bem estar subjetivo podem impactar no entendimento dessa relação (Diener, Ng, Harter & Arora, 2010; Howell & Howell, 2008). Assim, tem-se como objetivo realizar uma revisão sistemática de artigos científicos que focalizaram na relação entre pobreza e bem estar subjetivo de pessoas em situação de pobreza, entre janeiro de 2010 até março de 2014 nas bases de dados Scopus, *Web of Science* e Sage.

## **Método**

Utiliza-se a técnica de revisão sistemática, pois esta é reconhecida por sua robustez na avaliação e síntese da literatura trabalhada. No entanto, é importante ressaltar que a qualidade desta técnica é estritamente relacionada à sua estrutura metodológica (Zoltowski, Costa, Teixeira & Koller, 2014). Assim, utilizando diretrizes fornecidas por Fernández-Ríos e Buena-Casal (2009) sobre revisão sistemática de artigos, deve-se apresentar de forma precisa as estratégias de busca e os procedimentos analíticos utilizados. Foram usados descritores abrangentes para identificação do maior número possível de artigos que poderiam estar relacionados com as temáticas pobreza e bem estar subjetivo. Dessa maneira, os descritores utilizados foram: pobreza, pobre e bem estar nas buscas nas bases *Web of Science*, Scopus e Sage. Em inglês, os arranjos de busca se deram da seguinte forma: "*Poverty*" AND "*Well-Being*"; e "*Poor*" AND "*Well-Being*" e "*Low income* AND *Well-being*".

Igualmente, foram buscados artigos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências da Saúde. Foram selecionados os artigos produzidos nos últimos quatro

anos, ou seja, de 2010 até 2014. Os critérios de inclusão foram: ser uma pesquisa empírica com pessoas em situação de pobreza e bem estar; utilizar a conceituação bem estar subjetivo, ou bem estar pessoal, ou bem estar psicológico, ou algum outro conceito de bem estar correlato com alguma abordagem ou fundamentação psicológica; ser um artigo completo; e ter adultos como amostra participante. Os critérios de exclusão foram investigações empíricas sobre os impactos de substâncias químicas, como medicamentos, no bem estar dos indivíduos, porque restringem seu escopo de análise a nível somente medicamentoso, não sendo o objetivo dessa produção.

Dessa maneira, os resultados gerais de busca nas três bases foram de 586 artigos. É importante salientar que os critérios de filtro com uso dos descritores foram aplicados da mesma maneira nas bases pesquisadas. Assim, na *Web of Science*, foram identificados de forma geral 330 artigos. Aplicando-se os critérios de inclusão e de exclusão, restaram 14 artigos. Na Scopus, foram obtidos 114 artigos em um primeiro momento. Com os critérios, restaram sete produções. Na base Sage, foram encontrados 141 artigos. Aplicando as normas de inclusão e de exclusão, foram selecionados cinco artigos. Assim, no total, foram obtidos 26 artigos para análise. Depois desse processo, foi realizada a análise novamente dos critérios e a identificação de artigos repetidos. Com isso, o número final de artigos para análise é 21 (Figura 1).

As categorias utilizadas para analisar as produções encontradas foram: base de dados pesquisada, periódico em que o artigo foi publicado, título do artigo, nome dos autores, ano de publicação, país de realização do estudo, objetivos, conceito de bem estar, conceito de pobreza, formas de mensuração da pobreza, formas de mensuração do bem estar e relações entre pobreza e bem estar subjetivo. É importante ressaltar que, segundo Fernández-Ríos e Buela-Casal (2009), a estratégia analítica está baseada em uma perspectiva integrativa. Os artigos foram analisados a partir das categorias previamente selecionadas, buscando similitudes e diferenças entre as produções. Igualmente, duas grandes categorias de conhecimento – Bem Estar Pessoal e Abordagem das Capacitações da Pobreza – são utilizadas para fomentar a discussão.

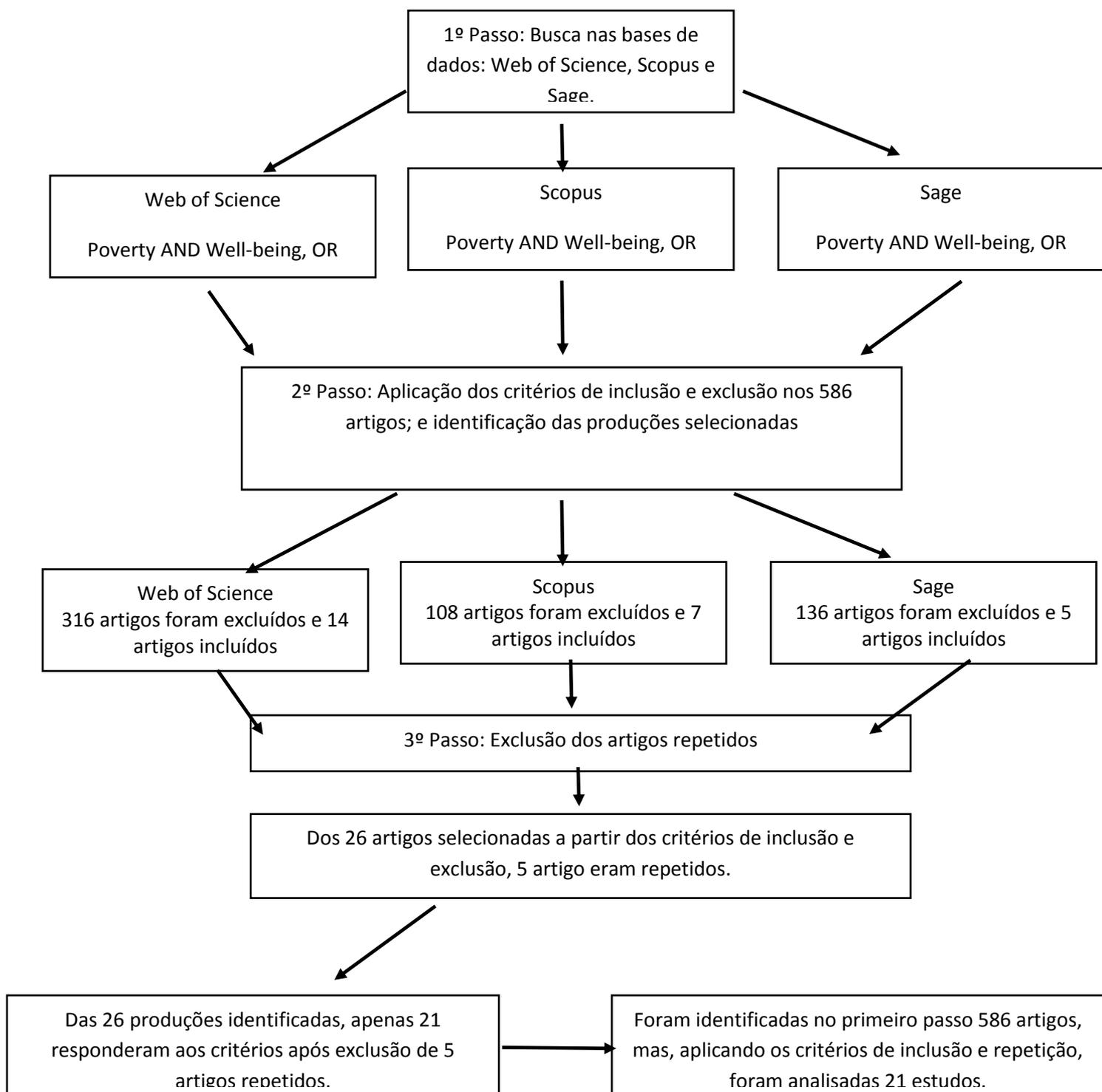


Figura 1. Ilustração do processo de busca dos artigos.

## Resultados e Discussão

A partir de diretrizes sobre a qualidade de revisões sistemáticas em Psicologia, apresenta-se uma tabela sintética com as principais características dos artigos incluídos (Tabela 1).

**Tabela 1: Apresentação geral dos artigos incluídos na revisão sistemática da relação pobreza e bem estar**

<b>Autor/Ano/Base</b>	<b>Título</b>	<b>Delineamento e Amostra</b>	<b>Conceito de Bem Estar e Instrumentos utilizados para mensurar</b>	<b>Conceito de Pobreza e Instrumentos utilizados para mensurar</b>
Gosh, S. (2013). Journal of Asian and African Studies/Sage	Citizenship in Practice: Poverty Reduction and Self-Help Groups	Delineamento qualitativo  Sem Informação do Número de Participantes	Bem estar emocional sem qualquer explicação sobre esse conceito  Não apresentam forma de mensuração.	Apresentação superficial da Abordagem das Capacitações  Não apresentam forma de mensuração
Elliott, S., Powell, R., & Brenton, J. (2013). Journal of Family Issues/Sage	Being a Good Mom: Low-Income, Black Single Mothers Negotiate Intensive Mothering	Delineamento qualitativo com utilização de entrevistas em profundidade a partir de estudo de caso.  16 mães solteiras negras em situação de pobreza nos Estados Unidos	Bem estar emocional, relacionado ao estado de não sofrimento.  Não apresentam forma de mensuração.	Não definem nenhum conceito específico de pobreza  Mensuram a pobreza a partir da abordagem monetária pela renda
Perry, B. L., Pullen, E. L., & Oser, C. B. (2012). Social Psychology Quarterly/Sage/ Web of Science	Too Much of a Good Thing? Psychosocial Resources, Gendered Racism, and Suicidal Ideation among Low Socioeconomic Status African American Women	Delineamento quantitativo com utilização de levantamento  204 mulheres afrodescendentes em situação de pobreza nos Estados Unidos	Utilizam o conceito de bem estar existencial que significa sentimentos de satisfação e propósito com a vida.  Sua forma de mensuração seria a partir de uma escala de bem estar existencial (Paloutzian & Ellison ,1982) de 12 itens com likert de seis pontos de acordo e desacordo	Não definem nenhum conceito específico de pobreza  Mensuração a pobreza pela perspectiva monetária através da renda familiar anual
Cramm, J.M., Moller, V., & Nieboer, A.P. (2010). Journal Health Psychology/Sage/ Web of science	Improving Subjective Well-being of the Poor in the Eastern Cape	Delineamento quantitativo por levantamento;  Foram entrevistadas 1020 casas no subúrbio em uma comunidade em situação de pobreza na África do Sul.	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener,1984)  Escala de Satisfação com a Vida (SWLS) (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985).	Conceituam pobreza atrelado ao desenvolvimento humano, ampliando a compreensão de pobreza relacionada à renda, emprego, saúde e educação.  Mensuração a pobreza pela perspectiva monetária partir da renda familiar mensal,

<b>Autor/Ano/Título/Base</b>	<b>Título</b>	<b>Delineamento e Amostra</b>	<b>Conceito de Bem Estar e Instrumentos utilizados para mensurar</b>	<b>Conceito de Pobreza e Instrumentos utilizados para mensurar</b>
Appio, L., Chambers, D.A., & Mao, S. (2013). Journal of Clinical Psychology/Scopus	Listening to the Voices of the Poor and Disrupting the Silence About Class Issues in Psychotherapy	Delineamento qualitativo com utilização de estudos de caso  Foram utilizados estudos qualitativos com pessoas em situação de pobreza ou da classe trabalhadora em situação de psicoterapia nos Estados Unidos sem especificar o número aproximado de participantes	Somente mencionam o conceito de bem estar psicológico, sendo relacionado à ausência de sofrimento ou estresse psicológico.  Não apresentam forma de mensuração.	Apresenta uma perspectiva crítica de compreensão da pobreza relacionada à habitação inadequada, baixa escolaridade, baixas oportunidades de trabalho, insegurança alimentar, falta cuidados médicos, altas taxas de eventos traumáticos e estigmatização.  Não apresentam forma de mensuração
Pedersen, P.V., Grønbaek, M., & Curtis, T. (2012). European Journal of Public Health/Scopus	Associations between deprived life circumstances, wellbeing and self-rated health in a socially marginalized population	Delineamento quantitativo com levantamento  1348 usuários de serviços de saúde e de assistência para pessoas em situação de vulnerabilidade na Dinamarca	Utilizam o conceito de bem estar pessoal, mas não apresentam considerações específicas sobre esse conceito.  Para mensurar o bem estar pessoal, utilizam os seguintes itens dicotômicos (sim/não) desenvolvidos para o artigo: “Have felt very discouraged, depressed or unhappy the past 14 days”, “Often stressed in daily life”, “Have felt full of energy only a little of the time, or not at all, the past month”, “Have felt tired all the time, or most of the time, the past month”	Não definem nenhum conceito específico de pobreza  Como forma de mensuração, eles utilizam o item único sobre pobreza: “Persons who often did not get enough food because they could not afford it”
Barrientos, A. & Mase, J. (2012). European Journal of Development Research/Scopus	Poverty transitions among older households in Brazil and South Africa	Delineamento quantitativo longitudinal em 2002 e 2008 com levantamento  615 residências de idosos em situação de baixa renda no Brasil e 719 residências na África do Sul nos dois recortes temporais.	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener, 1984)  Não apresentam forma de mensuração.	A compreensão da pobreza é abordada unicamente de forma monetária a partir da privação de renda.  Utilizam como forma de mensuração da pobreza a perspectiva monetária a partir da incidência da pobreza.

<b>Autor/Ano/Título/Base</b>	<b>Título</b>	<b>Delineamento e Amostra</b>	<b>Conceito de Bem Estar e Instrumentos utilizados para mensurar</b>	<b>Conceito de Pobreza e Instrumentos utilizados para mensurar</b>
Rojas, M. (2011). Journal of Economic Psychology/Scopus/Web of science	Poverty and psychological distress in Latin America	Delineamento quantitativo com uso de levantamento  12500 pessoas de diferentes países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, and Uruguai).	Utilizam e explicam o Bem Estar Psicológico, mas se referenciam pelas considerações relacionadas ao Bem Estar Subjetivo  A forma de mensuração é uma escala de estado emocional dicotômico (sim ou não) com itens relacionadas a seguintes emoções: <i>enjoyment, anxiety, sadness, boredom, depression, anger, love, e physical pain</i> (Gallup-Healthways Well-Being, 2008).	Concebem e explicam a pobreza a partir da perspectiva multidimensional de desenvolvimento humano  Utilizam como forma de mensuração da pobreza a perspectiva monetária a partir da linha de pobreza absoluta abaixo \$ 2.50 dólares para um indivíduo ser considerado pobre.
Copestake, J. & Camfield, L (2010). Development Policy Review/Scopus	Measuring multidimensional aspiration gaps: A means to understanding cultural aspects of poverty	Delineamento misto com entrevistas semiestruturadas e com levantamento  A fase qualitativa contou com 419 pessoas no Peru, 73 em Bangladesh, 120 na Etiópia e 102 na Tailândia. E a fase quantitativa foi de 1.663 indivíduos na soma dos 4 países.	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener, 1984), mas apontam criticamente a necessidade de compreensão do BES para a mudança social.  Foi criada uma nova escala de escores de qualidade de vida a partir da adaptação da escala de Satisfação com a Vida (SWLS) (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985) e Escalas de Afetos Positivos e Negativos (Watson et al., 1988).	Concebem e explicam a pobreza a partir da perspectiva subjetiva  Sobre a proposta de mensuração, primeiramente, foi elencada as aspirações que seriam necessárias para as pessoas serem felizes na fase qualitativa. Em seguida, foi desenvolvido um questionário com as aspirações principais de cada país. Então, a pessoa seria considerada pobre caso não possuísse a referida aspiração ou se não tivesse satisfeita com a aspiração.
Currie, G. et al. (2010). Research in Transportation Economics/Scopus/2010/Australia	Investigating links between transport disadvantage, social exclusion and well-being in Melbourne - Updated results	Delineamento quantitativo com levantamento  535 participantes em situação de pobreza em Melbourne na Austrália	Eles usam conceito de bem estar geral, não explicando o que significa. Mensuram a partir do Personal Well Being Index (PWI, sem referência), da Escala de Afetos Positivos e Negativos (sem referência) e da Satisfação with Life Scale (SWLS) de Diener, Emmons, Larsen e Griffin (1985).	Concebem e explicam a pobreza a partir de dois conceitos: a pobreza de transporte relacionada ao custo de locomoção na cidade; e a pobreza temporal vinculado ao tempo levado para o indivíduo locomover-se na cidade.

<b>Autor/Ano/Título/Base</b>	<b>Título</b>	<b>Delineamento e Amostra</b>	<b>Conceito de Bem Estar e Instrumentos utilizados para mensurar</b>	<b>Conceito de Pobreza e Instrumentos utilizados para mensurar</b>
Smith, L. & Romero, L. (2010). American Journal of Orthopsychiatry/Scopus	Psychological Interventions in the Context of Poverty: Participatory Action Research as Practice	Delineamento qualitativo com pesquisa ação participante  Uma comunidade em situação de pobreza nos Estados Unidos	Somente mencionam o conceito de bem estar emocional  Não apresentam forma de mensuração.	Concebem e explicam a pobreza a partir de uma perspectiva crítica focada na desigualdade de poderes  Não apresentam forma de mensuração
Distante, R. (2013). Social Indicators Research /Web of science	Subjective Well-Being, Income and Relative Concerns in the UK	Delineamento quantitativo longitudinal com levantamento  Amostra 10.300 indivíduos no Reino Unido	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener,1984)  Utilizam o item único “How Satisfied are you with life overall?” que representaria Overall Life Satisfaction. (OLS). No entanto, não estão nas referências.	Concebem a pobreza de forma sucinta a partir d a abordagem monetária.  Mensuram a partir da perspectiva monetária pela renda familiar, renda relativa a partir da média das pessoas do bairro e uma variável de privação que é calculada a partir renda relativa e renda pessoal do indivíduo abaixo da linha de pobreza de referência.
Margolis, R. & Myrskylae, M. (2013). Advances In Life Course Research/Web of science	Family, money, and health: Regional differences in the determinants of life satisfaction over the life course	Delineamento quantitativo com levantamento  208,016 participantes de 90 países	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener,1984)  Para mensurar, utilizam o item único “All things considered, how satisfied are you with your life as a whole these days?”, sendo o ranking de respostas variando de 1 "insatisfeito" até 10 "satisfeito".	Conceituam e explicam a partir da perspectiva subjetiva de pobreza.  Sobre a forma de mensuração, os participantes são perguntados que como seria sua renda em comparação com a média das outras famílias. Há 10 opções de resposta, variando entre “a menor renda” e a “maior renda”.

<b>Autor/Ano/Título/Base</b>	<b>Título</b>	<b>Delineamento e Amostra</b>	<b>Conceito de Bem Estar e Instrumentos utilizados para mensurar</b>	<b>Conceito de Pobreza e Instrumentos utilizados para mensurar</b>
Guardiola, J., Gonzalez-Gomez, F., Garcia-Rubio, M., & Lendecky-Grajales, A. (2012). International Journal of Social Welfare/Web of science	Does higher income equal higher levels of happiness in every society? The case of the Mayan people	Delineamento quantitativo com levantamento  373 participantes em situação de pobreza da região de Yucatan no México	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener,1984) Os autores apresentam um item relacionado a felicidade de maneira geral ‘In general terms, how happy do you feel with your life?’. E utilizam outra pergunta relacionada a felicidade, mas por âmbitos com a questão “How happy do you feel in relation to . . . ?”. Em seguida, apresentam os âmbitos: health, work, love, money, quality of housing, nutrition, water, leisure, community of residence and trust of others. Os participantes, então, respondem em uma escala likert de 0 a 10 com o menor sendo o mais baixo nível de felicidade e o maior o mais alto nível de felicidade.	Concebem e explicam a pobreza a partir da perspectiva multidimensional de desenvolvimento humano A forma de mensurar é a partir da perspectiva relativa da abordagem monetária
Fenge, L.-A., Hean, S., Worswick, L., Wilkinson, C., Fearnley, S., & Ersser, S. (2012). Health & Social Care in the Community/Web of science	The impact of the economic recession on well-being and quality of life of older people	Delineamento qualitativo com entrevista semi-estruturada  39 idosos da Escócia	Conceituam o bem estar como subjetivo, mas constituído de bem estar mental ou psicológico e bem estar social  Para mensurar, foi perguntado como forma de resposta aberta se as pessoas percebiam que recessão teve impacto no seu bem estar.	Não apontam nenhum conceito específico de pobreza.  Mensuram a partir de uma perspectiva subjetiva pela percepção da diminuição da renda e do poder de compra.
Asadullah, M. N. & Chaudhury, N. (2012). Journal of Economic Psychology/Web of science	Subjective well-being and relative poverty in rural Bangladesh	Delineamento quantitativo com levantamento  2318 participantes pobres e não pobres de Bangladesh	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener,1984)  Como forma de mensurar, utilizam item único “On the whole, how satisfied are you with your life?” respondido em uma escala likert de 10 pontos para mensurá-lo de acordo com a satisfação.	Concebem e explicam a pobreza relacionado ao desenvolvimento humano.  Mensuram a pobreza partir da perspectiva monetária relativa e absoluta.

Autor/Ano/Título/Base	Título	Delineamento e Amostra	Conceito de Bem Estar e Instrumentos utilizados para mensurar	Conceito de Pobreza e Instrumentos utilizados para mensurar
Cox, K. (2012). Journal of Happiness Studies/Web of science	Happiness and Unhappiness in the Developing World: Life Satisfaction Among Sex Workers, Dump-Dwellers, Urban Poor, and Rural Peasants in Nicaragua	Delineamento quantitativo com levantamento  151 indivíduos provenientes de diferentes grupos (prostitutas, pessoas em situação de rua da área rural, pobres urbanos e estudantes universitários) na Nicarágua	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener,1984)  Utilizam Satisfaction with Life Scale (SWLS) de Diener, Emmons, Larsen e Griffin (1985).. Também, usam duas escalas: <i>Satisfaction with life domains</i> e <i>Memory for positive and negative events</i> . Este instrumento funciona a partir do pedido de rememoração de eventos positivos e negativos, realizando um cálculo para identificação da prevalência desses tipos de eventos. E a outra escala expõe 12 âmbitos específicos (material resources, friendship, morality, intelligence, food, romantic, relationship, family, physical appearance, self, income, housing, and social life) avaliados por meio de um ranking satisfação pelo indivíduo.	Não há uma conceituação específica sobre pobreza.  Mensuram a pobreza por meio da renda, estipulando linhas de menos de 50 dólares por mês até mais de 100 dólares por mês.
Martos, T. & Kopp, M.S. (2012). Social Indicators Research/Web of science	Life Goals and Well-Being: Does Financial Status Matter? Evidence from a Representative Hungarian Sample	Delineamento quantitativo com levantamento  4.841 participantes na Hungria	Apresentam Bem estar geral, sem trazer explicações detalhadas sobre ele.  Mensuram a partir do Well-Being Index que é uma escala de itens relacionadas a ocorrência de estados de humor positivos nas últimas duas semanas, podendo ser respondido em um ranking de veracidade. E outro instrumento é a Self-rated Quality of Life que usa dois itens (“On the whole, how satisfied are you with your life” com o rank de respostas de 1 = completely unsatisfied até 10 = completely satisfied; e “On the whole, how happy are you” com rank de respostas de 1 = completely unhappy até 10 = completely happy).	Apresentam de forma sucinta a pobreza vinculada a abordagem monetária  Mensuram a pobreza relativa por meio de uma perspectiva subjetiva. Assim, fazem a pergunta “Compared to others in Hungary, how would you rate your financial situation?” (0 = much worse, 10 = much better).”

<b>Autor/Ano/Título/Base</b>	<b>Título</b>	<b>Delineamento e Amostra</b>	<b>Conceito de Bem Estar e Instrumentos utilizados para mensurar</b>	<b>Conceito de Pobreza e Instrumentos utilizados para mensurar</b>
Cramm, J. M., Moller, V. & Nieboer, A. P./Social Indicators Research/Web of science/2012	Individual- and Neighbourhood-Level Indicators of Subjective Well-Being in a Small and Poor Eastern Cape Township: The Effect of Health, Social Capital, Marital Status, and Income	Delineamento quantitativo com levantamento  1.042 residências do bairro de Rhini na África	Utilizam e explicam de forma ampla o Bem Estar Subjetivo (Diener, 1984)  Escala de Satisfação com a Vida (SWLS) (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985).	Trazem o conceito de pobreza relacionado ao desenvolvimento humano, criticando a perspectiva monetária.  É utilizado o Townsend Index que avalia o status socioeconômico do território da vizinhança. Esse instrumento avalia a situação de privação do indivíduo, avaliando a ausência de recursos materiais, de condições materiais, de posse de residência e de carro. Igualmente, esses últimos autores utilizam o índice GINI para mensurar a desigualdade de renda da região.

<b>Autor/Ano/Título/Base</b>	<b>Título</b>	<b>Delineamento e Amostra</b>	<b>Conceito de Bem Estar e Instrumentos utilizados para mensurar</b>	<b>Conceito de Pobreza e Instrumentos utilizados para mensurar</b>
Wang, X., Shang, X. & Xu, L. (2011). Social Policy & Administration/Web of science	Subjective Well-being Poverty of the Elderly Population in China	Delineamento quantitativo com levantamento  2.344 participantes na China	Explicam o bem estar subjetivo a partir de quatro grandes teorias: Teoria Absoluta, Teoria Relativa, Teoria Adaptativa e a Teoria da Expectativa.  Escala de Satisfação com a Vida (SWLS) (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985).	Utilizam a Abordagem das Capacitações.  Usam um índice de Subjective Well-being poverty que seria um nível baixo de bem estar subjetivo seria igualmente um nível baixo de pobreza. Utilizam essa compreensão para dividir os grupos. No entanto, quando fazem isso, continuam usando a renda para avaliar o poder preditor da pobreza. Os participantes são perguntados em item único: “judge their life satisfaction within three scaled options: poor or very poor, average and good or very good.” As pessoas são consideradas pobres se escolherem “poor or very poor”. E os autores trazem também uma perspectiva monetária de avaliar a pobreza a partir da renda relativa.
Cruz-Ramos, S. & Cruz-Valdivieso, S. (2011). Journal of Psychology And Theology/Web of science	Giving voice to the voiceless: collaborative inquiry in poor communities of Mexico city	Pesquisa colaborativa com a técnica do estudo de caso.  Dois grupos colaborativos de investigação com 12 pessoas cada grupo em duas comunidades em situação de pobreza do México.	Apresentam o Bem Estar Psicológico sem detalhes.  Perguntam sobre o que é bem estar psicológico.	Apresentam a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, sendo entendida como uma prática de opressão.  Mensuram a partir da perspectiva monetária com renda média pessoal.

Realizam-se as análises dos resultados, salientando a qualidade das produções encontradas a partir dos primas de análise do conceito de Bem Estar Pessoal e da Pobreza com enfoque na Abordagem das Capacitações. Apresentar a qualidade das produções relacionadas à estrutura metodológica e ao grau de aprofundamento das temáticas abordadas é imprescindível na elaboração de uma adequada revisão sistemática (Zoltowski, Costa, Teixeira & Koller, 2014). Primeiramente, sobre os países investigados nas pesquisas (Figura 2), observa-se que os Estados Unidos, seguidos da África do Sul, foram onde mais estudos sobre pobreza e bem estar foram realizados. Também, ocorreram pesquisas transculturais envolvendo países da Europa, da América Latina e um estudo global com 90 países de todos os continentes. É importante evidenciar que as pesquisas em sua maioria também foram desenvolvidas em regiões onde havia países em situação de pobreza e com forte desigualdade social, atuando, assim, em contextos vinculados a temática da pobreza.

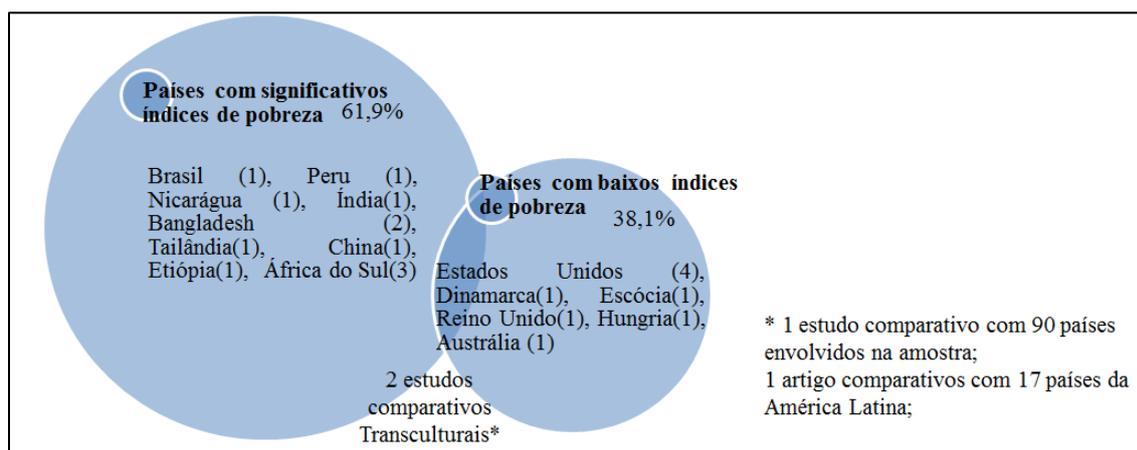


Figura 2. Divisão dos países participantes dos artigos identificados na revisão sistemática.

Acerca dos anos de publicação, são quatro artigos de 2010, três artigos de 2011, oito artigos de 2012, quatro artigos de 2013 e um de 2014. É importante salientar também que todos os artigos estavam em língua inglesa. Em relação às revistas, foram analisadas a partir de grandes temáticas de aglutinação. Observa-se que há uma diversidade de revistas que veicularam artigos com as temáticas pobreza e bem estar subjetivo. Elas podem ser divididas em três grupos. As revistas com uma perspectiva mais ligada a saúde e áreas correlatas, como *Journal of Health Psychology*, *Journal of Clinical Psychology*, *European Journal of Public Health*, *Health & Social Care In The*

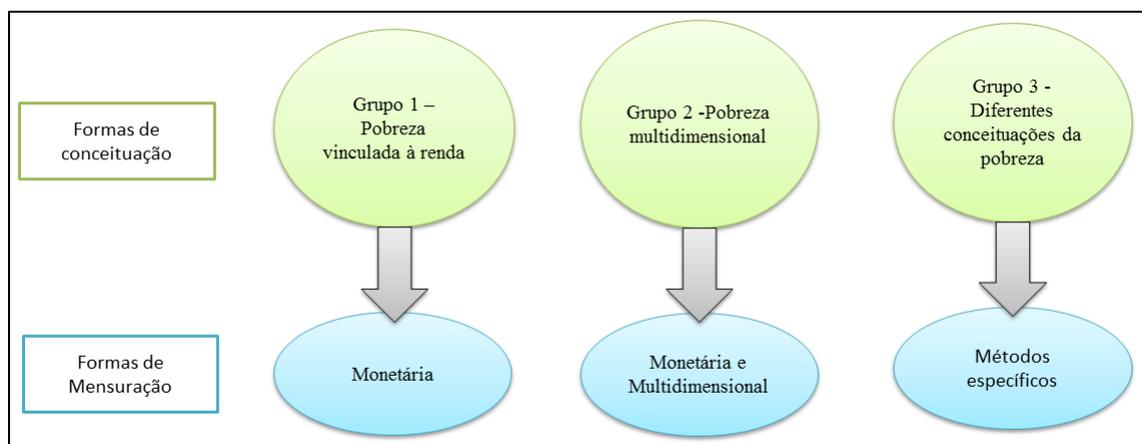
*Community, Advances In Life Course Research e American Journal of Orthopsychiatry*.  
Revistas com base mais ligadas a políticas sociais e de desenvolvimento: *Social Policy & Administration, European Journal of Development Research, Development Policy Review, Research in Transportation Economics, Research in Social Stratification And Mobility, Social Indicators Research (3) e International Journal of Social Welfare*.  
Igualmente, há as revistas relacionadas à Ciência Psicológica em suas mais diversas áreas: *Journal Of Psychology And Theology, Journal of Family Issues, Social Psychology Quarterly e Journal of Economic Psychology (2)*.

Dessa maneira, por conta das temáticas investigadas, nota-se adequada divisão das tendências dos periódicos encontrados. Assim, como o Bem Estar Subjetivo é geralmente trabalhado como uma categoria psicológica, há a identificação de diversas revistas fincadas nessa área de conhecimento, tendo predominância da área da saúde. Igualmente, como a pobreza é uma temática abordada tanto na economia, como nas políticas sociais e de desenvolvimento humano, há igual presença de veículos de divulgação científica com essas características.

Em relação aos delineamentos das pesquisas, foram identificados dezessete artigos com uma perspectiva quantitativa baseadas em *surveys*. Foram encontrados três artigos com âmbito qualitativo, sendo que três deles realizaram métodos participativos, como pesquisa ação participante. E somente um artigo utiliza a perspectiva mista de pesquisa com utilização de uma primeira fase qualitativa para depois realização da quantitativa. Portanto, avalia-se que há predominância das pesquisas quantitativas por conta das temáticas trabalhadas que são usualmente mensuradas a partir de escalas psicométricas e de instrumentos de identificação da intensidade e da abrangência da pobreza. Porém é interessante observar que os métodos qualitativos são fundamentados a partir de perspectivas participativas, porque provavelmente o trabalho com pessoas em situação de pobreza pode estar pautado em um compromisso do pesquisador com a transformação da realidade amparada pela participação social (Montero, 2006). Nos tópicos seguintes, serão discutidos os conceitos e as formas de mensuração do conceito de bem estar e pobreza utilizados nos artigos encontrados na revisão sistemática desenvolvida por esse estudo.

### **Conceitos e formas de mensuração da pobreza**

Os artigos foram também analisados a partir das formas de conceituação e mensuração da pobreza. Dessa maneira, foram identificados três grandes grupos (Figura 3).



*Figura 3.* Divisão dos grupos as formas de conceituação e mensuração da pobreza a partir da análise dos artigos identificados na revisão sistemática.

No Grupo 1 com 10 artigos, estariam as produções sem nenhuma conceituação específica sobre pobreza, mas que poderiam ser compreendidas a partir da perspectiva monetária. Neste mesmo grupo, as formas de mensuração estavam estritamente baseadas na renda. No Grupo 2 com 7 artigos, surgem as conceituações baseadas nas abordagens multidimensionais com formas de mensuração mistas, utilizando perspectivas unidimensionais e multidimensionais. No Grupo 3 com 4 artigos, as produções conceituam a pobreza a partir de diferentes temáticas, como privação de mobilidade urbana e percepção, criando técnicas de mensuração específicas para seus conceitos de pobreza.

Assim, fazem parte do primeiro grupo de artigos: Perry et al. (2012), Pedersen et al. (2012), Margolis e Myrskylae (2013), Fenge et al. (2012), Martos e Kopp (2012), Elliott, Powell e Brenton (2013), Cox (2012) e Distante (2013). Esses autores não utilizam nenhum conceito específico de pobreza, não explicitando qual visão de pobreza que desenvolvem. No entanto, pode-se considerar que esses autores utilizam formas de mensuração da pobreza na perspectiva monetária a partir de seus apontamentos presentes nos artigos.

Demonstra-se, assim, que não há um cuidado e um aprofundamento teórico sobre a perspectiva da pobreza utilizada nos artigos analisados.

Quando apontam sobre as formas de mensuração da pobreza, Perry et al. (2012) e Cox (2012) utilizam a renda familiar para configurar a situação de pobreza das participantes. Fenge et al. (2012) trabalham com a renda e o poder de compra. Distant (2013) também utiliza três formas de mensuração monetárias, como a renda familiar, a renda relativa e a média de consumo dos moradores do bairro. Esta última é desenvolvida a partir do cálculo da renda relativa e da renda pessoal do indivíduo a partir da linha de pobreza de referência da localidade. Pedersen et al. (2012) usa o item único “*Persons who often did not get enough food because they could not afford it*”.

Já Margolis e Myrskylae (2013) e Martos e Kopp (2012) mensuram a pobreza a partir da renda relativa por meio de uma perspectiva subjetiva. Os primeiros apresentam um cartão com dez possibilidades de escolha relacionadas à renda familiar em comparação com outras famílias, sendo as opções da mais baixa com “a menor renda” e a “maior renda” como mais alta. Martos e Kopp (2012) trazem o seguinte item sobre a perspectiva subjetiva da pobreza: “*Compared to others in Hungary, how would you rate your financial situation?*” (0 = much worse, 10 = much better). Ainda no Grupo 1, Barrientos e Mose (2012) trazem explicitamente o conceito da pobreza vinculado a aspectos monetários relacionados à renda e ao poder de compra do indivíduo. Como forma de mensuração, utilizam a incidência da pobreza a partir da renda.

No Grupo 2, Cramm et al. (2010), Cramm, Moller e Niober (2012), Rojas (2011), Guardiola et al. (2012) e Asadullah e Chaudhury (2012) trazem que o conceito de pobreza deve ser entendido como atrelado ao desenvolvimento humano por meio de uma perspectiva multidimensional. Eles criticam a compreensão da pobreza baseada somente em uma perspectiva monetária vinculada à renda. Apontam que é necessário abranger também a saúde, a escolaridade e a empregabilidade. Assim, este grupo está mais fincado na perspectiva multidimensional, mas ainda não utiliza de forma abrangente a Abordagem das Capacitações em uma perspectiva teórica e metodológica na mensuração da pobreza.

Cramm, Moller e Niober (2012) mensuram a pobreza a partir do *Townsend Index*. Esse instrumento analisa a situação de privação do indivíduo, avaliando a ausência de recursos materiais, de posse de residência e de carro. Igualmente, esses

últimos autores utilizam o índice Gini<sup>5</sup> para mensurar a desigualdade social da região. Apesar desse pequeno avanço para uma perspectiva multidimensional, quando é necessário mensurar a pobreza de forma concreta, há o retorno para a compreensão monetária da pobreza. Assim, Cramm et al. (2010) mensuram a pobreza de forma monetária. Eles utilizam a renda familiar dividida em três níveis: baixa renda, renda média e alta renda. E Rojas (2011) também utiliza a renda familiar, porém estabelece o critério de renda familiar abaixo de \$ 2.50 dólares por dia para um indivíduo ser considerado pobre. Já Guardiola et al. (2012) trabalham somente a renda relativa do indivíduo. Asadullah e Chaudhury (2012) mensuram a pobreza de forma absoluta e relativa.

Outro autor inserido nessa tendência é Gosh (2013). Ele critica a perspectiva monetária da pobreza e amplia a compreensão da pobreza para uma questão de privação de liberdade a partir da estratégia de intervenção *Self Help Groups*. Essa atuação serve para diminuir os efeitos nocivos da situação de pobreza e fomentar o empoderamento dos indivíduos pobres na Índia. No entanto, esse autor somente intitula essa compreensão multidimensional da pobreza em trechos introdutórios da sua produção, não aprofundando de forma crítica a temática. Igualmente, não retorna a discussão dessa perspectiva nos resultados, tornando a proposta multidimensional vaga e superficial. Como instrumento para mensurar a pobreza, ele somente aponta que a comunidade na Índia onde é realizada a pesquisa é considerada uma cidade em situação de pobreza.

Apesar desses últimos autores que utilizam perspectivas multidimensionais de concepção da pobreza, mas que ainda se baseiam nas formas de mensuração monetárias, é importante mencionar que há também estudos que utilizam o conceito de pobreza multidimensional a partir especificamente da Abordagem das Capacitações no Grupo 2. Esta abordagem concebe a pobreza como um estado de privação de capacidades básicas que são entendidas como diferentes estados de fazer e de ser (Sen, 2000). Neste estado de pobreza, o indivíduo pode estar privado desde boa nutrição até adequada habitação, como também da capacidade de caminhar sem sentir vergonha (Sen, 1983). Assim, há uma compreensão ampliada da pobreza não somente restrita a uma privação monetária baseada em linhas de pobreza, onde somente haveria duas possibilidades de categorização: pobre e não pobre. Dessa maneira, há um prisma de categorização da pobreza em diferentes dimensões e perspectiva (Qizalbash & Clark, 2005).

---

<sup>5</sup> Este índice mensura o nível de desigualdade social de um país ou de uma região.

Wang, Shang e Xu (2011) utilizam considerações da Abordagem das Capacitações, mas acrescentam a importância de parâmetros objetivos. Igualmente, eles também apontam que a pobreza deve ser entendida a partir do bem estar subjetivo, criando o bem estar subjetivo da pobreza. Eles utilizam *Life Satisfaction Scale* que, apesar de não ser explicado no artigo, deve ser um item único sobre satisfação com a vida. Essa escala, então, funciona como uma medida de pobreza subjetiva, porque, segundo os autores, se o participante tem um baixo nível de satisfação ele é considerado pobre. Se tiver um alto índice de satisfação, é considerado em situação de não pobreza.

De forma semelhante, Copestake e Camfield (2010) trazem o conceito de pobreza subjetiva que se baseia na forma como as pessoas pensam e sentem em um determinado contexto social. As pessoas em situação de pobreza poderiam definir seus objetivos e aspirações. Igualmente, os autores relacionam esse conceito com construtos objetivos vinculados ao que o indivíduo possui/faz/deseja a partir de necessidades absolutas da população. A partir desses parâmetros absolutos junto com medidas subjetivas, poderiam delimitar uma situação de pobreza. Assim, os autores realizaram uma pesquisa em duas fases. Na primeira fase de caráter qualitativo, foram conduzidas entrevistas para averiguar o que seria necessário para os indivíduos terem uma vida feliz. Com os resultados, foi construído um questionário com itens específicos de cada país participante (Peru, Bangladesh, Etiópia, Tailândia). Cada item, como saúde, educação, trabalho, amigos, comida, lazer, meditação, entre outros, deveria ser respondido de duas formas. A primeira maneira seria se cada item seria “muito necessário”, “necessário” e “não necessário” para ser feliz. A segunda maneira seria se a pessoa estaria satisfeita com cada item, tendo as seguintes possibilidades de resposta: “satisfeita”, “mais ou menos”, “não satisfeita” e “não tem”. A pessoa seria considerada pobre se não tivesse satisfeita ou não tivesse o item caso o percebesse como necessário. Os autores, então, partem de uma perspectiva subjetiva, mas relacionam também com uma compreensão concreta e operacional de mensuração da pobreza.

Dessa maneira, observa-se que essas últimas pesquisas inserem-se na perspectiva multidimensional, mas com base em um alinhamento em aspectos subjetivos nas estratégias de mensuração da pobreza. Há uma série de críticas sobre essas formas de mensuração multidimensional da pobreza baseada somente em aspectos subjetivos. Aponta-se que critérios unicamente subjetivos para avaliar a pobreza são demasiadamente variáveis e individuais para criação de um parâmetro demonstrativo

da situação de pobreza, porque há a influência das preferências adaptativas<sup>6</sup> que podem aumentar a satisfação do indivíduo mesmo em uma situação de pobreza extrema. Essas preferências são mecanismos psicológicos de adaptação à realidade adversa, diminuindo os sentimentos de frustração e incômodo a partir da reestruturação não consciente das necessidades e expectativas do indivíduo (Teschl & Comim, 2005).

No grupo 3, há a presença de autores que trazem diversos métodos e formas de concepção de pobreza que não se encaixam nas perspectivas monetárias e multidimensionais anteriormente apresentadas. Currie et al. (2010) tratam o conceito de pobreza de transporte, que significa a onerosidade do gasto com transporte público ou com seu próprio carro para se locomover na cidade. Segundo autores, há regiões das cidades em que o transporte é mais caro, constituindo uma realidade de pobreza. Essa concepção está marcada por uma perspectiva monetária, mas também é expandida para uma compreensão baseada em um âmbito psicossocial. Os autores mencionam que a pobreza de transporte está constituída pela pobreza de tempo (*time poverty*). Esta se baseia no tempo levado para o indivíduo locomover-se na cidade. Assim, refere-se ao tempo levado por uma pessoa para se locomover, como também os gastos que podem se despendidos a partir desse transporte. A pobreza temporal é mensurada a partir da renda, do desemprego e da exclusão social devido aos gastos com transporte pessoal ou a falta de transporte público para locomoção.

Appio et al. (2013) e Smith e Romero (2010) compreendem a pobreza como prejudicial ao desenvolvimento humano, estando relacionada à exposição a eventos traumáticos, à insegurança alimentar e à estigmatização como relacionadas à pobreza. Já quando Smith e Romero (2010) mensuram a pobreza, não trazem nenhum critério bem definido, mencionando somente que trabalham com usuários de serviços psicoterápicos em situação de pobreza ou que fazem parte da classe trabalhadora. Smith e Romero (2010) podem ser considerados os autores mais críticos dos presentes nessa revisão sistemática. Compreendem que a pobreza é consequência de uma sociedade desigual e opressora, percebendo-a como uma estratégia de manutenção do *status quo* a partir de práticas discriminatórias. Eles fundamentam sua perspectiva de compreensão da pobreza a partir do paradigma da libertação. Entretanto, a mensuração da pobreza de forma vaga também ocorre com Smith e Romero (2010), porque somente mencionam que trabalham em uma pesquisa ação participante em uma comunidade

---

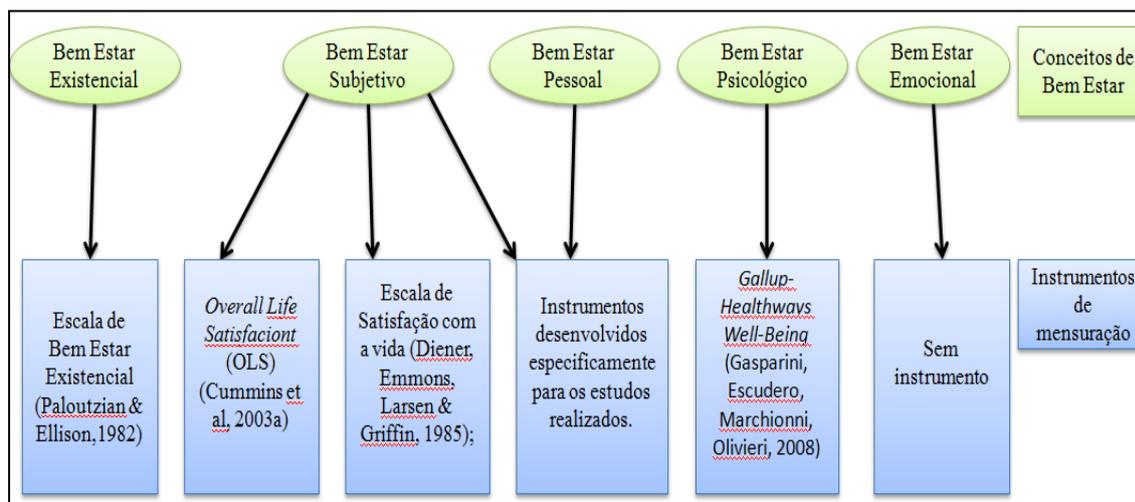
<sup>6</sup> Esse processo adaptativo é muito semelhante ao observado na síndrome fatalista que será discutido posteriormente.

economicamente pobre e marginalizada dos Estados Unidos. Uma possível explicação para essa lacuna na forma de mensuração pode ser o fato de esses dois últimos estudos trabalharem em uma perspectiva de pesquisa baseada no delineamento qualitativo.

A partir desses resultados, observa-se a preponderância de estudos baseados na perspectiva unidimensional e monetária da pobreza. E, quando há a utilização de vertentes mais críticas e multidimensionais, há a dificuldade de mensuração da pobreza nesta mesma perspectiva. Isso ocorre, porque geralmente as políticas públicas e as formas de mensuração da pobreza vigentes – que não são consensuais – somente restringem suas análises e suas ações para os indivíduos empobrecidos a partir de sua renda (Soares, 2009). Há, então, a incompreensão do fenômeno da pobreza em sua totalidade, menosprezando os aspectos sociais, estruturais e psicológicos constituintes desse fenômeno (Alkire, 2007; Alkire & Deunulin, 2009; Sen, 2000); e as estratégias de discriminação e de criminalização do pobre (Moura Jr, 2012; Zavaleta; 2007). No entanto, como forma de expandir o conhecimento desse fenômeno, passa-se a analisar as estratégias de mensuração e de concepção do Bem Estar Subjetivo que estão relacionadas às situações de pobreza encontradas nos artigos da revisão sistemática.

### Conceitos e formas de mensuração de Bem Estar

Os artigos foram agrupados a partir dos conceitos de bem estar e suas estratégias de mensuração (Figura 3). É importante ressaltar que muitas produções não apresentavam ou indicavam os instrumentos que utilizavam para mensurar o bem estar. Alguns deles, quando indicavam a estratégia de mensuração, não a referenciava na bibliografia, impossibilitando a análise. Dessa maneira, as referências indicadas na figura abaixo estão relacionadas aos artigos que indicaram o instrumento que estava sendo utilizado na respectiva pesquisa.



*Figura 4.* Divisão dos grupos as formas de conceituação e mensuração de bem estar a partir da análise dos artigos identificados na revisão sistemática.

Assim, como forma de tornar o prisma de análise mais pormenorizado, analisou-se cada produção identificada na revisão sistemática a partir do conceito e da forma de mensuração do bem estar. Como apresentado na última figura, os conceitos de bem estar são diversos, podendo ser identificados como existencial, emocional, subjetivo e psicológico. O conceito mais utilizado é o Bem Estar Subjetivo de Diener (1984) junto com a Escala de Satisfação com a Vida (*Satisfaction with Life Scale*) (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985) e o item único da escala Overall Life Satisfaction (OLS) (Campbell, 1976). Depois desse instrumento, a outra escala utilizada, que é validada por outros estudos, é a Escala de Bem Estar Existencial (Paloutzian & Ellison, 1982). E há também a Escala de Bem estar Psicológico contida *Gallup-Healthways Well-Being* (Gasparini, Escudero, Marchionni, Olivieri, 2008). Retirando essas três escalas psicométricas, os outros instrumentos foram criados pelos próprios estudos. Portanto, não havia estudos com a utilização do Índice de Bem Estar Pessoal (*International Wellbeing Group*, 2006).

Iniciando esse processo analítico, Gosh (2013), Smith e Romero (2010) e Elliott, Powell e Brenton (2013) trazem o conceito de bem estar emocional, não havendo qualquer explicação sobre esse conceito. Gosh (2013) somente aponta de forma superficial que os *Self Help Groups* podem aumentar o bem estar geral das pessoas participantes da proposta de intervenção. Igualmente, Smith e Romero (2010) indicam que a Pesquisa Ação Participante pode ter um impacto no bem estar emocional, mas igualmente não utilizam nenhuma proposta de mensuração desse tipo de bem estar emocional. Elliott, Powell e Brenton (2013) não apresentam nenhuma forma de mensuração do conceito bem estar emocional apresentado.

Já Perry et al. (2012) utilizam o conceito de bem estar existencial, que significa sentimentos de satisfação e propósito com a vida. Sua forma de mensuração seria a partir da Escala de Bem Estar Existencial de 12 itens relacionados a aspectos existenciais, a expectativas futuras e a propósitos da vida com um ranking de resposta de seis pontos de acordo e desacordo a partir de (Paloutzian & Ellison, 1982). Appio et al. (2013) e Rojas (2011) trazem o conceito de bem estar psicológico. No artigo de Appio et al. (2013), não há muitas explanações sobre ele ou sobre suas formas de mensuração, mas, em um sentido geral, ele estaria relacionado com a ausência de sofrimento ou de estresse psicológico. Dessa maneira, verifica-se que esses autores não

utilizam de maneira adequada o conceito de bem estar psicológico, pois este se vincula a uma perspectiva eudemônica de avaliação do bem estar, sendo utilizando como avaliações globais sobre a vida (Casas, 2010).

Já Rojas (2011) utiliza o conceito de bem estar psicológico de maneira mais adequada, porque explica que ele está relacionado às dimensões afetivas e cognitivas. O âmbito cognitivo está vinculado à satisfação com a vida de forma geral. A dimensão afetiva relaciona-se com as emoções e o humor. Apesar de trazer o conceito de bem estar psicológico, esse último autor referencia-se em Diener (1984) para construir suas explicações sobre esse construto. Assim, o bem estar psicológico é medido a partir das considerações de *Gallup-Healthways Well-Being* (Gasparini, Escudero, Marchionni, Olivieri, 2008). Esse grupo propõe que os indivíduos respondam sim ou não se sentiram as seguintes emoções um dia antes de responder o questionário: *enjoyment, anxiety, sadness, boredom, depression, anger, love, e physical pain*.

Pedersen *et al.* (2012) trazem o conceito de bem estar pessoal. No entanto, não fazem explicações sobre esse construto. Igualmente, quando o mensuram, utilizam os itens dicotômicos (sim/não) “*Have felt very discouraged, depressed or unhappy the past 14 days*”, “*Often stressed in daily life*”, “*Have felt full of energy only a little of the time, or not at all, the past month*”, “*Have felt tired all the time, or most of the time, the past month*”. Dessa maneira, o conceito e a forma de mensuração do bem estar pessoal presente neste estudo não se referem ao Índice de Bem Estar Pessoal desenvolvido por Cummins (*International Wellbeing Group*, 2006). Este índice funciona como uma decomposição da satisfação global com a vida em oito âmbitos (padrão de vida, saúde, realizações na vida, relações interpessoais, segurança, vinculação comunitária, segurança com o futuro e espiritualidade) (Tomy, Tyszkiewicz & Cummins, 2013). Apesar desses âmbitos, concebe-se que o Bem Estar Pessoal é construto medição unidimensional do bem estar subjetivo (*International Wellbeing Group*, 2006).

Wang, Shang e Xu (2011) utilizam o conceito de bem estar subjetivo que pode ser explicado por quatro grandes teorias. De acordo com os autores, há a Teoria Absoluta que concebe o bem estar subjetivo estritamente relacionado à renda. Também, existe a Teoria Relativa que incorpora o status econômico da região ao longo do tempo a partir da comparação social e das expectativas do indivíduo sobre a renda relativa como constituintes do bem estar subjetivo. Igualmente, há teorias que são baseadas em condições não materiais, não importando a renda real do indivíduo. Elas seriam a: Teoria Adaptativa e a Teoria da Expectativa. Esta última estaria baseada nas

expectativas totais do indivíduo como parâmetro para seu bem estar subjetivo. Já a Teoria Adaptativa concebe que o indivíduo tem um poder de adaptação a partir de sua habilidade emocional a responder eventos positivos e negativos. Assim, os autores utilizam a *Satisfaction with Life Scale* (SWLS) para entender o bem estar subjetivo como uma medida de pobreza. Deste modo, caso o participante tenha um baixo bem estar, ele pode ser considerado pobre. Dessa maneira, o estudo desses autores baseia-se na perspectiva do bem estar subjetivo ligado a condições não materiais. Como já foi criticada, a utilização de medidas de satisfação para mensurar a situação de pobreza é problemática por conta da influência de fatores adaptativos nesse processo de avaliação individual (Teschl & Comim, 2005).

Cramm et al. (2010), Barriento e Mase (2012), Copestake e Camfield (2010), Margolis e Myrskylae (2013), Distante (2013), Barrientos e Mose (2012), Cramm, Moller e Niober (2012), Guardiola et al. (2012) e Cox (2012) utilizam o conceito de bem estar subjetivo de Diener (1984), considerando esse conceito como um correlato ou sinônimo do construto felicidade<sup>7</sup>. Eles consideram que o bem estar é um conjunto de avaliações que as pessoas fazem das suas vidas e das situações que ocorrem com elas. O Bem Estar Subjetivo é considerado uma medida unidimensional hedônica livre de contexto (Casas, 2010). No entanto, somente Copestake e Camfield (2010) compreendem que o bem estar subjetivo é importante para a mudança social e para o fortalecimento dos indivíduos em um nível mais coletivista. E Distante (2013) traz em suas considerações que seu conceito de bem estar subjetivo tem uma base eudemônica, diferenciando-se das perspectivas hedônicas do bem estar subjetivo.

Barrientos e Mase (2012) não o mensuram. Currie et al. (2010) e Distante (2013) utilizam para mensurá-lo o item único “*How Satisfied are you with life overall?*” de sete pontos de satisfação. Este item refere-se a escala *Overall Life Satisfaction* (OLS) (Campbell, 1976), mas é importante salientar que os autores não a referenciaram em sua bibliografia. Margolis e Myrskylae (2013) também concordam com Distante, mas trabalham também com o item único diferente “*All things considered, how satisfied are you with your life as a whole these days?*” com uma escala likert de resposta de 10 pontos, partindo do insatisfeito ao satisfeito.

Martos e Kopp (2012) utilizam duas escalas desenvolvidas pelo próprio estudo para mensurar o bem estar subjetivo: *Self-rated Quality of Life* e *WHO Well-Being*

---

7 Cramm, Moller e Niober (2012) apontam que o bem estar subjetiva seria a forma de mensuração do construto felicidade.

*Index*. Este é uma escala de itens relacionadas a ocorrência de estados de humor positivos nas últimas duas semanas, podendo ser respondido em um ranking de veracidade. *Self-rated Quality of Life* é uma escala de dois itens (“*On the whole, how satisfied are you with your life*” e “*On the whole, how happy are you*”).

Já de acordo com Cramm et al. (2010) e com Cramm, Moller e Niober (2012), como forma de mensuração, utilizam somente a escala *Satisfaction with Life Scale* (SWLS) que consiste em cinco itens sobre satisfação geral com a vida a partir de uma escala *likert* de 5 pontos de acordo e desacordo (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985). Cox (2012) também utiliza o SWLS, mas expande a mensuração do bem estar subjetivo também fazendo uso das escalas: *Satisfaction with life domains* e *Memory for positive and negative events*. Este instrumento, que foi desenvolvido para a investigação realizada, funciona a partir do pedido de rememoração de eventos positivos e negativos, realizando um cálculo para identificação da prevalência desses tipos de eventos. E a outra escala expõe 12 âmbitos específicos (*material resources, friendship, morality, intelligence, food, romantic, relationship, family, physical appearance, self, income, housing e social life*) avaliados por meio de um raking de satisfação pelo indivíduo. Copestake e Camfield (2010) utilizam uma adaptação do *Satisfaction with Life Scale* (SWLS) e da Escala de Afetos Positivos e Negativos (PANAS) (Watson, Clark & Tellenge, 1988) para criar uma nova escala chamada de Escala de Escores de Qualidade Vida.

Guardiola *et al.* (2012) apresentam um ítem relacionado a felicidade de maneira geral ‘*In general terms, how happy do you feel with your life?*’. E utiliza outra pergunta relacionada à felicidade, mas por âmbitos, com a questão “*How happy do you feel in relation to . . . ?*”. Em seguida, apresenta os âmbitos: *health, work, love, money, quality of housing, nutrition, water, leisure, community of residence e trust of others*. Os participantes, então, respondem em uma escala *likert* de 0 a 10 com o menor sendo o mais baixo nível de felicidade e o maior o mais alto nível de felicidade. Apesar de Barriento e Mase (2012) apontarem considerações sobre esse conceito de bem estar baseado nas considerações de Diener (1984), os autores não apresentam qualquer forma de mensuração desse construto.

Fenge et al. (2012) e Asadullah e Chaudhury (2012) utilizam o conceito de bem estar subjetivo que também pode ser considerado como felicidade. No entanto, Fenge et al. (2012) o compreendem como constituído de bem estar mental ou psicológico e bem estar social. Este último seria o senso de pertencimento e participação em atividades

sociais com família e amigos. Aquele seria vinculado à saúde mental e emocional, autoestima e aceitação das atuais condições da vida. Esses dois construtos estão em interação e integrariam a qualidade de vida do indivíduo. Como forma de mensuração, foram feitas perguntas abertas nas entrevistas qualitativas sobre o bem estar mental e bem estar social aos participantes. Asadullah e Chaudhury (2012) elegem o ítem único “*On the whole, how satisfied are you with your life?*” respondido em uma escala likert de 10 pontos para mensurá-lo de acordo com a satisfação. Por fim, Currie et al. (2010) e Martos e Kopp (2012) apresentam somente o conceito de bem estar geral, mas não fazem qualquer consideração teórica sobre ele, nem propõe estratégias de mensuração.

Assim, identifica-se que há uma profusão de diferentes conceitos e formas de mensuração do bem estar subjetivo. Avalia-se como negativa essa falta de consenso, porque se impossibilita a comparação validada dos diferentes resultados de investigação a partir de diferentes concepções teóricas e medidas psicométricas. Obviamente, verificou-se que o conceito de Bem Estar Subjetivo de Diener (1985) junto com sua proposta de mensuração baseada na Escala de Satisfação com a vida (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985) são os mais utilizados. No entanto, também foi observado que há diversos estudos que criam medidas psicométricas específicas, como também utilizam somente itens únicos para mensurar o bem estar subjetivo. Apesar dessa limitação, no próximo tópico, avaliam-se os resultados apresentados nos artigos sobre as relações entre a pobreza e o bem estar subjetivo.

### **Relações entre Bem Estar Subjetivo e Pobreza**

É importante ressaltar que os artigos analisados neste tópico foram somente aqueles que utilizaram o conceito específico de bem estar subjetivo em suas considerações, porque, dessa maneira, é possível comparar com a literatura já consolidada. Assim, Cramm, Moller, Nieboer (2010) realizaram uma investigação com 1020 domicílios em um bairro pobre da África do Sul. Eles utilizaram a baixa renda familiar mensal para identificar a situação de pobreza e a escala *Satisfaction with Life Scale* (SWLS) (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985) para mensurar o bem estar subjetivo. Eles observaram que o grupo de pessoas com renda mais baixa tinha um nível de bem estar subjetivo com a menor média em comparação com o grupo com renda intermediária e alta.

Asadullah e Chaudhury (2012) realizaram uma pesquisa com 2318 pessoas em situação de pobreza e não pobreza de áreas rurais de Bangladesh. Eles utilizaram o item único “*On the whole, how satisfied are you with your life?*” de 10 pontos de resposta para mensurar o bem estar subjetivo e a perspectiva absoluta e relativa para medir pobreza. Utilizando análises descritivas, os indivíduos mais pobres tem índices mais baixos de satisfação comparadas com as pessoas mais ricas das comunidades pesquisadas. Cox (2012) realizou uma investigação em Calcutá na Índia com 151 pessoas extremamente pobres e pobres. Foram realizadas comparações entre os grupos de pessoas em situação de pobreza (catadores de material de lixo, mulheres profissionais do sexo, pessoas em situação de pobreza urbana e pessoas em situação de pobreza rural) e universitários. Assim, esse último grupo difere significativamente de todos os outros, tendo mais média elevada de bem estar subjetivo e de renda.

Cramm, Moller e Nieboer (2012) realizaram um estudo com 1020 residências de zonas pobres da África do Sul. Utilizaram a Escala de Satisfação com a Vida (SWLS) (Diener, Emmons, Larsen & Griffin, 1985) para medir bem estar subjetivo e o coeficiente Gini (que mede desigualdade social) e o índice de pobreza multidimensional chamado *Townsend Index* para mensurar a privação causada pela pobreza. A partir de Análise de Regressão Múltipla, foi identificado que o índice de privação multidimensional tem uma correlação negativa e significativa com o bem estar subjetivo.

Já Currie et al. (2010) realizaram uma investigação em zonas marginais da cidade de Melbourne na Austrália com 535 participantes. Eles trabalharam a pobreza a partir do construto multidimensional de exclusão social que era constituído de baixo rendimento, desemprego, desengajamento político, inexistência de participação social e falta de suporte social. Já o Bem Estar Subjetivo foi mensurado a partir das médias da escala de satisfação com a vida e de afetos positivos e negativos. Assim, eles identificaram que a exclusão social funciona como uma variável preditora negativa do bem estar subjetivo.

Distante (2013) analisou os dados da Pesquisa Painel Domiciliar Britânico nos anos de 1996 e 1997 com 10.300 indivíduos entrevistados. Como já mencionado, eles utilizaram três medidas diferentes de mensuração da pobreza: renda familiar, renda relativa a partir do consumo dos moradores do baixo e uma medida de privação calculada a partir da renda pessoal. O bem estar subjetivo é calculado a partir de um item único. Utilizando somente análises descritivas, a autora observa que o aumento da

renda tem um melhor impacto para as pessoas em situação de pobreza multidimensional do que aqueles que estão em situação de deficiência monetária. No entanto, quando se avalia o impacto da renda a partir de uma perspectiva temporal, não há uma mudança significativa do bem estar subjetivo com o aumento de renda. Observa-se, assim, que há a corroboração do Paradoxo de Estearlin (Estearlin 2000) em que a renda não funciona como um parâmetro significativo de impacto no bem estar subjetivo.

Seguindo em contribuições nessa mesma perspectiva do paradoxo, Margolis e Myrskylae (2013) analisaram os dados de 90 países de 7 regiões globais do *World Values Survey* com 208.016 pessoas participantes. Foi utilizada a abordagem subjetiva da pobreza e um item único (“*All things considered, how satisfied are you with your life as a whole these days?*”) para mensurar o bem estar subjetivo. Foram realizadas Análises de Regressão. Foi identificado que a renda é mais importante para explicar a variância do bem estar subjetivo em regiões pobres do que em regiões com mais riqueza. A partir de uma questão temporal, identifica-se que nos países Anglo-saxônicos, na América Latina e na Europa Ocidental a variação da bem estar subjetivo pela renda é muito pequena, estando em torno de 1%. Já o bem estar subjetivo tem uma variância explicada pela renda entre 5% a 8% na Ásia, África e Europa Oriental.

Já Guardiola et al. (2013) realizaram uma pesquisa com 373 domicílios em áreas rurais da comunidade de Yucatán no México. Foi utilizado o item único “*In general terms, how happy do you feel with your life?*” (utilizando uma escala de resposta de 10 pontos) para medir o bem estar subjetivo e abordagem relativa para mensurar a pobreza. É importante mencionar que o bem estar subjetivo é utilizado como sinônimo do conceito de felicidade. Assim, na população pesquisada mesmo em condições de extrema pobreza tem uma média de bem estar subjetivo elevada, sendo considerada mais alta do que as médias gerais de alguns países latino americanos, segundo as pesquisas desenvolvidas pelo *World Data Base of Happiness*. Assim, esses resultados estão de acordo com o paradoxo de “Camponeses felizes e Milionários miseravelmente infelizes” de Graham (2009). De acordo com Guardiola et al. (2013), esses resultados podem estar atrelados a esse último paradoxo, porque provavelmente a etnia Maya mesmo vivendo em condições de pobreza significativas não teria o hábito de utilizar a comparação social como balizador de sua satisfação. O contato constante com a natureza também poderia ser considerado como um preditor positivo do bem estar, como o fato de ser uma cultura baseada em valores não materiais vinculados a sociedade de consumo.

Observa-se, portanto, que os artigos analisados corroboram com os dois principais paradoxos já mencionados. Dessa maneira, aponta-se que a pobreza tem um impacto negativo no bem estar subjetivo. No entanto, em algumas situações e grupos específicos, pode haver o amortecimento dessa perspectiva preditiva negativa. Como já apresentado, é possível que as preferências adaptativas influenciem no impacto da pobreza no bem estar subjetivo, desenvolvendo uma postura adaptativa frente ao contexto de adversidade (Teschl & Comim, 2005).

Relacionado aos artigos analisados de forma geral nos outros tópicos, constata-se que a maioria dos artigos trata de maneira central a relação entre pobreza e bem estar subjetivo. Apesar dessa abrangência, as temáticas abordadas por essas produções são diversas, como desemprego, crescimento econômico, necessidades percebidas, família, ruralidade e questões vinculadas à terceira idade. No entanto, também foram identificadas produções que não tinham a relação entre pobreza e bem estar subjetivo como foco central do estudo. Essas investigações tinham como temáticas a psicoterapia, a mobilidade urbana, os impactos de intervenções comunitárias e de grupos de autoajuda, o cuidado materno, as percepções de saúde e os valores aspirados.

Assim, de modo geral, foi verificado que há uma profusão de conceituações de bem estar com cunho psicológico. A conceituação mais recorrente é o Bem Estar Subjetivo (Diener, 1984). No entanto, mesmo utilizando um conceito já bastante utilizado na literatura científica internacional, há a proposição de diferentes formas de mensuração do bem estar, como itens criados somente para a pesquisa ou mesmo a não utilização de instrumentos psicométricos. Também, salienta-se que não surgiram produções utilizando a proposta de Bem Estar Pessoal de Cumins et al. (2003b) que se apresenta como uma estratégia diferente de medição do bem estar subjetivo, porque se contrapõe a perspectiva livre de contexto. Assim, está estruturada de maneira menos abstrata do que a escala de bem estar subjetivo, mas é importante salientar que se situa igualmente na perspectiva hedônica. (Casas, 2010).

Analisa-se também que há uma preponderância das formas de mensuração baseadas na perspectiva monetária da pobreza, porque mesmo com nas conceituações multidimensionais muitas investigações ainda utilizam abordagem baseadas somente na renda. No entanto, é importante salientar que há o avanço da perspectiva multidimensional inclusive com a utilização da Abordagem das Capacitações, como também de outras formas de concepção da pobreza, lançando novos prismas analíticos acerca desse fenômeno. É necessário, então, entender que a pobreza é relevante a partir

de uma realidade de desigualdade social, de acordo com Cidade, Moura Jr. e Ximenes (2012), sendo um fenômeno de cunho econômico, social, político e psicológico. Dessa maneira, deve-se realizar a operacionalização dessas vertentes multidimensionais em instrumentos concretos para sua mensuração e legitimação. Assim, a construção de instrumentos multidimensionais tem como objetivo o entendimento da complexidade desse fenômeno para uma melhor atuação das políticas públicas e dos organismos internacionais a partir de elaboração de estratégias de enfrentamento da situação de pobreza.

Assim, estratégias de redução da pobreza e de promoção do bem estar subjetivo das pessoas pobres deveriam ser temáticas centrais nas políticas públicas e nas produções acadêmicas em diversos países, porque foram metas estipuladas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Organizações das Nações Unidas em 2000. Um grupo de 189 países assinou um acordo em que estavam presentes oito objetivos para serem realizados até 2015 (*MDG Steering Group*, 2008). Igualmente, Sarriera (2011) enfatiza que o bem estar deve ser uma meta social e política que deve ser alcançada plenamente. De acordo com Rojas (2011), por mais que haja uma maior atenção da comunidade internacional acerca da pobreza e suas estratégias de redução por conta desses Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, são poucos os estudos que enfocam a pobreza e o bem estar subjetivo de forma central. Igualmente, identifica-se como premente a explicitação nas produções científicas de quais conceitos e formas de mensuração de pobreza e bem estar subjetivo estão sendo utilizados. A escolha de uma abordagem de estudo da pobreza e do bem estar subjetivo pode ter consequências e impactos reais principalmente na vida da população mais pobre.

### **Considerações Finais**

É identificado que há uma abrangência das investigações sobre a pobreza somente a partir da renda em delineamentos de pesquisa quantitativistas. Há, assim, o detrimento da compreensão crítica e multidimensional da pobreza que poderia auxiliar na compreensão desse fenômeno de forma mais abrangente e detalhada. Sobre o bem estar subjetivo, há uma profusão de conceitos. A maioria deles não é perpassada por um embasamento teórico coerente e bem fundamentando. Igualmente, muitos utilizam somente itens únicos para mensurar o bem estar subjetivo, podendo tornar a relação entre pobreza e esta categoria psicológica menos robusta estatisticamente. Essa

diminuição da relação entre essas duas variáveis também é apontada por estudos renomados como de Estearlin (2000).

No entanto, é importante salientar que essa tendência de depreciação da relação entre pobreza e bem estar pode ser uma estratégia para manutenção da pobreza e da falta de políticas específicas para sua redução e para o aumento do bem estar subjetivo da população pobre. Assim, há a necessidade de realização de mais estudos com base na perspectiva multidimensional da pobreza e com a utilização de escalas de bem estar subjetivo mais robustas. Além disso, observa-se a necessidade de realização de mais estudos qualitativos com as pessoas em situação de pobreza, pois, assim, abre-se um espaço para conhecimento e amplificação das vozes acerca dessa realidade de privação.

## CAPÍTULO 3

### **Estudo 2. Impactos das diferentes formas de mensuração da pobreza no Bem Estar Pessoal: comparações entre Rio Grande do Sul e Ceará**

#### **Introdução**

De acordo com Natalino (2012), desde meados do anos 90, o Governo Federal vem aumentando seus gastos em políticas sociais. No entanto, a partir de 2003, houve aumentos exponenciais desses investimentos. Esses gastos públicos tem surtido um efeito expressivo na realidade socioeconômica brasileira com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim, são identificadas mudanças significativas em algumas áreas. Por exemplo, ocorreram a diminuição da desnutrição infantil (Fabrini, 2011) e o aumento da escolaridade média e da renda dos brasileiros (IBGE, 2014). De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Brasil foi um dos poucos países que conseguiu reduzir a extrema pobreza a 1/7 dos percentuais existentes em 1990 (IPEA, 2014).

É importante também salientar que, pela primeira vez, o Brasil não consta no Mapa da Fome das Nações Unidas (FAO, 2014, em inglês). O Indicador de Prevalência de Subalimentação atingiu o menor patamar, estando abaixo dos 5%. Essa constatação surge como um excelente contraponto a um problema da fome que assolava o país de maneira endêmica e epidêmica, incidindo tanto de forma crônica, como parcial. Entende-se a fome como um problema social, pois não necessariamente está ligada a um problema na produção e cultivo de alimentos (Castro, 2001). A fome pode ocorrer em países com elevados níveis de riqueza e com um sistema de produção de alimentos bem desenvolvido (Sen, 1980a). Assim, representa um grande avanço a saída do Brasil desse quadro tão grave e negativo em sua trajetória histórica.

Esses resultados podem ser explicados pela consolidação das políticas de transferência de renda, como também sua atualização a partir do Plano Brasil Sem Miséria. Este último programa foi uma ação interministerial com o objetivo de atingir os brasileiros mais vulneráveis que geralmente não alcançam as políticas públicas por conta de sua situação de privação extrema. Assim, como forma de atuar de maneira complexa e multidimensional, o Brasil Sem Miséria foi estruturado em diferentes eixos de atuação. O primeiro eixo é de Garantia de Renda, com ações voltadas para ampliação do Programa Bolsa Família, reajuste no benefício variável para as crianças e adolescentes de 0 a 15 anos, criação do benefício de superação da extrema pobreza,

entre outras ações. O eixo de Inclusão Produtiva Urbana tem como atividades a formalização do Microempreendedores individuais em situação de pobreza, a qualificação profissional com Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o fomento de ações de economia popular e solidária.

A Inclusão Produtiva Rural atuou com a criação do Programa Água Para Todos, e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a distribuição de semente adaptadas ao semiárido e a inserção dos agricultores familiares em situação de pobreza no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). E, por fim, o último eixo de atuação refere-se ao Acesso aos Serviços Públicos com a expansão e redirecionamento dos serviços e qualificação dos servidores com a criação do Programa Nacional de Capacitação do Serviço Único de Assistência Social a partir do desenvolvimento da Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS (RENEP) (Campello & Mello, 2014). Também, foi desenvolvida a meta de universalização do Programa Bolsa Família para toda a população em extrema pobreza<sup>8</sup> do país.

Para o alcance deste último objetivo, uma das principais estratégias realizadas foi a ampliação da população inserida no Cadastro Único para Programas Sociais. A partir de 2005, este sistema passou a ser integrado ao cadastro do Programa Bolsa Família e, em 2011, ampliado para outros programas relativos ao Brasil Sem Miséria, como Bolsa Verde, Água para Todos, Minha Casa, Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica entre outros. Dessa maneira, para os programas serem utilizados pelos mais pobres, eles precisam estar cadastrados neste sistema. Outra estratégia de universalização foi o estabelecimento de parcerias entre Governo Federal junto os entes federativos estaduais e municipais para realizar Buscas Ativas nos rincões de extrema pobreza das áreas metropolitanas das cidades, como também em comunidades rurais situadas distantes dos serviços públicos (Campello & Mello, 2014).

É interessante observar que o Programa Brasil sem Miséria foi estruturado como um *proxy* multidimensional. No entanto, evidencia-se que a forma de mensuração da pobreza e do público ainda continua alicerçada pela perspectiva monetária de uma linha de pobreza administrativa. Apesar dessa crítica, observa-se que há uma visão multidimensional na compreensão do fenômeno da pobreza no Governo Federal brasileiro, como exemplificada abaixo:

---

<sup>8</sup> Foi estipulada uma linha administrativa de extrema pobreza no valor de R\$ 70,00 reais per capita mensal em 2011 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012), sendo atualizada para R\$ 77,00 reais em 2014 (Brasil, 2014).

Ao olharmos o semiárido, o fortalecimento das estratégias de convivência com a seca se apresentava em toda sua premência; ao analisarmos as carências da região amazônica, destacava-se a necessidade de ampliação de acesso a serviços de convergência com a pauta ambiental e social para a melhoria das condições de vida das populações que contribuem para a manutenção das nossas riquezas naturais. Ao olharmos as dificuldades da população das periferias das grandes cidades, as demandas por mais e melhores oportunidades de trabalho e renda apontavam para a construção de uma estratégia pautada não só no emprego formal, mas também no empreendedorismo e na economia solidária. (Campello & Mello, 2014, p. 51)

Prova dessa complexidade e da necessidade de utilização de formas de mensuração multidimensionais são os resultados de algumas análises realizadas com a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008/2009 com brasileiros que não são mais considerados pobres estatisticamente, mas que possuem renda entre R\$ 140,00 reais e R\$ 226,00 reais mensais. Nessa amostra, 33% não conseguem comprar a quantidade de alimentos suficiente para uma boa alimentação; 36,7% enfrentam problemas relacionados à falta de espaço na moradia; 80% enfrentam quatro ou mais tipo de privações relacionadas à violência, problemas ambientais e privações (Bagolin, 2014). É importante salientar que esses dados podem estar defasados com as mudanças no país nos últimos anos. No entanto, eles também apresentam a necessidade de construir modelos de investigação e de intervenção não somente baseados na perspectiva monetária.

Assim, deve-se compreender o impacto da pobreza no bem estar pessoal do brasileiro, porque se deve expandir a utilização de indicadores psicossociais, não se restringindo a variáveis socioeconômicas para entendimento da realidade social. Moura Jr, Cidade, Ximenes e Sarriera (2014) apontam a necessidade de avançar nessa perspectiva e abranger questões estruturais, sociais e psicológicas. Igualmente, são necessárias formas de investigação mais específicas e complexas, como também a medição da pobreza para além da perspectiva monetária.

Entende-se que a forma utilizada na conceituação e mensuração desse fenômeno pode ter impacto significativo na quantidade de pessoas em situação de pobreza e no desenvolvimento de políticas públicas específicas para esta população. Isso ocorre, porque a pobreza tem múltiplas perspectivas de medição e conceituação (Feres & Villatoro, 2013). Dessa maneira, segundo *Chronic Poverty Research Center* (2009), a medição da pobreza pode estar relacionada à sua capacidade de alcance. As dimensões selecionadas para mensurar este fenômeno podem impactar na sua abrangência. Além disso, pode-se analisar as diferentes formas de mensuração pela profundidade que se

refere à distância das pessoas que são pobres das pessoas que não seriam identificadas como pobres. Por fim, também, pode-se analisar a pobreza por uma questão da sua dinâmica. Esta concepção estaria relacionada à duração dos estados de pobreza, como também as possíveis entradas e saídas dessa situação.

Assim, as diferentes formas de mensuração da pobreza podem estar situadas em duas grandes perspectivas. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997 do Programa das Nações Unidas, há geralmente a perspectiva conglomerativa e distributiva nas mensurações da pobreza (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1997). A primeira representa a pobreza abordada como insuficiência de renda em que o bem estar social estaria situado unicamente como uma medida econômica. A segunda se refere à pobreza amparada por indicadores multidimensionais com aspectos qualitativos, comparativos e voltados para uma compreensão específica de desenvolvimento humano (Comim & Bagolin, 2002). Sobre a perspectiva conglomerativa, a estipulação de uma linha de pobreza representa o principal indicador para sua mensuração e para o estabelecimento de comparações entre populações a partir de um valor geral específico. Assim, esta última estratégia de mensuração da pobreza é usualmente abordada nas políticas públicas e nos organismos internacionais. Ou seja, a identificação de uma situação de pobreza dá-se a partir de uma quantidade de renda. Nessa perspectiva, encontram-se as linhas de pobreza. Elas se baseiam em um mínimo financeiro relacionado à sobrevivência (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1997).

De acordo com Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), essas perspectivas monetárias unidimensionais sofrem muitas críticas, porque reduzem a questão nutricional de subsistência às únicas necessidades do indivíduo. Segundo o IPEA (2014), há uma linha de pobreza utilizada mundialmente desenvolvida pelo Banco Mundial de US\$ 1,25 dólares de Paridade de Poder de Compra (PPP) por dia. Entende-se que essas formas de mensuração e de estipulação da pobreza por organismos internacionais podem ter um caráter paliativo, atuando mais para a minimização dos efeitos colaterais do que para a própria erradicação da pobreza. As políticas de empréstimos do Banco Central e do Fundo Monetário Internacional pregam geralmente cortes nos gastos públicos inclusive nas áreas de saúde e de educação e diminuição de subsídios governamentais para alguns setores da economia, como área alimentícia. Essas diretrizes geralmente seguem a ordem neoliberal, podendo produzir mais pobreza e desigualdade social (Grech, 2009).

Além disso, critica-se a falta de padrões didáticos e publicizáveis das formas de elaboração dessas linhas de pobreza absolutas a nível mundial. Identifica-se também que ocorre a mesma forma de mensuração da pobreza em países com maiores e menores níveis de renda. Este mesmo questionamento também pode ser usado para os diferentes contextos presentes em uma mesma nação. Por exemplo, pessoas em situação de pobreza da área rural tem um perfil diferenciado daquelas residentes em contextos urbanos (Feres & Villatoro, 2013). Dessa maneira, é imperativa a necessidade de formas de compreensão da pobreza que ultrapassem essa lógica redutora desse fenômeno a questões econômicas. Assim, compreende-se que a Abordagem das Necessidades Humanas Básicas foi extremamente significativa no avanço das formas de compreensão da pobreza, pois introduziu o modelo multidimensional de encarar esse fenômeno, como também repercutiu na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) usado pela Organização das Nações Unidas para medir a qualidade de vida dos países (Lacerda, 2009). Este Índice foi desenvolvido para ser de fácil mensuração, aplicabilidade e interpretação, abrangendo escolhas econômicas e sociais (Bagolin & Comim, 2008).

Apesar desses avanços, ele abrange ainda de forma restrita a complexidade do fenômeno pobreza por estar somente constituído das dimensões saúde, educação e rendimentos. Aponta-se criticamente que as necessidades básicas estão interligadas, ou seja, não são independentes como apontadas no Índice. Por exemplo, a necessidade de moradia digna está ligada à necessidade de segurança pública e de um bom saneamento básico (PNUD, 2010). Além disso, o IDH está somente relacionado aos resultados, não analisando os processos subjacentes à realidade concreta. Uma sociedade ditatorial e altamente autoritária poderia ser avaliada de maneira positiva por este índice (Comim & Amaral, 2013).

Além desse instrumento, há outros indicadores multidimensionais da pobreza: o Índice de Pobreza Humana (IPH), o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAH) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPH é uma derivação do IDH, mas está relacionado à mensuração da pobreza a partir da perspectiva multidimensional, identificando a acumulação das privações existentes. São utilizadas como variáveis a longevidade pela parcela da população que vive menos de quarenta anos; o conhecimento pela quantidade de analfabetos; e o padrão de vida pela porcentagem de indivíduos que não acessam serviços de saúde e de abastecimento de água potável, assim como de crianças subnutridas. Apesar de o IPH representar um avanço ao IDH, as

críticas são as mesmas relacionadas ao Índice de Desenvolvimento Humano (Andrade, 2011).

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAH) tem como objetivo a identificação da desigualdade de cada dimensão do IDH nos países. Apesar de representar novamente um progresso, devido a problemas técnicos, não há como identificar se indivíduos sofrem uma ou várias privações. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é o único, então, que realmente representa uma significativa melhoria na mensuração do caráter multidimensional da pobreza em relação aos outros índices. Ele identifica as privações específicas dos indivíduos e das famílias, sendo uma escala construída de forma consensual internacionalmente e elaborada a partir de experiências em comunidades pobres. Possui dimensões semelhantes ao IDH, como saúde, educação e padrão de vida, mas expande essas dimensões em 10 indicadores, que são: ativos, pavimento, eletricidade, água, sanitários, combustível da cozinha, crianças matriculadas na escola, anos de escolaridade, mortalidade infantil e nutrição (PNUD, 2010).

Por mais que este último índice seja considerado o mais avançado, ele ainda possui algumas limitações. Por exemplo, não verifica de forma detalhada os anos de estudo de cada indivíduo, delimitando como ponto de inclusão da pobreza somente situar-se abaixo de 5 anos de estudo e não possuir criança em idade escolar na escola. Esse índice também não abrange questões relacionadas ao trabalho e à renda do indivíduo e da sua família, como também se ocorreu alguma situação crítica em que foi necessário vender algum produto de casa ou pedir dinheiro para poder sobreviver. Além disso, somente traz questões relacionadas à saúde voltadas à subnutrição e à morte de criança. Por fim, não traz nenhuma pergunta relacionada aos aspectos psicológicos da pobreza e não abrange questões referentes à liberdade, à autonomia e à participação social do sujeito (PNUD, 2010). Além disso, ele funciona bem para populações residentes no continente africano, mas para os países latinos americanos esse instrumento não tem uma boa capacidade preditiva da pobreza multidimensional. Isso ocorre, porque os pontos de corte estão relacionados a uma situação de pobreza extrema (Feres & Villatoro, 2013).

Assim, os instrumentos utilizados por grandes organizações mundiais para mensuração da pobreza necessitam ser melhorados. Compreende-se que é necessária a centralidade dos preceitos da Abordagem das Capacitações (AC) para que isso ocorra. Ela se baseia na compreensão de pobreza atrelada ao desenvolvimento humano, que é

constituído desde a promoção das necessidades fisiológicas até o fortalecimento de aspectos psicológicos de liberdade e de autonomia. Dessa maneira, essa abordagem situa-se em uma posição de questionamento da perspectiva monetária da pobreza, porque se fundamenta em cinco diretrizes da diversidade humana: heterogeneidades pessoais a partir da idade, sexo, incapacidade, etc.; diversidades ambientais a partir de diferentes condições climáticas entre outras especificidades; variações no clima social a partir da violência, do surgimento de doenças, das relações comunitárias, etc.; diferenças de perspectivas relativas a partir de padrões de comportamento e de costume em diferentes comunidades e cidades; e distribuição na família a partir da distribuição de recursos de um ou mais membros da família entre os outros componentes (Sen, 2000). Chiappero-Martinetti (2000) afirma que a AC não aborda o ser humano somente relacionado à insuficiência monetária, mas necessitando ser compreendido a partir da saúde, da longevidade, da educação, das relações sociais e dos sentimentos subjetivos. Dessa maneira, essa abordagem é geralmente reconhecida como a abordagem mais compreensiva do bem estar social.

Chiappero-Martinetti e Moroni (2007) informam que a Abordagem das Capacitações pode ser entendida por meio de duas grandes correntes de pensamento. A perspectiva seniana tem um enfoque mais relativista e contextual acerca das capacitações básicas, indicando que o processo de escolha dessas capacitações é mais importante do que uma lista universal. Dessa maneira, ele concebe que o processo de eleição dessas capacitações básicas tem que estar pautado em uma estrutura democrática com foco na liberdade e da agência dos indivíduos. Igualmente, percebe que a manutenção e o estabelecimento dessas capacitações são responsabilidade da sociedade civil, estado e indivíduo. Já a perspectiva nusbauniana parte da ética aristotélica enfatizando a necessidade de uma lista de capacitações universais básicas para cada pessoa.

No entanto, apesar dessas diferenças, na AC, os seres humanos são abordados como portadores de funcionamentos que são os estados e as atividades desempenhadas. Ou seja, esses funcionamentos são as diferentes formas de ser e de fazer realizadas pelo indivíduo a partir dos recursos disponíveis. O conjunto de funcionamentos é entendido como capacitações que representam a liberdade da pessoa de escolher funcionamentos que sejam importantes para si (Sen, 1996). Então, a pobreza representa a privação de capacitações básicas provenientes da falta de liberdade de eleição de funcionamento valiosos para os indivíduos. Essa falta de liberdade pode estar relacionada a uma

situação econômica adversa, uma política pública não efetiva, ou uma realidade social opressora e violenta (Cohen, 1996).

Com essa perspectiva, continua-se utilizando fatores econômicos, mas há também a expansão do conceito de pobreza para aspectos sociais, culturais e estruturais. Por exemplo, retornando a questão da fome, ela pode ser entendida como ligada a questões éticas. A partir da AC, compreende-se que a fome está relacionada à debilidade do funcionamento de encontrar comida necessária para comer, como também a liberdade de ter uma vida decente, de estar livre da mortalidade nutricional e de ter acesso a políticas públicas de combate à fome (Sen, 1989). Dessa maneira, compreende-se que a AC é portadora de um âmbito ético e explicativo. É evidenciado que cada pessoa é considerada capaz de alcançar minimamente seus funcionamentos, assim como há a centralidade da estrutura social no desenvolvimento das capacitações e das suas privações desenvolvidas pela pobreza. Também, é apontada que são necessárias políticas específicas junto com a atuação dos cidadãos para erradicação da pobreza e formas de mensuração que abordem a avaliação dos fatores pessoais e dos espaços e das circunstâncias sociais envolvidas na situação de pobreza (Chiappero-Martinetti & Moroni, 2007).

Assim, salienta-se a necessidade de investigar questões subjetivas na perspectiva multidimensional da pobreza (Chiappero-Martinetti, 2000). Aponta-se que esses estudos podem ser abordados como controversos, porque utilizam parâmetros não objetivos de mensuração. “Em particular, o problema central com o uso da informação subjetiva refere-se a uma habilidade para adaptar as situações adversas e desenvolver critérios que são deformados por algumas experiências negativas<sup>9</sup>”. (Teschl & Comim, 2005, p. 230). Assim, esse processo de distorção da avaliação de um contexto de privação constitui-se como preferências que foram adaptadas ao contexto histórico de adversidade, sendo chamadas de preferências adaptativas. Apesar dessas críticas, compreende-se que há necessidade de articulação de aspectos objetivos – por meio da normatização de funcionamentos e capacitações concretos na avaliação do bem estar humano – e subjetivos (Comim, 2005).

Defendendo esses aspectos subjetivos, Sen (1996) enfatiza que o bem estar representaria a capacitação para escolher com liberdade diferentes formas de vida

---

<sup>9</sup> “In the particular, a core problem with the use of subjective information concerns one’s ability to adapt to adverse situations and develop criteria that are deformed by one’s negative experiences” (Teschl & Comim, 2005, p. 230)

importantes para o indivíduo. Assim, entende-se que, quando há a utilização conjunta da Abordagem das Capacitações e as teorias do bem estar subjetivo para o entendimento do bem estar humano, alcança-se um nível de compreensão da realidade de pobreza que abarca fatores objetivos e subjetivos importantes para o entendimento deste fenômeno. Sen (2000), então, propõe que o bem estar poderia estar mais relacionado com a liberdade e com a capacidade de escolher o que se quer fazer e o que se quer ser. Esta possibilidade de ser e de fazer – como já mencionado – estaria vinculada aos funcionamentos. E as capacitações seriam a liberdade de escolha de diferentes funcionamentos pelo indivíduo. Concebe-se que os funcionamentos alcançados fazem parte do bem estar individual, enquanto que as capacitações são as possibilidades reais da pessoa ter mais bem estar, ou seja, a liberdade e autonomia que o indivíduo é portador (Chiappero-Martinetti, 2000). É importante também salientar que o bem estar subjetivo é abordado como um das dimensões “perdidas” da pobreza, sendo apontada necessidade de sua maior investigação (Samman, 2007, 2009).

Além disso, Comim (2005) concebe que há semelhanças entre a concepção de bem estar humano a partir da AC e das teorias sobre bem estar subjetivo. Identifica-se que ambas as perspectivas posicionam o indivíduo como central na avaliação de seu próprio bem estar. Igualmente, há consenso na compreensão de meios para acessar determinados fins. Por exemplo, o bem estar é um fim almejado, mas o meio para alcançá-lo pode estar constituído por diferentes fatores. Dessa maneira, também se considera um comum acordo entre perspectivas teóricas que a renda não é um indicador adequado para avaliar o bem estar do indivíduo. Dessa maneira, o bem estar é uma meta a ser conquistada nos âmbitos social e político (Sarriera, 2011). O bem estar subjetivo pode ser entendido como uma capacitação do indivíduo, pois a pessoa julga e avalia livremente sua vida de maneira geral.

Diener (2012) define bem estar subjetivo como avaliações cognitivas e afetivas relacionadas à vida de forma geral. Nessas avaliações, estão presentes julgamentos vinculados à satisfação, como também reações emocionais positivas e negativas aos acontecimentos vividos. Essas avaliações são desenvolvidas a partir dos recursos sociais e pessoais, dos acontecimentos vividos e das experiências emocionais globais (Veenhoven, 1994). No entanto, por mais que essas avaliações sejam subjetivas e fundamentadas em construções mais pessoais, os parâmetros comparativos são centralmente sociais (Blanco & Valera, 2007). E esses parâmetros são baseados em uma realidade econômica, histórica, social e cultural concreta. Igualmente, concebe-se que a

capacitação do indivíduo de desenvolver seu bem estar não deve ser abordada de maneira solipsista, mas compreendida como articulada em um contexto social (Sen, 1996).

Compreende-se que o bem estar subjetivo é uma medida de avaliação abstrata de satisfação com a vida. Dessa maneira, é necessário utilizar uma categoria e uma forma e mensuração que esteja vinculada aos aspectos concretos da vida. Assim, o Bem Estar Pessoal (BEP) parte de avaliações subjetivas e objetivas (Ribeiro & Cummins, 2008). Dessa maneira, o bem estar pessoal é construído de aspectos referentes a julgamentos cognitivos sobre a vida contemplando aspectos afetivos e concretos ligados aos diferentes âmbitos concretos ligados à existência humana, como saúde, relações pessoais, segurança, futuro, vinculação comunitária e padrão de vida (Cummins et al., 2003b). Além disso, essa categoria pode ser entendida como a capacidade de agenciamento do indivíduo. Ou seja, o bem estar pessoal está mais relacionado ao controle da pessoa sobre si e sobre seu entorno, evidenciando a própria liberdade do indivíduo na escolha dos seus funcionamentos representados pelos seus estados de ser e de fazer.

Colaborando com essas considerações, Casas (2010) concebe o Bem Estar Pessoal como uma imbricação de aspectos internos considerados psicológicos e externos vinculados às interações sociais e ao ambiente. Considera-se esta categoria como psicossocial. Assim, a partir de seus âmbitos, o BEP agrega fatores subjetivos e objetivos componentes das interpretações posicionais. Estas são objetivas, pois refletem uma determinada realidade. No entanto, também são consideradas subjetivas em virtude de serem realizadas pelos próprios indivíduos (Comim & Amaral, 2013).

Essas interpretações posicionais auxiliam na compreensão do bem estar do indivíduo a partir da relação do indivíduo com a sociedade. O bem estar pessoal é constituído por núcleos centrais referentes aos construtos satisfação global com a vida, felicidade e satisfação com os âmbitos concretos da vida. Essas categorias correlacionam-se positivamente com núcleos periféricos constituintes do Bem Estar Pessoal, sendo eles: autoestima, percepção de controle, apoio social percebido, otimismo vital, entre outros (Casas, 2010). Além disso, diferente do bem estar subjetivo que é mensurado a partir de uma perspectiva livre de contextos, o bem estar pessoal tem como medida âmbitos ligados a dimensões concretas. Assim, Sarriera (2015, no prelo) enfatiza a necessidade de desenvolver investigações acerca da relação do bem estar pessoal com a pobreza.

Observa-se que ainda falta consenso sobre o impacto da pobreza em aspectos referentes ao bem estar. Diener (2012) concebe que pode haver a adaptação e o equilíbrio das médias do bem estar subjetivo mesmo em situações de pobreza. No entanto, o próprio autor enfatiza que é necessário desenvolver mais investigações para um melhor entendimento dessa perspectiva adaptativa. No paradoxo dos Camponeses felizes e Milionários miseravelmente infelizes, identificam-se altos níveis de bem estar subjetivo na população com altos índices de pobreza e de vulnerabilidade (Graham, 2009). Guardiola et al. (2013) compreendem que este fenômeno pode ocorrer, porque há a incidência de fatores específicos, como a forte ligação ao contexto cotidiano, impactando na dispositivo psicológico da comparação social.

Já, no paradoxo de Estearlin, identifica-se que o aumento da renda não significa necessariamente um aumento do bem estar subjetivo (Estearlin 2000). Isso acontece, porque junto com aumento da renda também ocorreria mudanças nos padrões avaliativos dos indivíduos no tocante a expectativas individuais e comparações sociais. Auxiliando na compreensão desse fenômeno, a Teoria da Homeostase do Bem Estar Subjetivo evidencia que o bem estar pessoal está amparado por traços de personalidade e dispositivos psicológicos (Cummins & Nistico, 2002). Assim, o aumento da renda ou da pobreza não traria impacto significativo no bem estar pessoal por conta do controle homeostático. Utilizando um ranking de resposta do Índice de Bem Estar Pessoal entre 0-100, a população ocidental com padrões de vida medianos teria uma média de pontuação nessa escala em torno de 70-80 pontos (Cummins et al., 2003b).

Esse processo de autorregulação também pode ser abordado como uma adaptação hedônica em que há uma diminuição do efeito de determinando estímulo com sua constância e repetição (Teschl & Comim, 2005). No entanto, quando ocorre uma situação de adversidade significativa, como a extrema pobreza, pode ocorrer a falha desse controle homeostático (Cummins, 2000). Estas considerações já foram evidenciadas por outros autores, como Diener et al., (1992, 1999) e Huebner, (2004). Concebe-se que somente níveis de extrema pobreza quando afetam as necessidades básicas de sobrevivência, há um impacto significativo na redução do bem estar subjetivo.

No entanto, este trabalho identifica que a situação de pobreza é adversa *per se*. Entende-se, então, que o fator que poderia interferir na compreensão dos diferentes impactos da pobreza no bem estar pessoal estaria relacionado à forma de mensuração da pobreza. Dependendo da perspectiva de mensuração, há uma variabilidade da

sensibilidade do instrumento no tocante aos impactos negativos deste fenômeno no bem estar pessoal. Ainda é necessário ressaltar que muitas das investigações envolvendo pobreza e bem estar pessoal estariam relacionadas somente a aspectos monetários e unidimensionais da pobreza (Moura Jr., Cidade, Ximenes & Sarriera, 2014). Dessa maneira, é premente o desenvolvimento de pesquisas que abordem também indicadores multidimensionais da pobreza e seus impactos no bem estar pessoal de indivíduos inseridos nessa realidade de privação. Além disso, aponta-se a necessidade de realizar mais estudos sobre o Índice de Bem Estar Pessoal em países com significativos índices de pobreza (Smyth, Nielsen & Zhai, 2010). Com isso, este estudo tem como objetivo: analisar o impacto de diferentes formas de mensuração da pobreza no bem estar pessoal de indivíduos do Rio Grande do Sul e do Ceará.

## **Método**

Será utilizado o delineamento de pesquisa descritivo correlacional, de caráter transversal e baseado em observações (enquete) (Fowler Jr., 2011), ou também conhecido como levantamento. Esse delineamento se refere a uma investigação de forma padronizada relacionada a temáticas específicas da pesquisa com uma amostra por conveniência da população estudada (Robson, 1993).

### **Participantes**

A amostra é composta por 731 pessoas provenientes dos estados do Ceará (57%) e do Rio Grande do Sul (43%) com idade média de 36,68 anos ( $SD = 16,02$ ). A pessoa com menor idade tem 18 anos e a com maior possui 88 anos. Os critérios utilizados para participação da investigação foram: ser residente nos bairros com altos índices de vulnerabilidade social escolhidos para a realização da pesquisa; possuir a idade mínima de 18 anos para assumir a responsabilidade de participação na pesquisa; e declarar anuência a partir do conhecimento das condições de pesquisa e da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

### **Instrumentos**

Na perspectiva de satisfação global com a vida, é utilizado o Índice de Bem Estar Pessoal (*Personal Wellbeing Index*) que foi primeiramente aplicado na Austrália, tendo posteriormente difusão mundial (Cummins et al., 2003b). Este índice tem o

objetivo de mensurar a satisfação global com a vida a partir de âmbitos específicos, portando significativos índices de validade, replicabilidade e composição, como o Alfa de Cronbach de 0.85 (*International Wellbeing Group*, 2006). De acordo com Ribeiro e Cummins (2008), o Índice de Bem Estar pessoal avalia o bem estar subjetivo e psicológico a partir de medidas objetivas e subjetivas. Os âmbitos utilizados são padrão de vida, saúde pessoal, realizações, relações pessoais, segurança, relações comunitárias e segurança quanto ao futuro. Esses indicadores são avaliados a partir de um ranking de resposta de 0 – totalmente insatisfeito – até 10, totalmente satisfeito.

Foram também utilizadas várias formas de mensuração da pobreza para avaliar o impacto dessas diferentes perspectivas no Bem Estar Pessoal. Primeiramente, foram usadas as variáveis monetárias “Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você) mensal?” e “Qual o valor aproximado da sua renda pessoal mensal?”. Essas variáveis foram invertidas para serem analisadas como um prisma de privação monetária. Também, foi utilizado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010). Esse índice está dividido em três dimensões de privação relacionadas ao padrão de vida (não possuir eletricidade na residência; sem água potável; sem saneamento básico; utilização de carvão ou madeira para cozinhar; possuir casa com o piso de terra; possuir no máximo um bem durável), educação (possuir todos os membros da família com menos de 5 anos de estudo; existência de pelo menos uma criança em idade escolar fora da escola) e saúde (existência de pelo menos um membro da família com desnutrição; e ocorrência de falecimento de pelo menos uma criança), ampliando, assim, a compreensão da pobreza para além da perspectiva monetária.

Foi desenvolvido também o Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM), ele foi criado a partir de um grupo de discussão de professores e de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Ceará. Utilizando Comim et al. (2007), foi realizada uma incursão teórica em autores que operacionalizaram<sup>10</sup> a mensuração da pobreza a partir da Abordagem das Capacitações

---

10 De acordo com Comim (2001), deve-se entender a operacionalização como a explicitação do processo transformação de uma teoria em seu valor prático.

(AC). Assim, foram utilizadas como base para desenvolvimento desse índice: uma pesquisa sobre pobreza multidimensional com pessoas da região metropolitana de Porto Alegre/RS (Picolotto, 2006); uma pesquisa sobre os indicadores de Pobreza Multidimensional e Extrema Pobreza para Porto Alegre (Avila, Bagolin & Comim, 2012; Bagolin, Avila & Comim, 2012; Comin, Bagolin, Porto Jr., Bender Filho, Picolotto & Avila, 2007); uma pesquisa sobre pobreza multidimensional aplicada na África do Sul (Qizilbash & Clark, 2005); na Itália (Chiappero-Martinetti, 2000); e na Bélgica (Lelli, 2001).

Evidencia-se que esta proposta de operacionalização da AC está baseada em críticas a essa abordagem relacionadas à dificuldade e à imprecisão da criação de estruturas métricas de mensuração do desenvolvimento humano e da pobreza (Comim, 2005). Assim, primeiramente, deve-se entender que a operacionalização da AC não está relacionada somente à pobreza, mas abrange também as relações sociais e questões vinculadas ao padrão de vida, à desigualdade, à justiça, ao bem estar e à qualidade de vida. Para essa operacionalização, são necessários alguns pré-requisitos<sup>11</sup>: a escolha dos funcionamentos ou capacitações para mensuração; conjuntos de indicadores relacionados a um dos âmbitos acima mencionados e os critérios específicos de mensuração e de representação de cada um deles; e a indicação da forma de agregação desses indicadores em dimensões e a orientação da agregação dessas dimensões em uma avaliação geral (Chiappero-Martinetti, 2000). Corroborando com essas premissas, Comim et al. (2007) afirma que deve haver participação da população em situação de pobreza na escolha dos funcionamentos para avaliação. Por questões financeiras e práticas, este estudo não teve a possibilidade de realizar uma consulta popular acerca dos funcionamentos que seriam importantes para os indivíduos. No entanto, utilizou como uma de suas bases a pesquisa sobre pobreza e extrema pobreza em Porto Alegre que tivesse um forte cunho colaborativo e popular na construção do indicador multidimensional (Comin, Bagolin, Porto Jr., Bender Filho, Picolotto & Avila, 2007).

Esses pré-requisitos tem fins de alcance das quatro diretrizes que permeiam a operacionalização da AC: avaliação, diversidade, objetividade e contrafactualidade. É necessária, assim, a avaliação pelas próprias pessoas em situação de pobreza da

---

11 Chiappero-Martinetti (2000) rebate críticas relacionadas a dificuldade de operacionalização da AC, apontando, então, orientações pragmáticas para o alcance de uma estratégia de difusão dessa forma de mensuração da pobreza.

relevância dos funcionamentos que estão sendo pesquisados. Igualmente, essas variáveis precisam abarcar a diversidade relacionada aos princípios da heterogeneidade humana, da diversidade, da variação ambiental e da distribuição intrafamiliar. As capacitações e funcionamentos também tem que serem abordados na perspectiva objetiva, sendo mensurados a partir de parâmetros concretos e específicos para determinado contexto. Essa operacionalização, por fim, é orientada pelo âmbito contrafactual em que se criam possibilidades empíricas condicionais para mensuração da pobreza no âmbito multidimensional (Comim & Bagolin, 2002). Então, essa operacionalização a partir dessas orientações permite caracterizar a condição das pessoas em situação de pobreza multidimensional, como também estruturar a agregação de informações sobre essa realidade (Avila, Bagolin & Comim, 2012).

O instrumento proposto por essa pesquisa está mais relacionado aos estados de privação proporcionados pela situação de pobreza, como o desenvolvido no Índice de Carências Multidimensional na cidade de Porto Alegre (Avila, Bagolin, Comim, 2012). É, então, elaborada uma operacionalização da mensuração da pobreza em que a ambiguidade e o caráter vago dos indicadores são contemplados, porque os funcionamentos são entendidos como dimensões complexas da qualidade de vida.

Privação também não é uma "condição de tudo-ou-nada" que identifica certa classe de pessoas, mas sim um predicado vago que se manifesta em diferentes graus. Quando nos referimos a um determinado funcionamento, como uma vida saudável ou educação e conhecimento, podemos pensar que ele poderia ser plenamente alcançado por uma pessoa ou não alcançado, mas muitas vezes esse funcionamento será apenas parcialmente realizado. Em todos esses casos, não estamos interessados em desenhar um claro ponto de corte entre modalidades opostas (pobres e não pobres, doentes ou saudáveis, atingidos ou não atingidos) ou em representar esses conceitos de uma forma dicotômica e antitética. Ao contrário, é necessário capturar e preservar a riqueza interpretativa desta abordagem em nossa descrição do bem-estar<sup>12</sup>. (Chiappero-Martinetti, 2000, p. 219, traduzido).

---

12 Deprivation too is not an "all-or-nothing condition" that identifies a certain class of people, but rather a vague predicate that manifests itself in different degrees. When we refer to a given functioning, such as healthy living or education and knowledge, we can think that it could be fully achieved by a person or not achieved at all, but more often it will be only partially fulfilled. In all these cases, we are not interested in drawing a clear cut-off between opposite modalities (poor and not poor, sick or healthy, achieved or not achieved) or in representing these concepts in a dichotomous and antithetical way. On the contrary, we need to capture and preserve the interpretative richness of this approach in our description of well-being (Chiappero-Martinetti, 2000, p. 219).

Assim, para conseguir mensurar indicadores relacionados à pobreza multidimensional de forma complexa, é indicada a utilização da metodologia dos conjuntos *fuzzy* que indicaria diferentes graus de realização dos indicadores investigados (Chiappero-Martinetti, 2000). A pobreza e o bem estar são construtos considerados difíceis de serem identificados em sua complexidade e totalidade, sendo essa teoria geralmente utilizada para a compreensão abrangente desses fenômenos (Qizilbash & Clark, 2005; Lelli, 2001). Vale salientar que dos autores abordados neste trabalho que operacionalizam a AC e realizam mensurações da pobreza (Chiappero-Martinetti, 2000; Comim et al., 2007; Lelli, 2001; Qizilbash & Clark, 2005; Piccolotto, 2006) somente o Índice de Pobreza Multidimensional do PNUD<sup>13</sup> (2010) não expressa explicitamente que utiliza essa metodologia. Assim, na metodologia de conjuntos *fuzzy*, o conjunto universal é representado por  $X$ . Enquanto, o conjunto *fuzzy*  $A$  é representado pela função de conjunto associada:  $\mu_A : X \rightarrow [0,1]$

De acordo com Chiappero-Martinetti (2000) e com Qizilbash e Clark (2005),  $[0,1]$  é o intervalo dos valores do conjunto *fuzzy*  $A$ . Então,  $\mu_A(x) = 0$ , se  $x \in X$  não pertence ao conjunto  $A$ .  $\mu_A(x) = 1$ , se  $x \in X$  pertence completamente ao conjunto  $A$ . Quando  $x$  pertence parcialmente ao conjunto  $A$ , então,  $0 < \mu_A(x) < 1$ . Dessa maneira, a metodologia *fuzzy* identifica a posição de cada indivíduo de acordo com o grau de realização do indicador que está sendo mensurado, necessitando cada indicador ou variável ser entendida como um funcionamento que está sendo representado. As variáveis dicotômicas estão relacionadas aos valores: 0 = não pertencente; e 1 = pertencente, podendo ser concebidas a partir de uma função linear em que os valores são equidistantes e diretamente proporcionais entre os elementos existentes. Por exemplo, a partir dessa metodologia de análise, é abordado o funcionamento de saúde a partir de alguns indicadores. Essa dimensão não é somente entendida como sendo alcançada ou não sendo alcançada, mas também como parcialmente realizada. Dessa maneira, metodologia dos conjuntos *fuzzy* substitui a função bem delineada (*set crisp*) em que os indicadores somente estariam relacionados com os valores 0 (não-membros) ou 1 (membro).

---

13 Utiliza uma metodologia de médias ponderadas em que as dimensões abordadas tem pesos diferentes, criando um ponto de corte a partir da soma dos indicadores.

As variáveis ordinais terão valores intermediários equidistantes atribuídos entre o intervalo [0,1], podendo ser abordados a partir de uma função linear. Esta função é amplamente utilizada, sendo de fácil visualização e interpretação, pois os valores são considerados equidistantes e possuem um valor mínimo e máximo que se referem ao âmbito de pertencimento a cada variável (Lelli, 2001). Além disso, quando as variáveis não forem dicotômicas, haverá um processo de harmonização das variáveis feito por interpolação (Avila, Comim & Bagolin, 2012), tornando os valores de cada variável, como também o valor de cada dimensão, referente ao intervalo de [0,1]. Então, tanto em cada variável, como em cada dimensão, quanto mais os valores das respostas estiverem próximos do 1 serão considerados mais privados, ou seja, mais pobres; quanto mais os valores estiverem próximos do 0 serão considerados menos privados, ou seja, menos pobres multidimensionais.

A partir da apresentação de como é estruturada a lógica do Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional, deve-se igualmente explicitar as dimensões que são utilizadas, definir os indicadores de cada dimensão, estipular os pontos de corte para identificação da situação de pobreza e agregar as dimensões em um índice (Feres & Villatoro, 2013). Assim, sobre o instrumento desenvolvido para esta pesquisa, foram estipulados funcionamentos com base na objetividade e na diversidade da realidade (Comim, 2008). Igualmente, os funcionamentos pesquisados nas perguntas estão relacionados ao que as pessoas podem fazer e ser, almejando estruturá-las em condições objetivas para minimizar a possível manipulação do entrevistado (Comim, 2008). É importante salientar que o Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional está dividido nas cinco grandes dimensões, tendo 4 desses âmbitos também elencados pelo Índice Multidimensional de Carências de Porto Alegre.

Este índice, segundo Avila, Bagolin e Comim (2012), foi desenvolvido a partir de um processo de consulta popular com 8.000 pessoas residentes nesta cidade onde elas foram questionadas sobre os principais fatores que seriam importantes para caracterizar uma situação de pobreza. A partir dessa dinâmica, foram evidenciadas quatro dimensões: habitação, trabalho e renda, saúde e educação. A quinta dimensão foi elencada a partir das contribuições de Samman (2007) sobre a importância de aspectos subjetivos na compreensão multidimensional da pobreza. Assim, apesar do Índice de Carência basear a construção do instrumento desenvolvido para esta pesquisa, foram igualmente utilizadas outras fontes na elaboração desse questionário. Dessa maneira, as dimensões e suas respectivas variáveis presentes no IMPM são:

Tabela 2. Estrutura do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional.

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Valores das categorias de resposta para construção do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional</b>	<b>Ponto de Corte de Identificação da Pobreza por item do indicador</b>
<u>Educação</u>	Você estudou? Picolotto (2006); Qizilbash & Clark (2005)	1 = Não estudou	1 = Pobre
		0,75 = Até 5 anos (Ensino Fundamental Incompleto)	0,75 = Pobre
		0,5 = De 6 anos a 9 anos (Ensino Fundamental Completo ou incompleto)	0,5 = Pobre
		0,25 = De 10 a 11 anos (Ensino Médio Incompleto)	0,25 = Não-pobre
		0 = 12 anos ou mais (Ensino Médio Completo ou Ensino Superior)	0 = Não-pobre
<u>Educação</u>	Algum adulto da sua família estudou mais de 9 anos? PNUD (2010)	1 = Não	1 = Pobre
		0 = Sim	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	A sua residência é: Picolotto (2006)	1 = Ocupação	1 = Pobre
		0,66 = Cedida	0,66 = Pobre
		0,33 = Alugada	0,33 = Não-pobre
		0 = Própria	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	A sua casa é de: Picolotto (2006)	1 = Papelão, plástico ou compensado (barraco)	1 = Pobre
		0,66 = Taipa	0,66 = Pobre
		0,33 = Madeira	0,33 = Pobre
		0 = Alvenaria	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	Sua casa possui água encanada? PNUD (2010)	1 = Não	1 = Pobre
		0 = Sim	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	Como é o piso da sua casa? PNUD (2010)	1 = Terra batida 0,5 = Cimento 0 = Cerâmica	1 = Pobre 0,5 = Pobre 0 = Não-pobre

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Valores das categorias de resposta para construção do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional</b>	<b>Ponto de Corte de Identificação da Pobreza por item do indicador</b>
<u>Habitação</u>	Qual combustível mais usado para cozinhar na sua casa? PNUD (2010)	1 = Lenha	1 = Pobre
		0,5 = Carvão	0,5 = Pobre
		0 = Gás de Cozinha	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	A sua casa possui eletricidade? PNUD (2010)	1 = Não	1 = Pobre
		0 = Sim	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	Qual o tipo de banheiro da sua casa? PNUD (2010)	1 = sem banheiro	1 = Pobre
		0,66 = buraco no chão;	0,66 = Pobre
		0,33 = vaso sanitário sem descarga;	0,33 = Pobre
		0 = vaso sanitário com descarga	0 = Não pobre
<u>Habitação</u>	Qual o destino das fezes e urina? PNUD (2010)	1 = Céu Aberto	1 = Pobre
		0,5 = Fossa	0,5 = Pobre
		0 = Sistema de Esgoto	0 = Não-pobre
<u>Habitação</u>	Assinale quais dos recursos sua família possui e a quantidade: PNUD (2010) Qizilbash & Clark (2005)	1 = entre 0 a 4 bens duráveis;	1 = Pobre
		0 = 5 ou mais bens duráveis	0 = Não-pobre
<u>Trabalho e renda</u>	Atualmente, você está exercendo algum tipo de trabalho remunerado? Qizilbash & Clark (2005) Picolotto (2006)	( 1 ) Não	1 = Pobre
		0 = Sim	0 = Não-pobre

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Valores das categorias de resposta para construção do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional</b>	<b>Ponto de Corte de Identificação da Pobreza por item do indicador</b>
<u>Trabalho e renda</u>	Qual o valor aproximado da sua renda pessoal? Qizilbash & Clark (2005) Picolotto (2006) Comim et al. (2007)	1 = 0 Até R\$ 77,0	1 = pobre
		0,75 = De R\$ 77,00 a R\$ 154,00	0,75 = pobre
		0,5 = De R\$ 155,00 a R\$ 339,00	0,5 = pobre
		0,25 = Mais de R\$ 340,00 até 678,00	0,25 = Não-pobre
		( 0 ) Mais de 679,00	0 = Não-pobre
<u>Trabalho e renda</u>	Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você)? Qizilbash & Clark (2005) Picolotto (2006) Comim et al. (2007)	1 = Sem rendimento	1 = pobre
		0,75 = Menos de 1 salário mínimos	0,75 = pobre
		0,5 = entre 1 e 2 salários mínimos	0,5 = pobre
		0,25 = entre 3 e 4 salários Mínimo	0,25 = Não-pobre
		( 0 ) mais de 4 salários mínimos	0 = Não-pobre
<u>Trabalho e renda</u>	Você já nunca precisou vender alguma coisa de dentro de casa para poder comer? Comim et al. (2007)	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre
<u>Trabalho e renda</u>	Você nunca precisou pedir dinheiro para poder comer? Comim et al. (2007)	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Valores das categorias de resposta para construção do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional</b>	<b>Ponto de Corte de Identificação da Pobreza por item do indicador</b>
<u>Saúde</u>	Você consegue atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisa? Picolotto (2006) Qizilbash e Clark (2005)	1 = Nunca	1 = Pobre
		0,66 = Poucas vezes	0,66 = Pobre
		0,33 = Frequentemente	0,33 = Não-pobre
		0 = Sempre	0 = Não-pobre
<u>Saúde</u>	Você nunca deixou de utilizar algum serviço de saúde por não ter dinheiro para pagar o transporte?	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre
<u>Saúde</u>	Na sua casa nenhuma criança já morreu? PNUD (2010)	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre
<u>Saúde</u>	Quantas refeições você costuma fazer por dia? Picolotto (2006)	1 = Nenhuma	1 = Pobre
		0,66 = Uma	0,66 = Pobre
		0,33 = Duas	0,33 = Pobre
		0 = Três ou Mais	0 = Não-pobre
Saúde	Tem alguém na sua casa com desnutrição PNUD (2010)	0 = Não	0 = Não-pobre
		1 = Sim	1 = Pobre
Aspectos Psicológicos da pobreza	Como você se considera? Relatório Comim et al. (2007)	1 = Pobre	1 = Pobre
		0,5 = Nem rico nem pobre	0,5 = Pobre
		0 = Rico	0 = Não-Pobre
Aspectos Psicológicos	Você sente vergonha de ser pobre?	1 = Sim	Pobre = 1

Então, há gradações do nível de pobreza multidimensional, configurando a metodologia de conjuntos *fuzzy* (Lelli, 2001). De acordo com Qizalbash e Clark (2005), muitos estudos que abordam a perspectiva multidimensional de pobreza não utilizam um ponto de corte para identificar um estado de maior privação. Compreende-se a situação de pobreza como diferentes gradações, sendo quanto mais próximo de 1 maior estado de pobreza multidimensional; e quanto mais próximo de 0 menor estado de pobreza multidimensional (Figura 5).

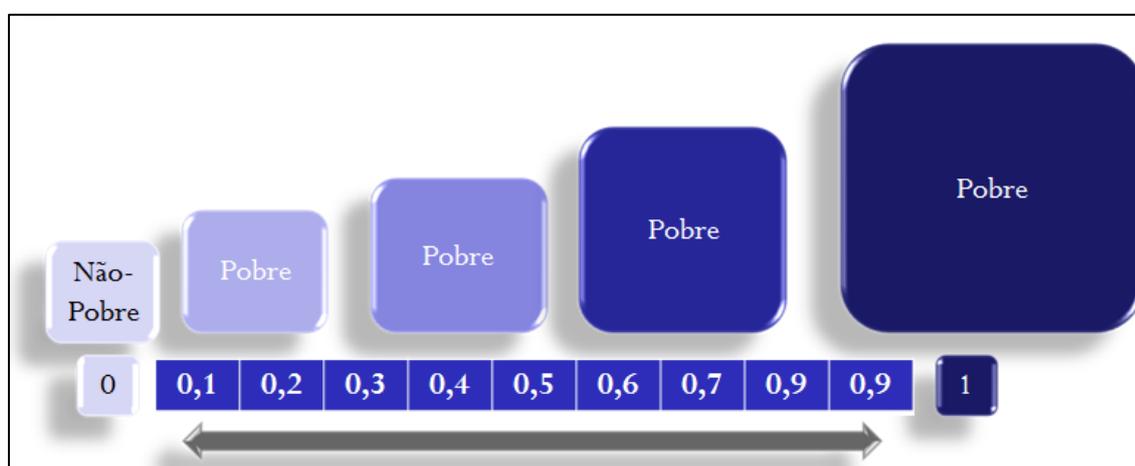


Figura 5. Ilustração das gradações do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional.

Com isso, é possível avaliar um conjunto de indicadores, como também obter uma avaliação geral do grau de privação de uma pessoa ou de um grupamento a partir de cada dimensão de funcionamentos. Assim, utilizando a estratégia realizada por Comim et al. (2007), será desenvolvida uma média do Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional a partir da soma dos indicadores pesquisados e sua divisão pela quantidade de indicadores. Essa média representaria a agregação horizontal com a obtenção da média das dimensões pesquisadas com todos os funcionamentos para uma pessoa (Comim, 2001). Assim, todos os indicadores ou funcionamentos escolhidos não tem diferença de peso, sendo igualmente importantes para mensuração. Segundo Comim et al. (2007), é possível realizar a decomposição do indicador central de mensuração da pobreza em diversas dimensões de funcionamento, como também em

funcionamentos específicos. Esta é uma das grandes novidades da AC em relação a outras formas de mensuração da pobreza baseada somente na renda.

### **Procedimentos**

A pesquisa foi desenvolvida nos estados do Rio Grande do Sul e do Ceará. Primeiramente, é importante pontuar que os participantes são residentes em dois estados brasileiros com diferentes características estruturais passíveis de comparabilidade. Portanto, de acordo com o Censo Demográfico Brasileiro de 2010 no Ceará, a taxa de analfabetismo é 18,74% das pessoas maiores de 15 anos enquanto no Rio Grande do Sul essa porcentagem é de 4,52%. Já a porcentagem da renda familiar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 reais é 54,55% da população cearense e de 18,65% da população gaúcha. (IBGE, 2010).

Também, há informações de indicadores multidimensionais relacionados à realidade de privação nos dois estados. Dessa maneira, o Índice de Vulnerabilidade Social relacionado à dimensão do trabalho e da renda refere-se à desocupação de adultos, à ocupação informal de adultos com pouca escolaridade, à dependência da renda das pessoas idosas e à presença de trabalho infantil. Esse índice foi estruturado em um ranking em que quanto mais próximo de 1 representaria uma situação de maior adversidade e privação, enquanto os valores mais próximos de 0 significariam uma situação adequada. Assim, no Rio Grande do Sul, o Índice de Vulnerabilidade Social da dimensão trabalho e renda é de 0,231, enquanto no Ceará é de 0,434. A investigação foi realizada nas capitais dos dois estados. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, em Fortaleza há 123.884 pessoas em situação de extrema pobreza, enquanto em Porto Alegre este número cai para 23.430 pessoas (IBGE, 2010). Na cidade de Porto Alegre, houve o estabelecimento de uma parceria com a Unidade Básica de Saúde do Sarandi do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição (Anexo B). A partir da inserção nessas unidades, junto com as agentes comunitárias de saúde foram realizadas visitas domiciliares. Na cidade de Fortaleza, a partir da parceria com a ONG Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, a pesquisa será realizada na região do Grande Bom Jardim onde há elevados índices de pobreza, violência e drogadicção. A aplicação do questionário ocorreu partir das atividades desenvolvidas pela ONG, como também em visitas domiciliares. É importante salientar que o Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará desenvolve ações de

extensão desde 2007 em parceria com essa instituição, sendo igualmente um colaborador na realização dessa pesquisa.

Também, foram priorizadas cidades do interior de cada estado. A cidade de Santa Cruz do Sul no RS e a cidade de Apuiarés no CE também tiveram moradores participantes da pesquisa por meio de visitas domiciliares. Em Apuiarés, 30,7% da população viviam em situação de extrema pobreza conforme os dados do Censo Demográfico de 2010. Já em Santa Cruz do Sul essa porcentagem representa somente 1,4% do total de habitantes (IBGE, 2011). O questionário foi aplicado individualmente. Quando o participante solicitava, ele era lido pelo entrevistador. Para desenvolvimento do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM), com fins de atingir as diretrizes avaliação, diversidade, objetividade e contrafactualidade preconizadas por Comim e Bagolin (2002), foram realizados dois pré-testes<sup>14</sup> para refinamento do instrumento, tanto na cidade de Fortaleza e de Apuíares no Ceará, como na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. No total, 40 pessoas participaram dessa fase da pesquisa nos meses de novembro e de dezembro de 2012. Dessa maneira, foram estipulados funcionamentos básicos relacionados aos contextos de realização da investigação, porque é interessante salientar que a AC, por mais que seja portadora de diretrizes universais<sup>15</sup> de funcionamentos e capacitações básicas, necessita construir seus indicadores de forma contextual.

Também é importante salientar que os critérios éticos foram contemplado essa investigação. O compromisso ético da pesquisa é primordialmente com os atores sociais envolvidos no processo investigativo. Observa-se que este tipo de pesquisa tem repercussões nas trajetórias de vida dos participantes, pois eles são levados a refletirem mais sobre si e sobre sua realidade (Flick, 2009a). Assim, busca-se a minimização dos

---

14 Foi solicitado aos entrevistados após a aplicação do questionário que avaliassem o instrumento apontando questões que poderiam ser de difícil entendimento, como também elencando possíveis perguntas que poderiam ser feitas relacionadas ao seu padrão de vida em condição de pobreza. Houve uma redução do número de questões do instrumento inicial que possuía 250 itens, passando a ser composto por 177 após a realização desses pré-testes. Igualmente, foram modificadas várias perguntas para melhor operacionalização da AC, como também a incorporação de novas variáveis.

15 Chiappero-Martinetti e Moroni (2007) desenvolvem um debate que expõe que, a partir da AC, as considerações de Amartya Sen apontam para orientações sobre funcionamentos e capacitações básicas geralmente voltadas para o contexto apesar de indicar vagas características universais, enquanto as orientações de Martha Nussbaum estariam realmente mais relacionadas com uma lista de funcionamentos básicos de origem universal.

prejuízos para os atores dessa investigação e ampliação dos benefícios para esses indivíduos e para sociedade (Gibbs, 2009; Koller, 2008).

Como forma de assegurar a proteção dos direitos e da dignidade dos participantes, foi elaborado termo de consentimento livre, contando a explicitação das informações necessárias para realização da pesquisa (Barker, Pistrang & Elliot, 1994; Flick, 2009b) (ANEXO A). Foi utilizado igualmente o procedimento de *debriefing*, porque a informação anterior do objetivo da pesquisa pode influenciar nas respostas dos entrevistados (Koller, 2008). Menciona-se que é uma pesquisa sobre qualidade de vida ao invés de intitulá-la como relacionada à pobreza. É importante salientar que a pesquisa foi submetida à avaliação do comitê de ética em pesquisa da UFRGS e tendo sido aprovada segundo a Resolução 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde com CAAE 10952213.6.0000.5334 e número de parecer 186.184 (ANEXO B).

### **Análises**

Foram realizadas análises descritivas do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional, Índice de Pobreza Multidimensional do PNUD, das variáveis monetárias da pobreza e do Índice de Bem Estar Pessoal (BEP). Primeiramente, foram selecionadas as variáveis monetárias “Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você) mensal?” e “Qual o valor aproximado da sua renda pessoal mensal?”. Essas variáveis foram invertidas para serem analisadas como um prisma de privação monetária. Foi realizada uma Análise de Regressão Múltipla (ARM) com BEP como dependente e esses itens ligados a pobreza monetária como independentes. A outra ARM foi feita com as dimensões do Índice de Pobreza Multidimensional do PNUD (2010). As dimensões que foram utilizadas como variáveis independentes foram: educação, padrão de vida e saúde. Por fim, foi realizada uma nova ARM com o BEP como dependente e as dimensões do Índice Mensuração de Pobreza Multidimensional (habitação, educação, trabalho/renda e saúde) como variáveis independentes. É importante salientar que a dimensão aspectos subjetivos da pobreza não foi utilizada nessa análise, porque ela já tem uma forte correlação com o BEP. As Análises de Regressão Múltiplas foram realizadas por meio do método *stepwise*, utilizando o índice de significância abaixo de

5% como válido. Igualmente, essas mesmas análises de regressão linear foram realizadas de forma comparativa entre os estados do Rio Grande do Sul e do Ceará.

Análises comparativas também foram desenvolvidas. Foi realizado diferentes Teste *t de Student* para amostras independentes, comparando a média total do Índice de Bem Estar Pessoal (BEP) partir das diferentes formas de mensuração da pobreza e utilizando o nível de significância de 0,05. Primeiramente, o BEP foi comparado em uma perspectiva de pobreza monetária a partir de grupos de indivíduos com e sem pobreza monetária. Esses foram formados por meio da linha política administrativa de pobreza desenvolvida a partir do Plano Brasil sem Miséria. Ela correspondia a R\$ 70,00 reais para situação de extrema pobreza em 2011, mas foi atualizada em 2014 para R\$ 77,00 reais por mês (Brasil, 2014). A linha de pobreza é o dobro da linha da extrema pobreza, sendo R\$ 154,00 reais por mês. Assim, foram criados dois grupos da amostra pesquisada: com e sem pobreza monetária a partir da linha de pobreza brasileira (Figura 6).



Figura 6. Ilustração da divisão de grupos com pobreza monetária e sem pobreza monetária.

Em seguida, a mesma média geral do Índice de BEP foi comparada com os indivíduos que são e não são considerados pobres multidimensionais pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do PNUD (2010). De acordo com o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento Humano (2010), cada dimensão teria uma pontuação de 3,3, porque o valor máximo de privação é 10. Assim, por exemplo, para as dimensões educação e saúde, como cada uma tem dois itens, os valores para cada opção de resposta é 1,67. Para a dimensão padrão de vida, cada item é atribuído o valor de 0,56,

porque ela é constituída de 6 itens. Assim, segundo diretrizes das Nações Unidas, o indivíduo é considerado pobre se tiver uma pontuação entre 3 e 10 de acordo com suas diferentes privações nas dimensões saúde, educação e padrão de vida PNUD (2010). Dessa maneira, foram criados um grupo com pobreza multidimensional e um grupo sem pobreza multidimensional a partir do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) (Figura 7). A média total do BEP foi comparada a partir desses dois diferentes grupos.

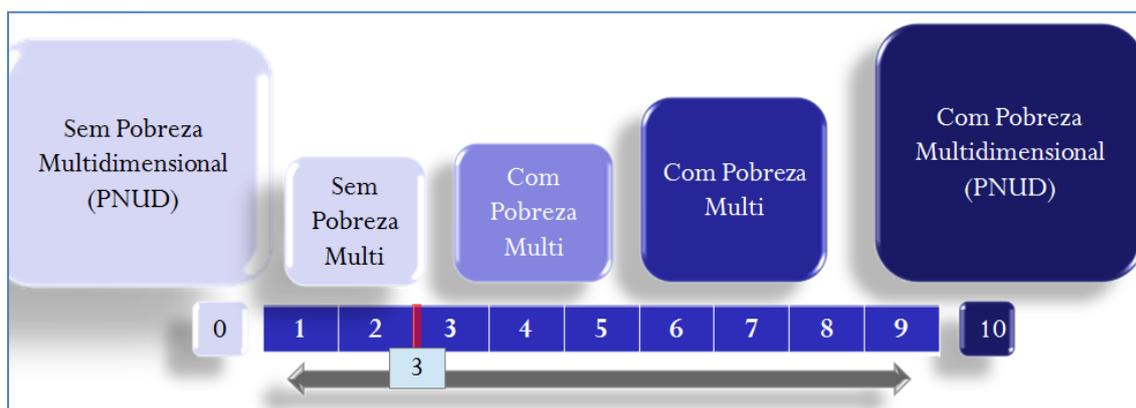
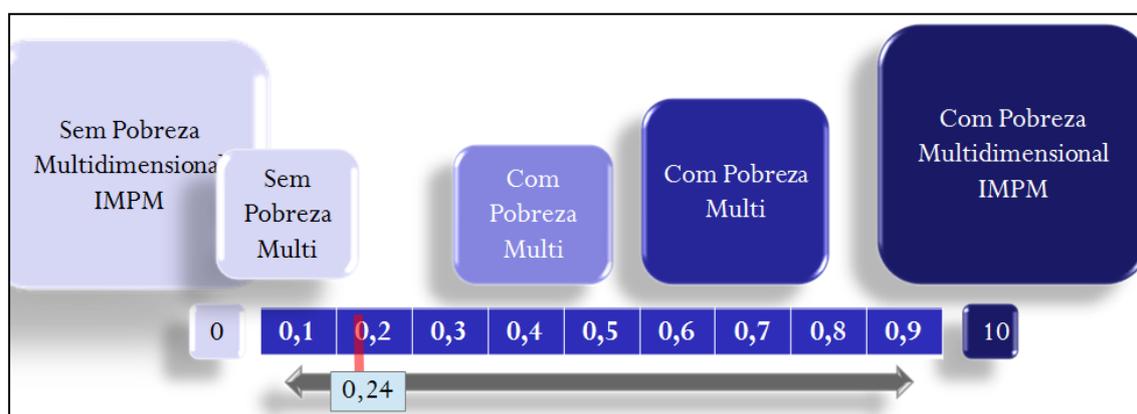


Figura 7. Ilustração da divisão de grupos com pobreza multidimensional PNUD e sem pobreza multidimensional PNUD.

Por fim, é realizada uma comparação da média total do BEP a partir do Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM). Foi realizada uma análise dos percentis das médias totais do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM). É importante salientar que a amostra de forma geral está com nível moderado de pobreza multidimensional, porque não há nenhum participante com a média do IMPM igual 0. Assim, escolhe-se analisar os grupos com mais e menos pobreza multidimensional na amostra. A partir do percentil de 50% do IMPM que se refere ao valor 0,24, foram criados dois grupos: mais pobres multidimensionais com média do IMPM acima de 0,24 e menos pobres multidimensional com essa média acima deste valor estipulado do IMPM (Figura 8).



*Figura 8: Ilustração da divisão de grupos com pobreza multidimensional IMPM e sem pobreza multidimensional IMPM.*

E também foram comparados os itens do Índice de Bem Estar Pessoal por meio da Análise Multivariada de Variância (MANOVA). Os itens foram considerados variáveis dependentes a partir da comparação com os grupos relacionado à pobreza monetária, à pobreza multidimensional do PNUD e à pobreza multidimensional do IMPM. Foi utilizado o contraste polinomial nesta análise multivariada (Hair, Black, Babin & Tatham, 2009).

## **Resultados**

### **Análise de Regressão Múltipla do BEP com as variáveis monetárias, as dimensões do IPM PNUD e as dimensões do IMPM**

Foi realizada uma primeira ARM com o BEP como variável dependente e dois itens relacionados à privação monetária da renda pessoal mensal e privação monetária da renda familiar mensal como independentes (Foram invertidas as opções de resposta dos seguintes itens “Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você) mensal?” e “Qual o valor aproximado da sua renda pessoal mensal?”). Para a amostra total ( $R = 0,114$ ,  $F(1,729) = 9,52$ ,  $p = ,002$ , variância explicada de 1,3%), o modelo preditivo conteve somente a variável privação de renda pessoal mensal ( $B = -0,114$ ,  $p = ,002$ ). Para os estados, tanto no Rio Grande do Sul ( $R = 0,116$ ,  $F(1,313) = 4,23$ ,  $p = ,040$ , variância explicada de 1,3%), como no Ceará ( $R = 0,138$ ,  $F(1,416) = 8,06$ ,  $p = 0,005$ , variância explicada de 1,9%), o modelo preditivo do BEP foi carregado somente com 1 variável. Assim, a privação de renda pessoal mensal também funciona como preditor negativo do BEP no Ceará ( $B = -0,138$ ,  $p = 0,005$ ) e no Rio Grande do Sul ( $B = -0,116$ ,  $p = ,040$ ).

Na a ARM com o BEP como dependente e as dimensões do IPM do PNUD (padrão de vida, educação e saúde) como dependentes ( $R = 0,172$ ,  $F(1,725) = 22,09$ ,  $p < .001$ , variância explicada de 3%), o modelo preditivo foi carregado somente com a dimensão padrão de vida ( $B = -0,172$ ,  $p < 0,001$ ). Quando os estados são comparados, nenhuma variável entra no modelo preditivo da análise regressão. Em seguida foi realizada uma ARM com as dimensões do IMPM (dimensão educação, dimensão habitação, dimensão, trabalho e renda e dimensão saúde) como independentes e

novamente o BEP como dependente na amostra total, o modelo preditivo é carregado com as 4 dimensões,  $R = 0,293$ ,  $F(1,730) = 17,08$ ,  $p < .001$ , variância explicada de 8,6%. As dimensões preditoras do BEP são: trabalho/renda ( $B = -0,240$ ,  $p < 0,001$ ), habitação ( $B = 0,160$ ,  $p < 0,001$ ), educação ( $B = 0,09$ ,  $p = 0,013$ ) e saúde ( $B = -0,092$ ,  $p = 0,018$ ). Comparando os resultados do Ceará e do Rio Grande do Sul, neste último estado ( $R = 0,295$ ,  $F(2,313) = 56,73$ ,  $p < 0,001$ ), as dimensões trabalho/renda ( $B = -0,239$ ,  $p < 0,001$ ) e saúde ( $B = -0,115$ ,  $p = 0,045$ ) funcionaram como preditores negativos do BEP, tendo uma variância explicada de 8,7%. No Ceará, o modelo preditivo do BEP ( $R = 0,189$ ,  $F(2,416) = 19,42$ ,  $p = 0,001$ ) também tem duas variáveis com variância explicada de 3,6%. No entanto, as variáveis são diferentes do Rio Grande do Sul, tendo a dimensão trabalho/renda ( $B = -0,162$ ,  $p = 0,001$ ) como preditor negativo e dimensão escolaridade ( $B = 0,127$ ,  $p = 0,010$ ) como preditor positivo BEP no Ceará.

#### **Comparações das médias totais BEP entre os grupos de pobreza monetária, de pobreza vinculada ao PNUD e de pobreza vinculada ao IMPM**

Primeiramente, foi realizado um teste *t* de *Student* para comparar a mediana total do BEP com o grupo de pessoas que estavam em situação de pobreza monetária e com aqueles que não estavam nessa situação. Foi identificado que há diferença significativa entre os dois grupos [ $t(435) = -2,71$ ,  $p = 0,007$ ], sendo que o grupo com pobreza monetária tem média mais baixa do Índice de BEP ( $M_{\text{pobre monetário}} = 7,07$ ,  $DP = 1,99$ ) que o grupo sem pobreza monetária ( $M_{\text{não pobre monetário}} = 7,48$ ,  $DP = 1,76$ ).

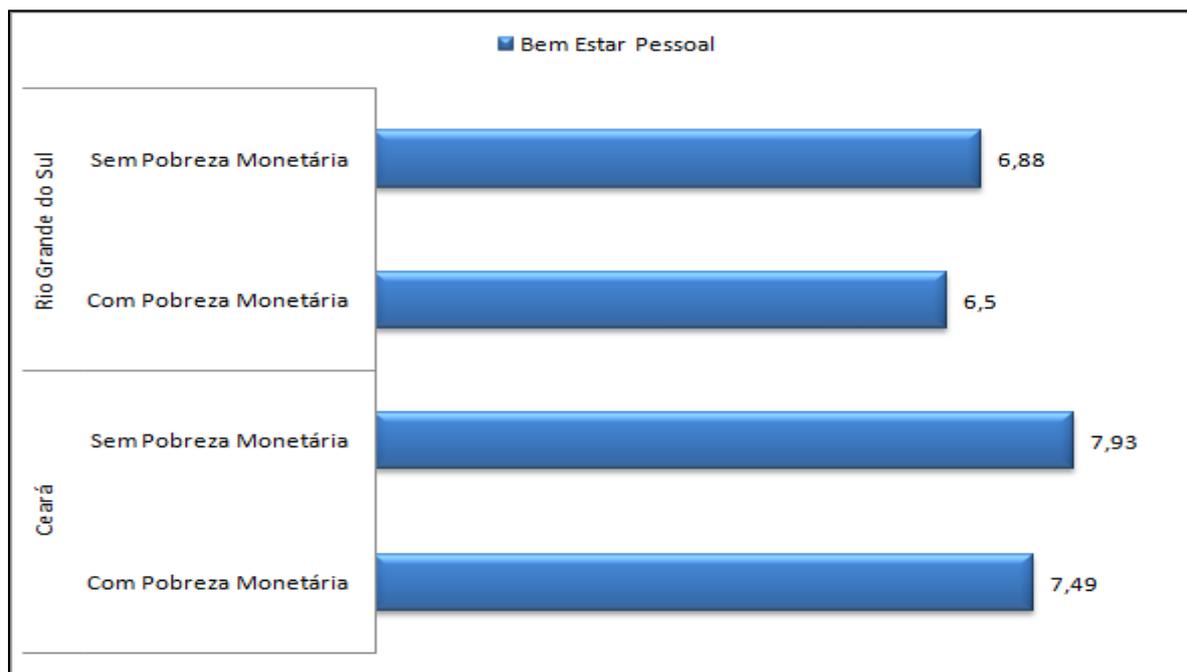


Figura 9. Gráfico comparativo das médias totais do Bem Estar Pessoal a partir do grupo com e sem pobreza monetária no Rio Grande do Sul e no Ceará.

Realizando essa comparação somente com a amostra do RS, identifica-se que não há diferença significativa na média total do Índice do BEP [ $t(312)=-1,58$ ,  $p=0,113$ ]. No entanto, mesmo sem diferença significativa, aqueles que são pobres monetários ( $M_{\text{pobre monetário RS}}=6,50$ ,  $DP=2,17$ ) tem uma média total mais baixa que os não pobres ( $M_{\text{não pobre monetário RS}}=6,88$ ,  $DP=1,96$ ). No Ceará, há diferença significativa no Índice de Bem Estar Pessoal [ $t(244)=-2,48$ ,  $p=0,014$ ] entre os grupos, sendo que os mais pobres monetários ( $M_{\text{pobre monetário CE}}=7,49$ ,  $DP=1,72$ ) tem uma média menor que aqueles que não estão em situação de pobreza de renda ( $M_{\text{não pobre monetário CE}}=7,93$ ,  $DP=0,09$ ) (Figura 9).

Também, foram realizadas comparações do BEP com o grupo que não está em situação de pobreza multidimensional e o grupo que está em situação de pobreza multidimensional segundo a medida do PNUD. Dessa maneira, na amostra geral, identifica-se há diferenças significativas entre os grupos [ $t(724)=-3,44$ ,  $p=0,001$ ], sendo que o grupo com pobreza multidimensional do PNUD ( $M_{\text{pobre multi PNUD}}=7,18$ ,  $DP_{\text{pobre multi PNUD}}=1,86$ ) tem menor média do Índice do BEP do que o grupo sem pobreza ( $M_{\text{não pobre multi PNUD}}=7,70$ ,  $DP_{\text{não pobre multi PNUD}}=1,87$ ). Realizando comparações entre Ceará e Rio

Grande do Sul, não se verifica a existência de diferença significativa na média total do BEP do grupo com pobreza e sem pobreza multidimensional segundo o PNUD nos dois estados.

Igualmente, foram realizadas comparações do BEP com os grupos de pobreza multidimensional baseado no IMPM. Assim, observa-se que há diferenças significativas [ $t(587)=-11,86$ ,  $p<0,001$ ] do grupo com mais pobreza multidimensional do grupo em menor situação de privação. Este último grupo ( $M_{\text{não pobre multi IMPM}}=8,10$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=1,23$ ) tem uma média mais alta do Índice de Bem Estar Pessoal do que as pessoas em situação de mais pobreza multidimensional ( $M_{\text{pobre multi IMPM}}=6,59$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM}}=2,10$ ). Sobre as comparações entre os estados, tanto Rio Grande do Sul [ $t(320)=-11,76$ ,  $p<0,001$ ], como Ceará [ $t(320)=-5,62$ ,  $p<0,001$ ], houve diferenças significativas entre os grupos. Assim, os cearenses em situação de mais pobreza multidimensional ( $M_{\text{pobre multi IMPM CE}}=7,32$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM CE}}=1,89$ ) tem uma média total do Índice do BEP menor do que aqueles que estão em situação de menos pobreza multidimensional ( $M_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=8,20$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=1,17$ ). Igualmente, os gaúchos que tem mais pobreza multidimensional ( $M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=5,73$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM RS}}=2,00$ ) tem uma menor média total do BEP que as pessoas que estão com menos pobreza multidimensional ( $M_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=7,94$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=1,29$ ). (Figura 10).

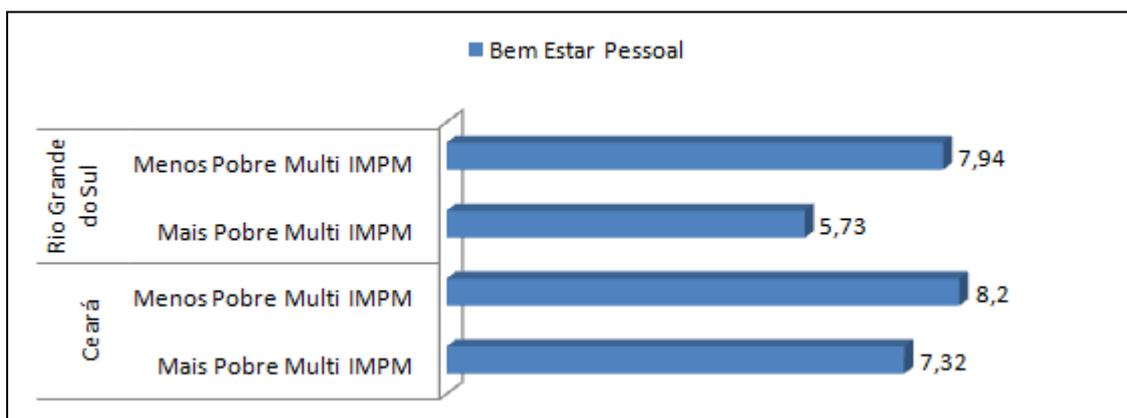


Figura 10. Gráfico comparativo da média total do BEP entre os grupos com mais e menos pobreza multidimensional de acordo com IMPM.

**Comparações dos itens do BEP entre os grupos de pobreza monetária, pobreza multidimensional PNUD e pobreza multidimensional IMPM realizadas por MANOVA**

Apresentam-se as médias dos itens do Índice de Bem Estar Pessoal a partir das diferentes formas de mensuração da pobreza na Tabela 3 com a amostra total.

*Tabela 3*

Médias e desvios padrões dos itens do Índice de Bem Estar Pessoal na amostra total.

	Itens do Índice de Bem Estar Pessoal						
	Saúde	Nível de Vida	Coisas que tem conseguido na vida	Segurança	Vincula Comunitária	Segurança com o Futuro	Relações Com outras pessoas
	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>
Com Pobreza Monetária	7,35(2,86)	7,01(2,67)	7,50(2,66)	6,08(3,38)	7,36(2,78)	6,80(2,90)	8,01(2,28)
Sem Pobreza Monetária	7,58(2,47)	7,54(2,18)	7,87(2,27)	6,51(3,00)	7,73(2,48)	7,07(2,64)	8,31(1,95)
Com pobreza multi IPM PNUD	7,40(2,85)	7,62(2,51)	8,21(2,37)	6,86(3,38)	7,36(2,57)	7,54(2,74)	8,33(2,24)
Sem Pobreza Multi IPM PNUD	7,49(2,56)	7,15(2,38)	7,47(2,47)	6,08(3,06)	7,97(2,72)	6,68(2,74)	8,07(2,06)
Com pobreza multi IMPM	6,49(2,99)	6,27(2,67)	6,89(2,89)	5,56(3,45)	6,88(3,00)	6,31(3,08)	7,74(2,41)
Sem Pobreza Multi IMPM	8,45(1,78)	8,31(1,62)	8,51(1,58)	7,06(2,69)	8,22(2,00)	7,58(2,24)	8,58(1,68)

Na amostra total, quando se compara os grupos somente em situação de pobreza monetária, foram encontradas diferenças significativas na interação das variáveis do Índice de BEP [ $F(7,722)=1,51$ ,  $p=0,158$ , *Wilks' Lambda*=0,985]. Comparando precisamente as diferenças a partir de cada variável, identifica-se que “satisfação com o nível de vida” [ $F(1,728)=8,62$ ,  $p=0,003$ ] e “com as coisas que tem conseguido na vida” [ $F(1,728)=4,19$ ,  $p=0,041$ ] apresentam diferenças significativas entre os grupos pesquisados. Assim, o grupo sem pobreza monetária ( $M_{\text{não pobre monetário}}=7,84$ ,  $DP_{\text{não pobre monetário}}=2,27$ ) tem uma maior satisfação relacionada às coisas que conseguiu na vida do que aqueles com pobreza monetária ( $M_{\text{pobre monetário}}=7,50$ ,  $DP_{\text{pobre monetário}}=2,66$ ). Essa mesma perspectiva ocorre com a variável satisfação com o nível de vida, sendo que os pobres monetários ( $M_{\text{pobre monetário}}=7,01$ ,  $DP_{\text{pobre monetário}}=2,67$ ) tem uma média mais baixa que os não pobres monetários ( $M_{\text{não pobre monetário}}=7,54$ ,  $DP_{\text{não pobre monetário}}=2,18$ ).

Também, são apresentadas as análises descritivas das médias e dos desvios padrão dos itens da Escala de BEP entre os estados pesquisados na Tabela 4.

*Tabela 4*

Médias e desvios padrões dos itens do Índice de Bem Estar Pessoal entre os estados pesquisados

	Itens do Índice de Bem Estar Pessoal						
	Saúde	Nível de Vida	Coisas que tem conseguido na vida	Segurança	Víncula Comunitária	Segurança com o Futuro	Relações Com outras pessoas
	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>
Ceará							
Com Pobreza Monetária	7,61(2,76)	7,39(2,67)	7,83(2,53)	6,36(3,37)	8,07(2,36)	7,14(2,69)	8,09(2,23)
Sem Pobreza Monetária	7,57(2,57)	7,95(1,95)	8,37(1,97)	6,90(2,92)	8,51(1,99)	7,69(2,33)	8,53(1,84)
multi IPM							
PNUD							
Sem pobreza	7,77(2,34)	7,73(2,09)	8,03(2,14)	6,62(2,84)	8,35(1,97)	7,37(2,38)	8,38(1,84)

Pobreza							
Multi							
IPM							
PNUD							
Com	6,76(3,05)	7,06(2,59)	7,76(2,66)	6,31(3,46)	7,96(2,48)	7,23(2,76)	8,20(2,23)
pobreza							
multi							
IMPM							
Sem	8,32(1,92)	8,40(1,60)	8,59(1,54)	7,10(2,66)	8,73(1,67)	7,76(2,14)	8,55(1,73)
Pobreza							
Multi							
IMPM							
Rio							
Grande							
do Sul							
Com	7,16(2,85)	6,29(2,54)	6,50(2,88)	5,50(3,37)	6,19(2,95)	6,16(3,08)	7,71(2,35)
Pobreza							
Monetária							
Sem	7,40(2,57)	6,84(2,54)	7,32(2,50)	5,89(3,16)	6,61(2,80)	6,22(2,90)	7,94(2,20)
Pobreza							
Monetária							
Com	7,70(2,24)	6,93(2,75)	7,50(2,75)	6,85(3,13)	6,46(3,46)	6,93(3,62)	8,20(2,5)
pobreza							
multi IPM							
PNUD							
Sem	7,23(2,73)	6,62(2,51)	6,95(2,64)	5,60(3,17)	6,46(2,73)	6,05(2,89)	7,78(2,20)
Pobreza							
Multi							
IPM							
PNUD							
Com	6,17(2,90)	5,35(2,47)	5,87(2,81)	4,68(3,24)	5,61(3,07)	5,23(3,09)	7,20(2,50)
pobreza							
multi							
IMPM							
Sem	8,64(1,53)	8,18(1,64)	8,40(1,64)	7,00(2,74)	7,46(2,21)	7,32(2,36_)	8,64(1,60)
Pobreza							
Multi							
IMPM							

Essas mesmas análises também são realizadas nos estados do Rio Grande do Sul [ $F(7,305)=1,20$ ,  $p=0,298$ ,  $Wilks' \Lambda=0,973$ ] e do Ceará [ $F(7,409)=1,42$ ,  $p=0,195$ ,  $Wilks' \Lambda=0,976$ ]. Nessas duas regiões, também não há diferenças significativas nas interações dos itens do BEP partir do grupo de pobreza monetária com o grupo que não está nessa situação. Realizando comparações específicas com cada variável. No Ceará, foi identificado que as variáveis tinham médias significativamente diferentes entre os grupos são: “satisfação com o nível de vida” [ $F(1, 417)=4,89$ ,  $p=0,028$ ;  $M_{\text{pobre monetário CE}}=7,52$ ,  $DP_{\text{pobre monetário CE}}=2,54$ ;  $M_{\text{não pobre monetário CE}}=8$ ,  $DP_{\text{pobre monetário CE}}=1,86$ ], “satisfação com a comunidade” [ $F(1,417)=3,93$ ,  $p=0,048$ ;  $M_{\text{pobre monetário CE}}= 8,15$ ,  $DP_{\text{pobre monetário CE}}=2,38$ ;  $M_{\text{não pobre monetário CE}}=8,56$ ,  $DP_{\text{não pobre monetário CE}}=1,84$ ] e “satisfação com as relações com outras pessoas” [ $F(1, 417)=5,00$ ,  $p=0,026$ ;  $M_{\text{pobre monetário CE}}=8,16$ ,  $DP_{\text{pobre monetário CE}}=2,23$ ;  $M_{\text{não pobre monetário CE}}=8,59$ ,  $DP_{\text{não pobre monetário CE}}=1,71$ ]. No Rio Grande do Sul, as únicas variáveis do BEP que apresentam diferenças entre os grupos de pobreza monetária são: “satisfação com o nível de vida” [ $F(1,313)=5,87$ ,  $p=0,016$ ;  $M_{\text{pobre monetário RS}}=6,28$ ,  $DP_{\text{pobre monetário RS}}=2,68$ ;  $M_{\text{pobre monetário RS}}=6,98$ ,  $DP_{\text{pobre monetário RS}}=2,41$ ] e “com as coisas que tem conseguido na vida” [ $F(1, 313)=3,86$ ,  $p=0,050$ ;  $M_{\text{pobre monetário RS}}=6,71$ ,  $DP_{\text{pobre monetário RS}}= 2,83$ ,  $M_{\text{não pobre monetário RS}}=7,30$ ,  $DP_{\text{não pobre monetário RS}}=2,49$ ) (Figura 11).

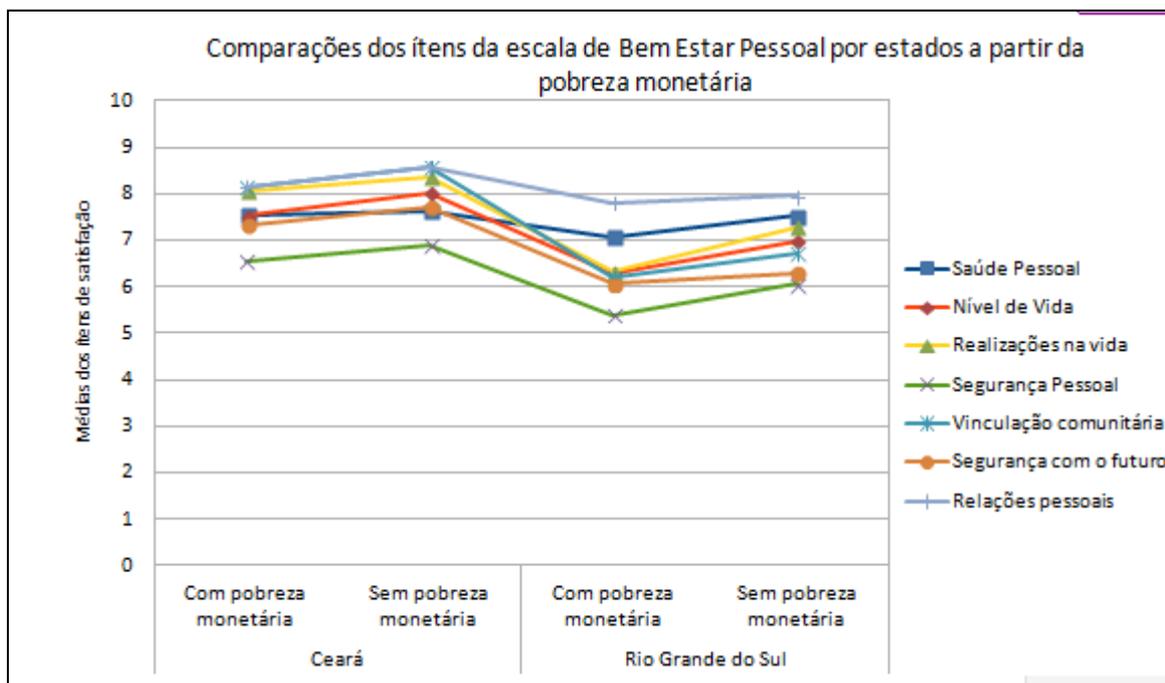


Figura 11. Gráfico comparativo dos itens da escala de BEP por estados a partir da perspectiva monetária da pobreza.

Também, foram realizadas comparações dos itens do BEP com os grupos em situação de pobreza multidimensional segundo o PNUD na amostra total a partir da MANOVA, sendo identificado que há diferença significativa nas interações das variáveis entre o grupo com pobreza multidimensional e sem pobreza multidimensional do PNUF [ $F(7,718)=3,72$ ,  $p=0,001$ ,  $Wilks' Lambda=0,965$ ]. Assim, as variáveis que tiveram diferenças significativas foram: “satisfação com seu nível de vida” [ $F(1,724)=5,82$ ,  $p=0,016$ ;  $M_{\text{pobre multi PNUD}}=7,15$ ,  $DP_{\text{pobre multi PNUD}}=2,31$ ;  $M_{\text{não pobre multi PNUD}}=7,62$ ,  $DP_{\text{não pobre multi PNUD}}=2,51$ ], “satisfação com as coisas que você tem conseguido na vida” [ $F(1,724) = 14,33$ ,  $p < .001$ ;  $M_{\text{pobre multi PNUD}} = 7,47$ ,  $DP_{\text{pobre multi PNUD}}=2,47$ ;  $M_{\text{não pobre multi PNUD}}=8,21$ ,  $DP_{\text{não pobre multi PNUD}}=2,37$ ], “satisfação com a sensação de estar seguro” [ $F(1,724)=9,25$ ,  $p=0,002$ ,  $M_{\text{pobre multi PNUD}}=6,08$ ,  $DP_{\text{pobre multi PNUD}}=3,06$ ;  $M_{\text{não pobre multi PNUD}}=6,86$ ,  $DP_{\text{não pobre multi PNUD}}=3,38$ ], “satisfação com a comunidade” [ $F(1,724)=8,20$ ,  $p=0,004$ ;  $M_{\text{não pobre multi PNUD}}=7,36$ ,  $DP_{\text{não pobre multi PNUD}}=2,57$ ;  $M_{\text{não pobre multi PNUD}}=7,97$ ,  $DP_{\text{não pobre multi PNUD}}=2,72$ ], “satisfação com a segurança a respeito do futuro” [ $F(1,724)=15,19$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi PNUD}}=8,07$ ,  $DP_{\text{pobre multi PNUD}}=2,06$ ;  $M_{\text{não pobre multi PNUD}}=8,33$ ,  $DP_{\text{não pobre multi PNUD}}=2,24$ ].

Essas análises com os grupos com pobreza e sem pobreza multidimensional de acordo com o PNUD também foram utilizadas para os estados do Rio Grande do Sul [ $F(7,303)=1,67$ ,  $p=0,121$ ,  $Wilks' Lambda=0,963$ ] e do Ceará [ $F(7,407)=1,65$ ,  $p =0,140$ ,  $Wilks' Lambda=0,974$ ], não sendo identificadas diferenças significativas na interação das variáveis do BEP. No Ceará, não foram observadas diferenças significativas nos itens do BEP a partir dos grupos com pobreza Multidimensional PNUD e sem pobreza Multidimensional PNUD. Já, no Rio Grande do Sul, a única variável do BEP que tem diferenças significativas é “satisfação com a sensação de estar seguro” [ $F(1,311)=6,00$ ,  $p=0,015$ ;  $M_{\text{pobre multi PNUD RS}}=5,60$ ,  $DP_{\text{pobre multi PNUD RS}}=3,17$ ;  $M_{\text{não pobre multi PNUD RS}}=6,85$ ,  $DP_{\text{não pobre multi PNUD RS}}=3,31$ ] (Figura 12).

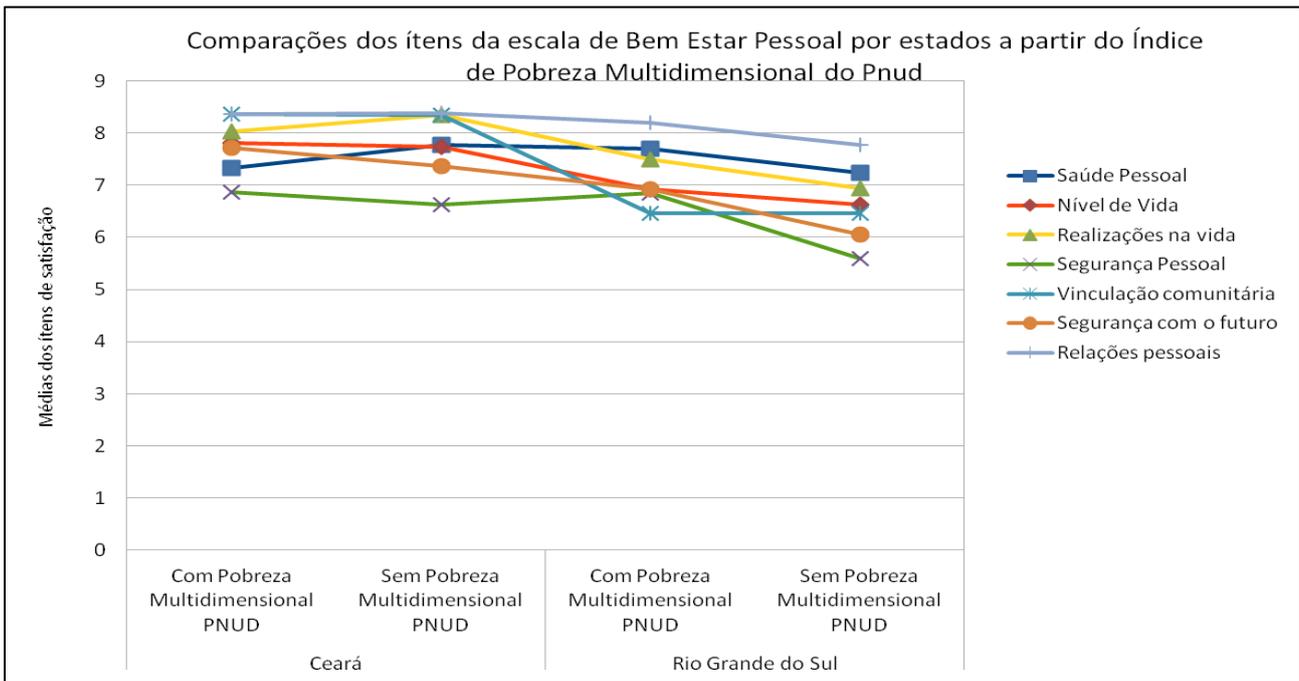


Figura 12. Gráfico comparativo dos itens da escala do BEP entre os grupos com e sem pobreza multidimensional de acordo com o PNUD.

Relacionado ao Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM), foi identificado que há diferença significativa [ $F(7,723)=29,56$ ,  $p<0,001$ ,  $Wilks' Lambda=0,777$ ] na interação dos itens do BEP na amostra total a partir da comparação entre os grupos com e sem pobreza multidimensional IMPM. Identificando precisamente as diferenças entre as variáveis, todas são diferentemente significativas a partir das comparações entre os grupos com pobreza multidimensional e sem pobreza multidimensional baseados no IMPM na amostra total. Dessa maneira, os itens são: “satisfação com sua saúde” [ $F(1,731)=115,85$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM}}=6,49$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM}}=2,99$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM}}=8,45$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=1,78$ ], “satisfação com seu nível de vida” [ $F(1,731)=155,08$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM}}=6,27$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM}}=2,67$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM}}=8,31$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=1,62$ ], “satisfação com as coisas que você tem conseguido na vida” [ $F(1,731)=88,71$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM}}=6,89$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM}}=2,89$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM}}=8,51$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=1,58$ ], “satisfação com a sensação de estar seguro” [ $F(1,731)=42,59$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM}}=5,56$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM}}=3,45$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM}}=7,06$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=2,69$ ], “satisfação com a comunidade” [ $F(1,731)=50,52$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM}}=6,88$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM}}=3,00$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM}}=8,22$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=2,00$ ], “satisfação com a segurança a respeito do futuro” [ $F(1,731)=40,95$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM}}=6,31$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=3,08$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM}}=7,58$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=2,24$ ], “satisfação com as

relações com outras pessoas” [ $F(1,731)=30,18$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM}}=7,74$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM}}=2,41$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM}}=8,58$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM}}=1,68$ ].

Realizando as diferenças por estado, as interações entre as variáveis do BEP a partir da comparação entre os grupos com e sem pobreza multidimensional IMPM foram significativas, tanto para o Ceará [ $F(7,409)=8,53$ ,  $p<0,001$ , *Wilks' Lambda*=0,873], como para o Rio Grande do Sul [ $F(7,306)=27,10$ ,  $p<0,001$ , *Wilks' Lambda*=0,617] (Figura 13). No Ceará, a única variável que não obteve diferença significativa entre os grupos com e sem pobreza multidimensional foi “satisfação com as relações com outras pessoas” [ $F(1,417)=3,17$ ,  $p=0,076$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM CE}}=8,20$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM CE}}=2,23$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=8,55$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=1,73$ ]. Dessa maneira, as outras variáveis que tiveram diferenças significativas foram: “satisfação com sua saúde” [ $F(1,417)=40,11$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM CE}}=6,76$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=3,05$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=8,32$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=1,92$ ], “satisfação com seu nível de vida” [ $F(1,417)=40,90$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM CE}}=7,06$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM CE}}=2,59$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=8,40$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=1,60$ ], “satisfação com as coisas que você tem conseguido na vida” [ $F(1,417)=15,51$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM CE}}=7,76$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM CE}}=2,66$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=8,59$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=1,54$ ], “satisfação com a sensação de estar seguro” [ $F(1,417)=6,73$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM CE}}=6,31$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM CE}}=3,46$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=7,10$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=2,66$ ], “satisfação com a comunidade” [ $F(1,417)=13,94$ ,  $p<0,001$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM CE}}=7,96$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM CE}}=2,48$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=8,73$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=1,67$ ], “satisfação com a segurança a respeito do futuro” [ $F(1,417)=4,93$ ,  $p=0,027$ ;  $M_{\text{pobre multi IMPM CE}}=7,23$ ,  $DP_{\text{pobre multi IMPM CE}}=2,76$ ;  $M_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=7,76$ ,  $DP_{\text{não pobre multi IMPM CE}}=2,14$ ].

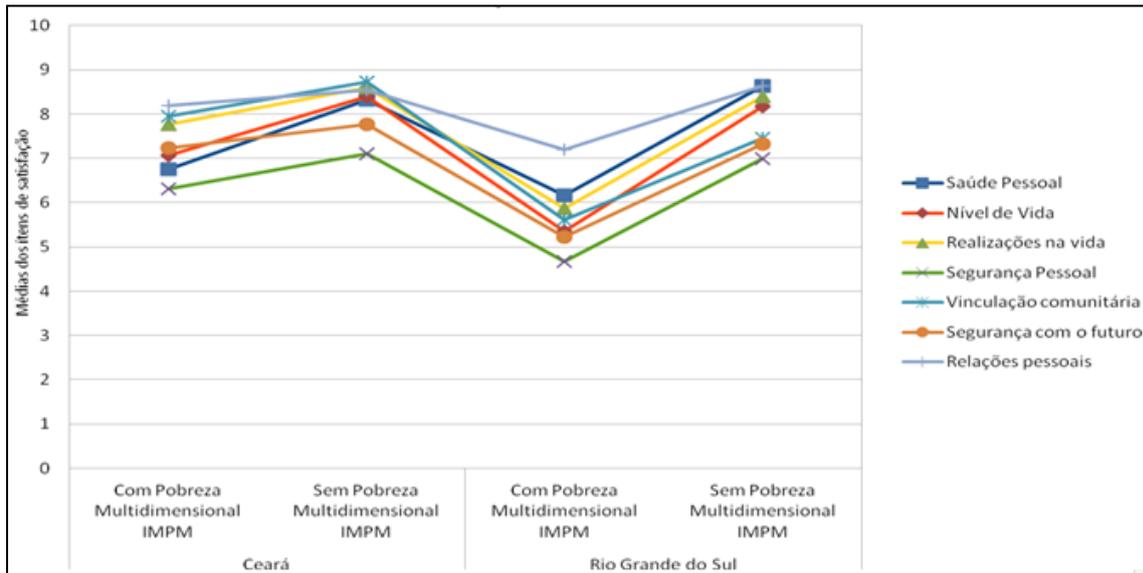


Figura 13. Comparações dos itens do BEP com o grupo com mais e menos pobreza multidimensional de acordo com o IMPM.

No Rio Grande do Sul [ $F(7,306)=27,10, p<0,001, Wilks' Lambda=0,617$ ], as interações entre as variáveis do BEP também foram significativas entre os grupos com e sem pobreza multidimensional do IMPM. Todos os itens obtiveram diferenças significativas das suas médias de satisfação quando comparados com os grupos com e sem pobreza multidimensional: “satisfação com sua saúde” [ $F(1,314)=84,89, p<0,001; M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=6,17, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=2,90; M_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=8,64, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=1,53$ ], “satisfação com seu nível de vida” [ $F(1,314)=137,99, p<0,001; M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=5,35, DP_{\text{pobre multi IMPM RS}}=2,47; M_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=8,18, DP=1,64$ ], “satisfação com as coisas que você tem conseguido na vida” [ $F(1,314)=90,76, p<0,001; M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=5,87, DP_{\text{pobre multi IMPM RS}}=2,81, M_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=8,40, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=1,64$ ], “satisfação com a sensação de estar seguro” [ $F(1,314)=46,07, p<0,001; M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=4,68, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=3,24; M_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=7,00, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=2,74$ ], “satisfação com a comunidade” [ $F(1,314)=36,15, p<0,001; M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=5,61, DP_{\text{pobre multi IMPM RS}}=3,0; M_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=7,46, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=2,21$ ], “satisfação com a segurança a respeito do futuro” [ $F(1,314)=43,92, p<0,001; M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=5,23; DP_{\text{pobre multi IMPM RS}}=3,09; M_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=7,32, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=2,36$ ], “satisfação com as relações com outras pessoas” [ $F(1,314)=35,56, p<0,001; M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=7,20, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=2,50; M_{\text{pobre multi IMPM RS}}=8,64, DP_{\text{não pobre multi IMPM RS}}=1,60$ ].

## **Discussão**

Primeiramente, entende-se que a pobreza – independente da forma de mensuração – tem um impacto negativo no bem estar pessoal. Assim, observa-se que utilizando somente a privação monetária, há uma predição negativa no bem estar pessoal, mas com uma variância explicada baixa. Margolis e Myrskylae (2013) também identificam que essa tendência preditiva a partir da renda em um estudo comparativo com 90 países. Utilizando as dimensões do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) desenvolvido para o PNUD que utiliza o método Alkire Foster de mensuração da pobreza como variáveis independentes na Análise de Regressão Múltipla, o modelo é somente carregado com a dimensão padrão de vida com uma correlação negativa com BEP. É importante salientar que este índice sofre várias críticas pelo próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010).

Quando se utiliza as dimensões do Índice de Mensuração de Pobreza Multidimensional (IMPM) desenvolvido para este estudo, observa-se que a variância explicada do modelo preditivo do BEP aumenta 50% comparado com as formas de mensuração da pobreza anteriores. Assim, compreende-se que a perspectiva multidimensional tem um poder preditivo mais eficiente. Essa compreensão também foi encontrada em uma pesquisa realizada na Austrália com a criação de uma variável multidimensional da pobreza a partir de aspectos vinculados ao baixo rendimento, ao desemprego, ao desengajamento político, à inexistência de participação social e à falta de suporte social. A carga de regressão dessa variável multidimensional relacionada ao bem estar subjetivo foi considerada alta (Currie et al., 2010).

É importante mencionar que as análises de regressão a nível regional somente foram efetivamente comparativas com a utilização das diferentes dimensões do IMPM como variáveis independentes. Assim, foi verificado que a variância explicada do modelo preditivo do BEP no Rio Grande do Sul foi mais elevada que no Ceará. Neste estado, as dimensões carregadas foram privação no trabalho e renda com relação negativa com o BEP, e a dimensão privação de educação com relação positiva com o BEP. No Rio Grande do Sul, foram identificados que as dimensões carregadas tem relação negativa com o BEP, sendo elas privação no trabalho e renda e na saúde. É interessante observar que a dimensão trabalho e renda são preditoras negativas do BEP nos dois estados. De acordo com Accorsi (2011), a compreensão mais comum e usual da pobreza está relacionada à falta de renda e de trabalho. Dessa maneira, a privação dessa dimensão significa um impacto negativo no Bem Estar Pessoal.

Sobre as especificidades, no Rio Grande do Sul, a dimensão saúde funciona também como preditora negativa da pobreza. Compreende-se que as situações de adoecimentos estão negativamente associadas ao Bem Estar Subjetivo (Diener, 2012). Além disso, essa é uma dimensão importante para o bem estar dos gaúchos, pois constituiu o modelo preditor do BEP no Rio Grande do Sul. Já, no Ceará, a variável específica que constitui o modelo com uma predição positiva foi a dimensão educação. De acordo com Bieńkuńska e Sobestjański (2015), o baixo nível de escolaridade influencia na expectativa que o indivíduo tem sobre sua vida. Assim, com a diminuição dessas expectativas, pode haver igualmente um aumento do bem estar pessoal, porque o bem estar está balizado por perspectivas comparativas e por avaliações globais sobre a vida (Guardiola et al., 2013). A diminuição desses balizamentos pode constituir um perfil almejado mais baixo em virtude da baixa escolaridade, aumentando a satisfação com a realidade vivida.

Sobre as análises comparativas na amostra geral usando a perspectiva monetária, foi identificado que os mais pobres monetários tem mais baixo bem estar pessoal que aqueles menos pobres. Este resultado é semelhante ao encontrado em uma pesquisa com 3390 adultos de seis grandes cidades na China. Foi identificado que os mais pobres monetariamente tinham médias do Índice de Bem Estar Pessoal significativamente menores aos outros grupos com renda mais elevada (Smyth, Nielsen & Zhai, 2010). De forma regional, essa diferença não ocorre no Rio Grande do Sul, mas é significativa no Ceará. É importante salientar que o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros com maior renda per capita. E o Ceará um dos estados com menor renda per capita e maior desigualdade social (IBGE, 2014).

Utilizando essas características regionais como pano de fundo do paradoxo de Estearlin (2000), avalia-se que ocorre no Rio Grande do Sul a reprodução dessa dinâmica, porque se evidencia que quanto mais riqueza menor o impacto da renda no bem estar subjetivo (Diener et el 2010). De acordo com Diener (2012), a satisfação com a vida está muito ligada à comparação social. E geralmente quando as pessoas passam a ter um aumento de renda as necessidades e objetivos seguem essa tendência, podendo até ocasionar a diminuição do bem estar subjetivo. Assim, por mais que os gaúchos tenham uma renda mais elevada que os residentes no Ceará, o nível de BEP dos gaúchos é menor do que os cearenses apesar da pesquisa ter ocorrido com pessoas com nível de pobreza semelhantes nos dois estados.

Também, entende-se que, relacionando o Rio Grande do Sul com o Ceará, ocorre também o Paradoxo dos camponeses felizes e Milionários miseravelmente infelizes (Graham, 2009), porque este último estado da região Nordeste tem maiores índices de pobreza e uma média do Índice de Bem Estar Pessoal mais elevada do que o Rio Grande do Sul. Dessa maneira, apesar da situação de pobreza mais intensa, há um nível mais elevado de satisfação em comparação com as pessoas residentes em um contexto com baixa intensidade de pobreza, como no Rio Grande do Sul. Observa-se, assim, que pode ocorrer uma diminuição do dispositivo psicológico de comparabilidade social, como também de valorização do contexto local, diminuindo o padrão que baseia a avaliação global sobre a vida (Guardiola et al., 2012).

Além disso, as preferências adaptativas podem ser utilizadas para explicar essas diferenças. As respostas às métricas de bem estar subjetivo podem ser distorcidas por conta dessas preferências (Comim, 2005). Elas devem ser entendidas como tendências não conscientes a adaptação às condições adversas, sendo ligadas aos processos de habituação e resignação (Teschl & Comim, 2005). Referem-se a mecanismos psicológicos de combate à frustração por conta da situação de pobreza e de privação a partir da diminuição das expectativas e desejos (Pereira, 2007). Esse conceito é muito semelhante à categoria psicossocial de fatalismo desenvolvida por Martín Baró.

O fatalismo, então, segundo Martín Baró (1983) corresponde à predeterminação da existência em que não há possibilidades de mudança, pois a realidade está fundamentada em uma ordem natural ou divina. O fatalismo vem do latim *fatum* que significa destino, predição, oráculo e inevitabilidade. Assim, as atitudes fatalistas podem ser divididas de forma didática em: ideias – a vida está predeterminada pela vontade de um Deus poderoso; o ser humano não tem responsabilidade pela sua existência; sentimentos – aceitar a existência sem ressentimentos ou rebeldias; não viver a vida de forma alegre ou triste, mas de maneira corajosa e digna, encarando o destino como uma prova de sofrimento; e comportamentos – conformismo perante o próprio destino; a passividade frente as circunstâncias da vida; a redução do horizonte vital ao presente, pois o conhecimento do passado e predição do futuro somente servem para confirmar a inevitabilidade do destino (Martín-Baró, 1986).

O fatalismo é sustentado por uma realidade de opressão em que há a rigidez estrutural, a hierarquia de poder e opressão, sendo a unidade de mediação entre sujeito-mundo. Dessa maneira, os cearenses podem ter uma média mais alta de satisfação do seu bem estar pessoal por conta de uma perspectiva adaptativa a sua realidade de

privação. Cidade, Moura Jr. e Ximenes (2012) concebem que atitudes relacionadas ao fatalismo podem significar uma das únicas formas de reação a uma realidade cotidiana de privação, funcionando como um mecanismo de sobrevivência psicológica.

Continuando com a perspectiva comparativa utilizando o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do PNUD, identifica-se que aqueles com maior situação de privação tem menores níveis de bem estar pessoal na amostra geral. No entanto, esse processo não se repete quando se compara os grupos com menos e mais pobreza multidimensional de acordo com o PNUD nos estados do Rio Grande do Sul e do Ceará. Já quando se utiliza a medida multidimensional do IMPM, essas comparações regionais tornam-se significativas nos dois estados. É importante mencionar que as medidas multidimensionais tem como objetivo ampliar o escopo do conhecimento acerca do fenômeno da pobreza, detalhando de forma complexa essa situação de privação (Clark & Qizilbash, 2008).

Sobre as diferenças entre os itens do BEP comparando a amostra total a partir da perspectiva monetária, foi verificada a diferença somente entre dois itens: “satisfação com o nível de vida” e “com as coisas que tem conseguido na vida”. Sobre essas diferenças, observa-se que esses itens de satisfação poderia estar ligados a uma ordem monetária.. Assim, novamente, percebe-se que a compreensão mais usual dos indivíduos frente à pobreza e à satisfação está permeada pela renda (Accorssi, 2011).

Quando se realizam essas comparações dos grupos de pobreza monetária nos estados do Ceará e do Rio Grande do Sul, este último estado reproduz a mesma dinâmica da amostra total, ou seja, as únicas variáveis com médias significativamente diferentes são satisfação com o nível de vida e as coisas que tem conseguido na vida. No entanto, no Ceará, as comparações entre os grupos de pobreza monetária tem repercussão diferente. As variáveis que tem diferenças significativas são satisfação com a comunidade, satisfação com as relações com outras pessoas e também satisfação com o nível de vida. Esta última se repetiu nas anteriores comparações, sendo mais ligada ao aspecto monetária como já mencionado.

Porém é interessante observar que as variáveis incluídas como significativamente diferentes no Ceará estão ligadas a interação social com grupos e pessoas, demonstrando que as pessoas mais pobres monetariamente tem médias de satisfação mais baixas nas variáveis vinculadas às interações com as pessoas e com a comunidade. Zavaleta (2007) afirma que a pobreza pode desenvolver o isolamento social das pessoas mais pobres, tornando-as distantes de importantes espaços de

vinculação comunitária. Obviamente, é importante entender também que aspectos vinculados à comunidade também podem ter impactos negativos no modo de vida do indivíduo, porque há comunidades, de acordo com Góis (2005), que estão estruturadas em uma ótica mais opressora voltada para as pessoas mais pobres. No entanto, também é importante salientar que a medida comparativa utilizada é somente baseada na renda, sendo a questão monetária como uma das explicações utilizadas pelas pessoas em situação de pobreza sobre os casos de discriminação sofridos por esses indivíduos (Rego & Pizzani, 2013).

Utilizando a comparação dos grupos com e sem pobreza multidimensional do PNUD a partir da amostra total, além da diferença significativa nas mesmas variáveis ligadas ao nível de vida e com as coisas que se tem conseguido na vida identificadas nas comparações anteriores, ocorreram diferenças significativas na sensação de estar seguro, satisfação com a comunidade e satisfação com a segurança a respeito do futuro. Assim, essas diferenças se tornam mais abrangentes a partir de um prisma de análise mais refinado. No entanto, quando se realizam comparações a partir de cada estado, identifica-se que, no Rio Grande do Sul, a única diferença é com a satisfação de estar seguro. Portanto, quando se amplia a forma de mensuração da pobreza para questões mais sociais e multidimensionais, a incidência de questões vinculadas à segurança torna-se mais evidente. De acordo com Diprose (2007), a violência é considerada uma das dimensões perdidas da pobreza, estando totalmente imbricada nos estados de privação mais grave. É importante salientar que no Ceará não foram identificadas diferenças significativas nas variáveis do BEP, mas o âmbito segurança pessoal tem a média mais baixa independente do nível de significância para as pessoas situadas em condição de pobreza multidimensional

Quando se utiliza o Índice de Mensuração de Pobreza Multidimensional (IMPM) desenvolvido para o estudo como medição comparativa entre um grupo com e sem pobreza multidimensional, identificam-se que praticamente todas as variáveis tem diferenças significativas na amostra total, no Rio Grande do Sul e no Ceará. Assim, utilizando essa medida, podem-se realizar análises mais apuradas. Dessa forma, de uma maneira geral, foram identificadas que as médias dos itens do BEP entre os grupos com mais pobreza multidimensional e menos pobreza multidimensional de acordo com IMPM são mais extremas. Este índice, portanto, consegue captar variações mais elevadas entre as variáveis pesquisadas.

Assim, as variáveis com médias mais baixas nos grupos com pobreza multidimensional nos dois estados são a segurança pessoal, reproduzindo um padrão já mencionado em populações em situação de extrema pobreza acerca da presença da violência. Obviamente, há um fato social concreto ligado a essa realidade que seria a grande quantidade de homicídios no Brasil, principalmente com os recortes de gênero, raça e classe social. Ou seja, aqueles que mais morrem no Brasil são jovens homens, negros e pobres (Waiselfisz, 2015). A segunda variável com média mais baixa no Ceará no grupo com pobreza multidimensional é saúde pessoal. Esse resultado é semelhante àqueles encontrados em uma pesquisa sobre Índice de Valores Humanos realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com aproximadamente 2.002 pessoas em território brasileiro. Neste índice, segundo Comim e Amaral (2013), havia a dimensão saúde que estava relacionada à avaliação do indivíduo acerca do respeito presente na utilização dos serviços de saúde no tocante ao tempo de espera, ao acolhimento e ao respeito desempenhado pelo profissional de saúde. Como resultado, no Nordeste e no Norte as pessoas se sentem mais desrespeitadas nos atendimentos médicos realizados. Além disso, salienta-se que as pessoas com maior situação de pobreza monetária também possuem índices baixos na dimensão saúde nesta pesquisa. . Provavelmente, então, esse contexto adverso de desrespeito e de pobreza pode estar relacionado à baixa satisfação dos cearenses no âmbito da saúde do BEP. Além disso, pode ser identificada a pobreza como promotora de adoecimento físico e psicológico (Raditloaneng, 2009)..

Já no Rio Grande do Sul, a variável com média mais baixa é segurança com o futuro. Há, então, uma maior desesperança nas expectativas das pessoas em situação de pobreza no Rio Grande do Sul. Esse dado poderia estar relacionado com o critério de julgamento mais elevado no Rio Grande do Sul. Como já colocado por Diener (2012), a satisfação é balizada pela expectativa e o nível de comparação social dos indivíduos. Dessa maneira, no Rio Grande do Sul, como há menos pobreza, pode-se ter outros critérios de expectativa, gerando uma desesperança em relação ao futuro.

É importante mencionar que o índice mais elevado no grupo com pobreza multidimensional, tanto para o Rio Grande do Sul, como para o Ceará, estaria vinculado à satisfação com as relações pessoais. Este resultado é contrário ao encontrado quando se tem como comparação a perspectiva monetária da pobreza. Quando se utiliza uma abordagem multidimensional com dimensões vinculadas à habitação, educação, trabalho, renda, saúde e aspectos subjetivos, o prisma de mensuração da pobreza torna-

se mais próximo da realidade social de privação. Dessa maneira, desloca-se o foco da pobreza somente como uma questão de privação monetária. A sociabilidade é um dos pontos constituintes das relações humanas em geral, tendo as pessoas em situação de pobreza relações interpessoais como centrais para sua sobrevivência a partir da rede de solidariedades (Góis, 2008). Assim, identifica-se que a utilização de instrumentos de mensuração da pobreza multidimensional e do bem estar pessoal mais complexos e abrangentes constroem um panorama elucidativo do impacto da pobreza no modo de vida dos indivíduos.

### **Considerações Finais**

Atesta-se que a pobreza independente da forma de mensuração tem um impacto negativo no Bem Estar Pessoal. Igualmente, as três maneiras de comparação da pobreza utilizada a partir de diferentes estratégias de mensuração apontam para índices mais baixos nos grupos imersos em situação de pobreza mais intensa. No entanto, é importante também mencionar que as medições baseadas em prerrogativas multidimensionais funcionaram como um melhor prisma de análise do fenômeno da pobreza, principalmente o Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM) desenvolvido para este estudo. É interessante observar que, neste contexto multidimensional, o item com mais elevada média de satisfação nos grupos com mais pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul e no Ceará foi a satisfação com as relações pessoais. Demonstra-se, então, a centralidade dos laços de sociabilidade nos contextos de pobreza, podendo funcionar como uma estratégia coletiva de enfrentamento desse fenômeno.

Este índice desenvolvido também auxiliou na identificação de diferenças regionais na dinâmica de impacto das diferentes dimensões multidimensionais da pobreza no BEP. Igualmente, forneceu a possibilidade de verificar diferenças nas médias dos itens do BEP a partir da comparação de grupos com e sem pobreza multidimensional. Por fim, de uma maneira geral, foi identificado que as formas de mensuração baseadas na pobreza monetária, multidimensional do PNUD e multidimensional do IMPM no Rio Grande do Sul e no Ceará têm como média mais baixa o item do BEP relacionado à segurança pessoal. Dessa maneira, considera-se que a realidade brasileira estaria permeada por uma cultura da violência principalmente para o público em situação de pobreza.

## CAPÍTULO 4

### **Estudo 3. As consequências da humilhação contra os mais pobres: análises a partir da vergonha, do senso de comunidade e do bem estar pessoal**

#### **Introdução**

A sociedade brasileira é constituída de práticas de estigmatização da pobreza. Essas práticas balizam a existência de atos de humilhação contra as pessoas em situação de pobreza, podendo causar sentimentos de vergonha. Dessa maneira, identifica-se que a agência do indivíduo pobre pode ficar enfraquecida. O isolamento social e a desvinculação comunitária constituiriam um modo de vida em condições de pobreza, afetando o bem estar pessoal dessa população. Igualmente, entende-se que essa dinâmica é uma estratégia de dominação, transmutando uma prática social de estigmatização para uma constituição psicológica. Dessa maneira, tem-se como objetivo analisar a humilhação causada pela pobreza como promotora de isolamento a partir de diferentes dimensões psicossociais.

Primeiramente, identifica-se que a concepção de pobreza utilizada neste estudo está baseada na perspectiva multidimensional da Abordagem das Capacitações (AC). De acordo com Avila, Bagolin e Comim (2012), utilizar a renda como única forma de identificação de diversos tipos de privação é uma perspectiva restrita e não adequada. Assim, deve-se entender a pobreza a partir de uma perspectiva filosófica focada na moral (Comim, 2005). É necessária uma teoria da justiça que ampare julgamentos sobre situações consideradas justas e injustas. Assim, de acordo com Sen (2011), como parâmetros para realização desses julgamentos, há a abordagem da comparação focada em realizações e a abordagem do institucionalismo transcendental. Esta última baseia-se na existência de instituições perfeitamente justas, indicando comportamentos ideais para sociedade. Já a abordagem da comparação focada em realização é baseada em análises das situações concretas cotidianas, não havendo um distanciamento abstrato da realidade fundamentado na primeira abordagem. Assim, a compreensão da pobreza alicerçada pela AC refere-se à comparabilidade de realizações. Dessa maneira, “a justiça não pode ser indiferente às vidas que as pessoas podem viver de fato” (Sen, 2011, p. 48).

Por isso, deve-se entender a pobreza como privação de liberdades que os indivíduos teriam a possibilidade de escolher em diversas dimensões, como o âmbito econômico, educacional, salutar, social e cultural. O foco dessa perspectiva são os

funcionamentos. Esses representam ações e estados que o indivíduo pode alcançar ou realizar, ou seja, são formas de ser e de fazer motivadas pela própria pessoa (Sen, 2000). Também se devem conceber essas liberdades como escolhas que estão ligadas a responsabilidades e deveres (Sen, 1980b). A agência significa esse processo de responsabilização relacionada ao exercício da liberdade. Entende-se essa capacidade de agenciamento como a própria atividade.

No sentido psicológico, a atividade é considerada uma das bases de desenvolvimento da identidade, sendo essa atividade mediada por instrumentos que são criações humanas para transformar a natureza (Ciampa, 1987). Assim, o instrumento é “criado pelo Homem a sua imagem e semelhança, o eterniza, transforma a atividade individual em História, a criação cria o criador” (Codo, 1984, p. 53). Góis (2005) afirma que a atividade é constituída socialmente, sendo fundamento para a aprendizagem e para o desenvolvimento cultural a partir de sua base dialética. Ela é orientada por um objetivo, é mediada por instrumentos e é produtora de cultura e de novas constituições identitárias. A atividade fundamenta o processo de conversão de um objeto concreto a uma representação mental e, posteriormente, dessa representação em atividade prática (Leontiev, 1978). Assim, entende-se que os funcionamentos, como atividades, podem exercer um papel de mudança social no nível individual e coletivo.

Assim, retornando a perspectiva multidimensional da pobreza, as capacitações são as liberdades ou oportunidades para os indivíduos elegerem diferentes funcionamentos, ou seja, atividades. A pobreza, então, é concebida como a impossibilidade da pessoa ser capaz de realizar funcionamentos que significa como importantes (Sen, 1996). Dessa maneira, há funcionamentos que são essencialmente necessários para dignidade da existência humana, como a habilidade de estar nutrido de forma adequada, estar abrigado de intempéries climáticas, e estar em público sem sentir vergonha (Sen, 1983).

No entanto, além de questões de privação em âmbitos concretos, para uma pessoa em situação de pobreza imersa em uma realidade social desigual e dominadora, a pobreza constitui-se como uma estratégia de manutenção do *status quo*. De acordo com Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014), a sociedade brasileira está estruturada historicamente em uma perspectiva de estigmatização da pobreza. Dessa maneira, há um universo social simbólico que constrói políticas de identidade regulatórias das pessoas em situação de pobreza baseadas em características de inferioridade. Há uma série de práticas, valores e crenças que delimitam o modo de viver dos pobres,

desenvolvendo uma forma específica de identidade que é “negada, sofrida, desamparada, frágil, e também violenta” (Góis, 2005, p. 60). A realidade social de pobreza gera impactos negativos na constituição psicológica de indivíduos imersos neste fenômeno, deixando-os inseguros, ansiosos, estressados, envergonhados e com baixa auto estima (Moane, 2003).

É importante mencionar que a vergonha é um sentimento basal nos seres humanos. A vergonha relaciona-se com o reconhecimento, estando alicerçada pela Psicologia do Desenvolvimento. Quando a criança passa a compreender que ela é percebida pelos outros, o sentimento de vergonha instala-se. No entanto, na medida em que a criança vai amadurecendo, ela passará a ter seus próprios critérios de julgamento. Igualmente, o sentimento de vergonha tornar-se-á desvinculado de uma audiência, não havendo mais a necessidade dos sentimentos vergonhosos serem eliciados por *outrem*. Apesar dessas considerações, é comum ainda a centralidade das considerações dos outros serem levadas em conta na avaliação de atos considerados vergonhosos pelos indivíduos, porque são encontrados muitos comportamentos infantilizados no adulto, como também a autonomia é uma tarefa difícil de ser conquistada (La Taille, 1996). Igualmente, Ciampa (1984) concebe que a identidade humana é constituída socialmente. Dessa maneira, mesmo os aspectos mais idiossincráticos da autoavaliação judicativa tem uma base social.

A partir desse ponto, a vergonha não será mais considerada “pura”, estando permeada por julgamentos e valores feitos ao indivíduo pelos outros. É importante salientar que esses juízos de terceiros são centrais na primeira camada de imagem que a criança terá de si mesma. Dessa maneira, esse sentimento não estaria somente permeado por situações negativas, como ser criticado, mas também a circunstâncias positivas, como ser elogiado. La Taille (2002b) traz um exemplo relacionado ao recebimento de um prêmio por uma pessoa. Ele afirma que essa pessoa pode se sentir orgulhosa de estar sendo homenageada, como também envergonhada de estar sendo exposta, evidenciando que este último sentimento existe pelo simples fato de ocorrer uma exposição mesmo que sem viés depreciativo. Este caso representa a vergonha de exposição. Para entender o impacto de estar sendo exposto, significa que o indivíduo estar sendo objeto para outra pessoa sem poder sobre si, porque não controla essa percepção do outro. A exposição, assim, também estaria permeada por aspectos de inferioridade, porque “quem é olhado está entregue a quem o observa, tragado pelos seus olhos; está em situação de vulnerabilidade” (La Taille, 2002a, p. 84)

A vergonha de exposição está relacionada ao fato de estar sendo exposto mesmo que em um âmbito real ou imaginário, podendo existir a vergonha mesmo sem uma exposição pública (Harkot-de-la-Taille, 1999). Há igualmente a vergonha judiciativa, que é desenvolvida a partir de um juízo negativo vindo de uma composição social. É importante mencionar que a constituição humana está alicerçada por uma matriz social. Para Pino (2000), a concepção materialista histórico dialética é baseada na trajetória histórica dos modos de produção de riqueza e da estrutura social da sociedade que repercutem em transformações na consciência e nos comportamentos humanos. Assim, entende-se que a sociedade está permeada por processos de dominação, sendo a opressão um modo coletivo e individual de controle a partir de uma assimetria de poder nas estruturas políticas, sociais e econômicas (Prilleltensky, 2008).

La Taille (2009) afirma que esse julgamento depreciativo não é somente concebido a partir do juízo alheio que discrimina o indivíduo alvo de inferiorização, porque o envergonhado para sentir a vergonha necessita legitimar e concordar com esse juízo negativo. Assim, a pessoa que sente vergonha julga-se negativamente, mesmo quando esse ato de envergonhar-se seja eliciado por *outrem*. Zavaleta (2007) e Walton (2011), assim, entendem a vergonha como um julgamento global de fracasso, não necessitando de uma situação concreta com audiência para desencadeá-la. Da mesma forma, quando uma pessoa sente-se envergonhada, ela está sendo ativa nesse processo de construção da vergonha, pois legitima o juízo alheio depreciador de sua identidade: “no caso da vergonha, o juízo negativo alheio é aceito como legítimo e, logo, corresponde a um autojuízo negativo. Na vergonha, portanto, o decair perante os olhos alheios deve corresponder a um decair perante os próprios olhos.” (La Taille, 2002b, p. 19). A vergonha, então, estaria relacionada a um questionamento acerca da identidade, pois a qualidade da pessoa está sendo alvo de destruição. O sentir-se envergonhado estaria vinculado à compreensão global e depreciativa do eu, ou seja, da identidade (La Taille, 2002a).

Assim, entende-se a vergonha como um processo de opressão psicológica que é

the internalized view of self as negative, and as not deserving more resources or increased participation in societal affairs, resulting from the use of affective, behavioral, cognitive, material, linguistic, and cultural mechanisms by agents of domination to affirm their own political superiority (Prilleltensky, 2008, p. 127);

De acordo com Prilleltensky e Gonick (1996), a opressão psicológica é mantida a partir também da dimensão política. Assim, há setores sociais ou pessoas dominantes que exercem seu poder, restringindo atividades/funcionamentos a determinados recursos e oportunidades, como também subordinando indivíduos a formas de reconhecimento depreciativas. Compreende-se a estigmatização da pobreza como constituindo esse processo de depreciação de uma classe social e de promoção de reconhecimentos depreciativos dos mais pobres atrelados somente aos papéis de preguiçoso, ruim, doente e culpado pela sua situação (Moura Jr, Ximenes & Sarriera, 2014). Igualmente essas representações sociais do pobre embasam a existência das práticas de humilhação impetradas contra as pessoas em situação de pobreza.

Dessa maneira, entende-se a humilhação como essa prática de dominação presente na sociedade, podendo gerar vergonha (La Taille, 2007). Em uma pesquisa com pessoas em situação de rua do Ministério do Desenvolvimento Social (2009) nos principais centros urbanos do Brasil, um número significativo de indivíduos foi impedido de entrar em determinados locais públicos, como hospitais, restaurantes, órgãos do governo e *shoppings*. Este resultado demonstra uma realidade discriminatória presente no cotidiano. Segundo Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), essas práticas de humilhação podem gerar um intenso sofrimento psíquico, repercutindo em um sentimento de vergonha enfraquecedora das potencialidades e da capacidade de enfrentamento dos indivíduos.

As práticas de dominação externa, como o processo de humilhação, podem ter repercussões internas, como o desenvolvimento de sentimentos de vergonha. Assim, ao invés de haver a necessidade de um ser humano que humilha e deprecia, o indivíduo envergonhado passa a ser seu próprio censor. Como não é necessário na vergonha haver um agente externo que desencadei este sentimento, o indivíduo envergonhado é constituído por formas de reconhecimento depreciativo que o constituem identitariamente. Assim, concebe-se que a humilhação pode fomentar esses atos vergonhosos. Entende-se que há diversos tipos de humilhação, mas todas são violentadoras, ultrapassando os níveis de tolerância da vítima e da convivência social e incidindo sobre questões centrais da personalidade.

Essas práticas de humilhação são representadas pela calúnia, difamação e injúria, destruindo a moralidade e o autorrespeito do indivíduo humilhado. Com isso, a humilhação tem um efeito danoso no desenvolvimento do indivíduo, podendo desencadear “o sentimento de vergonha, o abalo na estrutura afetiva (timidez, revolta,

imunidade a críticas alheias etc.), a ausência ou prejuízo na construção da ‘fronteira moral da intimidade’ (Alencar & La Taille, 2007, p. 220). A humilhação constante pode desenvolver características estruturais na identidade do indivíduo humilhado (La Taille, 2007, La Taille, 2002), repercutindo provavelmente nas atitudes de conformismo e servilismo que a pessoa pobre pode exercer.

De acordo com Narayan (2000), as pessoas em situação de pobreza se sentem alvos de práticas de humilhação e injustiça pelas próprias instituições públicas e privadas que deveriam prestar-lhes suporte. Igualmente, esses indivíduos também percebem que estão impetrados por diversas formas de privação e sem espaços de exercício e de fomento de seu poder, podendo ocorrer o isolamento social. Assim, a dominação pode desenvolver uma opressão internalizada, gerando sentimentos de inferioridade e incapacidade. Essas características psicológicas são instrumentos de manutenção de uma realidade social de dominação, funcionando como bases para as condições sociais de degradação e de esvaziamento de espaços de exercícios de poder. Ou seja, a dominação social torna-se um processo interno de opressão (Moane, 2003).

Dessa maneira, a pessoa em situação de pobreza pode ter o exercício de seus funcionamentos impedidos por sentimentos de impotência causados pela vergonha e pela humilhação. Há um processo de “desagenciamento”. A agência é a habilidade de buscar e realizar os objetivos que são importantes e justos para o indivíduo (Alkire & Deneulin, 2009). Assim, a agência é capacidade de exercer os funcionamentos também representados pela atividade. Esta não somente cria produtos concretos, mas também formata construções simbólicas, como valores, costumes e atitudes. Além disso, o trabalho como atividade mediada semioticamente promoveu a formação de grupamentos, a divisão social do trabalho e a linguagem, repercutindo no desenvolvimento da consciência (Codo, 1994). “Por meio da atividade, o indivíduo não só se identifica, mas consegue mudar a realidade objetiva e dar significado ao mundo e a ele mesmo, faz a história, cria a cultura e forma sua consciência do mundo” (Góis, 2005, p. 84).

Prilleltensky (2008) afirma que a agência está relacionada ao poder proporcionado pela habilidade e oportunidade de influenciar o curso da existência. Assim, há ação humana agindo em uma estrutura social e concreta, sendo entendido como um exercício de poder pelo indivíduo. Câmara (2008) concebe que o poder está baseado na interação social e no contexto comunitário, envolvendo uma correlação de forças que estão geralmente em negociação e antagonismo. Assim, os atos opressivos

ou coercitivos, como a humilhação ou preconceito, não seriam exercícios de agenciamento, pois não teriam razões sólidas para existirem. De acordo com Sen (2000), agência é a ação impetrada por uma pessoa que não está privada de suas liberdades, pois estas fornecem as habilidades para os seres humanos ajudarem a si mesmos e a influenciarem o mundo em uma perspectiva solidária, democrática e participativa. Ela é o controle e o poder que a pessoa exerce na realização justa de suas escolhas.

Também se compreende que o exercício da agência representa uma fonte de capacitações básicas e controle, fomentando o bem estar subjetivo. De acordo com Distante (2013), é importante salientar que este conceito possui duas vertentes: eudemônica e hedônica. Esta última vincula-se com aspectos da satisfação baseados somente no prazer e na gratificação imediatos. Entende-se que este âmbito está mais ligado ao consumo de bem materiais e aumento da renda. Já a perspectiva eudemônica está relacionada ao desejo de autorrealização de diferentes âmbitos da vida. Entende-se que essa perspectiva representaria um processo de atualização da própria identidade a partir de objetivos amparados socialmente. Assim, Sarriera (2015) concebe que o bem estar tem que ser entendido a partir do âmbito sócio comunitário, porque a felicidade e os aspectos de satisfação subjetiva – constituintes do bem estar subjetivo e pessoal – são atravessados por fatores contextuais, sociais e culturais. Além disso, entende-se a dimensão comunitária como propiciadora de bem estar, sendo um espaço de construção de relações afetivas fortalecedoras dos indivíduos (Amaro, 2007).

O senso de comunidade refere-se ao grau de vinculação do morador com um território físico constituído de interações sociais, construções históricas e aspectos simbólicos e ideológicos específicos (Marante, 2010). Compreende-se que a comunidade perpassa o modo de vida dos indivíduos, podendo ser o espaço de construção da individualidade, processos de fortalecimento e participação social. Dessa maneira, percebe-se que o espaço comunitário é propício e facilitador de movimentos de agenciamento. Ou seja, é um território libertador do exercício dos funcionamentos dos indivíduos. É importante salientar que a comunidade também pode ser um espaço de segregação e de enfraquecimento das potencialidades dos indivíduos, caso ela esteja inserida em práticas de dominação (Góis, 2008).

Com isso, identifica-se que a estigmatização da pobreza pode gerar práticas de humilhação que auxiliam no desenvolvimento de sentimentos de vergonha. Compreendendo a comunidade como esse espaço de interação e de construção da

individualidade, uma pessoa em situação de pobreza com sentimentos de vergonha tenderia a isolar-se do contexto comunitário, desenvolvendo baixos índices de bem estar pessoal (Figura 14).

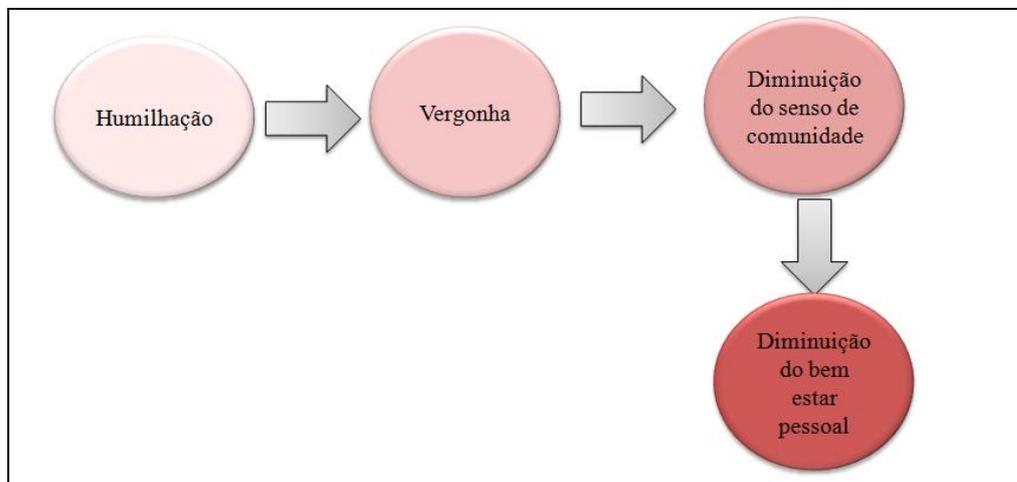


Figura 14. Modelo Teórico Dedutivo da dinâmica do isolamento social.

Esse processo pode ser considerado como um ciclo opressor do isolamento social. Dessa maneira, este estudo tem como objetivo analisar os impactos da humilhação contra os mais pobres a partir de diferentes dimensões psicossociais.

### **Método**

É utilizada a perspectiva quantitativa de pesquisa, operacionalizada pela construção de levantamento de caráter transversal (Fowler Jr., 2011).

### **Participantes**

A amostra por conveniência é composta por 731 pessoas provenientes dos estados do Ceará (57%) e do Rio Grande do Sul (43%). Os critérios utilizados para participação da investigação foram: ser residente nos bairros escolhidos para a realização da pesquisa; possuir a idade mínima de 18 anos para assumir a responsabilidade de participação na pesquisa; e declarar anuência a partir do conhecimento das condições de pesquisa e da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

### **Instrumentos**

Foi utilizada a escala de “Experiência Interna de Humilhação” desenvolvida a partir do *Humiliation Inventory Scale* (Hartling & Luchetta, 1999) que foi adaptada por Zavaleta (2007), tendo como objetivo identificar o impacto da humilhação sofrida no passado e do medo de novamente ser alvo de um ato discriminatório. Assim, são expostos seis sentimentos depreciativos (Excluído, Inferiorizado, Ridicularizado, Menosprezado, Duramente criticado, Insultado ou tratado de maneira desrespeitosa), que devem ser pontuados em uma escala de resposta de 1 a 4 pontos, referente à intensidade, variando de “muito pouco” até “bastante”. Neste estudo, esta escala possui o *Alfa de Cronbach* de 0,794.

Há a escala de “Tendência à vergonha” que foi adaptada do *Personal Feelings Questionnaire* (PFQ) (Ferguson & Crowley, 1997) por Zavaleta (2007). Ela se refere a aspectos individuais que podem causar a vergonha a partir de experiências negativas. No atual estudo, possui um *Alfa de Cronbach* de 0,799. A escala porta 9 sentimentos (Envergonhado, Ridículo, Inseguro, Humilhado, Paralisado, Tímido, Que as pessoas estão rindo de você, Rejeitado pelos outros, Que as pessoas lhe tratam injustamente) que receberam uma avaliação em escala de resposta de 1 – “raramente ou nunca” – até 4 que se refere “sempre ou quase sempre” (Zavaleta, 2007).

Sobre o Índice de Bem Estar Pessoal, essa categoria psicológica também é considerada uma dimensão “perdida” da pobreza (Samman, 2007, 2009). Essa escala tem o objetivo de mensurar a satisfação global com a vida partir de âmbitos específicos (*International Wellbeing Group*, 2006). Neste estudo, a escala tem um *Alfa de Cronbach* de 0,840. Os âmbitos utilizados são padrão de vida, saúde pessoal, realizações, relações pessoais, segurança, comunidade e expectativa com o futuro. Os âmbitos são operacionalizados em: “Satisfação com o seu nível de vida”; “Satisfação com as coisas que você tem conseguido na vida”; “Satisfação com sensação de estar seguro(a)”; “Satisfação com a sua comunidade”; “Satisfação com a segurança a respeito do futuro”; “Satisfação com as relações com outras pessoas”. Esses indicadores são avaliados a partir de uma escala de resposta adaptada de pontos de 0 – totalmente insatisfeito – até 10, totalmente satisfeito (Sarriera, Abs, Casas & Bedin, 2012).

Também é utilizada a escala adaptada do Índice de senso de comunidade desenvolvido por Chavis, Hogge, McMillan e Wandersman (1986). Nesta pesquisa, esta escala possui o *Alfa de Cronbach* de 0,733. Esses itens se referem as percepções sobre filiação, influência, cumprimento de necessidades e conexão entre os moradores de uma determinada comunidade estudada em itens contínuos de níveis de concordância e

discordância em uma escala de resposta de 5 opções. A partir do estudo piloto com pessoas em situação de pobreza, foram somente utilizados os itens que não são invertidos e aqueles de fácil compreensão pelos entrevistados no estudo piloto. Assim, Os itens utilizados são: “Meus vizinhos e eu queremos coisas semelhantes”; “Eu consigo reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro”; “Eu me sinto em casa nesse bairro”; “Eu me importo com o que os meus vizinhos pensam das minhas ações”; “Se houver um problema nesse bairro as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo”; “É muito importante para eu viver nesse bairro”; “Eu espero viver nesse bairro por um longo tempo”.

Por fim, foi o utilizado Índice de Mensuração de Pobreza Multidimensional para criar dois grupos na amostra. É importante salientar que esse índice foi criado a partir da média dos 34 indicadores divididos nas dimensões saúde, educação, trabalho/renda, habitação e aspectos subjetivos da pobreza. Utilizando o método *fuzzy* que indicaria diferentes graus de realização de cada indicador (Chiappero-Martinetti, 2000), quanto mais próxima a média desse índice estiver próximo de 1 mais pobre multidimensional é considerado o indivíduo. Quanto mais próximo de 0, esse participante é considerado menos pobre multidimensional. Nas análises comparativas, foi criada uma variável categórica com dois grupos diferentes. Em um grupo, estava presente aqueles indivíduos que eram considerados os 30% menos pobres da amostra, representando aquelas pessoas que tinham o índice entre 0 e 0,2053. No outro grupo, estão os participantes abordados como os 30% mais pobres da amostra, sendo aqueles indivíduos com a média do índice entre 0,3986 e 1. Assim, havia 219 pessoas no grupo dos 30% menos pobres e 218 pessoas no grupo dos 30% mais pobres multidimensionais.

### **Procedimentos**

A investigação ocorreu nos estados do Rio Grande do Sul e do Ceará a partir do estabelecimento de parcerias com instituições universitárias e Organizações Não Governamentais para sua realização. Foram aplicados questionários individuais de forma assistida com utilização de termos de consentimento. Igualmente, foram preservados os aspectos éticos da pesquisa, sendo submetida à avaliação do comitê de ética em pesquisa da UFRGS e tendo sido aprovada segundo a Resolução 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde com CAAE 10952213.6.0000.5334 e número de parecer 186.184.

## **Análises**

Primeiramente, as variáveis foram analisadas a partir de estatísticas descritivas. Dessa maneira, são apresentadas as médias dos itens das escalas de bem estar pessoal, de senso de comunidade, de tendência à vergonha e de humilhação interna. Foram executadas Análises Fatoriais Exploratórias com utilização do método de componentes principais. E, igualmente, foram realizadas Análises Fatoriais Confirmatórias para identificar o quanto as escalas utilizadas representam seus respectivos construtos a partir de outra perspectiva. Assim, foi utilizada como método da AFC a estimação da máxima verossimilhança (Díaz et. al, 2006). Os índices de ajustes aceitáveis foram: o Índice Comparativo de Ajuste (*CFI*) e o Índice de Tucker e Lewis (*TLI*) superiores a 0,95; a raiz quadrada média do erro de aproximação (*RMSEA*) (McDonald & Ho, 2002) inferior a 0,05; e a raiz quadrada média residual padronizada (*SRMR*) inferior a 0.05 (Hair, Black, Babin & Tatham, 2009).

Igualmente, foram realizadas AFCs multigrupo, identificando a possibilidade de realizar comparações entre grupos com diferentes intensidades de pobreza. Foi utilizada a variável categórica pobreza multidimensional como moderadora multigrupo. Dessa maneira, há o grupo com menos pobreza multidimensional e com mais pobreza multidimensional de acordo do o Índice de Mensuração de Pobreza Multidimensional (*IMPM*). Assim, a invariância métrica permite, caso os índices de ajustes sejam adequados, verificar que a escala funcionou de maneira semelhante entre os grupos, podendo ser comparada as diferenças nas variâncias, covariâncias e coeficientes de regressão dos grupos pesquisados (Damásio, 2013). A invariância escalar permite realizar comparações entre as médias dos fatores de cada grupo (Comşa, 2010). De acordo com Hair et al. (2009), alcançando a invariância escalar, pode-se utilizar de maneira mais precisa e legítima comparações de médias das escalas dos diferentes grupo.

Por fim, foi realizada a Modelagem de Equações Estruturais para avaliar diferentes relações de dependência entre variáveis a partir da utilização de matriz de covariância. A modelagem é utilizada para testar hipóteses teóricas. A partir de Hair et al. (2009), foi realizada uma modelagem de equações estruturais de dois passos. Ou seja, primeiramente, foram realizadas análises de mensuração das escalas utilizadas a partir da AFC. O processo de construção de um modelo pode ocorrer a partir da elaboração de modelos equivalentes. Dessa maneira, foi planejado o processo de construção de um modelo a partir do aumento da complexidade. Então, foi

primeiramente feito um modelo inicial em que todas as variáveis latentes tinham relação entre si, sendo o bem estar pessoal uma das principais variáveis endógenas que recebia carga de regressão de todas as variáveis (Figura 1). A partir dos índices de ajuste e dos níveis de significância das relações entre as variáveis, foi apresentado o modelo teórico hipotético ajustado com humilhação interna causando efeito nos fatores da escala tendência a vergonha.

Assim, estipulou-se um modelo baseado na mediação. Neste caso, havia variáveis que poderiam ser exógenas e endógenas de forma concomitante (Pilati & Laros, 2007). Há diversas estratégias para avaliar a identificação de casos de mediação. Neste estudo, foram utilizadas várias Análises de Regressão Múltipla a partir do método *stepwise* com nível de significância de 0,05. O intuito é avaliar se a relação direta entre as variáveis humilhação e bem estar pessoal continua ou não significativa com a entrada de variáveis mediadoras no modelo de regressão. Assim, caso a relação entre essas duas variáveis permaneça significativa e inalterada, não há uma mediação. Caso continue significativa e reduzida, há uma mediação parcial. Caso a relação deixe de ser significativa, há a mediação completa (Hair et al., 2009).

Relacionado aos índices de ajustes desse modelo final com mediação, foram utilizados índices específicos por conta do número da amostra e da quantidade de variáveis observadas e latentes usadas. É importante salientar que o modelo envolvendo os construtos de bem estar pessoal, senso de comunidade, tendência à vergonha e humilhação interna possuem juntos em torno de 30 variáveis no modelo. Além disso, o número amostral é de 737 participantes. Assim, Hair, Black, Babin e Tatham (2009) afirmam que se o número amostral for maior que 250 e a quantidade de variáveis estiverem igual ou maior que 30, devem-se utilizar os seguintes parâmetros: CFI, TLI acima igual ou acima de 0,92; SRMR igual ou menor que 0,08; e RMSEA menor que 0,07. Esses mesmo autores apontam que para identificar se o modelo é portador de um ajuste mais competitivo é necessário ter pelo menos um grau liberdade a menos que o modelo inicial e a diferença entre os  $X^2$  deve ser maior que 3,84, representando uma diferença significativa no nível de 5% ( $p=0,05$ ).

## **Resultados**

### **Dados descritivos**

Primeiramente, identifica-se que todos os itens da escala de Bem Estar Pessoal do grupo com mais pobreza multidimensional tem índices mais baixos do que o grupo com menos pobreza multidimensional (Tabela 4). Realizando análises específicas, verifica-se que a “Satisfação com as relações com outras pessoas” possui a mais alta média tanto no grupo com menos pobreza ( $M=8,43$ ,  $DP=1,78$ ) e com mais pobreza ( $M=7,82$ ,  $DP=2,51$ ). O item com média mais baixa foi “Satisfação com sensação de estar seguro(a)” no grupo com menos ( $M=6,69$ ,  $DP=2,76$ ) e com mais pobreza multidimensional ( $M=5,59$ ,  $DP=3,64$ ).

*Tabela 4*

Análises descritivas das médias dos itens da Escala de Bem Estar Pessoal por grupos de pobreza multidimensional.

	Menos Pobreza Multidimensional		Mais Pobreza Multidimensional	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Satisfação com sua saúde	8,13	2,016	6,64	3,196
Satisfação com o seu nível de vida	8,06	1,740	6,28	2,948
Satisfação com as coisas que você tem conseguido na vida	8,04	1,883	7,01	3,050
Satisfação com sensação de estar seguro(a)	6,69	2,762	5,59	3,649
Satisfação com a comunidade	8,00	2,102	6,88	3,224
Satisfação com a segurança a respeito do futuro	7,32	2,330	6,38	3,309
Satisfação com as relações com outras pessoas	8,43	1,781	7,82	2,517

Com os itens do Índice de Senso de Comunidade, observa-se que há uma variabilidade mais evidente (Tabela 5). O item que apresentam média mais alta para o grupo com menos pobreza multidimensional é “Eu me sinto em casa nesse bairro” ( $M=2,99$ ,  $DP=,97$ ). Já, para o grupo com mais pobreza multidimensional, o item com média mais alta é “Eu consigo reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro” ( $M=2,78$ ,  $DP=1,02$ ). No entanto, o item (“Eu me importo com o que os meus vizinhos pensam das minhas ações”) com média mais baixa é o mesmo para o grupo com menos

pobreza multidimensional ( $M=1,31$ ,  $DP=1,18$ ) e mais pobreza multidimensional ( $M=1,67$ ;  $DP=1,25$ ).

*Tabela 5*

Análises descritivas das médias dos itens do Índice de Senso de Comunidade por grupos de pobreza multidimensional.

	Menos Pobreza Multidimensional		Mais Pobreza Multidimensional	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Meus vizinhos e eu queremos coisas semelhantes.	2,02	1,060	2,28	1,106
Eu consigo reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro	2,74	0,999	2,78	1,021
Eu me sinto em casa nesse bairro.	2,99	0,972	2,76	1,142
Eu me importo com o que os meus vizinhos pensam das minhas ações.	1,31	1,182	1,67	1,252
Se houver um problema nesse bairro as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo.	1,81	1,129	1,80	1,205
É muito importante para eu viver nesse bairro.	2,52	1,093	2,42	1,228
Eu espero viver nesse bairro por um longo tempo.	2,32	1,267	2,14	1,382

Examina-se que todos os itens da escala de Humilhação Interna são mais baixos no grupo com menos pobreza multidimensional e mais altos no grupo com mais pobreza (Tabela 6). Assim, o item “Duramente criticado(a)” tem média alta no grupo com menos ( $M=0,76$ ;  $DP=0,93$ ) e mais pobreza multidimensional ( $M=1,07$ ;  $DP=1,03$ ). Já o item “Ridicularizado (a)” tem a média mais baixa no grupo com menos ( $M=0,32$ ;  $DP=0,70$ ) e mais alta pobreza multidimensional ( $M=0,58$ ;  $DP=0,88$ ). Essa mesma dinâmica ocorre com os itens da escala de Tendência à Vergonha.

*Tabela 6*

Análises descritivas das médias dos itens da Escala de Humilhação Interna por grupos de pobreza multidimensional.

	Menos Pobreza Multidimensional		Mais Pobreza Multidimensional	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Excluído (a)	0,56	0,723	0,85	0,944
Inferiorizado (a)	0,53	0,756	0,87	0,932
Ridicularizado (a)	0,32	0,709	0,58	0,888
Menosprezado (a)	0,46	0,749	0,83	0,937
Duramente criticado(a)	0,76	0,939	1,07	1,034
Insultado ou tratado de maneira desrespeitosa(a)	0,62	0,861	0,90	1,020

Nesta última escala de vergonha (Tabela 7), o item “Inseguro(a)” tem a média mais alta para o grupo com menos ( $M=1,15$ ;  $DP=0,88$ ) e mais ( $M=1,33$ ;  $DP=0,98$ ) pobreza multidimensional. O item “Ridículo(a)” também tem a média mais baixa para o grupo com menos ( $M=,35$ ;  $DP=0,58$ ) e mais ( $M=0,66$ ;  $DP=0,90$ ) pobreza multidimensional.

*Tabela 7*

Análises descritivas das médias dos itens da Escala de Tendência à Vergonha por grupos de pobreza multidimensional.

	Menos Pobreza Multidimensional		Mais Pobreza Multidimensional	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Envergonhado (a)	0,92	0,716	1,14	0,917
Ridículo (a)	0,35	0,589	0,66	0,903
Inseguro (a)	1,15	0,883	1,33	0,980
Humilhado (a)	0,47	0,673	1,03	1,045
Paralisado (a)	0,44	0,684	0,71	0,904
Tímido (a)	1,13	0,912	1,19	1,032
Que as pessoas estão rindo de você	0,67	0,773	1,05	0,975

Rejeitado (a) pelos outros	0,50	0,693	0,79	0,917
Que as pessoas lhe tratam injustamente?	0,69	0,667	0,94	0,914

### Análise Fatorial Exploratória

O Índice de Senso de Comunidade teve adequado índice de consistência interna na amostra pesquisada (*Alfa de Cronbach*=0,733). Realizando a Análise Fatorial Exploratória com métodos de componentes principais e rotação varimax, o Índice de Senso de Comunidade possui dois fatores que juntos explicam 53,66% da variância. Foram igualmente identificados pressupostos de homocestacidade e esfericidade [*KMO*=0,785, Teste de Esfericidade de Barlett  $\chi^2(28)=606,34$ ,  $p<0,001$ ]. Assim, os fatores com as cargas fatoriais de cada item foram: Relação Positiva com a comunidade (“Eu me sinto em casa nesse bairro” =0,759; “É muito importante para eu viver nesse bairro” =0,804; “Eu espero viver nesse bairro por um longo tempo” =0,783); e Relações comunitárias com a vizinhança (“Meus vizinhos e eu queremos coisas semelhantes” =,587; “Eu consigo reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro” =0,606; “Se houver um problema nesse bairro as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo” =0,451)

Foi realizada AFE com método de componentes principais e rotação oblimim com o Índice de Bem Estar Pessoal que obteve *Alfa de Cronbach* de 0,840. A escala é unifatorial com variância explicada de 47,86% com índices adequados de homocestacidade e esfericidade [*KMO*=0,881, Teste de Esfericidade de Barlett,  $\chi^2(28)=1911,802$ ,  $p<0,001$ ]. As cargas fatoriais dos itens foram: “satisfação com sua saúde” =0,527; “satisfação com seu nível de vida” =0,750; “satisfação com as coisas que você tem conseguido na vida” =0,726; “satisfação com a sensação de estar seguro” =0,696; “satisfação com a comunidade” =0,660; “satisfação com a segurança a respeito do futuro” =,736; e “satisfação com as relações com outras pessoas” =0,519.

Também, foi realizada análise fatorial exploratória com a Escala de Tendência a Vergonha (*Alfa de Cronbach*=0,799) com o método de fatorização de eixos principais com rotação oblimim. Foram também identificados bons índices de homocestacidade e de esfericidade [*KMO*=,861, Teste de Esfericidade de Barlett  $\chi^2(36)=1527,641$ ,  $p<,001$ ). Igualmente, a escala porta dois fatores com 38,99% de variância explicada. Os fatores e seus itens com cargas fatoriais são: vergonha (Envergonhado =0,641; Inseguro =0,482; Tímido =0,618) e rejeição (Ridículo =0,445; Humilhado =0,728; Paralisado =

0,430; Que as pessoas estão rindo de você = ,575; Rejeitado pelos outros =0,714; Que as pessoas lhe tratam injustamente? =0,528).

A Escala de Humilhação Interna (*Alfa de Cronbach* =0,862) foi analisada a partir da AFE com método de componentes principais e rotação oblíqua. A escala é constituída de somente um fator com variância explicada de 59,94%, assumindo também pressuposições de esfericidade e homocedasticidade [*KMO*=.855, Teste de Esfericidade de Barlett  $\chi^2(15)=1948,481$ ,  $p<,001$ ]. Assim, os itens carregados com suas cargas fatoriais são: Excluído (a) =0,770, Inferiorizado (a) =0,782, Ridicularizado (a) =0,812, Menosprezado (a) =0,839, Duramente criticado(a) =0,733, Insultado ou tratado de maneira desrespeitosa(a) =0,702.

### **Análises Fatoriais Confirmatórias**

Primeiramente, foram solicitadas frequências no SPSS para identificar a porcentagem de dados perdidos. Foi observado que a porcentagem máxima de valores perdidos de cada variável não alcançava 5%. Além disso, foi identificado que os *outliers* não representavam um aumento ou uma diminuição significativa das médias das variáveis utilizadas. Dessa maneira, foi realizada uma imputação por regressão dos valores perdidos (Comşa, 2010). Foi realizado esse procedimento, porque não se pode realizar Análises Fatoriais Confirmatórias e Modelagem de Equações Estruturais em AMOS com a presença de *missing cases* na amostra analisada (Hair et al., 2009).

De forma geral, é importante salientar que todas as variáveis observadas são medidas reflexivas, ou seja, elas são causadas pelo fator ou variável latente mensurada (Comşa, 2010). Igualmente, as Análises Fatoriais Confirmatórias realizadas das escalas portaram modelos recursivos. Dessa maneira, os resultados da AFC para a Bem Estar Pessoal (BEP) indicam que o modelo final obteve índices de ajustes adequados com a inclusão de 3 covariâncias (Tabela 8). Assim, identificou-se que o modelo melhorava seus índices com a inclusão da covariância entre os erros da satisfação da saúde pessoal com a satisfação com o nível de vida. O erro desta última variável também estava relacionado com a satisfação com as coisas que você tem conseguido na vida. Por fim, também foi identificada que havia covariância entre os erros da variável satisfação com a comunidade com a variável satisfação com as relações com outras pessoas. Essas mesmas covariâncias já foram identificadas em outras pesquisas, demonstrando um padrão de relação entre as variáveis do Índice de Bem Estar Pessoal (Casas et al., 2011; Casas et al., 2013)

Tabela 8

Índices de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória do Índice de Bem Estar Pessoal

	$\chi^2$	Df	P	TLI	CFI	RMSEA (C.I.)	SRMR
Modelo Inicial Bem estar Pessoal (BEP)	209,035	14	< 0,001	0,915	0,943	0,099(,085-0,116)	0,043
Modelo Modificado BEP com 3 covariâncias	29,645	11	0,002	0,980	0,989	0,048(,028-0,069)	0,023
BEP - Pobreza Multigrupo unconstrained	31,991	22	0,078	0,990	,990	0,032 (0-0,055)	0,036
BEP - Pobreza Multigrupo com cargas fatoriais constritas	39,413	28	0,078	0,982	,988	0,031(0-0,051)	0,044
BEP - Pobreza Multigrupo com cargas fatoriais e interceptos constritos	71,256	34	< 0,001	0,952	,961	0,050(0,034-0,067)	0,050

Sobre os resultados do Índice de Senso de Comunidade (Tabela 9), somente se identificou a necessidade de acréscimo de uma covariância entre os erros entre as variáveis “Eu consigo reconhecer muitas pessoas que vivem no meu bairro” e “Eu me sinto em casa nesse bairro” para melhorar os índices de ajustes do modelo. Essa covariância indica a importância do reconhecimento dos vizinhos no apreço pela comunidade onde o indivíduo vive.

Tabela 9

Índices de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória do Índice de Bem Estar Pessoal.

	$\chi^2$	Df	p	TLI	CFI	RMSEA (C.I.)	SRMR
Modelo Inicial Senso de Comunidade(SenCom)	63,782	13	<0 ,001	,908	0,943	0,073(0,056-0,092)	0,043
Modelo Modificado SenCom com 1 covariância	19,301	7	0,007	,970	0,986	0,049(0,024-0,076)	0,028
SenCom - Pobreza Multigrupo unconstrained	26,557	14	0,022	,951	0,977	0,045(0,017-0,052)	0,033
SenCom - Pobreza Multigrupo com cargas fatoriais constritas	30,641	18	0,032	,962	0,977	0,040(0,012-0,064)	0,041
BEP - Pobreza Multigrupo com cargas fatoriais e interceptos constritos	37,616	22	0,020	,961	0,972	0,040(0,016-0,062)	0,041

Os índices de ajustes da escala de Humilhação Interna também obtiverem melhores resultados com a inclusão de duas covariâncias entre os erros (Tabela 10).

Dessa maneira, foi identificada a relação entre os sentimentos de excluído e inferiorizado, como também entre duramente criticado e insultado/tratado de maneira desrespeitosa.

*Tabela 10*

Índices de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Humilhação Interna.

	$\chi^2$	Df	p	TLI	CFI	RMSEA (C.I.)	SRMR
Modelo Inicial Humilhação (Hum)	151,835	9	<0,001	0,877	0,926	0,147(0,127-0,169)	0,054
Modelo Modificado Hum com 3 covariâncias	27,111	7	<0,001	0,978	0,990	0,063(0,039-,089)	0,019
Hum - Pobreza Multigrupo unconstrained	33,474	14	0,002	0,967	0,985	0,057(0,032-,081)	0,026
Hum - Pobreza Multigrupo com cargas fatorias constritas	38,004	19	0,006	0,976	0,985	0,048(0,025-,070)	0,032
Hum- Pobreza Multigrupo com cargas fatorias e interpeptos constritos	39,989	24	0,021	0,984	0,987	0,039(0,015-,060)	0,031

Na escala de Tendência à Vergonha (Tabela 11), também teve que ser acrescentada três covariâncias entre os erros para melhorar os índices de ajuste do modelo da AFC. Assim, ridículo estava relacionado com os erros de inseguro e envergonhado. E este último sentimento também tinha a covariância do erro relacionada ao sentimento de timidez.

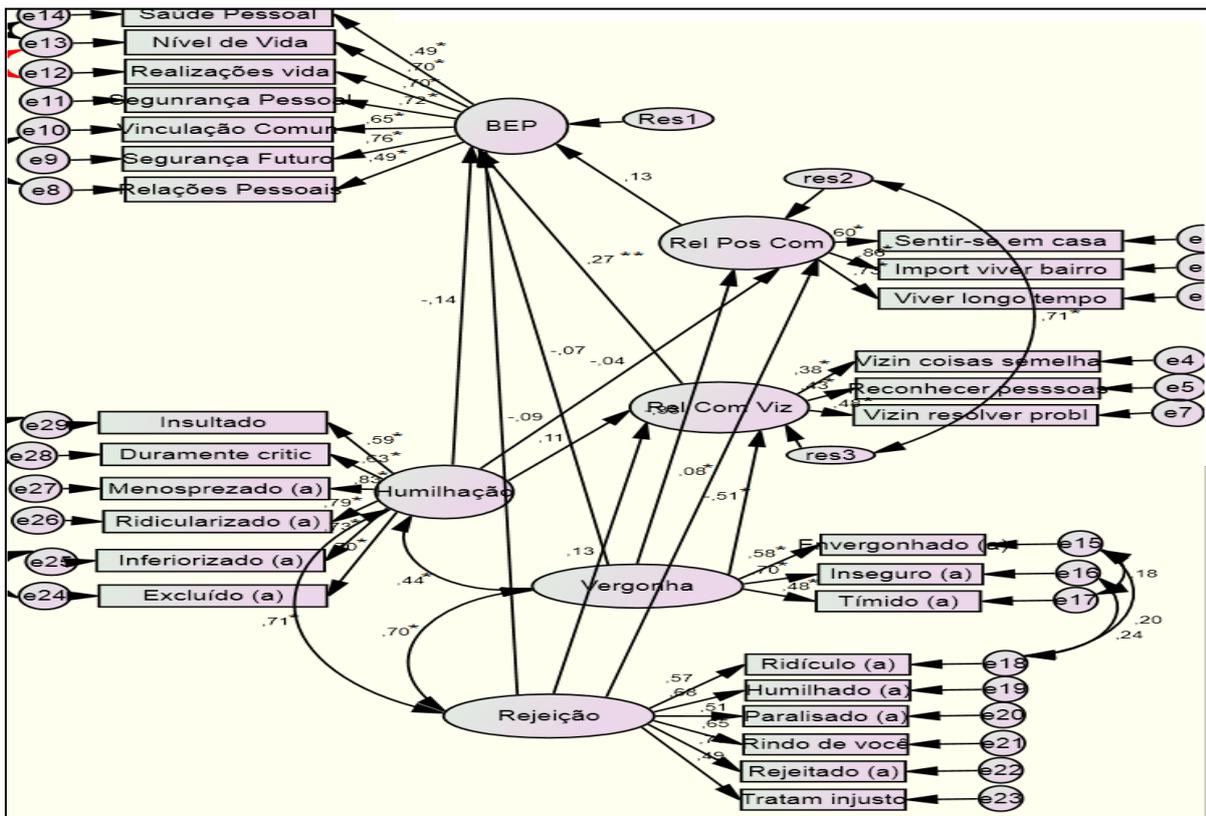
*Tabela 11.* Índices de ajuste da Análise Fatorial Confirmatória da escala de Tendência à Vergonha.

	$\chi^2$	Df	P	TLI	CFI	RMSEA (C.I.)	SRMR
Modelo Inicial Vergonha(Verg)	107,431	26	<0,001	0,925	0,946	0,066(0,053-0,079)	0,043
Modelo Modificado Verg com 3 covariâncias	49,102	23	<0,001	0,973	0,983	0,039(0,024-0,055)	0,029
Verg - Pobreza Multigrupo unconstrained	75,712	46	0,004	0,947	0,966	0,039(0,022-0,054)	0,045
Verg - Pobreza Multigrupo com cargas fatorias constritas	83,527	53	0,005	0,953	0,965	0,036(0,020-0,051)	0,049
Verg - Pobreza Multigrupo com cargas fatorias e interpeptos constritos	98,147	60	<0,001	0,948	0,957	0,038(0,024-0,048)	0,051

É importante salientar que os índices de ajustes verificados são adequados, incluindo as análises multigrupo realizadas. De acordo com Hair et al. (2009), em todas as escalas há presença de forte invariância fatorial, porque foram identificadas equivalência métrica e escalar nas análises multigrupos da AFC para as escalas analisadas.

### Modelagem de Equações Estruturais

Primeiramente, foi realizado um modelo inicial teórico em que Bem Estar Pessoal recebe todas as cargas de regressão das variáveis latentes. Igualmente, vergonha, rejeição e humilhação funcionam como variáveis exógenas, e relação positiva com a comunidade e relações comunitárias com os vizinhos são variáveis endógenas junto com o Bem Estar Pessoal (Figura 15). Esse primeiro modelo é recursivo com  $\chi^2=688,466$  (df=334,  $p<0,001$ ) (Tabela 11). No entanto, além de haver algumas relações entre as variáveis não significativas, foi identificada a necessidade de inclusão de novas covariâncias para tornar os índices de ajuste mais aceitáveis.



\* $p<0,001$ ; \*\* $p<0,05$

Figura 15. Modelo Inicial da Modelagem de Equações Estruturais.

Assim, na amostra total, foi identificado que as relações entre a variável humilhação e os fatores do senso de comunidade (relação positiva com a comunidade e relações comunitárias entre vizinhos) não eram significativas. Essa mesma dinâmica ocorre entre o fator rejeição e os fatores constituintes do senso de comunidade. Além disso, as variáveis vergonha e rejeição não têm associações significativas com o bem estar pessoal. Sobre o senso de comunidade, a variável relação positiva com a comunidade também não obteve relação significativa com o BEP. A partir dessas relações não significativas junto com o modelo teórico dedutivo apresentado anteriormente, foram adicionadas relações de mediação no modelo a partir do rearranjo das variáveis que ainda permaneceram significativas.

Assim, teoricamente, havia a hipótese das variáveis relacionadas à escala de Tendência a Vergonha (Rejeição e Vergonha) e ao Índice de Senso de Comunidade (Relações Comunitárias com Vizinhos e Relação Positiva com a Comunidade) fossem mediadoras da relação entre as categorias Humilhação e Bem Estar Pessoal. Identificou-se que somente permaneciam no modelo de mediação teoricamente estipulado com associações significativas a variável vergonha e relação comunitária com os vizinhos. Assim, foram utilizadas Análises de Regressão Múltipla para verificar se há mediação entre humilhação e bem estar pessoal a partir dessas últimas variáveis apontadas (vergonha e relação comunitária). A verificação de mudanças na relação entre as duas variáveis que são os extremos na mediação servem como indicador da existência de relações mediadoras com as novas variáveis incluídas no modelo (Hair et al., 2009). Primeiramente, somente é realizada a ARM com as duas variáveis que terão relações mediadoras incluídas na associação (Tabela 12).

*Tabela 12*

Análise de Regressão Múltipla com Bem Estar Pessoal como dependente e Humilhação como independente.

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
		<i>B</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Beta</i>	<i>T</i>	<i>p</i>
1	(Constant)	7,769	0,095		81,87	<0,001
	Humilhação	-0,653	0,103	-,228	-6,32	<,0001

Em seguida, é incluída a primeira variável mediadora (Vergonha) na relação entre humilhação e bem estar pessoal (Tabela 13). Nota-se que a relação entre

humilhação e bem estar pessoal continua significativa, tendo a carga de regressão menor que na ARM anterior. Assim, aponta-se que há uma relação de mediação parcial a partir da variável vergonha, porque a relação entre as variáveis originais continua significativa e sofre uma diminuição da predição (Hair et al., 2009).

*Tabela 13*

Análise de Regressão Múltipla com Bem Estar Pessoal como dependente e Humilhação e Vergonha como independentes.

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
		<i>B</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Beta</i>	<i>T</i>	<i>P</i>
1	(Constant)	8,081	0,128		63,194	<0,001
	Vergonha	-0,657	0,097	-0,242	-6,744	<0,001
2	(Constant)	8,240	0,131		62,981	<0,001
	Vergonha	-0,518	0,101	-0,191	-5,140	<0,001
	Humilhação	-0,488	0,106	-0,171	-4,593	<0,001

a. Dependent Variable: BEP\_Original

Por fim, também é realizada a inclusão de uma nova variável mediadora no modelo: Relação Comunitária com a vizinhança (Tabela 14). Novamente, identifica-se que a relação entre humilhação e BEP continua significativa e com uma carga preditiva menor que a relação sem mediação.

*Tabela 14*

Análise de Regressão Múltipla com Bem Estar Pessoal como dependente e Humilhação, Vergonha e Relação Comunitária com a Vizinhança como independentes.

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
		<i>B</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Beta</i>	<i>T</i>	<i>p</i>
1	(Constant)	8,081	0,128		63,194	<0,001
	Vergonha	-0,657	0,097	-0,242	-6,744	<0,001
2	(Constant)	6,827	0,262		26,057	<0,001
	Vergonha	-0,553	0,097	-0,204	-5,675	<0,001
	RelComVizinhança	0,507	0,093	0,196	5,453	<0,001
3	(Constant)	6,941	0,259		26,815	<0,001
	Vergonha	-0,401	0,101	-0,148	-3,986	<0,001

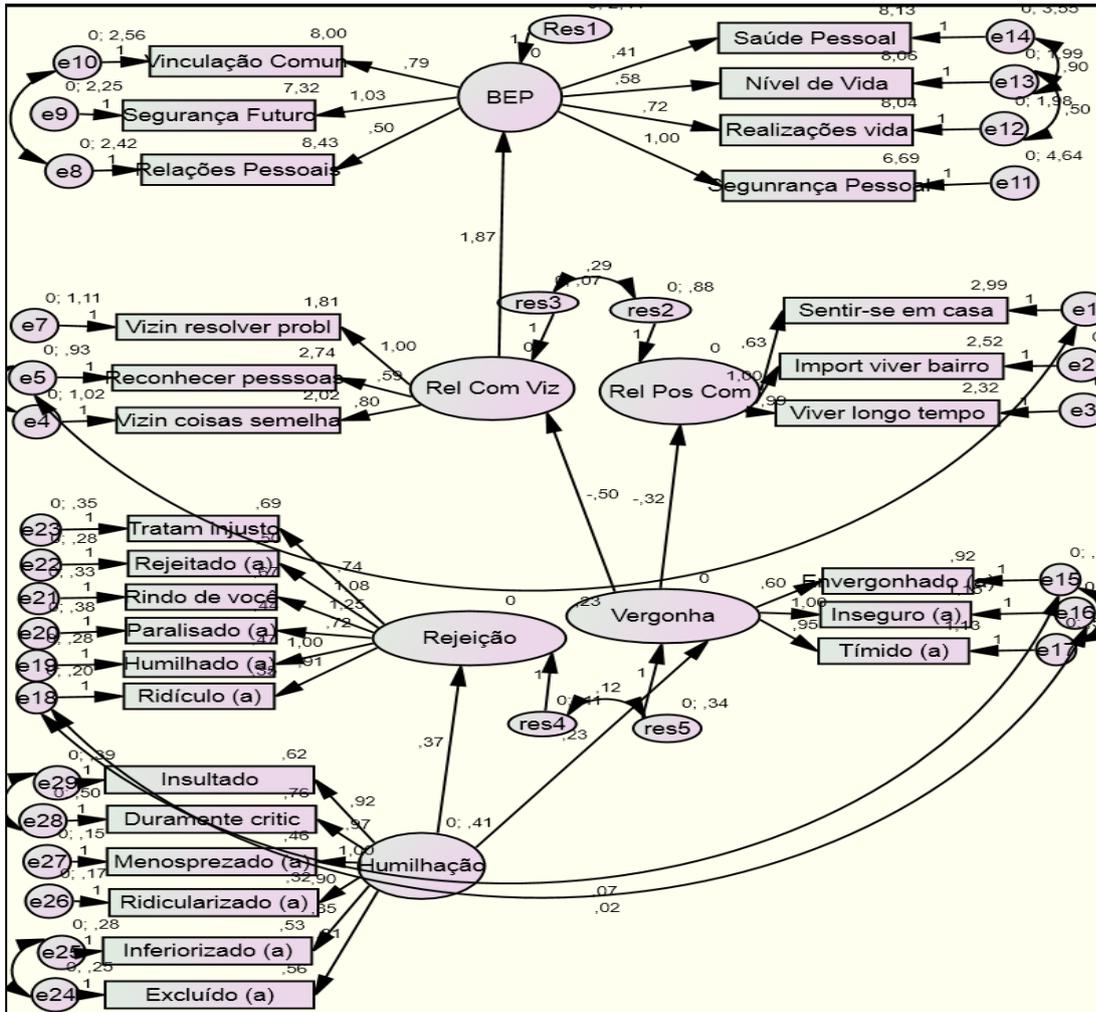
RelComVizinhança	0,529	0,092	0,204	5,773	<0,001
Humilhação	-0,517	0,104	-0,181	-4,965	<0,001

a. Dependent Variable: BEP\_Original

A partir dessas Análises de Regressão Múltipla, constata-se a existência de relações de mediação parcial por meio das variáveis Vergonha e Relação Comunitária com a Vizinhança. Foi, então, alcançado um modelo teórico modificado final com adequados índices de ajuste, sendo recursivo com  $\chi^2=611,021$  (df=333,  $p<.001$ ). Assim, o CFI, TLI, SRMR e RMSEA são identificados com bons ajustes (Tabela, 17). O modelo teórico proposto em comparação com o modelo inicial é considerado significativamente um modelo mais competitivo ( $\Delta\chi^2=77,42$ ,  $\Delta df=1$ ,  $p<.001$ ). Aponta-se que as variáveis rejeição e relação positiva com a comunidade permanecem no modelo, porque elas têm associações significativas com as outras variáveis apesar de não fazerem parte das relações de mediação existentes.

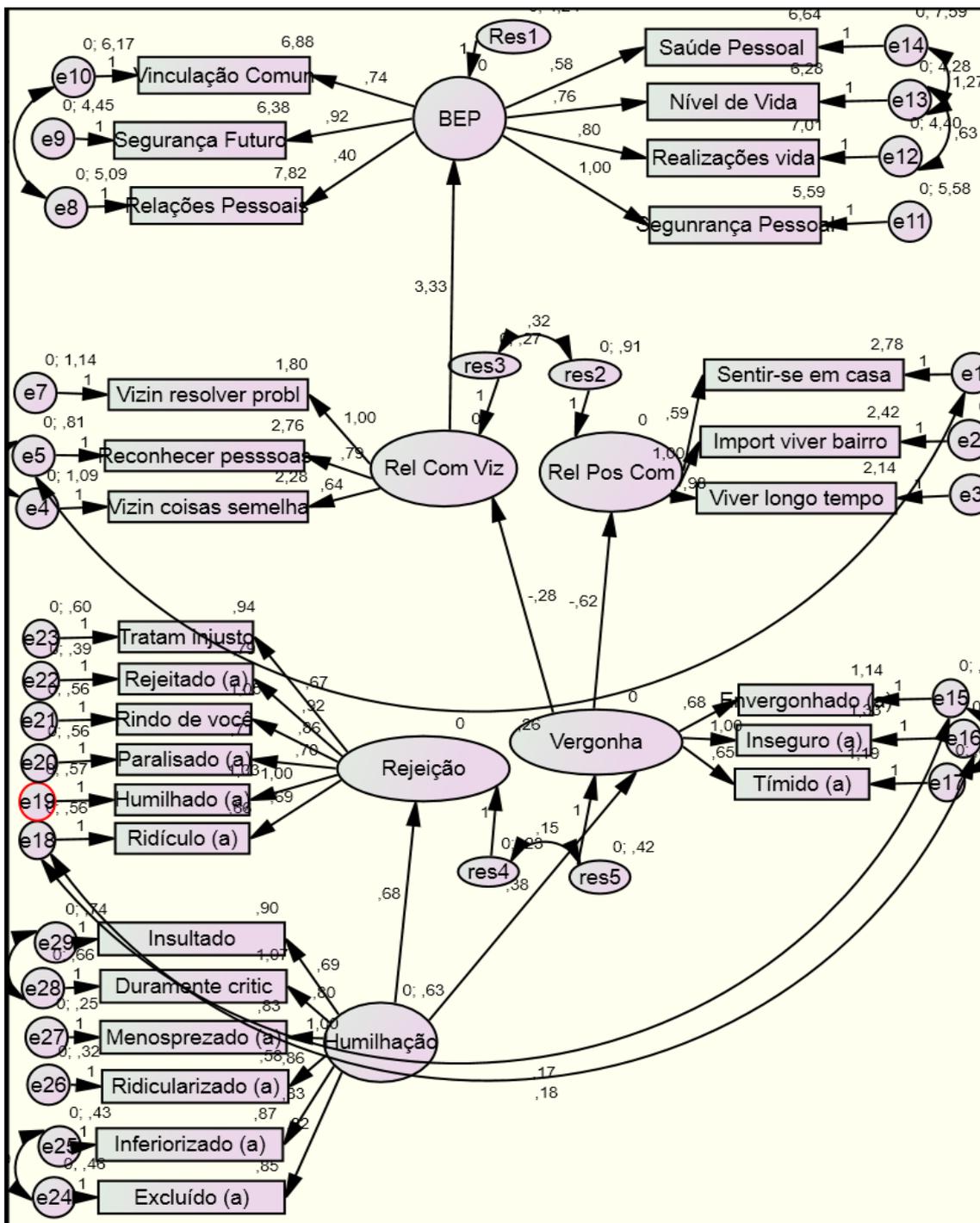
Para analisar o ajuste do modelo nas diferentes intensidades da pobreza a partir da Análise Multigrupo, foram utilizados parâmetros de ajuste relacionados a amostras com mais de 250 participantes e 30 variáveis entre observadas e latentes envolvidas para análises multigrupos. De acordo com Hair et al. (2009), foram encontrados índices adequados para CFI (maior que ,92), SRMR (menor que ,08) e RMSEA (menor que ,07) para todos os modelos. O TLI foi único que teve seu índice abaixo de ,92, mas com um valor aproximado. Assim, tem-se a apresentação do modelo para o grupo com menos pobreza multidimensional (Figura 16) e para o grupo com mais pobreza multidimensional (Figura 17).

Identifica-se que a moderação dessa variável categórica de grupos com mais e menos pobreza, porque se constata que há diferentes variáveis com mudanças de cargas fatoriais por conta da diferença da intensidade da pobreza. A moderação é observada quando as cargas de regressão sofrem mudança em virtude de moderadores não métricos, como os grupos com diferentes intensidades de pobreza.



Todas as relações tem um nível de significância menor que 5%.

Figura 16. Modelo Final com grupo com menos pobreza multidimensional.



Todas as relações tem um nível de significância menor que 5%.

Figura 17. Modelo Final com grupo com mais pobreza multidimensional.

Dessa maneira, pode-se identificar que o modelo teórico multigrupo por meio da moderação dos grupos com menos pobreza multidimensional (Figura 16) e mais pobreza multidimensional (Figura 17) porta invariância métrica e invariância escalar.

Tabela 15

Índices de ajuste dos modelos da Modelagem de Equações Estruturais.

	$\chi^2$	Df	p	TLI	CFI	RMSEA (C.I.)	SRMR
Modelo Inicial	688,466	334	<0 ,001	0,947	0,941	0,038(0,034-0,042)	0,044
Modelo Final Teórico Modificado	611,021	333	<0 ,001	0,959	0,953	0,034(0,030-0,038)	0,052
Modelo Teórico Multigrupo Unconstrained com mediação	976,276	666	<0 ,001	0,915	0,925	0,033(0,028-0,037)	0,070
Modelo Teórico Multigrupo Modelo 1	999,693	688	<0 ,001	0,917	0,925	0,033(0,028-0,037)	0,071
Modelo Teórico Multigrupo Modelo 2	999,897	710	<0 ,001	0,907	0,920	0,031(0,027-0,036)	0,072

Além disso, foram verificadas as cargas de regressão com efeitos diretos para os diferentes parâmetros do Modelo Final com a moderação dos grupos com menos e mais pobreza multidimensional. Foi utilizado método *Bootstrap* ML (*Maximum likelihood*) com os intervalos de confiança calculados de 95% (Tabela 16). Este método é utilizado para validar o modelo multivariado analisado a partir de um número elevado de subamostras. Assim, calculam-se as médias dos coeficientes ao longo das repetições (Hair et al., 2009).

Tabela 16

Parâmetros estimados diretos não padronizados da análise multigrupo final.

<i>Bootstrap</i> ML 95% IC Amostra=200	Amostra Total			Menos Pobreza Multi			Mais Pobreza Multi		
	Carga Total	Mais Baixa	Mais Alta	Carga Total	Mais Baixa	Mais Alta	Carga Total	Mais Baixa	Mais Alta
Humilh. → Rejeição	0,607*	,476	,735	,369*	,166	,599	,379*	,467	,907
Humilh. → Vergonha	0,413*	,315	,541	,234**	-,002	,551	,680*	,162	,550
Verg. → Rel. Pos. Com.	-0,427*	-,583	-,226	-,316*	-,693	-,037	-,622*	-,994	-,356
Verg. → Rel. Com. Viz.	-0,397*	-,549	-,240	-,497*	-,896	-,154	-,277*	-,603	-,084
Rel.Com.Viz. → BEP	2,32*	1,80	3,18*	1,86*	,833	4,10	3,32*	2,04	6,07

	Amostra Total			Menos Pobreza Multi			Mais Pobreza Multi		
	Carga Total	Mais Baixa	Mais Alta	Carga Total	Mais Baixa	Mais Alta	Carga Total	Mais Baixa	Mais Alta
BEP → Saúde Pessoal	0,554*	0,443	0,653	0,410*	0,233	0,673	0,580*	0,399	0,700
BEP → Nível de Vida	0,739*	0,652	0,829	0,584*	0,394	0,860	0,755*	0,615	0,921
BEP → Realiz. Vida	0,754*	0,672	0,902	0,723*	0,570	0,922	0,796*	0,628	1
BEP → Segur. Pessoal	1*	1*	1	1*	1	1	1*	1*	1
BEP → Vincul. Comunt	0,745*	0,623	0,870	0,789*	0,566	1,25	0,738*	0,562	1,01
BEP → Segur. Futuro	0,919*	0,819	1,04	1,03*	0,845	1,29	0,917*	0,760	1,10
BEP → Relaç. Pessoais	0,446*	0,358	0,538	0,500*	0,283	0,733	0,399*	0,270	0,590
Rel. Com. Viz. → Viz resolver problemas	1*	1	1	1*	1	1	1*	1	1
Rel. Com. Viz. → Viz semelhantes	0,676*	0,518	1	0,594*	0,280	1,24	0,789*	0,424	1,54
Rel. Com. Viz. → Reconhecer Pessoais	0,646*	0,430	0,962	0,802*	0,371	1,75	0,642*	0,223	1,36
Rel. Pos. Com. → Viver longo tempo	0,978*	0,889	1,12	0,988*	0,813	1,29	0,976*	0,867	1,25
Rel. Pos. Com. → Import viver bairro	1*	1*	1	1*	1*	1*	1*	1*	1*
Rel. Pos. Com. → Sentir-se em casa	0,624*	0,527	0,725	0,628*	0,487	0,800	0,588*	0,430	0,821
Rejeição → Trat. Injust	0,678*	0,554	0,861	0,740*	0,455	1,19	0,666*	0,466	0,890
Rejeição → Rejeitado	0,961*	0,836	1,08	1,08*	0,866	1,58	0,921*	0,708	1,14
Rejeição → rindo você	0,951*	0,805	1,10	1,25*	0,839	1,90	0,862*	0,685	1,15
Rejeição → Paralisado	0,692*	0,538	0,836	0,723*	0,412	1,64	0,702*	0,496	0,928
Rejeição → Humilhado	1*	1	1	1*	1	1	1*	1	1
Rejeição → Ridículo	0,571*	0,529	0,841	0,909*	0,593	1,27	0,865*	0,496	0,986
Vergonha → Tímido	0,721*	0,582	0,932	0,951*	0,453	1,44	0,654*	0,421	1,02
Vergonha → Inseguro	1*	1*	1	1*	1	1	1*	1	1
Vergonha → Envergon.	0,735*	0,590	0,908	0,597*	0,294	,947	0,679*	0,428	1,11
Humilh. → Insultado	0,789*	0,695	0,897	0,920*	0,764	1,09	0,691*	0,488	0,914
Humilh. → Duram. Crit.	0,879*	0,788	1,01	0,967*	0,771	1,29	0,801*	0,614	0,980
Humilh. → Menospresz.	1*	1*	1	1*	1	1	1*	1	1

Humilh. → Ridiculariz.	0,864*	0,765	0,953	0,904*	0,710	1,15	0,860*	0,723	1
Humilh. → Inferioriz.	0,871*	0,766	0,997	0,845*	0,632	1,11	,827*	0,671	1,06
Humilh. → Excluído	0,838*	0,737	0,751	0,813*	0,620	1,11	,825*	0,661	1,01

\* p <0,05

\*\* p <0.10

Assim, com este mesmo *Bootstrap* ML foi realizada a verificação do nível de significância dos efeitos indiretos da mediação (Tabela 17).

Tabela 17. Nível de significância dos parâmetros estimados indiretos presentes no modelo final.

Bootstra p ML 95% IC	Amostra Total			Menos Pobreza Multi			Mais Pobreza Multi		
	Carga	Mais Baixa	Mais Alta	Carga	Mais Baixa	Mais Alta	Carga	Mais Baixa	Mais Alta
Humilh. → Rel. Com. Viz	-0,164*	-0,250	-0,112	-0,116*	-0,332	-0,004	-0,105*	-0,271	-0,033
Humilh. → Rel. Pos. Com.	-0,177*	-0,261	-0,102	-0,074*	-0,278	-0,007	-0,236*	-0,403	-0,091
Humilh. → BEP	-0,382*	-0,629	-0,230	-0,217**	0,695	-0,002	-0,349*	-0,761	-0,079
Verg. → BEP	0,924*	-1,41	-0,546	-0,927*	-1,73	-0,179	-0,921**	-1,77	-0,199

\*p <0,05

\*\* p =0,05

É importante salientar que a variável exógena humilhação tem efeito indireto no bem estar pessoal, na relação comunitária com a vizinhança e na relação positiva com a comunidade a partir da mediação da vergonha. Esta última tem efeito indireto no bem estar pessoal, mas com a variável relação comunitária com os vizinhos como mediador.

## Discussão

De uma forma geral, foi identificado que as médias dos itens do Bem Estar Pessoal tinham índices mais baixos no grupo com mais pobreza multidimensional. Este resultado representa o efeito negativo da pobreza em aspectos vinculados ao bem estar pessoal como já apresentado no segundo estudo desta tese. Utilizando outras dimensões psicossociais importantes para o entendimento dos impactos da pobreza nas condições de vida dos indivíduos, realizam-se também análises com as categorias senso de

comunidade, vergonha e humilhação (Moura Jr., Cidade, Ximenes, Sarriera, 2014). Assim, identifica-se que a maioria das médias dos itens do senso de comunidade é mais baixa no grupo com mais pobreza multidimensional. Este dado refere-se igualmente aos aspectos danosos da pobreza sob as relações comunitárias dos indivíduos, podendo gerar processos de desvinculação (Góis, 2005). Obviamente, os resultados mais aprofundados comprovam uma relação complexa dos aspectos comunitários vinculados às outras variáveis em análise. E, como tendência já esperada, identificam-se que as médias dos itens das escalas de vergonha e de humilhação são mais elevadas nos grupos com mais pobreza multidimensional, apontando a incidência de impactos negativos mais significativos nas pessoas em situação de pobreza (Zavaleta, 2007).

Antes de iniciar a discussão sobre as relações entre as categorias, é importante salientar que as Análises Fatoriais Exploratórias das escalas trabalhadas foram adequadas, sendo identificadas elevadas cargas fatoriais dos itens. Além disso, as Análises Fatoriais Confirmatórias também apresentaram adequados índices para validação da estrutura fatorial das escalas. Foi primeiro testado um modelo inicial. É importante informar que foram buscadas relações indiferenciadas entre as variáveis neste primeiro modelo, sendo criadas associações entre as variáveis presentes. Dessa maneira, o foco foi identificar como as variáveis analisadas continham relações significativas.

Observou-se que a humilhação e um dos fatores da vergonha, chamado rejeição, não atuavam negativamente de forma significativa nos fatores constituintes do senso de comunidade. No entanto, esse resultado contrapõe-se com as conclusões de Zavaleta (2007). De acordo com esse último autor, a humilhação pode ter impacto negativo nas relações sociais, fomentando um processo de isolamento social. Assim, para compreender esse fenômeno, provavelmente, concebe-se que esse processo está relacionado à possível influência das preferências adaptativas. Esse mecanismo pode atuar não tornando evidente as relações e as privações vinculadas ao contexto de pobreza (Pereira, 2007). Assim, de uma maneira adaptativa, previne que as pessoas em situação de pobreza sofram pela sua situação, facilitando a incompreensão da existência de relações de dominação. Assim, observa-se que pode haver uma dificuldade de identificação da experiência de humilhação e dos locais onde essas situações aconteçam. A humilhação pode fazer parte de um processo de naturalização do sofrimento, podendo existir represálias caso os casos de humilhação sejam expressos. É importante mencionar também que a vergonha é um sentimento que pode existir independente de

uma situação real, sendo mais comum de ser expressa e de ser sentida. Deve-se atentar que as relações comentadas são diretas, não havendo modelos teóricos de mediação com configurações mais complexas. Essas últimas serão explicitadas posteriormente.

Salienta-se que a variável que contribui diretamente para com associações negativas nos fatores formadores do senso de comunidade. De acordo com Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), a vergonha pode levar ao isolamento social em virtude de uma avaliação pessoal global de fracasso do indivíduo que passa a reconhecer-se com um forte autorreconhecimento depreciativo. Ainda sobre as variáveis que não tiveram associações negativas diretas, verificou-se que o fator relação positiva com a comunidade não tem relação significativa com o BEP na amostra. O fator que foi positivo foi relação comunitária com vizinhos. Verifica-se, assim, que os fatores que mais trazem bem estar pessoal são as relações comunitárias com os vizinhos ao invés de identificação com a comunidade. Identifica-se que as relações comunitárias são centrais na constituição identitária do indivíduo (Montero, 2004). Dessa maneira, igualmente podem ser compreendidas como importantes fatores promotores do bem estar pessoal.

A partir desses primeiros resultados, compreende-se que as variáveis deveriam ser analisadas em conjunto a partir de um modelo teórico dedutivo, agregando os apontamentos estatísticos junto com as hipóteses levantadas sobre a dinâmica do isolamento social constituída pela pobreza. Assim, foi testada a mediação da vergonha nos impactos da humilhação nos fatores constituintes do senso de comunidade. Igualmente, o fator relações comunitárias com os vizinhos mediou a relação da variável vergonha com o bem estar pessoal. Assim, já utilizando as comparações entre os grupos com mais e menos pobreza multidimensional, identificou-se a efetivação das consequências negativas da humilhação causada pela pobreza a partir da existência de relações de mediação específicas.

Primeiramente, observa-se que a humilhação neste modelo é um preditor negativo do bem estar pessoal em uma relação indireta a partir da mediação das variáveis vergonha e relação comunitária com a vizinhança. Essa associação torna-se mais negativa quando as pessoas estão em situação de pobreza multidimensional intensa. Nota-se, então, que a realidade de pobreza pode causar mais tratamentos humilhantes, como demonstra Zavaleta (2007), Rego e Pinzani (2013), Walton (2010), entre outros. No entanto, identifica-se que essa associação entre bem estar pessoal e humilhação está permeada por outras categorias psicossociais importantes na compreensão dos impactos da pobreza. Dessa maneira, são utilizadas as variáveis

relacionadas à vergonha e ao senso de comunidade para tornar esse prisma de análise mais complexo e aprofundado, como já apontado por Moura Jr., Cidade, Ximenes e Sarriera (2014).

Assim, analisando esse modelo de isolamento social proposto, foi observado que a humilhação causa de forma mais intensa os sentimentos de vergonha e de rejeição nas pessoas com mais pobreza multidimensional do que os indivíduos com menos privação. Dessa maneira, compreende-se que os tratamentos humilhantes podem fomentar o aumento dos sentimentos autodepreciativos vinculados à vergonha principalmente no público em situação de pobreza. Rego e Pinzani (2013) abordam que os tratamentos humilhantes podem causar o enfraquecimento da capacidade de agência dos indivíduos mais pobres. Há, então, a constituição de um contexto em que o indivíduo em situação de pobreza não se sente capaz de apresentar sua visão de mundo, ou seja, tem sua voz silenciada. Identifica-se, assim, que o sentimento de vergonha promoveria esse processo de isolamento a partir de um autorreconhecimento depreciativo relacionado à pobreza.

Assim, observa-se que a vergonha tem função de mediação entre a variável humilhação e os fatores do senso de comunidade. Isso ocorre, porque, no modelo inicial, as associações da variável humilhação com os dois fatores do senso de comunidade não eram significativas. Como o novo modelo adquiriu melhores índices com as novas relações de mediação, identifica-se que há a existência de mediação parcial. Verifica-se um impacto mais negativo na relação positiva com a comunidade do que nas relações comunitárias com a vizinhança nos dois grupos causados pela vergonha e indiretamente pela humilhação. No entanto, essa relação negativa é mais intensa nas pessoas com mais pobreza multidimensional. Pode-se compreender que o impacto da vergonha e da humilhação conjuntamente não fomenta a constituição de uma forte identidade de lugar.

Dessa maneira, diminuem-se as relações positivas com a comunidade. De acordo com Góis (2005), há um processo de desvinculação comunitária, não ocorrendo a identificação do morador com sua comunidade. É interessante também observar que a vergonha, diretamente, e a humilhação – de forma indireta – impactam também negativamente nas relações comunitárias com os vizinhos nos dois grupos. Ou seja, a vergonha e a humilhação fomentam processos de isolamento social a nível contextual-comunitário, como interpessoal. Porém se verifica que essas associações negativas da vergonha com as relações comunitárias com a vizinhança são menos intensas – apesar de significativa e negativa – nas pessoas com mais situação de pobreza. Pode-se

vislumbrar que por conta de uma situação de privação extrema seja necessário um maior suporte da vizinhança para o enfrentamento da situação de adversa de pobreza, reverberando no impacto menor da vergonha e da humilhação nas relações comunitárias com os vizinhos.

Prova dessa necessidade é que as relações comunitárias com os vizinhos são preditores positivos do bem estar pessoal nos dois grupos, mas portam cargas de regressão mais elevadas nas pessoas com mais pobreza multidimensional. Dessa maneira, as interações sociais com os vizinhos tem mais importância para as pessoas em situação de pobreza, funcionando como fator protetivo apesar do contexto adverso de isolamento social e discriminação. Assim, as relações com os vizinhos podem funcionar como amortecedores dos efeitos negativos da vergonha e da humilhação causadas pela pobreza. Intui-se que a necessidade de relações de apoio e de solidariedade seja mais evidente na situação de privação proporcionado pela pobreza (Moura Jr. et al., 2014). Dessa maneira, para algumas situações de pobreza extrema, é necessário o auxílio de terceiros e de vizinhos para a sobrevivência daqueles mais pobres. Por isso, as relações comunitária com os vizinhos podem ter um índice tão elevado de associação com o BEP.

Além disso, já é sabido que o senso de comunidade é uma categoria psicossocial preditora do bem estar pessoal, funcionando igualmente como redutor do impacto da solidão e do isolamento (Amaro, 2007). Assim, pode-se legitimar as atuações nas comunidades como esses espaços de aumento do bem estar pessoal (Sarriera, 2015). Há experiências internacionais, como em Bangladesh, que identifica atuação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento comunitário como uma eficiente estratégia de transformação social (Sen, 2013b).

No Brasil, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2005), ocorreu a reestruturação da Assistência Social como um direito do cidadão em uma perspectiva descentralizada, participativa e com foco de atuação no território comunitário. A PNAS concebe que o público em situação de pobreza é um dos grupos prioritários, além dos coletivos com identidades estigmatizadas em uma tendência étnica, cultural e social (Brasil, 2005). De acordo com a Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do SUAS, as ações das(os) profissionais devem ter foco protetivo e redutor dos impactos negativos dos fatores sociais e históricos do processo de enfraquecimento de vínculos de afeto, de pertencimento, de sociabilidade e de inserção

no mercado de trabalho no desenvolvimento vital dos cidadãos em suas próprias comunidades(Brasil, 2010).

Por final, é interessante notar que as relações comunitárias com vizinhos também funcionam como mediador da relação indireta entre vergonha e bem estar pessoal. Por mais que a vergonha não necessite do outro para existir, há uma grande tendência de a vergonha existir pelo medo da exposição aos outros (La Taille, 2002a). No entanto, o impacto indireto da vergonha no BEP é igualmente negativo em ambos os grupos com mais e menos pobreza multidimensional. De acordo com Pereira (2007), a vergonha já de forma geral diminui o bem estar pessoal do indivíduo. Assim, concebe-se que essa categoria psicossocial tem um impacto negativo no BEP independente da situação de pobreza. Também, é importante salientar que a escala de vergonha utilizada mensura a tendência a vergonha de forma geral, não estando diretamente relacionada a uma vergonha em relação à situação de pobreza.

Conclui-se, então, que a compreensão das consequências da humilhação somente pelo aumento da vergonha e pela diminuição do Bem Estar Pessoal limitada. Verifica-se que há uma complexidade de relações entre as variáveis utilizadas que fornece diversos primas de análise. A humilhação pode promover o isolamento social a partir da relação com a vergonha e somente atua negativamente no bem estar pessoal a partir dos efeitos negativos nos fatores relacionados ao senso de comunidade. É verificado que o isolamento social está relacionado ao sentimento de vergonha que pode ser promovido pelas situações de humilhação que o indivíduo vivenciou. Além disso, o impacto da vergonha no senso de comunidade dá-se de forma diferenciada. Primeiramente, o impacto negativo da vergonha é mais elevado na relação positiva com a comunidade. O indivíduo em situação de pobreza pode ter uma compreensão geral da comunidade como negativa a partir da vergonha.

No entanto, essa associação negativa com a vergonha é menor quando as relações com os vizinhos são analisadas. Esse impacto menos negativo da vergonha com as relações comunitárias com os vizinhos também é verificado de forma evidente quando se analisa o impacto desse fator do senso de comunidade no BEP. Essa associação é três vezes mais forte e positiva nas pessoas em situação de mais pobreza multidimensional do que nos indivíduos com menos pobreza. Dessa maneira, aponta-se que as relações com os vizinhos são centrais na promoção do bem estar pessoal dos indivíduos mais pobres. Essa relação pode estar relacionada à necessidade de relações de apoio social e de solidariedade para enfrentamento ao contexto adverso da pobreza

extrema. Igualmente, legitima-se a potencialidade das relações comunitárias como fator protetivo na compreensão desse processo de instalação do isolamento social.

### **Considerações Finais**

Evidencia-se que, além da humilhação ser um preditor negativo do BEP de forma indireta e funcionar de maneira mais agressiva em pessoas em situação de pobreza, a vergonha e a relação comunitária com vizinhos também atuam como mediadores dessa relação. Assim, identifica-se que os efeitos indiretos da humilhação por meio dessas duas variáveis mediadoras também é negativo e mais intenso em pessoas em situação de pobreza. Dessa maneira, o modelo da vergonha e da humilhação causando desvinculação comunitária e efeitos danosos no bem estar pessoal é evidente. No entanto, é importante salientar que há também um interessante achado no que se refere à função protetiva das relações comunitárias. Por mais que o efeito da vergonha seja ainda negativo nas relações comunitárias dos vizinhos, ela é menos negativa que a relação positiva com a comunidade nas pessoas com mais pobreza multidimensional. Pode-se vislumbrar que o efeito do apoio social entre os vizinhos seja mais forte nas pessoas em situação de mais pobreza, diminuindo os impactos negativos da vergonha e da humilhação. Assim, concebe-se que estratégias de intervenção com foco comunitário com pessoas em situação de pobreza podem ser excelentes formas de fortalecimento desses indivíduos.

Apona-se também como limitação deste estudo a utilização de escalas de vergonha e de humilhação que não estão relacionadas à situação de pobreza. Apesar dessa limitação, a moderação dos grupos com diferentes intensidades de pobreza auxilia nas relações dessas dimensões psicossociais com esse fenômeno. Também, expõe-se como limitação a influência das preferências adaptativas como uma estratégia de adaptação à realidade. Esse mecanismo pode dificultar a consciência do indivíduo acerca da vivência de situações envolvendo práticas de humilhação, pois são promotoras de sofrimento. Apesar desses apontamentos, a utilização de estratégias de mediação e de moderação auxiliaram de forma efetiva na compreensão mais detalhada e complexa do isolamento social.

## CAPÍTULO 5

### **Estudo 4. As consequências da estigmatização da pobreza: o lugar da vergonha, da humilhação e do enfrentamento**

#### **Introdução**

A depreciação, a marginalização e a inferiorização de uma determinada identidade social é desenvolvida a partir do reconhecimento da portabilidade de algum estigma. Este é considerado uma marca que evidencia uma característica, encaixando o indivíduo em um conjunto de atribuições específicas e, geralmente, opressoras (Goffman, 2008). Essa é a mesma concepção que Santos, Koller, Pilz, Dias e Wagner (2006) utilizam, pois afirmam que o preconceito está relacionado à aparência, ou seja, um símbolo inscrito no corpo. Assim, de acordo com Goffman (2008), o indivíduo estigmatizado pode assumir diferentes estratégias de enfrentamento desse reconhecimento discriminatório e humilhante: sentir vergonha por se perceber como portador de um símbolo estigmatizado; esconder o estigma; utilizá-lo como uma estratégia de superação de sua realidade; igualmente depreciá-lo de forma jocosa.

Geralmente, as práticas discriminatórias podem acarretar sentimentos de vergonha pelo indivíduo ser reconhecido em uma determinada identidade social estigmatizada (Goffman, 2008; Zavaleta, 2007). Isso ocorre porque há uma forma de reconhecimento específica e opressora do estigmatizado chamada de reconhecimento perverso (Lima, 2010). De acordo com Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014), as pessoas em situação de pobreza geralmente tem essa perspectiva de reconhecimento baseada em aspectos depreciativos e culpabilizatórios da sua condição. Entende-se, dessa maneira, que uma realidade constituída em uma perspectiva dominante e estigmatizada de conceber a pobreza pode fomentar o desenvolvimento de características identitárias dos indivíduos nessa situação baseadas em concepções estigmatizadas.

Molon (2010) afirma que esse processo de conversão, que está na base do desenvolvimento do psiquismo, não é uma simples reprodução dos aspectos intersubjetivos da realidade social para a constituição do indivíduo. Essa nova forma intrapsíquica é resultado de uma transformação singular dessa realidade objetiva a partir de um processo ativo de apropriação. A identidade surge a partir das interações sociais em que, primeiramente, o indivíduo é reconhecido por um papel social posto por outras pessoas para, em seguida, converter esse papel em uma dimensão pessoal, constituindo sua identidade (Mattos, Castanho & Ferreira, 2003). Esses papéis sociais também

podem ser entendidos como identidades sociais que permeiam o universo simbólico de uma sociedade.

Esse processo de reconhecimento, igualmente, denota que o ser humano forma sua identidade através de símbolos e representações atribuídas por outras pessoas. O indivíduo predica-se, primeiramente, pelos predicados atribuídos pelos outros a ele. Denota-se que esse processo de predicação da identidade pode ser entendido também como a dinâmica do surgimento das funções psicológicas superiores no indivíduo. Assim, como as funções psicológicas superiores tem um duplo desenvolvimento, primeiramente elas se situam em um nível interpsicológico para, em seguida, desenvolverem-se em um nível intrapsicológico (Vygotsky, 2001). Essas funções primeiro aparecem no nível social para depois surgirem no nível individual, como no processo de predicação da identidade a partir de papéis sociais.

Vygotsky (1991) chama esse processo de lei genética do desenvolvimento cultural ou lei da dupla formação, sendo considerado, de acordo com Perinat (2009), uma perspectiva de ação social comunicativa e tendo o desenvolvimento da linguagem como processo principal. O ato de nomear fornecido pela linguagem é um ato de classificação, onde posiciona o indivíduo no mundo a partir da utilização de uma palavra que o referencia. Antes de o sujeito nomear-se, ele é nomeado pelos outros em um determinado papel social que constitui a identidade. Ciampa (1977) concebe que o ser humano interioriza aquilo que é atribuído pelos outros. A identidade, então, é formada a partir da identificação e do reconhecimento da pessoa e dos outros em palavras e atividades (Gonçalves Neto & Lima, 2010).

No entanto, pode ocorrer uma forma de reconhecimento perverso em que os papéis sociais são identificados de uma forma estigmatizada, anulando a possibilidade de metamorfose e de inovação da identidade (Lima, 2010). A identidade social estigmatizada carrega estigmas que repercutem no reconhecimento da pessoa em somente um via de compreensão opressora que deprecia e inferioriza seu portador (Goffman, 2008). O personagem torna-se fetichizado, ou seja, torna-se uma constante reprodução opressora, delimitando as possibilidades de constituição da identidade a sua reprodução constante (Ciampa, 1987). Assim, os papéis sociais são predicados que podem ser utilizados para perspectivas opressoras. Eles são construções linguísticas, ou seja, linguagem. Esta repercute na estruturação da consciência (Lane, 1984). Como Vygotsky (2004) defende, a consciência está estruturada em uma rede singular de

sentidos. Essas concepções mais pessoais da palavra que se referem aos sentidos estão balizadas pelas motivações, pelas vivências afetivas vividas e pelo seu contexto de uso.

Além disso, destaca-se que a sociedade brasileira passa por um processo de diminuição da pobreza e da desigualdade social (Barrientos & Mase, 2012). No entanto, as pessoas em situação de pobreza ainda continuam sendo reconhecidas de forma discriminatória por alguns setores da sociedade que provocam o distanciamento das pessoas pobres e das comunidades pobres. Em alguns casos, as pessoas em situação de pobreza tornam-se geralmente silenciadas na sociedade (Smith & Romero, 2010). Campello (2015) concebe que atualmente um dos principais problemas das pessoas em situação de pobreza no Brasil é o preconceito.

As práticas de humilhação são percebidas como embasadas por essas formas de reconhecimento depreciativo da pobreza. Assim, entende-se a humilhação como um tratamento desrespeitoso. O indivíduo humilhado é posicionado de forma injusta em uma posição inferior ao patamar onde está localizado o agente da prática de humilhação (Shick, 1997). Assim, essa atitude discriminatória é concebida como uma ação violenta que pode ser desenvolvida por gestos, atitudes e palavras de rebaixamento moral de *outrem*. Há, assim, a destruição do limite da fronteira moral da intimidade de forma pública e violenta (La Taille, 2002a, 2009). O indivíduo humilhado pode não se sentir capaz de reagir ao enfrentamento, pois foi alvo de uma ação de anulação de sua imagem positiva de si mesmo por outra pessoa.

Zavaleta (2007) e Walton (2011) compreendem que os atos de humilhação podem desenvolver a vergonha e, conseqüentemente, o isolamento social das pessoas em situação de pobreza. Há, então, a construção de um ciclo vicioso e opressor, pois as pessoas em situação de pobreza que mais necessitariam buscar as políticas públicas e formas de interação positiva passariam a não ter a motivação para acessar espaços de fortalecimento. Então, a vergonha é uma das principais conseqüências de uma realidade de pobreza envolta de discriminação (Raditloaneng, 2009). A partir de um estudo qualitativo com pessoas em situação de pobreza e da classe trabalhadora em processo psicoterápico, identifica-se que esse público passa por uma série de processos discriminatórios de estigmatização (Appio, Chambers e Mao, 2013). Assim, é apontado que relações de poder hierárquicas por conta da situação de pobreza podem trazer sentimentos de vergonha que geram isolamento e distanciamento de relações que poderiam ser emancipatórias.

Então, a vergonha estaria ligada a uma “boa imagem” que o indivíduo tem de si e está sendo alvo de julgamento depreciativo, tornando-se distante desse ideal (Harkot-de-la-Taille, 1999). É importante igualmente salientar que essa imagem pode estar relacionada a diferentes tipos de conteúdos e juízos, podendo vincular-se a valores hedonistas, egoístas e individualistas, como também a valores morais e éticos (La Taille, 2009). A vergonha utilizada neste trabalho geralmente é sentida em conjunturas envolvendo depreciação e práticas de humilhação causadas pela situação de pobreza. Isso ocorre porque o ser humano – tanto criança, como adulto – busca ter um valor positivo de si, existindo, então, um temor pela ocorrência da vergonha depreciativa. Quando há esse medo por sentir vergonha, Harkot-de-la-Taille (1999) concebe que é uma vergonha prospectiva<sup>16</sup> – que se refere à antecipação do sentimento. Igualmente, há a vergonha retrospectiva, que é desencadeada a partir de um evento específico. No entanto, os dois tipos de vergonha estão relacionados a um autojuízo depreciativo e uma exposição imaginada.

Esse sentimento constitui-se como uma avaliação global de fracasso desenvolvida pelo próprio sujeito envergonhado. Para ocorrer essa avaliação negativa, o indivíduo tem que legitimar um juízo negativo reproduzido socialmente (La Taille, 1996). Então, como se identifica a existência de um reconhecimento estigmatizado da pobreza e práticas de humilhação embasadas por essa perspectiva, pode haver a existência de um forte sentimento de vergonha relacionada à situação de pobreza (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2013; Zavaleta, 2007; Walton, 2010). Junto com esse sentimento como constituinte desse ciclo dominante da pobreza, pode haver o desenvolvimento de atitudes de inferioridade e passividade (Moane, 2003). Entende-se que, em uma realidade de discriminação por atos concretos e por diferentes formas de reconhecimento depreciativo da pobreza, é comum as pessoas nessa situação sentirem-se e se reconhecerem em patamar inferior aos outros seres humanos, resignando-se por sua situação.

Concebe-se que a realidade constituída por aspectos depreciativos da pobreza pode cercear a constituição do indivíduo, mas também se percebe que há um espaço para o desenvolvimento de uma postura ativa e de agência nesse processo. A significação deve ser entendida como um ato de construir ativamente a realidade e a si

---

16 La Taille (2002b) afirma que também poderia ser chamada a vergonha prospectiva de ‘medo da vergonha’, ou, utilizando Spinoza, de ‘pudor’.

mesmo (Sawaia, 2007). Dessa maneira, compreende-se que a capacidade de exercício da agência torna-se enfraquecida com as práticas de discriminação voltadas ao público pobre. A partir da Abordagem das Capacitações (AC), a agência é habilidade que torna possível à pessoa buscar e realizar objetivos que são importantes e justos para si ou que tenham razões de sê-lo (Alkire & Deneulin, 2009). Assim, os atos opressivos ou coercitivos, como a humilhação ou preconceito, não seriam exercícios de agenciamento, pois não teriam razões sólidas para existirem. Uma sociedade que está balizada pela perspectiva do desenvolvimento humano ampara-se por valores éticos que possibilitem a reflexão do processo de escolha e da razão pública voltada para a justiça social (Comim & Amaral, 2013). Também é constituinte desse processo o exercício da liberdade de escolha, ou seja, o exercício da agência.

A agência é o controle e o poder que a pessoa exerce na realização de suas escolhas (Alkire, 2008). Compreende-se que a agência significa a autoria da pessoa na construção de sua história de vida, desenvolvendo funcionamentos que são importantes para si. Os funcionamentos são relativos ao que a pessoa pode fazer e ao que a pessoa pode ser em diferentes dimensões da vida. Esses funcionamentos são voltados para o que a pessoa valoriza ou tem razões para valorizar (Alkire & Deneulin, 2009). Sen (2000) afirma que os funcionamentos são as atividades e os estados que constituem o bem estar da pessoa amparados igualmente por uma compreensão de responsabilização pelos atos. Compreende-se que esses funcionamentos seriam relacionados à própria identidade do indivíduo. A pobreza pode ser entendida como ligada ao processo de constituição identitária, pois a privação de determinadas capacitações envolve formas específicas de ser e atuar no cotidiano (Rego & Pinzani, 2013). Assim, as capacitações podem ser entendidas como um horizonte simbólico de possíveis estruturas identitárias que o indivíduo pode acessar a partir dos funcionamentos, ou seja, a partir de suas ações.

Esses funcionamentos constituem as capacidades, que contribuem para o bem estar do indivíduo e que são importantes para si, fornecendo liberdades substantivas para possibilitar à pessoa ter, alcançar ou mudar esses funcionamentos. Essas liberdades são oportunidades que o indivíduo pode ter para alcançar os funcionamentos que percebe como importantes. A liberdade pode ser dividida em intrínseca e instrumental. Esta se relaciona com os meios para obtenção de determinados fins, como alcançar um padrão de vida digno, viver sem sentir vergonha, ter um índice adequado de bem estar, entre outros. Além disso, há liberdade intrínseca que se refere ao valor da liberdade *per*

si. Ou seja, é a liberdade constituinte de uma vida boa (Sen, 1989). Além disso, concebe-se que o fato do ser humano exercer as capacitações que percebe como importantes pode fomentar a processos de aumento do bem estar no nível individual e de mudança social no nível macrossocial (Sen, 1997). Entende-se que realização das capacitações individuais é um processo reflexivo, crítico e atuante, promovendo atualizações na sociedade baseadas em mais democracia e participação social.

Portanto, compreende-se que a pobreza em sua perspectiva multidimensional pode estar relacionada à promoção de atos de humilhação contra as pessoas nessa situação. Esses atos poderiam igualmente desenvolver os sentimentos de vergonha, provocando isolamento social, passividade e resignação frente a essa realidade adversa. Há, então, práticas de dominação fomentando o enfraquecimento da capacidade de agência do indivíduo. Assim, tem-se como objetivo analisar o processo de estigmatização da pobreza e suas consequências a partir de relatos de pessoas pobres de Fortaleza e de Porto Alegre.

## **Método**

A perspectiva qualitativa tem o foco na compreensão histórica e particular dos participantes, expandindo o entendimento sobre o fenômeno pesquisado (Chizzoti, 2006; Creswell, 1994; Minayo & Sanches, 1993). Foi utilizado, então, o estudo de caso coletivo com a realização de entrevistas episódicas. Primeiramente, o caso pode ser entendido como uma situação, indivíduo, grupo ou organização (Robson, 1993). Neste sentido, o caso de estudo neste projeto é a relação entre pobreza, vergonha e humilhação. Essa investigação se baseia na perspectiva de estudo de caso coletivo (Stake, 1994), porque são pesquisados vários casos em conjunto com a finalidade de compreender melhor esse fenômeno da estigmatização da pobreza e suas consequências na vida dos indivíduos pobres.

Assim, é buscada uma possível teorização acerca dessas trajetórias coletivas de indivíduos em diferentes situações. Essa perspectiva está voltada para a realidade concreta, sendo de base naturalista (Newman & Benz, 1998). Entende-se o participante da pesquisa como produtor de conhecimento. As narrativas são autorreferenciais e expressam a identidade pessoal e social da pessoa que narra, representando a identidade real e a ideal do narrado. Há a possibilidade do estranhamento da pessoa com sua

própria experiência. Há o relato da experiência pessoal assim como a sua relação com a cultura, a sociedade, a história, o tempo e os sonhos do indivíduo (Montero, 2006).

### **Técnica utilizada**

Foi utilizada a Entrevista Episódica, que se baseia na investigação do conhecimento cotidiano de determinada temática investigada baseada na experiência do entrevistado a partir de relatos de situações concretas vividas (Flick, 2002). É importante salientar que a experiência e a realidade são constituídas a partir de uma estruturação narrativa (Bruner, 1997; Harré, 1998). Dessa maneira, os relatos por vias narrativas são compreendidos como formato mais adequado para apropriação de conhecimento sobre os fenômenos sociais, como a vergonha, a humilhação e o enfrentamento relacionados à estigmatização da pobreza.

Dessa maneira, as narrativas são úteis quando se investiga acontecimentos específicos ou políticas locais; projetos onde vários pontos de vista fazem parte da situação, construindo um panorama abrangente acerca de determinado fenômeno; combinações de contextos sociais e históricos com histórias de vida (Jovchelovitch & Bauer, 2002, Riessman, 2008). Além disso, a narrativa relatada fornece voz ao ator da pesquisa, propiciando a compreensão da forma como ele constrói sua identidade (Gibbs, 2009). Assim, esta técnica é considerada como uma forma de entrevista semi estruturada com profundidade enriquecida narrativamente. De forma procedimental, essa técnica é dividida em algumas fases.

Primeiramente, há a fase de preparação do roteiro da entrevista. Esse guia de perguntas foi construído com base na literatura científica acerca dos temas vergonha, humilhação e pobreza. No entanto, é ressaltado que experiências prévias do pesquisador também podem auxiliar na estruturação desse roteiro. Indica-se que o roteiro de questões deve estar baseado na seguinte estrutura: avaliações subjetivas gerais dos entrevistados sobre os temas abordados; situações primeiras vivenciadas pelos participantes relacionadas às temáticas investigadas; situações mais intensas dos participantes novamente relacionadas às temáticas abordadas; avaliação pelo participante se as situações vividas podem ser generalizadas; explicações para existências dessas situações no cotidiano (Flick, 2002).

Assim, a partir dessa estrutura, foi elaborado um roteiro de perguntas envolvendo os aspectos gerais sobre vergonha, humilhação e vida boa. Em seguida, ocorreu processo de focalização das situações e da relação das situações envolvendo

vergonha, humilhação e as possibilidades de enfrentamento relacionados à estigmatização da pobreza. Também, foram solicitadas possíveis explicações dos participantes para existência dessas situações no cotidiano (ANEXO C).

### **Locais e procedimentos de realização da pesquisa**

Os locais de realização desse estudo foram Fortaleza e Porto Alegre. As informações presentes neste capítulo advém da pesquisa “Implicações Psicossociais da Pobreza” desenvolvida no estado do Ceará pelo Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que deu origem a tese de Doutorado “Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação”. Assim, para realizar este estudo, primeiro foi desenvolvido um levantamento de caráter quantitativo sobre diversas dimensões psicossociais da pobreza nos estados do Rio Grande do Sul e do Ceará. Esses dados quantitativos foram analisados. Com essas informações, foram convidados a participar da fase qualitativa aqueles e aquelas participantes que se sentiam envergonhados por conta da situação de pobreza.

Como critérios utilizados, o participante da fase quantitativa da pesquisa deveria: ter respondido “Sim” na pergunta “Você se sente envergonhado por ser pobre”; ter fornecido seu contato telefônico no questionário quantitativo da pesquisa com o consentimento que aquela informação estaria relacionada à disponibilidade em participar da fase qualitativa; aceitar o convite realizado por telefone para realizar a entrevista episódica; e ser maior de 18 anos. Esses tipos de critérios de amostragem são concebidos como de julgamento, segundo Marshall (1996), pois estão amparados por considerações teóricas e hipotéticas prévias baseadas nas indicações da existência de sentimentos de vergonha e humilhação.

Dessa maneira, foram contatados por telefone aproximadamente 20 pessoas em cada cidade. Aceitaram participar cinco pessoas em Fortaleza e cinco pessoas em Porto Alegre.. Foi escolhido junto com os participantes um local que seria mais cômodo para eles, tendo sido elencados o próprio bairro de moradia, ambientes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Ceará, *shopping centers* e equipamentos culturais das cidades de Fortaleza e Porto Alegre. Observa-se que explicitamente as entrevistas não sofreram prejuízos por conta da diferenciação dos lugares de realização das entrevistas.

## Participantes

É importante salientar que foram utilizados nomes fictícios para preservar os entrevistados. A escolha dos nomes foi realizada a partir da seleção de figuras importantes de movimentos de resistência contra-hegemônicos e de cunho popular no Brasil. Não houve relação estrita entre as histórias dos personagens históricos e as narrativas dos participantes da pesquisa. A generalização que poderia ser feita é que tanto as figuras históricas, como as participantes/os participantes da pesquisa foram indivíduos imersos em lugares de marginalização. Dessa maneira, as participantes e os participantes e da pesquisa são:

- Aqaltune<sup>17</sup> é parda, tem 19 anos, completou o Ensino Médio. É solteira, mora de aluguel com a família em Fortaleza e não tem filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 339 reais por mês e está empregada.
- Tia Simoa<sup>18</sup> é parda, tem 43 anos, não completou o Ensino Médio. É casada, mora de aluguel com a família em Fortaleza e tem 3 filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 85 reais por mês e está desempregada.
- Teresa de Benguela<sup>19</sup> é parda, tem 34 anos, completou o Ensino Médio. É casada, mora de aluguel com a família em Fortaleza e tem 1 filho. Possui uma renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregada.
- Estamira<sup>20</sup> é parda, tem 28 anos, completou o Ensino Médio. É casada, mora de aluguel com a família em Fortaleza e tem 2 filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 85 reais por mês e está desempregada.
- Chico da Matilde<sup>21</sup> é pardo, tem 20 anos, completou o Ensino Médio. É solteiro, mora de aluguel com a família em Fortaleza e não tem filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregado.

---

<sup>17</sup> Para conhecer mais a história de Aqaltune, acesse <http://blogueirasnegras.org/2013/05/28/negras-notaveis-aqaltune-2/>

<sup>18</sup> Para conhecer mais a história de Tia Simoa, acesse <https://pretassimoa.wordpress.com/tag/tia-simoa/>

<sup>19</sup> Para conhecer mais a história de Teresa de Benguela, acesse <http://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroina-negra/#gs.ttNVFUC>

<sup>20</sup> Para conhecer mais a história de Estamira, acesse <http://sabersobresi.blogspot.com.br/2008/12/estamira-uma-mulher-uma-histria.html>

<sup>21</sup> Para conhecer mais história de Chico da Matilde, acesse <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/FranJNas.html>

- Carolina de Jesus<sup>22</sup> é negra, tem 21 anos, completou o Ensino Médio, é solteira. Mora de aluguel com a família em Porto Alegre e não tem filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregada.
- Olga<sup>23</sup> é branca, tem 21 anos, completou o Ensino Médio. É solteira, mora de aluguel com a família em Porto Alegre, não tem filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 339 reais por mês e está empregada.
- Chico Mendes<sup>24</sup> é branco, tem 22 anos, completou o Ensino Médio. É solteiro, mora de aluguel com a família em Porto Alegre, não tem filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 85 reais por mês e está desempregado.
- Luísa Mahin<sup>25</sup> é parda, tem 45 anos, completou o Ensino Superior. É casada, mora de aluguel com a família em Porto Alegre, tem 5 filhos. Possui uma renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregada.
- Dandara<sup>26</sup> é negra, tem 31 anos, não completou o Ensino Médio. É casada, mora de aluguel com a família em Porto Alegre. Tem 4 filhos, possui uma renda pessoal aproximada de 154 reais por mês e está desempregada.

### **Plano de Análise de dados**

Primeiramente, há a transcrição do material produzido na fase qualitativa. Jovchelovitch e Bauer (2002) abordam que a transcrição detalhada é imprescindível para boa análise da narrativa. O nível de detalhes da transcrição depende dos objetivos da pesquisa. Neste estudo, opta-se por transcrever detalhadamente as falas literais, sem ênfase na performance e nos aspectos gestuais. A transcrição igualmente é entendida como um lugar de interpretação em que vários sentidos podem ser perdidos (Reissman,

---

<sup>22</sup> Para conhecer mais a história de Carolina de Jesus, acesse <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/brasil-lembra-centenario-de-escritora-que-definiu-favela-como-quarto-de>

<sup>23</sup> Para mais informações sobre Olga, acesse [http://www.e-biografias.net/olga\\_benario/](http://www.e-biografias.net/olga_benario/)

<sup>24</sup> Para mais informações sobre Chico Mendes, acesse [http://www.e-biografias.net/olga\\_benario/](http://www.e-biografias.net/olga_benario/)

<sup>25</sup> Para mais informações sobre Luísa Mahin, acesse <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/11/10/luiza-mahin-e-a-consciencia-negra/>

<sup>26</sup> Para mais informações sobre Dandara, acesse <http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2014/11/07/e-dandara-dos-palmares-voce-sabe-quem-foi/>

2008). Ela está na fronteira entre o discurso e a escrita, sendo uma via de interpretação profunda de determinado fenômeno. Na transcrição são perdidos os gestos, a cadência e o fluxo do movimento da fala. Além disso, o produto final vai ser resultado do posicionamento teórico-metodológico do pesquisador.

Sobre o processo de análise, a Entrevista Episódica é analisada pela perspectiva temática (Jovchelovitch & Bauer (2002). A análise temática se constitui como um processo de redução gradual da narrativa em unidades de sentido. Essa redução gradual das narrativas dos entrevistados constitui o processo de codificação. Essa codificação se refere ao trabalho de identificação de trechos do material empírico em determinadas categorias relativas às temáticas estudadas, assim como a elaboração de possíveis trajetórias coletivas dos grupamentos pesquisados (Gibbs, 2009).

Ainda de acordo com Gibbs (2009), antes de iniciar o processo de análise, foi feita uma incursão teórica nas principais fontes de conhecimento relacionados às temáticas de pobreza, de vergonha e de humilhação, sendo desenvolvidas categorias dedutivas específicas. No entanto, não se almeja cercear o surgimento de novas categorias vinculadas à realidade estudada. Então, foi feita uma leitura anterior ao procedimento analítico, sendo identificadas novas categorias indutivas. Dessa maneira, foram elaboradas categorias dedutivas e indutivas para o processo de análise de entrevistas de acordo com macrocategorias que receberam o nome de famílias.

Assim, tinha a família vergonha, em que estava contida somente as categorias dedutivas: vergonha como avaliação pessoal de fracasso, vergonha como exposição, vergonha como juízo depreciativo, vergonha como juízo depreciativo da pobreza, vergonha como valor moral e ético. Havia também a família humilhação, com somente categorias dedutivas: humilhação como ato de rebaixamento causado pela pobreza e humilhação como ato externo de rebaixamento. Na família pobreza, as categorias dedutivas analíticas eram: símbolos de estigma da pobreza, padrão social, pobreza como prática de dominação estigmatizadora e pobreza como privação de liberdade. Já na família consequências da vergonha e da humilhação causadas pela pobreza, havia categorias dedutivas (Isolamento Social e Sentimento de Inferioridade) e indutivas (Invisibilidade, Angústia, conformismo, controle Divino e frustração). E a família agência está dividida nas categorias dedutivas agência, criticidade e oportunidades e nas categorias indutivas práticas de resistência e indignação.

Para facilitação desse processo analítico, foi utilizado o *software* de análise de dados qualitativos *Atlas.ti*. O uso desta ferramenta facilitou a realização da análise, pois

permitiu os registros do processo de construção da análise e o acesso fácil e prático dos sentidos elaborados na pesquisa (Gibbs, 2009). Também, é importante salientar que os procedimentos éticos foram contemplados, sendo desenvolvido um termo de consentimento esclarecido próprio para a fase da qualitativa (ANEXO D). O projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética da UFRGS (ANEXO B).

## **Resultados e Discussão**

Primeiramente, é apresentada a pobreza como amparada por um processo de estigmatização, fomentando práticas de humilhação e de vergonha. Em seguida, as narrativas das pessoas em situação de pobreza são apresentadas a partir das considerações gerais acerca dos conceitos de humilhação e de vergonha. As consequências dessas dinâmicas de discriminação também são analisadas, sendo identificados sentimentos de inferioridade, conformismo, controle divino e sofrimento, como também práticas de resistência frente a esse processo de dominação. Assim, intenta-se elaborar um panorama abrangente e complexo acerca dessa dinâmica estigmatizadora da pobreza a partir dos diferentes olhares das pessoas participantes da pesquisa.

### **Humilhação e vergonha como produtos de uma sociedade estigmatizadora da pobreza**

#### *Pobreza como uma realidade de privação de liberdade e de estigmatização*

Primeiramente, entende-se que a pobreza é uma situação concreta de adversidade. Segundo Sen (2000), focalizar a pobreza apenas como uma insuficiência monetária é desprezar outros fatores que são constituintes do bem estar do ser humano. Por isso, este trabalho é situado no âmbito da Abordagem das Capacitações, em que se percebe a pobreza não somente vinculada a fatores monetários, mas como uma situação de injustiça em diversos âmbitos. Assim, um dos participantes explana sobre essa realidade de desigualdade e privação de liberdades:

Quando a pessoa não tem o que comer, fica pedindo dinheiro. Elas fazem o que tem para fazer para ganhar um pouco de comida. Enquanto que tem outros aí que jogam comida fora que desperdiçam. Tem gente que tem demais e que não sabe utilizar. Enquanto que tem outros que nem a merenda da manha tem. Isso é um tipo de humilhação. Isso acontece, porque elas vem outras pessoas bem vestidas e arrumadas, enquanto que elas só tem uma roupa para vestir. Andam de chinela. Não tem uma casa boa para dormir. Então, é uma espécie de humilhação você ver pessoas mais bem arrumadas que você. E você não ter o que comer e o que vestir. E você não

queria tá ali, porque você está ali devido à condição de vida de sua família, devido ao que eles fizeram, a falta de estudo que tiveram, devido à falta de oportunidades. (Chico da Matilde/FOR, p.1)

Dessa maneira, concebe-se que a pobreza deve ser entendida como um processo de privação de liberdade. A pobreza causa o impedimento da possibilidade de escolha do indivíduo (Sen, 2000). Como afirma Teresa de Benguela/FOR que “pobre ele não tem direito, num tem! Venhamos e convenhamos, porque eu tiro por mim mesmo.” (p. 1). Além disso, há igualmente necessidades concretas dos indivíduos que são impedidas de serem realizadas por uma situação de pobreza. Olga/POA assinala isso: “Quem é pobre passa muito mais dificuldade. Isso é real” (p. 8). Dandara/POA concebe que “tudo a gente precisa de dinheiro, infelizmente. Às vezes tem, às vezes não tem.” (p. 1). Olga/POA confirma essa consideração da última participante na sua declaração: “a falta de dinheiro deixa a gente um pouco amarrado por não conseguir fazer alguma coisa. O dinheiro ajudaria mais”(p. 9). Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012) concebem que a pobreza geralmente é compreendida na sociedade como privação monetária, ligada a perda do poder de consumo do indivíduo. Demonstra-se assim o alinhamento do discurso das participantes a essa forma comum de entendimento da pobreza.

Rego e Pinzani (2013) afirmam que a renda é um dos principais eliciadores da autonomia na sociedade capitalista. Eles fazem ressalvas acerca do processo de dominação existente na sociedade por conta da cultura do consumo, mas assinalam que o próprio desenvolvimento do capitalismo com base monetária trouxe a divisão social do trabalho e tornou a liberdade possível, não estando mais o ser humano preso a relações aristocráticas e tradicionais. Assim, a renda fornece a possibilidade do indivíduo exercer sua agência, tendo a capacidade de escolha de determinadas formas de vida. Teresa de Benguela/FOR gostaria de ter feito um curso de inglês para melhorar as possibilidades de conseguir um emprego, mas “aí a situação financeira não dava, né? Pra pagar.” (p. 1). Essa participante igualmente tem o desejo de cursar uma faculdade, porém informa: “aí tem que ser na pública por causa de dinheiro. Não tem pra pagar a particular.” (p. 2). Chico Mendes também tem a intenção de fazer a faculdade, tendo este plano uma ligação com uma melhor forma de vida. No entanto, novamente, a situação de pobreza impede que este plano concretize-se.

Eu ainda não tenho condição. Também não consegui fazer uma [faculdade] que eu não precise pagar, mas que eu tenho vontade de fazer. Ideal pra mim seria fazer uma faculdade e depois

seguir uma carreira, construir uma família, poder sustentar a família, ser independente financeiramente, o que não acontece comigo hoje em dia. (Chico Mendes/POA, p. 1).

Dessa maneira, identifica-se que a situação financeira impede o exercício de determinados funcionamentos ligados ao âmbito da educação. No entanto, analisa-se que são atividades que incidem em constituições identitárias mais abrangentes voltadas para a independência, o desejo de constituir uma família e ter um emprego qualificado. Sen (2000) indica que a privação monetária pode constituir a base do cerceamento da liberdade de escolha. No entanto, ela somente é uma das facetas do processo de privação de funcionamentos e de capacitações, porque pode haver, como acontece com os participantes, a limitação do poder escolha de outros âmbitos. Concebe-se, então, que a pobreza pode incidir sobre determinadas formas de constituição identitária (Moura Jr. Ximenes & Sarriera, 2014), pois ocorre um processo de limitação de possibilidades de construção de novos personagens da identidade. Por exemplo, no caso de Chico Mendes, ele não pode exercer o personagem que faz faculdade, porque há uma limitação da falta de dinheiro para poder cursar o Ensino Superior. É importante salientar neste ponto que alguns participantes demonstraram a existência de mais oportunidades educacionais no atual momento histórico do Brasil, indicando que a privação de oportunidades pode ser combatida com intervenções estatais em determinados âmbitos, como a lei de cotas nas universidades públicas e o Programa Universidade para Todos. Essas considerações serão aprofundadas em tópicos posteriores.

Estamira/FOR também se percebe impedida de cursar uma faculdade por falta de condições financeiras adequadas: “Por exemplo, pra fazer uma faculdade de veterinária, que é o meu sonho, precisaria fazer um cursinho, né? E um cursinho em média é uns 4 mil reais, 6 mil reais, por aí. Um cursinho particular, né? E nesses momentos que me vejo assim impedida.” (p. 1). Igualmente, pode ocorrer do participante não ter suas condições para a implementação de uma rotina de estudo, como acontece com Dandara: “Acho que eu queria muito é um notebook pra estudar mais. E não posso comprar, porque não tenho dinheiro ainda...” (p. 1). Além disso, a situação de pobreza pode impedir a realização normal da educação básica por conta da necessidade de trabalho, como aconteceu com Luísa Mahin/POA:

Porque se eu tivesse dinheiro, se eu tivesse condições financeiras, eu não teria precisado trabalhar cedo. Primeiro lugar, porque eu perdi meus pais muito cedo, fiquei sozinha. [...] Eu sempre tive vontade de estudar de crescer, nunca gostei de... já trabalhei de domestica, de

faxineira, mas eu não me sentia bem. Não que eu ache que isso é feio, é ruim, mas eu, eu não me sentia bem (p.1).

Somando a essa realidade concreta de privação, entende-se que a sociedade brasileira é constituída por práticas de estigmatização da pobreza. Como no caso de Luísa Mahin, o desconforto dela trabalhar em determinados empregos por conta da estigmatização dessas funções, faz ela se sentir incomodada. O local de moradia também pode representar esse estigma vinculado à pobreza. Guareschi et al. (2003) concebe que há representações negativas vinculadas à comunidades consideradas em situação de pobreza, impactando nos modos de vida das pessoas residentes nesses espaços. Por exemplo, uma das participantes explana sobre sua cidade de moradia e como essa localidade é reconhecida pelas pessoas:

E, claro, às vezes a gente ouve piadinha por morar em Alvorada: ‘É de Alvorada!’. As pessoas fazem piadinha. Às vezes, acontece de as pessoas, dependendo do lugar, olhar meio estranho. [...] Agora, eu não sei como é que tá, mas tinha uma época que saía no jornal quase todo dia morte no Alvorada, que era uma cidade violenta, uma cidade de pobre. Então, as pessoas têm essa imagem, né? (Olga/POA, p. 6).

Outra participante de Fortaleza também fala da estigmatização da sua comunidade: “Vergonha é mais por causa do preconceito das pessoas por a gente morar no Bom Jardim, né? Nosso bairro, aí a gente diz que é daqui, a pessoa fica ‘vixe, logo Bom Jardim!’. A gente sente até vergonha assim de dizer que mora aqui” (Teresa de Benguela/FOR, p. 2). Góis (2008) informa que há um processo de estigmatização dos territórios das cidades reconhecidos como pobres como violentos e perigosos. Dessa maneira, as pessoas residentes nesses espaços são igualmente reconhecidas a partir desses estigmas.

A vestimenta também se torna um dos principais símbolos desse processo de estigmatização da pobreza, porque, de acordo com o Goffman (2008), o estigma torna-se um símbolo representativo de um determinado grupamento marginalizado. Estamira/FOR afirma que “muita gente olha para você com olhar de diferente, porque você não anda bem vestida, né? Vamos supor numa recepção, num banco, numa loja que você entra. Os vendedor, às vezes, nem liga pra você, porque você não tá bem vestido” (p. 7). Esse estigma também se vincula à aparência, como é colocado por Luísa Mahin/POA: “já eu já fui em entrevistas e seleções de emprego que eu senti que foi por

causa da minha aparência, porque era pra trabalhar com o público. E eu tinha todas as chances, capacidade, e não consegui.” (p. 2). Outra participante atesta: “as pessoas lhe julgam pelo o que você usa, o que você tem, e não pelo o que você é.” (Teresa de Benguela/FOR, p. 3). A importância das vestimentas é explicada pela lógica do acúmulo de capital e de produtos presente na sociedade. De acordo com Luísa Mahin,

as pessoas olham muito pelo que tu tem e não pelo que tu é, porque, por exemplo, se tu chegar numa loja assim, mal arrumadinho, eles vão ficar te olhando. A vendedora já vai chegar assim. Agora se tu chegar, bem arrumada, no salto, de nariz empinado, aquela vendedora, ela vai te tratar melhor, né? mas ela também tá sendo humilhada. [...] É a minha mãe que dizia: ‘come feijão e arrotá peru’. A minha mãe dizia isso, porque tu tem que passar aquela imagem que tu tem mesmo que tu não tenha, mas pros outros é necessário. Tu come arroz e feijão em casa, mas tu sai, no salto, toda chiquérrima, pra não ser humilhada. (Luísa Mahin/POA, p. 6).

É importante mencionar que essa é uma das estratégias que pode ser utilizada pelo oprimido. Pode ocorrer uma “camuflagem”, reproduzindo posturas e atitudes da classe dominante como forma de enfrentamento de uma realidade adversa e estigmatizante. Isso ocorre, porque o oprimido igualmente pode portar atitudes de dominação. A díade dominador-oprimido não é dicotômica e excludente, podendo constituir tanto dominadores, como oprimidos em um mesmo indivíduo (Góis, 2005). Prova que essas atitudes de dominador também estão constituindo as pessoas em situação de pobreza é um discurso de um dos participantes: “já que humilhar só porque ganha cem a mais já quer humilhar aquele que ganha cem a menos” (Estamira/FOR, p. 8). Dessa maneira, é necessária somente uma diferença pequena de renda para haver a reprodução de práticas de humilhação perpetradas por pessoas que podem estar em situação de pobreza.

De acordo com Moura Jr. (2012), essa prática de culpabilização do pobre pela sua situação está ligada ao esvaziamento da responsabilidade estatal e social na construção de pobreza e coloca somente a explicação por essa situação no próprio indivíduo. Esse processo é chamado de atribuição causal da pobreza. Essa atribuição geralmente é desempenhada por pessoas que não estão situadas nesse contexto, desenvolvendo uma visão distante e culpabilizatória das pessoas pobres (Vazquez & Panadero, 2009). No entanto, as atribuições causais da pobreza baseadas na responsabilização individual também podem ser efetuadas pelas próprias pessoas pobres por mais que sejam usualmente realizadas por indivíduos que estão distantes dessa

situação de privação (Vazquez & Panadero, 2009). Assim, Luísa Mahin/POA afirma que

A sociedade acha que se tu não tem é porque tu é incompetente. A culpa é da pessoa. Ah tu não tem. Ah tu não ta trabalhando, porque tu não quer. Ah porque oportunidade tem, né? Serviço tem. É tem muito isso. Ah tu não ta trabalhando, porque tu não quer. Ah tu não ta trabalhando, porque tu foi incompetente. Tu não sabe guardar teu dinheiro. Tu não sabe ganhar dinheiro. Tu não sabe. (p. 6)

Esse processo de estigmatização pode ser entendido a partir da lógica de produção capitalista. De acordo com Ciampa (1984), o capital objetifica o indivíduo, posicionando como um mero agente passivo frente à estrutura social dominante. Chico da Matilde/FOR contribui para essa explicação afirmando: “Infelizmente, no capitalismo é assim: uns tem, e outros não tem. Uns mandam, outros são mandados. Infelizmente, é assim.” (p. 1). Há uma lógica social de separação de ambientes para pessoas em situação de pobreza e em situação de riqueza. Olga/POA explica: “Aí eu tenho amigos que nunca vão em teatro, em museu, em nada. E aí conversando assim, né? As pessoas comentam isso ‘ah, é que lá é coisa pra rico, eu não tenho dinheiro...’. Então, as pessoas sempre se colocam pra baixo ‘ah, lá não é pra mim” (p. 7). Offer (2012) concebe que a pobreza promove uma maior fragmentação social dos indivíduos em situação de pobreza, porque há a falta de recursos para a manutenção de relações de suporte e apoio entre os indivíduos. Há um modelo de interação que é baseado em regras de obrigação e interdependência a partir da reciprocidade. Dessa maneira, as pessoas em situação de pobreza se reconhecem e são reconhecidas como não atraentes para essa complexa estrutura de trocas que fazem parte da integração social em uma sociedade capitalista. Assim, junto com o processo de estigmatização da pobreza, há perspectiva de invisibilidade e de naturalização desse fenômeno presentes na sociedade. Continuando com Estamira/FOR, ela afirma:

As pessoas passa a não te enxergar, não te respeitar, ser invisível. Pode notar que as pessoas mais humildes são invisíveis. Só enxerga a tia da faxina quando tem que limpar alguma coisa, quando precisa. Só enxerga o guarda quando precisa. O gari tu nem enxerga. Eles são todos iguais com aquela roupa laranja, né? (p. 3).

O mais perverso nessa dinâmica de estigmatização é conversão dessas práticas presentes na sociedade para identidade dos indivíduos pobres, principalmente porque a forma como a sociedade está estruturada fomenta a promoção de atos de humilhação causados pelo reconhecimento depreciativo da pobreza. Prilleltensky (2003) comenta

que pode haver um processo de conversão dessas regras sociais de estigmatização da pobreza para as atitudes, pensamentos e sentimentos das pessoas pobres. Dessa maneira, como demonstrado, pode ocorrer tanto os sentimentos de vergonha que representam aceitações desses juízos sociais depreciativos pelo próprio indivíduo. Igualmente, as pessoas em situação de pobreza podem atuar como discriminadores de pessoas com uma renda um pouco mais baixa que elas. Além disso, as pessoas em situação de pobreza podem sentir-se culpadas pela sua situação, compreendendo que são as únicas responsáveis pela sua condição. Essas práticas de estigmatização podem incidir no desenvolvimento do sentimento de vergonha e na sua capacidade de agenciamento, ou seja, na sua capacidade de agir e de enfrentar a realidade adversa, que serão analisados nos tópicos posteriores.

#### *Humilhação causada pela realidade estigmatizadora da pobreza*

Humilhação está ligada a uma prática realizada por *outrem* com fins de diminuição de uma pessoa ou grupo (Alencar & La Taille, 2007). Assim, a participante Olga/POA enfatiza que são ações concretas relacionadas ao tratamento impetrado por outra pessoa: “Claro que tem situações específicas, né? De alguém te tratar mal ou alguém te discriminar, né?” (p. 4). A humilhação pode ser entendida como uma agressão simbólica pública a partir de uma diferença de um reconhecimento verticalizado do outro discriminado (Shick, 1997). “Pra mim, é quando as pessoas querem subir em cima de nós pra se sentirem melhores. Eu acho uma humilhação [...] querer apontar teus pontos fracos, assim, publicamente que maltrata frente a outras pessoas.” (Aqualtune/FOR, p. 1). Neste último trecho, fica evidente a ilustração da humilhação como um ato de poder de rebaixamento e inferiorização do outro com a presença de uma audiência. Essa dinâmica também foi vivida por Olga/POA. Ela afirma: “Mas eu acho que esse é o tipo de situação quando alguém se acha superior assim, destrata os outros, né?” (p. 4).

Dessa maneira, os atos de humilhação podem ocorrer de diversos modos. Segundo Luísa Mahin/POA, “Humilhação, pra mim, é tu se sentir menor do que tu é; as pessoas passar e não te enxergar; não te respeitar. [...]. Então, isso pra mim é humilhação, tu não ser respeitado. As pessoas não te enxergarem, não te darem o valor, não perceberem que tu é alguém.” (p. 3). Neste último exemplo, a humilhação seria a

realização de uma situação de desrespeito concreto impetrado por outra pessoa. As situações de invisibilidade teoricamente não podem ser consideradas atos de humilhação, mas de injustiça social. Além disso, caso a pessoa sintasse-se invisível e desrespeitada, é igualmente uma compreensão crítica e indignada sobre a realidade que será aprofundada em tópicos posteriores.

Atitudes rudes são consideradas humilhantes, como afirma Teresa de Benguela/FOR: “uma pessoa que tá, por exemplo, num hospital esperando atendimento. Aí a pessoa vem com arrogância”. (p. 4). Esses gestos não necessariamente necessitam ser agressivos concretamente, mas podem estar relacionados a tratamentos humilhantes, como a situação vivida por Cilene: “pelo fato de elas olharem e ficarem cochichando e rindo, né? Acho que... acho que se sente humilhada” (p. 5). Também, é apontando que as práticas de humilhação podem ocorrer em qualquer ambiente, sendo o autor dessa prática inclusive um familiar, como é exposto por Carolina de Jesus/POA: “Alguém que é teu parente chega na tua casa e te destrata. E te fala um monte de coisa. Isso é uma humilhação. Depende, depende muito. Pode ser num lugar público, pode ser num lugar fechado, pode ser em qualquer lugar.” (p. 5). Além disso, a humilhação pode estar ligada um estigma que constitui um reconhecimento depreciativo (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2013). Por conta de sua raça e de sua idade, Dandara/POA foi discriminada pela família de seu namorado. Ela aponta: “a família dele não me aceita, porque eu sou negra e já tinha três filhos, né? Eles não gostam de mim. Eles me odeiam, porque são tudo alemão, tudo gringo do interior. Ele me levou lá, mas eles me humilharam”. (p. 2).

Assim, a humilhação pode ser de diversas formas, mas ela está geralmente relacionada como um ato de injustiça. Rego e Pizzani (2013) afirmam que as práticas de humilhação estão relacionadas à forma como a sociedade está constituída. Estamira/FOR entende que os indivíduos humilham por conta do individualismo: “Não sei. acho que as pessoas são muito individualistas. Elas pensam mais nelas não pensam no outro.” (p. 7). Dessa maneira, há sociedades que são decentes e civilizadas em que a humilhação não é prática comum. No entanto, há também sociedades em que os atos de humilhação são cotidianos, ocorrendo a falta de respeito entre seus integrantes. Carolina de Jesus/POA explica esse processo:

Pra mim, é isso. Pode ser por palavras, pode ser por atitudes, por humilhar a pessoa na frente de outras pessoas, desprezar. Humilhação, pra mim, é como se fosse outro tipo de covardia. Existem vários tipos de covardia, mas, pra mim, esse seria uma. Porque tu tá pisando numa pessoa que muitas vezes não sabe se defender. Então, pra mim, humilhação é isso. Então, tem a ver com

pisar nas pessoas, tem a ver com desprezo e com corvadia. É, que nem a gente for pensar no bullying, o bullying é uma humilhação. A pessoa passa por muito. A pessoa fica sendo piada. Isso é uma humilhação. Então, é muito ruim assim, porque, às vezes, quem ta passando por aquela humilhação não sabe como lidar com aquilo. (p. 2-3).

Continuando sobre essa compreensão da sociedade como promotora de atos de humilhação, os participantes da pesquisa também discursaram sobre os motivos que levam as pessoas a praticarem atos de humilhação. Assim, foi apontado que havia indivíduos que sentiam prazer em humilhar os outros: “só se sente bem fazendo a outra pessoa sofrer. Acho que é alguma coisa assim” (Teresa de Benguela/FOR, p. 5). A realização de práticas de humilhação como via para alcançar satisfação também é apontada por outra participante. Ela diz: “é como se fosse tipo para manipular ou para te deixar mal. É, só pra se sentir melhor. [...] Parece que é só pra se manter por cima.” (Estamira/FOR, p. 2). Também, foi muito apontado pelos entrevistados que os atos de humilhação estão ligados a um processo de estigmatização da pobreza. Assim, como forma de síntese, entende-se que a categoria geral humilhação está ligada a um ato de rebaixamento realizado por *outrem*. Esta prática constitui igualmente atos de humilhação vinculados à perspectiva estigmatizada da pobreza (Figura 18).

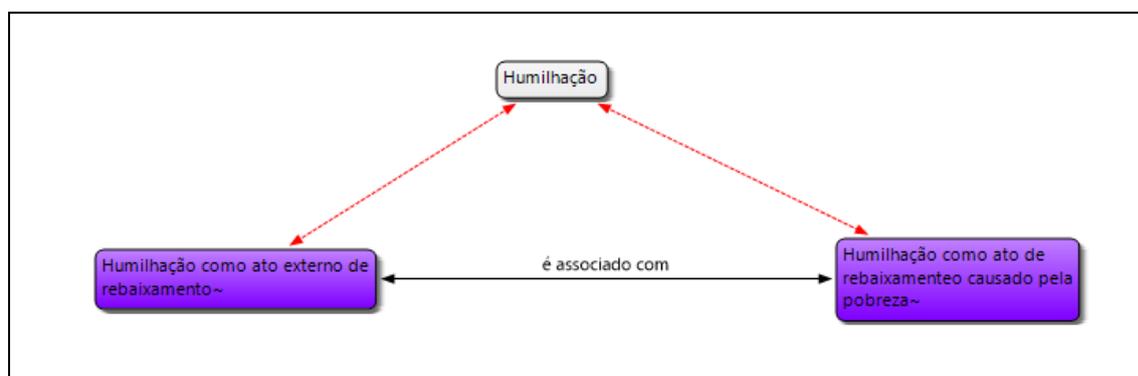


Figura 18. Modelo representativo da categoria humilhação.

Portanto, pode-se entender que a situação de humilhação está relacionada a um contexto permeado pela desigualdade social, mas novamente é salientado que, quando não há atos concretos de discriminação, não se pode conceber essas situações como permeadas por humilhação. Chico da Matilde/FOR sintetiza bem essa questão, devendo seu discurso ser entendido como uma apresentação de uma situação de injustiça social :

Quando a pessoa não tem o que comer, fica pedindo dinheiro. Elas fazem o que tem para fazer para ganhar um pouco de comida. Enquanto que tem outros aí que jogam comida fora, que desperdiçam. Tem gente que tem demais e que não sabe utilizar. Enquanto, que tem outros que

nem a merenda da manhã tem. Isso é um tipo de humilhação. Isso acontece, porque elas vem outras pessoas bem vestidas e arrumadas, enquanto que elas só tem uma roupa para vestir. Andam de chinela. Não tem uma casa boa para dormir. Então, é uma espécie de humilhação você ver pessoas mais bem arrumadas que você. E você não ter o que comer e o que vestir. E você não queria tá ali, porque você está ali devido à condição de vida de sua família, devido ao que eles fizeram, a falta de estudo que tiveram, devido à falta de oportunidades. (p. 1).

Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014) afirmam que há presente na sociedade brasileira uma forte representação depreciativa da pobreza, sendo esta abordada como causa para subdesenvolvimento do Brasil. Também, é importante salientar que a sociedade brasileira estrutura-se em viés classista. As pessoas com maior poder aquisitivo e alguns jornalistas da grande imprensa geralmente apresentam estratégias de diferenciação das majorias populares, sedimentando um modo de vida elitista. Há um poder midiático que reproduz esse processo de culpabilização pela pobreza (Roso & Guareschi, 2007). Uma das participantes ilustra essa dinâmica:

Eu me sinto envergonhada as vezes por não ter, ou por dizer assim: ‘Ah não vai dar, porque eu to sem dinheiro. Não vou poder ir a tal lugar, porque eu to sem dinheiro. É claro que as pessoas se sentem envergonhadas. Não deviam, né? Mas se sentem sim envergonhadas. As vezes, é até uma coisa que a mídia planta na cabeça das pessoas. A mídia fica o tempo todo mostrando isso, e as pessoas tomam como verdade, né? Pra mim, é vergonhoso ser pobre (Estamira/FOR, p. 3).

Assim, quando perguntados quem seriam os principais responsáveis pelos atos de humilhação contra as pessoas em situação de pobreza, foram indicados os “patrões e empresários” (Teresa de Benguela/FOR, p. 7). Uma das participantes tenta explicar os motivos das pessoas que tem mais dinheiro humilharem aqueles que estão em situação de pobreza:

Porque eu acho que na cabeça de quem tem muito dinheiro eles se acham melhor. Por isso, podem ser menos felizes, menos realizados do que quem tem menos, mas eles se sentem melhor por algum motivo e precisam pisar em cima de quem não tem. Acho que é por isso. Não vejo outra explicação, não vejo motivo. Acham que as pessoas por ser mais ignorantes, por ser mais pobre, menos instruídas, serem mais pobres, acham que é por isso que eles se sentem no direito de fazer isso. Parece que podendo, no direito, como se fosse uma coisa normal pra eles. Porque o dinheiro compra isso, digamos, compra o respeito, compra a superioridade deles. Acho que é por isso. (Estamira/FOR, p. 2).

Então, além da realidade de pobreza ser adversa por aspectos concretos, ocorrem diversas práticas de humilhação impetradas aos pobres. Assim, a estigmatização da pobreza fomenta essas práticas discriminatórias (Moane, 2003; Narayan, 2000; Raditloaneng, 2009). De acordo com Estamira/FOR, as pessoas com melhores

condições financeiras são os principais autores dos casos de humilhação contra as pessoas em situação de pobreza: “Só humilha os pobres aquelas pessoa que se acha que tem muita coisa. Se acha que tem muito, entendeu? Que ganha bem aí se acha que pode tá humilhando as pessoas que ganha mais menos” (Estamira/FOR, p. 8). Outra participante concorda com esse último relato:

Ou porque elas tem medo de ser pobre; ou porque talvez elas não conseguissem lidar com isso. Então, elas tem medo. Então, elas escorraçam. Acho que, talvez, além de ter medo, acho que é assim: elas tem medo de ficar pobre um dia e não saber lidar com isso. Ou porque elas são orgulhosas também, cheias de si. (Carolina de Jesus/POA, p. 6).

Outra entrevistada igualmente afirma que as pessoas de classe mais alta são as principais autoras dos casos de humilhação: “Ah, existe, assim, eu trabalho num lugar que é de classe alta, né? Tem muitas pessoas assim!” (Estamira/FOR, p. 2). Teresa de Benguela/FOR também sintetiza a humilhação como uma prática motivada pela desigualdade social: “Tem pessoas que tem muito. Aí humilha as outras que julgam ser inferiores a ela, né? Só por causa de algumas coisas financeira” (Teresa de Benguela/FOR, p. 4). Estamira/FOR enfatiza que alguns vendedores não respondiam suas perguntas por conta da sua situação de pobreza: “É humilhação pra mim, porque a pessoa chega perguntar, e a pessoa nem de responder! Fazer de conta que não tá nem aí, porque eu não tenho muito dinheiro.” (Estamira/FOR, p. 7).

Então, os atos de humilhação podem ser identificados quando há uma situação concreta em que um indivíduo relaciona-se com outro de forma desrespeitosa, posicionado em um patamar inferior e o considerando como sem humanidade (Moura Jr, Ximenes & Sarriera, 2013). No caso dos discursos presentes neste estudo, a ausência de reconhecimento das pessoas em situação de pobreza como humanos faz com que o recorte de classe seja central nos atos de humilhação. Os agentes da discriminação são posicionados como aqueles indivíduos com maior poder aquisitivo, humilhando as pessoas mais pobres por conta da sua condição social. Uma das participantes exemplifica um ato de humilhação pautada pela estigmatização da pobreza:

Eu me lembro que eu estava trabalhando em casa de família. Eu estava vendo uma revista da Avon. Faz uns 8 anos atrás que eu trabalhava lá. Eu estava vendo uma revistinha da Avon. Daí eu estava vendo assim, nada a ver. Ela me pagava o salário na época. Meu salário era 200 pilas, 300. Não me lembro. Sei que dava pra comprar as comidas pras crianças. Eu estava olhando assim, mas daí ela [patroa] falou assim na frente de todo mundo, né? ‘O que é que tu quer olhando? Isso aí tu nem tem condições de comprar. Essas coisas tu nunca vai ter nada na vida.’ Ela falou bem assim pra mim. Daí eu comecei a chorar. ‘Isso aí é pra mim que tenho dinheiro.’ Humilhou, pisou em cima de mim. Aí, eu comecei a chorar e chorar. Ela me maltratando mais. Aí ‘tu não vai ter isso, não vai ter aquilo. (Dandara, p. 3).

Outra entrevistada passou por uma situação semelhante em seu trabalho como empregada doméstica:

Isso é uma coisa forte pra mim: a humilhação no trabalho. Eu trabalhei numa casa que a minha patroa era boa, me tratava muito bem. Aí a mãe dela foi morar com ela, e a mulher não me chamava pelo meu nome. Me chamava por todos os outros nomes e não me chamava pelo meu nome. Ela dizia: Fátima, Amélia, qualquer outro nome, menos Luísa Mahin. E aí eu me incomodava. Tá primeiro. Segundo dia, tudo bem, mas aí a mulher continuou. [...] Sabe? E eu me senti muito humilhada, porque era, poxa, só porquê eu tava lá limpando o chão dela, ela me chamava por qualquer nome eu tinha que responder? Como se eu fosse qualquer um nome? E não tivesse o meu nome, a minha identidade. (Luísa Mahin/POA, p. 4).

Essa situação demonstra a violência simbólica que os atos de humilhação podem incidir sobre o indivíduo humilhado. No caso de Luísa Mahin, ela se indigna pela mãe da patroa não nomeá-la com seu nome. De acordo com Ciampa (1984), o nome próprio é o atributo que nos diferencia dos outros, que fornece singularidade. Então, o fato dela não ser nomeada pelo seu nome é ação que não a reconhece como pessoa no mundo, sendo um caso de humilhação por não colocar no patamar de humana com unicidade. É importante salientar que isso somente ocorre, porque ela é reconhecida como subalterna por sua condição social. No entanto, essas situações de humilhação motivadas pelo reconhecimento depreciativo da pobreza não estão restritas as relações de trabalho no âmbito doméstico. Outra participante ilustra uma prática discriminatória em seu emprego em uma lanchonete:

Uma vez eu trabalhei num café, eu tinha dezesseis... dezessete anos. E aí eu trabalhava num café, aquela coisa, garçonne e tal. Então, eu lembro de uma cena que pra mim foi uma coisa humilhante. Que um cara tinha comprado um cafezinho, um pão de queijo, uma coisinha barata. Só que tinha vários clientes e eu e ele. Acho que alguém ligou, ele saiu meio correndo assim 'ah, quanto que deu?' Aí eu tava calculando, e ele tirou do bolso um punhado de moeda, jogou no balcão e saiu assim. Então, pra mim aquilo foi uma atitude de humilhação assim, porque ele se sentiu superior. 'Ah, não precisa, eu tenho dinheiro.' Aí, pegou o dinheiro e jogou assim. (Olga/POA, p. 4).

E esses atos de humilhação por conta da pobreza podem acontecer igualmente em um ambiente familiar. Uma das participantes afirma:

Para minha tia, se tu não tem dinheiro, tu não tem, tu não é nada pra ela. Se tu não trabalha, tu não é nada pra ela. Se tu não estuda, tu não é nada pra ela. Entendeu? Tu tem que ta, tu tem que

ter status. Tu tem que ter nome, tu tem que ter um trabalho, tu tem que ta, sabe? Sempre na atividade pra ela. Se tu não tiver, tu não presta. [...] Ela quis desprezar mesmo, quis pisar.(Carolina de Jesus/POA, p. 2).

Assim, entende-se que os atos de humilhação são potencializados pelo próprio processo de estigmatização da pobreza na sociedade. As relações sociais podem estar permeadas por símbolos e representações do estigma, permeando diferentes contextos sociais. Compreende-se a humilhação como o processo inicial do ciclo vicioso de isolamento social e enfraquecimento do agenciamento, desenvolvendo igualmente sofrimento nos indivíduos alvos dessas práticas. É importante salientar que esses atos de humilhação podem auxiliar na instalação de sentimentos de vergonha às pessoas em situação de pobreza que será discutido no próximo tópico.

#### *Vergonha causada pela humilhação e pela realidade estigmatizadora da pobreza*

A vergonha primeiramente pode estar relacionada a um aspecto positivo de ética e de moralidade vinculada à honra (La Taille, 2002b). Esta está relacionada a fatores objetivos de justiça social, como também a dimensão subjetiva (La Taille, 2007). Luísa Mahin sentiu vergonha quando seu filho foi preso, responsabilizando a si mesma de forma moral pela situação. Ela afirma:

É... também me senti quando meu filho tinha 17 anos, e ele foi preso, né? Ele fez uma bobagem e foi preso. Eu me senti muito envergonhada, porque eu achava que eu que tinha errado, que era responsável. Eu que não tinha educado ele direito. Eu tinha falhado, mas aí eu tive a ajuda de uma psicóloga também. (Luísa Mahin/POA, p. 3).

Assim, a vergonha serve muitas vezes como fronteira da civilidade e dos valores éticos, existindo quando o indivíduo comete alguma falha social. Carolina de Jesus/POA compreende a vergonha dessa maneira: “Depende de muita coisa. Às vezes, a vergonha vem porquê a pessoa fez alguma coisa errada.” (p. 1). Estamira/FOR também exemplifica os casos em que o indivíduo pode ter vergonha a partir de aspectos morais: “Vergonha? Deixa eu pensar... vergonha é roubar de quem não tem; é não ter caráter; não ter ética; pra mim isso é vergonha. Nada mais é vergonhoso. Vergonha vai muito do ponto de vista, mas algumas coisas é uma vergonha, tipo roubar, tipo corrupção, sabe?” (p. 1).

Além disso, é exposto de forma crítica como vergonhoso o próprio ato de discriminação, pois ele é uma atitude de desrespeito contra o ser humano, sendo

amparado por uma perspectiva de justiça social. Assim, Dandara/POA afirma: “Acho vergonhoso pra mim um racismo ainda que rola... eu acho muita vergonha no século que agente tá ter tanto racismo.” (p. 2). No entanto, além dessa perspectiva ética, a vergonha está ligada à exposição. Há a vergonha grau zero que estaria relacionada ao reconhecimento das outras pessoas. Dessa maneira, La Taille (1996) aponta que a vergonha estaria ligada a exposição, que pode ser real ou imaginada, baseada em uma avaliação global de fracasso. O ato de falar, então, é concebido como central nesse processo de exposição. Alguns participantes enfatizaram que a vergonha estaria vinculada a essa atividade. Por exemplo, Estamira/FOR diz: “Pra mim vergonha significa ter medo de falar... medo de falar uma coisa e a pessoa... né? Errar e a pessoa mangar... é isso o que eu penso” (p. 3).

Igualmente, a vergonha está constituída por um juízo depreciativo social que o indivíduo envergonhado legitima, porque ela é desenvolvida a partir de um julgamento social negativo aceito pela pessoa envergonhada (La Taille, 2002a, 2002b). Chico da Matilde/FOR compreende que a: “Vergonha é sempre relacionada às outras pessoas. Às vezes eu sinto vergonha de não tá trabalhando, de já ter vinte e dois anos e não tá fazendo nada. Mas, eu não sei, essa é a vergonha pra mim que é realmente importa” (p.2). Este participante afirma que essa avaliação de fracasso estaria relacionada à visão que as outras pessoas tem de sua ação. Dessa maneira, há uma legitimação desse juízo depreciativo. Essa legitimação do juízo depreciativo externo pode ser entendida como uma prática de dominação em que as estratégias de reconhecimento depreciativo presentes nas interações sociais e na sociedade são convertidas em formas de reconhecimento de si mesmo. Ciampa (1984) afirma que esse processo faz parte do próprio processo de desenvolvimento da identidade.

Dessa maneira, isso acontece, porque primeiramente a pessoa é representada pelos outros. A passagem do nível interpsicológico para o intrapsicológico é chamada, segundo Molon (2010), de conversão. Também, podem ser utilizadas a palavra interiorização (Mattos, Castanho & Ferreira, 2003) e internalização (Vygotsky, 1935/1991). Utiliza-se, neste trabalho, a palavra conversão, percebendo-a como uma capacidade ativa de apropriação do indivíduo dos aspectos intersubjetivos de maneira singular. Então, a apropriação de um papel social da identidade

é incorporada pelo indivíduo; ele a assume e articula uma posição em relação a seu grupo e seu mundo. [...] adota o que lhe foi pressuposto pelas pessoas significativas de seu meio social,

identifica-se com tais características e representa sua posição, ou seja, apresenta-se como representante dessas características (Mattos, Castanho & Ferreira, 2003, p.3).

Assim, Dandara/POA traz a experiência de reconhecimento depreciativo exercido pela mãe como esse ato externo, sendo convertido para um reconhecimento pessoal de si mesma. Ela diz: “Minha mãe fez um negócio aí na minha cabeça que dizia que eu era feia. Era feia e eu cresci achando que eu era feia. Era isso, era aquilo, sabe? Daí eu mesma ficava com medo das pessoas e vivia sem querer ir para rua, era bem ruim” (p. 4). Como já mencionado, a conversão de papéis sociais depreciativos, que passam a constituir a identidade do indivíduo, desenvolve uma forma de autorreconhecimento que pode gerar isolamento social. Dandara/POA explica essa situação de não entrar em contato com outras pessoas: “Claro, eu achava que eu era horrível, era isso, era aquilo, me sentia envergonhada de todo mundo. Na minha sala de aula eu não falava nada” (p. 4). Este relato reforça a compreensão de que os contextos sociais constituem determinadas posições dos indivíduos, podendo agir sobre sua capacidade de agência, seus valores e até preferências (Comim & Amaral, 2013).

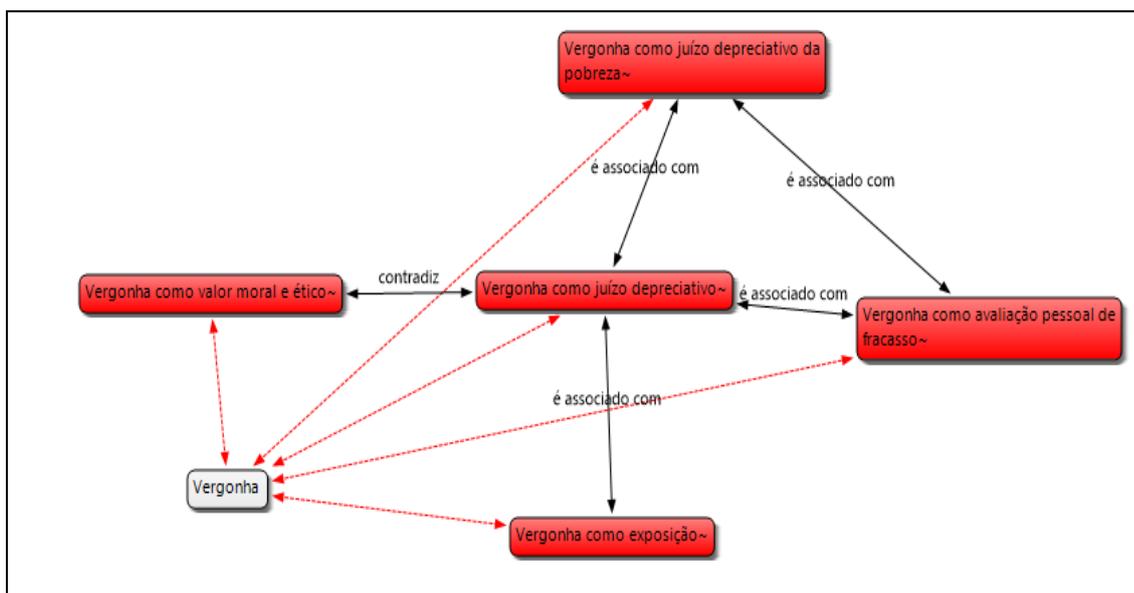


Figura 19. Modelo representativo da categoria vergonha.

Assim, a vergonha está constituída por diversas dimensões (Figura 19). Há a vergonha vinculada a uma falha moral e ética que está baseada em aspectos positivos de convivência social. No entanto, a vergonha também está baseada na legitimação de um juízo depreciativo social aceito pelo indivíduo. Entende-se que a vergonha vinculada a um julgamento depreciativo é contrário ao modelo de vergonha baseada em aspectos

morais e éticos. Igualmente, a vergonha como juízo depreciativo está vinculada à exposição e ao julgamento global de fracasso como constituintes dessa categoria psicossocial. São esses últimos aspectos negativos da vergonha que fomentam o sentimento de vergonha relacionada à situação de pobreza.

O fenômeno da pobreza pode acarretar práticas de humilhação, desencadeando um ciclo perverso de sentimento de vergonha e de inferioridade. Uma das participantes resume essa relação entre humilhação e vergonha. Ela fala: “Tinha até certas pessoas assim bem vestidas. Aí tipo patricinha que olhava a gente dos pés à cabeça. A gente fica meio envergonhada assim, né? (Teresa de Benguela/FOR, p. 3). Dessa maneira, Prilletensky (2008) afirma que a dominação tem a capacidade de transladar práticas sociais dominantes e opressoras para o nível psicológico. A vergonha relacionada à pobreza pode ser considerada como essa prática social estigmatizante concebida a nível individual e psicológico desencadeada por atos de humilhação, porque, para um indivíduo sentir vergonha, ele precisa legitimar um julgamento social sobre si mesmo. E, como já apresentado, a aparência e as vestimentas são símbolos perversos que ditam se a pessoa está em situação de pobreza ou de melhores condições de vida.

Uma das participantes explica essa situação de reconhecimento da pobreza pelas roupas: “Ah, eu acho que tem um pouco a ver com a aparência, né? As pessoas tem um pouco de vergonha de, de repente, não tá com aquela roupa, uma roupa de marca. As pessoas ligam bastante pra isso, né?” (Olga/POA, p. 6). Outra participante afirma que a falta de dinheiro é uma das principais causas de vergonha: “tem muita gente que tem vergonha, porque não tem dinheiro” (Estamira/FOR, p. 6). Essa última situação de falta de dinheiro é considerada uma das principais causas para o sentimento de vergonha. Chico Mendes/POA tinha saído com os amigos e a namorada, mas se viu na situação que tinha pouco dinheiro para comer com eles. Ele afirma: “aí eu preferi não falar que eu tinha só 10 reais, porque eu ia ficar com vergonha de só ter 10 reais. E eu fiquei quieto” (p. 5). Estamira/FOR também comenta que se sente envergonhada por não ter dinheiro:

Eu me sinto envergonhada, às vezes, por não ter, ou por dizer assim ‘ah não vai dar, porque eu to sem dinheiro. Não vou poder ir a tal lugar, porque eu to sem dinheiro’. É claro que as pessoas se sentem envergonhadas. Não deviam, né? Mas se sentem, sim, envergonhadas (p. 3).

De acordo com Fenge et al. (2012), que realizaram um pesquisa com 28 idosos do Sul da Inglaterra que estavam vivendo uma situação de pobreza monetária por conta

da recessão, o impacto da realidade concreta da pobreza pode gerar sentimentos de vergonha. Com isso, pode-se aumentar a solidão e o isolamento social devido à falta de recursos para participar de algumas atividades vinculadas a vida social. Além disso, há uma cultura de depreciamento do pobre. Identifica-se o desenvolvimento de uma identidade social estigmatizada da pessoa em situação de pobreza constituída somente de aspectos negativos (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2014). Essa identidade social, como já mencionado, está amparada por uma rede de símbolos e representações depreciativas da pobreza. Uma das participantes traz como é estruturado esse imaginário social a partir de uma produção midiática; e como essa ilustração pode impactar na própria identidade das pessoas em situação de pobreza. Estamira/FOR diz:

Como tava tendo até na novela. A moça lá mais pobre foi conhecer a sogra que era rica. Foi bem estereotipada. Parecia, assim, só porque as duas eram mais pobre que elas não sabiam falar direito, que elas só faziam coisas ridículas, sabe? Então, acho que as pessoas se sentem e toma aquilo como verdade. Só porque são pobres... são ignorantes. As pessoas se sentem envergonhadas. Eu me sinto assim em alguns momentos. É a sociedade que é a principal causadora dessa vergonha de ser pobre. (Estamira/FOR, p. 3).

Assim, as pessoas pobres passam a sentir vergonha de funcionamentos vinculados ao seu cotidiano que estariam relacionadas à pobreza. Carolina de Jesus traz que o ato de sentir fome é vergonhoso: “De repente, ficou desempregada. Não tem meios nenhum de conseguir dinheiro. Passar fome também é um tipo de vergonha.”(Carolina de Jesus/POA, p. 5). Outro entrevistado afirma que sentiu com vergonha quando foi questionado pelo fato de não trabalhar. “Muitas vezes eu desvio de assunto, assim, por ficar com vergonha. Tipo perguntando o que eu tô fazendo. Como eu não to fazendo nada, eu desvio de assunto por ficar com vergonha.” (Chico Mendes/POA, p. 3). Zavaleta (2007) concebe que a vergonha está relacionada a uma avaliação global de fracasso, existindo a responsabilização pessoal pela situação de pobreza.

Dessa maneira, entende-se que há uma estrutura social dominante que promove a estigmatização da pobreza, fomentando os atos de humilhação e, conseqüentemente, de vergonha. Dessa maneira, há uma dinâmica de promoção de sentimentos de inferioridade, sofrimento e isolamento social, debilitando a capacidade de agenciamento das pessoas em situação de pobreza. No entanto, é importante salientar que esse enfraquecimento da agência não é única saída. Dessa maneira, há também a existência de movimentos de resistência frente a essas estruturas sociais adversas que será apresentada no decorrer do texto.

## **Consequências da humilhação e da vergonha causadas pela pobreza**

### *Sentimento de inferioridade, angústia, sofrimento e isolamento social*

Assim, tanto por conta de uma realidade concreta de privação de liberdade, como pela existência de estratégias de estigmatização da pobreza, há um contexto dominante de fomento de sentimentos de inferioridade por ser pobre (Moane, 2003). Carolina de Jesus/POA confirma esse sentimento: “Foi uma situação que eu me senti bem diminuída assim.” (p. 2). Uma das participantes também explica esse modo de vida de sentir-se inferior: “É [...] a pessoa não ter confiança nela mesma também, porque se tu não confia em ti. E tem uma pessoa que as vezes tu acha que pode falar um pouco melhor que tu; que se veste melhor que tu, então tu fica com vergonha de ti.” (Carolina de Jesus/POA, p. 1). Esse sentimento de inferioridade está muito relacionado à avaliação global de fracasso constituinte do sentimento de vergonha proporcionado pela pobreza (Walton, 2010). Assim, outra participante também demonstra sentir-se inferior por conta da vergonha do trabalho. Ela afirma:

Que tu ta triste, que tu não tem motivação, sentir envergonhado porque até as vezes se sente incapacitado, poxa porque que outras pessoas, né? Quando eu trabalhava de faxina tu tem que trocar toda a roupa, né? Ai, o meu sonho era ir trabalhar e não precisar trocar de roupa, e voltar com a mesma roupa, e não ter que lavar a mão mil vezes pra poder tirar aquele cheiro, né? Então isso me envergonhava bastante, de ter que procurar emprego e dizer que eu não tinha estudo. Isso me envergonhava bastante. Sim. Sim parece que te deixava pra baixo assim, uma coisa que te fazia se sentir mal mesmo. Sim, deixava eu me sentir, eu me sentia inferior. (Luísa Mahin/POA, p. 3).

Esse sentimento de inferioridade pode estar relacionado à incapacidade de falar. A linguagem é a possibilidade de pronunciar uma forma de visão pessoal acerca do mundo. Uma das participantes apresenta esse sentimento depois de ter sentido vergonha: “Tu num podia falar. Então, naquele momento, eu me senti diminuída, porque eu não podia falar.” (Carolina de Jesus/POA, p. 2). Percebe-se que a humilhação poderia também ser considerada uma situação em que o indivíduo não se percebe na possibilidade de emitir sua opinião, ou seja, de dar vazão a sua voz como cidadão e ser digno de respeito (Rego & Pinzani, 2013). Rego e Pinzani (2013) concebem que uma das principais repercussões da pobreza é a dificuldade da pessoa em situação de pobreza expressar suas ideias. Há, então, a construção de um ciclo de vicioso de discriminação e silenciamento das pessoas que estão em situação de pobreza. Uma das participantes explica como funciona essa dinâmica:

Um pouco de julgamento dos outros atrapalha as pessoas, porque, às vezes, as pessoas tem dificuldade pra falar, e o outro julga: ‘ah não sabe falar hahahaha E a não sabe num sei o que. Hahahaha’ E a pessoas vai se diminuindo, e vai ficando presa dentro de si. E não fala nada. E isso é uma coisa que eu vejo, às vezes, que as pessoas falam uma coisa errada. Todo mundo ri, todo mundo. Não só de falar errado, também de se expressar, de ter a sua ideia e não compartilhar. Aí todo mundo vai rir, porque não compartilha com aquela outra. E aí isso é ruim. E aí eu vejo assim que a gente deveria ter liberdade mais de expressão. (Carolina de Jesus/POA, p. 6).

Assim, compreende-se que há a existência de um significativo sofrimento por ter passado por essas situações de humilhação e cerceamento da voz. Teresa de Benguela/FOR também passou por uma experiência de humilhação relacionada à pobreza, sentindo-se angustiada. Ela comenta sobre esse sentimento: “acho que angústia. Dava vontade até de chorar.” (Teresa de Benguela/FOR, p. 5). Esses sentimentos podem ter um impacto muito devastador na vida das pessoas discriminadas, porque, em um estudo com mulheres negras pobres de descendência africana nos Estados Unidos, foi identificado que a discriminação pode ser uma preditora de ideias suicidas. Observa-se que a pobreza pode funcionar como uma realidade opressora, mas que agregada com outros recortes interseccionais de racismo e de sexismo, há uma repercussão mais grave dessas consequências negativas. Outra participante também explica como se sente com as situações de humilhação: “Sim, machuca muito, né? E faz a gente sofrer demais” (Dandara, p. 2). Dandara/POA explica igualmente como se sentiu depois de um ato de humilhação causado pela situação de pobreza: “Dolorida, incapaz, um lixo, né?” (p. 5).

Esses sofrimentos causados pela humilhação e a vergonha relacionada à pobreza podem desenvolver o isolamento social (Zavaleta, 2007). Geralmente, as práticas de humilhação são por palavras e gestos que tem repercussões avassaladoras nos indivíduos humilhados: “foi pior que levar um tapa na cara. Tem palavras que machucam mais que apanhar, muito mais.” (Dandara, p. 5). Uma das participantes afirma que os usuários dos serviços de saúde geralmente não são escutados pelos trabalhadores das unidades básicas. Ela expõe: “É tipo o que ela fala não é ouvida. É falar por falar. Pronto, ela não é ou... realmente ela não é ouvida, né? Então, isso já gera um impacto, e esse impacto ele já vai... ele vai gerando constrangimento praquela pessoa.” (Teresa de Benguela/FOR, p. 5). Ela também explica de como se sente quando está envergonhada: “Eu fico mais calada aí... não sei”. (Teresa de Benguela/FOR, p. 2).

No entanto, identifica-se que esse isolamento social e esse sofrimento podem ser facilmente enfrentados com acolhimento e reconhecimento positivo dos indivíduos em situação de pobreza (Moura Jr., 2012). Por exemplo, Dandara passou por várias situações de humilhação por conta da pobreza. Igualmente, vive uma realidade de privação extrema. Quando foi questionada se havia se sentido incomodada com alguma parte da entrevista realizada para esta tese, ela responde contrapondo a uma situação de isolamento social que vivencia: “Não tenho amigos, pessoas pra eu colocar pra fora. E, às vezes, fica trancado. Fica doendo um pouco ficar com coisa presa assim. Às vezes, eu gosto de colocar pra fora, pra ficar um pouco mais leve, né? Pra mim foi bom, muito bom, poder conversar, poder falar da minha vida.” (Dandara/POA, p. 9). Assim, foi identificado que níveis moderados de suporte social podem funcionar como amortecedoras das consequências negativas da discriminação (Perry, Pullen & Oser, 2012). Além disso, é importante apontar outras formas de reação a esse processo de dominação, como o conformismo, o controle divino e a dificuldade de perceber atos de discriminação. Também, deve-se explicar sobre as práticas de enfrentamento a essas situações de discriminação.

#### *Conformismo, controle divino e dificuldade de perceber os atos de discriminação*

Compreende-se que o conformismo pode ser uma das estratégias utilizadas para manutenção dessa realidade de pobreza estigmatizada, como também de reação a uma situação adversa. Cidade, Moura Jr e Ximenes (2012) concebem que o fatalismo pode ser muitas vezes a única saída para o oprimido sobreviver a uma realidade de dominação e cerceamento, sendo uma das poucas escolhas possíveis frente às práticas adversas existentes. Uma das participantes traz a necessidade de aceitar determinado emprego, porque é o único possível, sendo necessário adaptar-se à realidade.

Agora, mais uma vez vou me sujeitar a fazer um trabalho de telemarketing, que não é uma coisa. É um trabalho, né? Mas pra mim não é o que eu desejo. Mas pra eu conseguir chegar onde eu quero, eu tenho que passar por isso. E assim é a vida, né? Tem que ir passando. Eu sempre digo que a gente tem que ir se adaptando, engolindo sapo, e daqui e dali pra poder chegar nos objetivos (Luísa Mahin/POA, p. 1).

De acordo com Copestake e Camfield (2010), a percepção de uma situação como extremamente necessária a partir de uma reflexão sobre as possibilidades reais de um contexto de privação constitui o mecanismo de adaptação da realidade. Os autores

informam que essa adaptação é muito comum quando há um histórico de privação de satisfação do indivíduo, como ocorre nos contextos de pobreza. Assim, uma das participantes explana sobre algumas pessoas em situação de pobreza que se adaptam à realidade adversa: “Tem umas que não tem nem aí, né? Realmente, tem uns que conformam com sei lá. Tem uns que vivem no conformismo, né?” (Teresa de Benguela/FOR, p. 8). Outro participante relata sua estratégia para lidar com uma situação ruim: “Por isso que eu fico mais na minha. Fico quieto e fico pensando o que é que eu tenho que fazer” (P2, p. 5). Outra participante também fala sobre esse processo de acomodação:

Pois é. É uma coisa que eu também tento entender: Por que as pessoas se acomodam? Tá, tem a questão financeira. Ok, a falta de dinheiro é difícil, tá? Ah, mora longe. Ah, dá preguiça de pegar um ônibus, frequentar o museu, o teatro, mas eu acho que tem esse conformismo, né? De a pessoa aceitar e falar ‘isso, tal coisa não é pra mim.’ (Olga/POA, p. 7).

Compreende-se que os contextos de privação, como a situação de pobreza, podem desencadear o surgimento de mecanismo de manejo da frustração proporcionada pela realidade social. Entende-se que a dissonância cognitiva está na base desse processo. Ela se constitui do choque de crenças, valores e desejos individuais que não são mantidos ou apoiados pela realidade. Assim, as preferências adaptativas são desenvolvidas a partir de uma realidade de privação para lidar com essas dissonâncias cognitivas e diminuir a frustração de forma não consciente. Além disso, observa-se que pode haver uma ação intencional do indivíduo frente às adversidades, diminuindo suas expectativas e intenções perante a realidade cerceadora (Pereira, 2007). O relato abaixo ilustra esse processo:

É engraçado que meu pai, meus pais, meu pai e minha mãe sempre foram bem pobres, mas, pô, meu pai faz anos já que tem casa própria. Hoje, tem gente que morre pagando aluguel. Então, meu pai sem ter estudo, sempre foi pobre, consegui ter casa. Hoje a gente vive bem [...] Hoje ele tá mais estável, mas ele continua se colocando... Sempre que eu e a minha irmã, a gente comenta ‘ah, a gente quer comprar um apartamento, alugar’. Ele ‘ah, não. Vocês querem... Vocês tem mania de rico. Isso não é pra nós’. Mas pô a gente diz “Tu já conseguiu tanta coisa”. Então, aí fica como as pessoas se colocam, né? Então, eu acho que existe a discriminação com quem é mais pobre, mas os pobres também aceitam e se colocam naquele lugar, né? Então eu enxergo isso nas pessoas que eu conheço, as pessoas aceitam e ficam ali ‘não, aqui é o meu lugar’. Sabe? (Teresa de Benguela/FOR, p. 7).

O pai de Teresa de Benguela/FOR aprendeu a partir de uma realidade de pobreza que é difícil comprar um imóvel, como uma casa e um apartamento. Ele poderia ter tido esse desejo anteriormente. No entanto, manter essa expectativa frente uma realidade de

pobreza poderia trazer sofrimento a partir de uma dissonância cognitiva. Ou seja, desejar ou crer em uma expectativa que não será concretamente fornecida pela realidade em virtude de não haver oportunidades reais para ocorrer pode repercutir em um intenso sentimento de frustração (Pereira, 2007). Assim, as preferências adaptativas surgem para diminuir essa frustração perante a adversidade. São desejos, crenças, atitudes baseadas em uma diminuição das expectativas. Esses comportamentos geralmente estão relacionados a posturas mais resignadas (Teschl & Comim, 2005). E são geralmente mantidas mesmo com mudança da realidade social, porque a resignação e passividade também podem ser entendidas como ferramentas de manutenção do *status quo* e enfraquecimento das potencialidades e autonomia dos indivíduos (Martín Baró, 1986). Natalino (2014) afirma que as pessoas em situação de pobreza podem diminuir suas expectativas e vontades como uma maneira de sofrerem menos com as possibilidades de perda dessas novas aquisições. Então, um dos participantes confirma esse processo: “Fui acostumado desde criança a ter o básico para sobreviver. E nunca fui de ser daquele que vive pedindo para comprar. Nunca fui essa pessoa que tá querendo as coisas sem poder.” (Chico da Matilde/FOR, p. 1).

A religiosidade também pode auxiliar nesse processo de adaptação à realidade de forma conformada. Martín-Baró (1986) aponta que a religiosidade pode auxiliar na sedimentação do conformismo, porque traz uma justificativa vinculada ao controle divino para uma realidade percebida como permanente. Assim, uma das participantes aponta a importância de Deus na sua vida para sobrevivência em um contexto de pobreza: “Deus não tá me dando todo o dia o pão? Ele me deu o pão. O pão tá bom demais. E eu agradeço todo dia... obrigado Senhor pelo um real que você me dá. Tem muita gente que não tem, né?” (Estamira/FOR, p. 6). Essa participante também foi questionada como se sentia quando era humilhada. Ela novamente aponta o controle divino como um apoio para esses momentos de discriminação: “não... não sinto não... pra quê? Porque se eu for me sentir triste, eu que vou prejudicar a minha alma. Só faço me apegar a mão de Deus pra que Deus me dê força para seguir o barco pra frente” (Estamira/FOR, p. 7).

O controle divino também funciona como um alento para a busca de novas possibilidades de vida. Uma das participantes fala sobre essa motivação positiva trazida por um controle divino, percebendo a humilhação como um obstáculo a ser superado: “Lutando cada vez mais, eu quero, né? Vamos ver o que vai acontecer, mas eu vou

conseguir o meu objetivo se Deus quiser. [...] Como eu sou uma pessoa espírita, eu acho que isso aí vem só para que eu queira vencer mais ainda na vida.” (Dandara, p. 5).

O conformismo também pode estar ligado à incapacidade de reconhecer atos de dominação e discriminação enfrentados na situação de pobreza. Uma das participantes relata esse processo de adaptação quando questionada sobre a primeira vez que se sentiu humilhada: “A primeira vez não. Acho que a gente se sente humilhada tantas vezes que já nem lembro quando foi a primeira vez. É tão recorrente que a gente nem liga mais” (Estamira/FOR, p. 2). A mesma participante também atesta essa dificuldade de recordar dos atos de humilhação: “Não, não tem nada assim que eu lembre. É que eu sou bem de viver pra frente. Não sou de guardar os momentos ruins. Por isso, que não lembro muito das coisas. Por isso, que não gravo, não crio rancor nenhum.” (Estamira/FOR, p. 3).

Em um estudo quantitativo com minorias étnicas (paquistaneses, indianos, africanos e caribenhos) em situação de pobreza no Reino Unido, identifica-se que as pessoas de origem caribenha ou afrodescendentes tem um menor efeito do racismo na redução do seu bem estar apesar deles sofrerem mais situações discriminatórias. Os autores apontam que esses indivíduos teriam se adaptado a essas experiências, tendo então menos estresse psicológico e efeito negativo dos atos discriminatórios (Heim, Hunter & Jones, 2011). Por isso, entende-se que o conformismo e dificuldade de identificar atos de humilhação podem ser considerados como estratégias de sobrevivência relacionadas às preferências adaptativas e ao fatalismo, diminuindo o sofrimento psicológico envolvido com as práticas discriminatórias e com a realidade adversa proporcionada pela pobreza. É importante mencionar que esse mecanismo de preferências adaptativas pode inclusive diminuir os sentimentos de vergonha e tornar o indivíduo incapaz de reconhecer os atos de humilhação. Isso ocorre, porque se adapta a realidade adversa, diminuindo o sofrimento e o incômodo relacionados ao contexto social. (Pereira, 2007).

Portanto, os próprios atos de sofrimento e de incômodo provocados pelas práticas de humilhação e vergonha podem ser reconhecidos como vinculados a uma autonomia potencial, porque o indivíduo não está aceitando vivenciar essas situações de opressão. Dessa maneira, a pessoa que se sente envergonhada e humilhada não está totalmente resignada perante sua realidade. Ou seja, há processos de dissonâncias cognitivas que as fazem questionar suas realidades cotidianas. No entanto, caso elas não se sentissem incomodadas perante atos de discriminação e sentimentos de vergonha, possivelmente esses indivíduos estariam vivendo um processo de preferências

adaptativas (Pereira, 2007). Esse mecanismo de reação a uma realidade adversa, como a situação de pobreza, propicia a adaptação não consciente do indivíduo ao seu contexto (Teschl & Comim, 2005).

Esse processo também pode ser entendido como a instalação do fatalismo. Há a existência de práticas de dominação, fomentando o enfraquecimento da capacidade crítica e de indignação do indivíduo em situação de pobreza. Obviamente, deve-se também perceber o fatalismo como podendo ser uma das únicas estratégias de reação perante uma realidade de privação opressora (Cidade, Moura Jr. & Ximenes, 2012). No entanto, é importante observar que os sentimentos de vergonha e de humilhação podem ser centelhas de movimentos emancipatórios mais abrangentes, porque, se eles existem, há espaço para desenvolvimento de posturas críticas e autônomas caso haja também oportunidades reais, estratégias de reconhecimento positivo e apoio social. Se não houver uma estrutura propícia para o fomento da autonomia, ocorre facilmente um processo de sofrimento ou adaptação perante essas condições adversas (Pereira, 2007).

### **Práticas de resistência e o poder das oportunidades**

Apesar das consequências negativas dessa realidade de privação e estigmatização da pobreza, o ser humano não está determinado a desenvolver-se a um fim pré-estabelecido mesmo com a relevância dos aspectos sociais, históricos e culturais imbricados no seu desenvolvimento (Ciampa, 1987). O indivíduo é portador de potencialidades que são inerentes a sua constituição humana e ativo no processo de transformação de si e da realidade (Cidade, Moura Jr., Ximenes, 2012). Igualmente, segundo Alkire e Deneulin (2009), o desenvolvimento humano a partir da Abordagem das Capacitações fomenta atuação do indivíduo como agente de sua vida e de sua comunidade. A agência se refere à capacidade da identidade humana de se transformar e de modificar a realidade balizada por valores de justiça social.

A agência também pode ser entendida como uma vida com liberdade, sendo esta a capacidade de pronunciar uma cosmovisão pessoal de mundo. As pessoas em situação de pobreza podem ter dificuldade de serem ativas na emissão de voz (Rego & Pinzani, 2013). No entanto, entende-se que há um processo de resistência balizado pela criticidade frente a uma realidade estigmatizante do pobre. Uma das participantes diz: “Pra mim o que seria vida com liberdade? Pra mim, significa, é uma vida com liberdade... É você fazer, poder fazer aquilo que você quer sem ter discriminação.” (Estamira/FOR, p. 9).

Igualmente, é importante salientar que a agência é um processo. Alkire (2007) afirma que a pessoa sem agência é o ser humano oprimido, coagido ou passivo. Continuando com essa autora, ela diz que o fortalecimento<sup>27</sup> é a expansão do agenciamento. A agência também representa a autonomia da pessoa, pois essa autonomia refere-se à compreensão crítica da realidade na qual o indivíduo está inserido. Por exemplo, uma das participantes questiona o sentimento de vergonha relacionado à pobreza, apresentando um ponto de vista crítico sobre o consumo:

Por que não tem uma casa boa; porque dentro de casa não tem um sofá; não tem uma televisão com LCD. Aí se sente envergonhado? Eu acho que isso não é motivo de você ter vergonha. 'Ah porquê a casa do vizinho tem aquilo, e o meu não tem. Ah porquê o vizinho ganha bem, e eu não ganho.' Isso não é motivo de você ter vergonha, não. (Estamira/FOR, p. 6).

Dessa maneira, a agência está ligada a capacidade do indivíduo de expressar sem cerceamentos sua visão de mundo, agindo de maneira autônoma e criticando o poder vigente. Compreende-se que a autonomia está relacionada à capacidade do indivíduo autolegislar-se a partir das leis morais e éticas presentes na sociedade. As ações humanas têm como fim a dignidade, o respeito e a consideração (Pereira, 2007). É também importante salientar que autonomia somente é exercida em sua forma efetiva quando a pessoa não tem suas intenções, crenças e atitudes baseadas em preferências adaptativas (Teschl & Comim, 2005). Dessa maneira, há ação consciente plena, podendo esse processo ser entendido como a tomada de consciência em que o indivíduo desvela a sua posição nas artimanhas das práticas de dominação. Passa-se, então, a compreender criticamente a realidade e sua relação com o cotidiano vivido (Freire, 1974).

É importante salientar também que a realidade social por mais que esteja constituída de práticas de opressão vinculada a um processo de estigmatização da pobreza também está estruturada por valores embasados por uma perspectiva ética. Em uma pesquisa para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, foram pesquisados em torno de meio milhão de pessoas acerca de quais valores seriam importantes para estarem presentes nos relatórios das Nações Unidas como representando uma vida com dignidade. Assim, foram identificados que valores de

---

<sup>27</sup> Em uma pesquisa realizada por Ibrahim e Alkire (2007) foram encontradas 32 diferentes definições de empoderamento. Para fins deste trabalho, utiliza-se a noção de fortalecimento como expansão da capacidade de agenciamento e como categoria referenciada por Montero (2006).

respeito, responsabilidade, tolerância e compreensão seriam imprescindíveis para o estabelecimento de uma vida boa (Comim & Amaral, 2013).

Freire (1979) aborda que essa capacidade do indivíduo de ser mais está estritamente relacionada à compreensão crítica da realidade, fomentado pelo processo de conscientização. Assim, há o entendimento pelo ser humano que ele está situado em realidade de dominação que o oprime, iniciando o processo de tomada de consciência. Esse movimento crítico pode ser identificado no discurso de uma das participantes:

Eu acho isso um desrespeito contra essas pessoa. Eu acho que deveria olhar tudo pro mesmo nível, não ter diferença. ‘Ah porque eu tenho muito, eu vou humilhar quem tem pouco.’ Eu acho que eles não devia fazer isso, porque eles tão lá em cima... mas um dia eles pode cair. (Estamira/FOR, P.)

Outra participante enfrenta seu sentimento de vergonha, almejando conseguir melhores condições de vida:

Então, a pessoa já se coloca num patamar abaixo, né? Eu não, apesar de eu falar que tenho uma certa vergonha, eu sempre tive essa ambição: ‘não, eu quero melhorar, né?’ Então, desde criança, eu sempre tive costume de ir no museu, de querer estudar na UFRGS. [...] Então, eu sempre tô almejando. E acho que é difícil, mas eu posso ter isso sim. (Olga/POA, p.7)

Freire (1974) comenta que o ser humano tem uma vocação ontológica de expandir-se, ampliando suas potencialidades de vida. Luísa traz a possibilidade de ter melhores condições de vida, ampliando sua capacidade de agência.

Eu sempre tive vontade de estudar de crescer. Nunca gostei de... já trabalhei de domestica, de faxineira, mas eu não me sentia bem. Não que eu ache que isso é feio. É ruim, mas eu, eu não me sentia bem com aquilo. Além de eu não me sentir bem, eu achava que poderia ter mais que aquilo, né? (Luísa Mahin/POA, p.1)

Assim, ela ainda comenta que está momentaneamente em um determinado emprego, mas encara essa situação como uma via para obter melhores condições de vida:

Eu sempre quis estudar. Eu sempre quis crescer. Sempre quis ter outra coisa. Então, agora eu to trabalhando lá no telemarketing, mas eu não to me sentindo incomodada. Não to me sentindo humilhada, porque, pra mim, eu to vendo como uma ponte pra eu chegar no meu objetivo. É uma ponte. Eu to aqui e eu tenho que atravessar ela pra eu chegar lá. É necessário. Então, como eu digo pra minha filha, não vou me aposentar lá. Então, não to me sentindo incomodada. Eu to bem. Não é o emprego dos meus sonhos. Não é, mas to porque eu sei que tenho uma perspectiva. Em outras vezes, eu não tinha. (Luísa Mahin/POA, p. 4).

Esse desvelamento da compreensão desse processo crítico facilita ações em prol da transformação da realidade e de si mesmo. Entende-se que o posicionamento de questionamento está relacionado também a um sentimento de frustração, porque o processo de libertação constitui-se como ato de desvelamento da realidade de opressão que é abusiva e promotora de sofrimento (Góis, 2008). No entanto, compreende-se que essa frustração igualmente relaciona-se à autonomia, porque, caso o indivíduo não esteja incomodado com a situação, ele possivelmente está resignado perante a sua realidade e, portanto, com uma postura menos autônoma (Teschl & Comim, 2005). Dessa maneira, pode ocorrer um processo de questionamento e indignação pelas situações de vergonha e de humilhação causadas pela pobreza com ações concretas. Uma participante sintetiza essa dinâmica: “Essa raiva me faz querer crescer mais ainda” (Dandara, p. 2). Ela em outro trecho explana sobre o sofrimento e a sua capacidade de enfrentar essas situações discriminatórias:

Sim, a gente fica magoada. Sofre, mas isso aí não impede de eu querer vencer mais ainda. Eu passei muito racismo muito. Meu Deus, eu sofri muito. Ainda sofro, né? Mas antes era pior que eu não sabia me defender, né? [...] Minha família toda é clara. Não são brancos, são sararas, raça misturada. Eu sou a mais escura. Daí eles falavam que eu era negra. Era isso. Era aquilo, mucamba, num sei o que. Por isso que eu quero vencer mais ainda para dar a volta por cima, tanto para me orgulhar de mim mesma e para mostrar para eles que eu sou capaz. (Dandara, p. 3).

Identifica-se que a conscientização está ligada a uma postura crítica e ativa perante a realidade, sendo ação concreta basal para processos mais abrangentes de transformação social (Lane, 1996). Uma das participantes que tinha sofrido várias práticas de humilhação no seu trabalho como empregada doméstica afirma que agiu contra essa situação, buscando um novo emprego em que era valorizada. Ela diz: “Dolorida, incapaz, um lixo, né? No caso, mas depois eu fiquei repensando. Bem, eu não merecia ta passando por isso. Eu também abri ela de mão. Deixei ela sozinha e fui para esse hotel onde eu trabalhei, onde fui valorizada de carteira assinada” (Dandara, p. 5). De acordo com Freire (1979), a conscientização somente ocorre quando há um processo de tomada de consciência sobre seu lugar nas artimanhas de dominação. No entanto, não é necessário somente perceber de forma crítica a realidade, mas também é imprescindível agir concretamente, como ocorreu com Dandara que saiu de seu trabalho em que era humilhada.

Obviamente, para o desenvolvimento de processos de mudança social, é necessário o fomento da capacidade coletiva de atuação. No entanto, entende-se que o

processo de conscientização pode iniciar em ações a nível individual, funcionando como base para empreendimentos coletivos e críticos mais abrangentes. Assim, Martín Baró (1986) reafirma a necessidade de valorização da memória coletiva e das virtudes populares como uma das estratégias de enfrentamento da dominação e do depreciamento do oprimido. Compreende-se o reconhecimento positivo da identidade comunitária como essa possibilidade de enfrentar a realidade de estigmatização da pobreza. Outra participante fala sobre o orgulho de morar em seu bairro mesmo que ele seja reconhecido depreciativamente. Ela comenta: “Nosso bairro, aí a gente diz que é daqui a pessoa fica ‘vixe, logo Bom Jardim!’ A gente sente até vergonha assim de dizer que mora aqui, mas em alguns casos, mas agora a gente tem orgulho de morar mesmo!” (Teresa de Benguela/FOR, p. 2).

No entanto, segundo Alkire (2007), esse processo de fortalecimento e de agenciamento pode ser também facilitado por aspectos estruturais e sociais. Há a necessidade de estrutura material e não material para as pessoas exercerem suas liberdades e, conseqüentemente, seus agenciamentos. Com isso, concebe-se que as oportunidades são importantes ferramentas de facilitação dos agenciamentos. Assim, uma das participantes, que geralmente sentia vergonha de falar, comenta sobre a participação nas atividades de uma ONG:

Não, não falava. Só vim começar a falar mais um pouco quando eu entrei aqui como voluntária, como pró-chefe. Aí eu comecei a me entrosar, né? Falar, né? Porque eles respeitava o meu limite, né? Se eu quisesse falar, eu falava. Se eu não quisesse falar, eles respeitava. Aí foi aí que fui botando na minha cabeça... sabe de uma coisa? Eu tou sendo é besta. Esse negócio de eu tá com vergonha e medo de falar tá me prejudicando. Eu vou é falar falando certo ou errado. Eu vou falar. (Estamira/FOR, p. 3).

Observa-se, então, que quando há oportunidades e apoio social pode haver o desenvolvimento de um contexto frutífero para o exercitamento da capacidade de agenciamento. Luísa sintetiza a importância das oportunidades ligadas à Educação. Ela fala:

Então, pra mim, o que faltou é não conseguir por falta de dinheiro mesmo, né? E por falta das oportunidades que hoje tem. Hoje, tu pode. Hoje, tem um monte de coisa aí. Tu pode se profissionalizar, tu pode estudar, tipo o Enem. Tu faz o Enem e tu ganha o certificado. Tu vai ter todo o conhecimento se tu fizer tudo direitinho” (Luísa Mahin/POA, p. 5).

A mesma participante comenta em sua trajetória as oportunidades fornecidas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), que foi desenvolvido para contemplar a população mais pobre:

E a gente assim que tem um poder aquisitivo menor, hoje em dia, tá mais fácil, né? Pra tu estudar, tem mais possibilidades. A minha filha, por exemplo, estuda numa escola técnica federal. Faz um curso profissionalizante. [...] Aí eu fiz o EJA do ensino fundamental. Fiz o EJA no ensino médio. Fiz o Enem. Na primeira vez que fiz o Enem, eu passei com média acima da média nacional e consegui a vaga na PUC pra Serviço Social. Assim, quando a gente quer, basta ter a oportunidade. Que faltava é a oportunidade. (Luísa Mahin/POA, p. 2)

Analisa-se, assim, que as oportunidades são consideradas centrais para alcance de determinados fins estipulados como valiosos pelos indivíduos. As políticas públicas de Educação voltadas para a população mais pobre, como o ProUni, o Programa Nacional de Ensino Técnico (Pronatec) e as políticas de cotas sociais e raciais nas universidades públicas, fornecem um novo leque de oportunidades para as pessoas manifestarem suas agências. Estas são consideradas como ações desempenhadas pelos indivíduos de forma reflexiva e comprometida. São atos constituintes da autonomia, fomentando mais dignidade, respeito, reconhecimento positivo e autoconsideração (Pereira, 2007). Analisa-se que esses atos mais autônomos podem funcionar como sedimentação de uma nova trajetória de resistência e de libertação. Esses aspectos mais positivos são apresentados por Dandara quando ela diz:

Eu gosto de números, né? Por isso, to fazendo auxiliar administrativo pelo PRONATEC que dá para trabalhar em outras coisas que pra mim é técnico. Eles vão valorizar você. E já tava me sentindo meio com raiva da cozinha já, porque parecia que não acreditavam no meu potencial. Daí eu comecei a estudar e querer mudar meu caminho fora da cozinha para gastronomia. Daí como eu gosto de números, fui fazer auxiliar administrativo. Também, fiz aquele outro de recepcionista de evento que eu tava (Dandara/POA, p. 4).

A mesma entrevistada fala sobre a importância do Pronatec: “To aproveitando bastante. Não perco mais nenhum curso. Cada vez vou fazer mais cursos. Tem o PRONATEC que os cursos são bem bons. Eles ensinam super bem” (Dandara, p. 9). Evidencia-se que é necessária a existência de políticas públicas eficientes e concretas, pois a realidade passa a ser reconhecida de maneira diferente pela pessoa em situação de pobreza. Quando não havia ações voltadas para este público, o caminho mais comum seria a instalação da síndrome fatalista ou de preferências adaptativas promotoras de atos de resignação e de uma esperança ilusória. O ato de desvelamento da realidade e do lugar do próprio sujeito no contexto social tem que estar amparado por uma realidade

diferenciada, como as fornecidas pelos programas sociais já mencionados. No entanto, caso ocorresse uma maior capacidade de agenciamento e de criticidade do indivíduo, mas não houvesse uma mudança na realidade social, poderia haver um aumento da frustração. Esta fomentaria novos atos de resignação e de adaptação frente à realidade adversa (Pereira, 2007). Essas mudanças na realidade social brasileira também estão presentes nos discursos das pessoas entrevistadas. Outra participante comenta que seu pai melhorou por conta da educação. Ela diz: “Meu pai só ganhava o suficiente para sustentar a família. Hoje, está bem melhor. Evoluiu muito. Ele passou quinze anos trabalhando como pedreiro, vendedor. Ele fazia de tudo. Então, agora, de 10 anos para que ele teve uma vida melhor, porque ele estudou para isso.” (Chico Da Matilde/FOR, p. 1)

Outra participante concebe que há uma diferença extrema na área educacional relacionado ao passado:

É, principalmente, estudar, porque eu tive meu primeiro filho com 18 anos, né? E aí eu não consegui mais estudar, porque aí tem que trabalhar. Daí logo em seguida eu tive outro. E daí a gente precisa trabalhar pra sustentar os filhos. E eu sempre, sempre achei que eu poderia ser mais que aquilo, que eu queria ser mais, mas as oportunidades eram mais difíceis. Eu não tinha tempo pra estudar e também não tinha espaço pra isso, né? É... não tinha essas oportunidades, não tinha oportunidade. A gente antigamente... ou tu fazia o ensino médio, ou se tu quisesse fazer um outro curso, tu tinha que pagar. E eu tinha um monte de filhos, né? (Luísa Mahin/POA, p.2)

Igualmente, percebe-se que há uma melhora nos serviços de saúde e na qualidade de vida dos brasileiros e das brasileiras. A mesma participante comenta:

Sim, várias vezes, queria melhorar alguma coisa. Por exemplo, os meus dentes. Isso é uma coisa que me incomoda e eu nunca tive dinheiro pra arrumar, né? Agora, eu consegui aqui na UFRGS, né? Um tratamento, mas eu queria ter feito isso, antes, né? Então, não fiz por que eu tenho 45 anos, e, quando eu era pequena, dentista era uma coisa que os pais nem ensinavam a gente a escovar os dentes. O dentista servia pra arrancar o dente. É servia pra isso, né? Só pra isso, se tu ia no dentista, era pra arrancar o dente. Hoje em dia, usar aparelho tá na moda, né? Antigamente, era só quem tinha dinheiro e tal. Então, foram coisas que me impediram de ficar melhor comigo, com minha aparência até pra oportunidades melhores. (Luísa Mahin/POA, p. 2).

Também, foi salientada a oportunidade de acessar um trabalho formalizado como essa via de combate à discriminação. Outra participante comenta:

Depois, eu comecei a trabalhar de carteira assinada. Quando assinei minha carteira, eu tinha 24 anos. É 24 anos foi minha primeira assinatura. Não foi mais, foi em 2009. Eu tinha 27 ou era 28, não me lembro. Daí, eu não sofri mais tanta humilhação. Daí, eu fui para uma empresa boa, onde fui valorizada. Comecei lavando louça. Daí, depois fui para auxiliar de cozinha. Depois, eu sei cozinhar bem. Eu fui crescendo. Daí quando vi estava quase chefe de cozinha. (Dandara, p.3).

Dessa maneira, apesar dessas estratégias de resistência, há a necessidade dos indivíduos e dos grupos sociais serem “reconhecidos como agentes, eles podem definir suas prioridades tão quando escolher as melhores maneiras de alcançá-las<sup>28</sup>” (Alkire & Deneulin, 2009, p. 27-28, traduzido). Assim, constrói-se uma nova espiral positiva e de resistência frente à dinâmica de dominação existente.

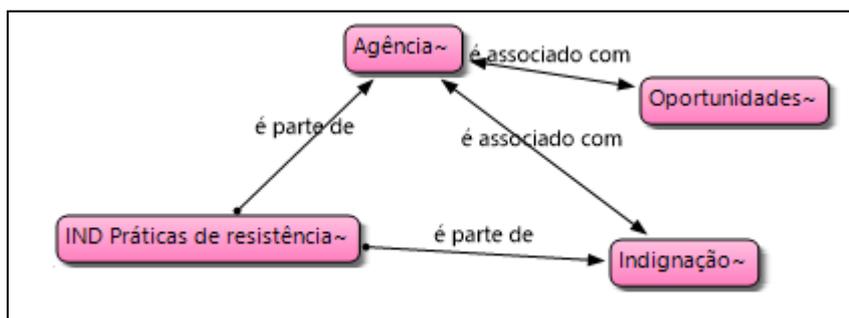


Figura 20. Modelo ilustrativo das práticas de resistência.

Dessa maneira, entende-se que as práticas de resistência funcionam como estratégias de enfrentamento à realidade de desigualdade social e à estigmatização da pobreza. Essas práticas são fomentadas pela indignação perante a reflexão crítica sobre o lugar do indivíduo inserido nessa realidade de dominação. E também estão relacionadas com o fortalecimento da capacidade de agência dos indivíduos. São desenvolvidas ações concretas de superação da situação de pobreza que auxiliam nesse processo de fortalecimento e de agenciamento. No entanto, para essas atitudes dos indivíduos em situação de pobreza existirem de forma permanente é necessário o apoio social e um contexto formado por oportunidades concretas. Com isso, há fatores para fomento de um ciclo positivo e de enfrentamento da pobreza.

### **Reflexões sobre a dinâmica de estigmatização da pobreza**

Como forma de síntese, propõe-se um modelo explicativo para essa dinâmica de estigmatização da pobreza e suas consequências (Figura 21).

<sup>28</sup> “recognized as agents, they can define their priorities as well as choose the best means to achieve them” (Alkire & Deneulin, 2009, p. 27-28)

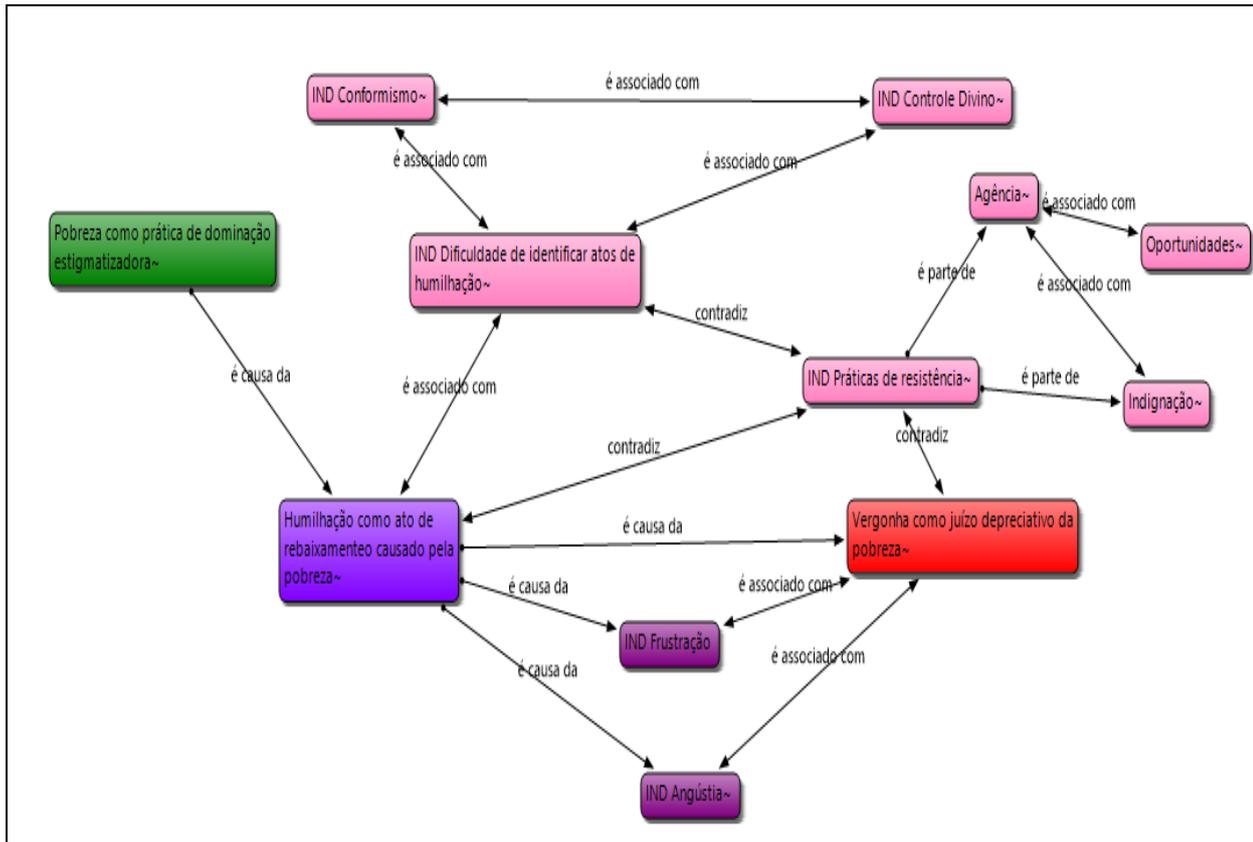


Figura 21. Modelo ilustrativo da dinâmica de estigmatização da pobreza e suas consequências.

Compreende-se que a pobreza é constituída de uma realidade de privação concreta. Geralmente, esse contexto adverso é pautado pelos entrevistados como relacionado à ordem econômica de privação monetária. Enfatiza-se que essa falta de dinheiro também impacta de forma significativa nos funcionamentos e nas possibilidades identitárias dos indivíduos pobres. E igualmente se compreende que há a expansão dessa realidade de privação monetária para outros âmbitos do desenvolvimento humano. Portanto, entende-se que há uma realidade concreta de pobreza, afetando as liberdades e a capacidade de agência do indivíduo. Aponta-se que essa situação de pobreza torna-se ainda mais grave, porque incide nesse contexto uma séria de representações e símbolos voltados para a estigmatização do indivíduo pobre.

Dessa maneira, há um movimento de estigmatização da pobreza que fomenta práticas de humilhação. Estrutura-se, assim, uma sociedade baseada em pilares de injustiça e de relações hierarquizadas de forma dominante. Essa constituição social funciona como alicerce para o exercício de atitudes de humilhação contra as pessoas

mais pobres. Esses indivíduos, além de viverem uma situação de privação monetária e multidimensional, também são alvos de práticas de humilhação e de culpabilização pela sua situação. Essas práticas podem ter diferentes repercussões no público pobre.

Esses atos podem gerar sentimentos de vergonha relacionados à pobreza, angústia, sofrimento e frustração. Esse processo está balizado por estratégias de enfraquecimento e desagenciamento das pessoas. Compreende-se que esses sentimentos fazem parte de uma estratégia de abafamento de um potencial revolucionário e transformador presente nas situações de dominação e de sofrimento. Resultado desse processo de enfraquecimento da agência e da capacidade de mobilização é a instalação de atitudes de conformismo e de explicações sobre o cotidiano pautadas no controle divino. Assim, passa-se a não perceber as práticas de humilhação e as situações de adversidades como problemáticas. Anula-se a reflexão crítica sobre a realidade e sobre si mesmo. Entende-se esse processo como baseado no desenvolvimento da síndrome fatalista que também pode ser entendida como uma via adaptativa frente à realidade de privação. Neste caso, a vergonha e humilhação não são mais sentidas. Há somente a vivência homeostática em que o incômodo e o questionamento não estão mais presentes.

É importante salientar que os sentimentos de vergonha podem ser auxiliares das práticas de resistência, porque ainda há um incômodo presente no indivíduo. Então, as práticas de resistência vem a contrapor atitudes de conformismo e de adaptação, funcionando como uma estratégia de enfrentamento a uma realidade desigual de dominação. Dessa maneira, o indivíduo questiona a existência de atos de humilhação e o reconhecimento depreciativo da pobreza. Concebe-se que há uma potência para transformação social desencadeada pelo próprio sujeito em situação de pobreza. São capacitações baseadas no fortalecimento da agência, ou seja, no exercício de ações. No entanto, pontua-se que é necessário também um contexto minimamente propício com a existência de oportunidades para serem alcançadas pelos indivíduos pobres. Caso esse contexto seja inexistente ou não apoiador desses movimentos de resistência, pode haver um processo de enfraquecimento dessas potencialidades e retorno ao ciclo viciosos da pobreza e do isolamento social.

### **Considerações Finais**

Conclui-se que a realidade de pobreza é bem mais perversa para os mais pobres. Além da privação monetária e multidimensional, incidem estratégias de estigmatização

em diferentes níveis. No âmbito societal, há símbolos e representações que constroem uma identidade social de pobre estigmatizada e depreciativa. Esse contexto fornece insumos para a existência de práticas de humilhação que inferiorizam o indivíduo em situação de pobreza. Como consequência, há um processo pessoal de autodepreciação a partir dos sentimentos de vergonha. Igualmente, pode também ocorrer um processo de conformismo e adaptação a essa realidade. No entanto, é importante também evidenciar que há a existência de práticas de resistência. A própria vergonha e a humilhação podem auxiliar no fomento de movimentos de crítica e de enfrentamento a essa realidade de privação.

Para o fortalecimento desses movimentos de resistência, também é necessária a existência de oportunidades concretas para auxiliar nesse processo de enfrentamento à realidade adversa de pobreza. Pontua-se que sociedade brasileira também passa por um processo de mudanças estruturais, pois finalmente as pessoas em situação de pobreza têm essas possibilidades concretas de mudança social. Há políticas públicas voltadas estritamente para as pessoas em situação de pobreza, como as cotas sociais e raciais e os programas de fomento do Ensino Superior e Técnico para a população mais pobre. Porém é importante também evidenciar que é vivido um período de transição, pois igualmente há o recrudescimento de perspectivas de reconhecimento depreciativo da pobreza, fomentando a existência de ações discriminatórias contra o público mais pobre. Apesar disso, aponta-se que há percepções críticas manifestadas pelas pessoas em situação de pobreza sobre essas representações estigmatizadas, questionando a ordem vigente e podendo funcionar como centelha na construção de uma sociedade brasileira mais justa.

## CAPÍTULO 6

### Considerações Finais

Foram realizados diferentes âmbitos de análise para identificar as principais relações entre a pobreza e dimensões psicossociais analisadas nesta tese. Dessa maneira, foi desenvolvida tanto uma incursão teórica das principais produções que focavam nas relações entre a pobreza e bem estar, como também estudos quantitativos e qualitativos abordando diferentes facetas dessa imbricação a partir das categorias vergonha, humilhação e senso de comunidade. Igualmente, aponta-se que a estratégia de estruturação da tese em quatro estudos foi adequada principalmente em virtude da forma como eles foram organizados.

Portanto, iniciar o trabalho com a investigação do estado da arte da literatura sobre pobreza e bem estar subjetivo funcionou para a compreensão de um panorama complexo e diverso sobre essa relação. Assim, foi imprescindível o entendimento dos paradoxos existentes, como o Paradoxo de Estearlin e o Paradoxo dos Camponeses felizes e dos Milionários miseravelmente infelizes. Essa complexidade de apontamentos analíticos era explicitada por questões vinculadas a aspectos pessoais, à comparabilidade social vinculada ao contexto e a estratégias de adaptação frente à realidade de pobreza. Essa diversidade de explicações sobre a relação entre pobreza e bem estar também se tornou evidente nos estudos empíricos desenvolvidos ao longo da tese.

Nas produções encontradas nesse primeiro artigo, nota-se geralmente a utilização de uma abordagem monetária da pobreza. Esta pode ser mensurada somente pela renda, como também foram identificadas formas de medição amparadas por aspectos subjetivos. Esses últimos delineamentos geralmente se baseiam em estratégias de comparação social dos indivíduos. Além disso, quando os artigos estão baseados em uma perspectiva multidimensional, a pobreza passa a ser entendida a partir de fatores vinculados à vulnerabilidade social, à deficiência da mobilidade urbana e ao paramento de baixos índices de bem estar subjetivo significando uma situação de pobreza.

Sobre aspectos vinculados ao bem estar, os artigos conceituam usualmente este conceito de uma maneira vaga, sendo a fundamentação teórica do bem estar subjetivo de Diener (1985) mais comum entre as produções. No entanto, também foi encontrada uma profusão de conceitos que geralmente não possuem uma perspectiva psicométrica

de mensuração estabelecida. Portanto, há a possibilidade de apontar a necessidade de mais estudos com foco na perspectiva multidimensional da pobreza, como igualmente a necessidade de embasar a conceituação de bem estar na perspectiva hedônica de Cummins et al. (2003b). Essa vertente de compreensão do bem estar está mais vinculada a questões concretas em diversos âmbitos, podendo ser uma importante ferramenta de compreensão das pessoas que estão em situação de pobreza.

Por isso, o segundo estudo sobre os impactos das diferentes formas de mensuração da pobreza no Bem Estar Pessoal (BEP) é parte dessa estratégia de legitimação de um conhecimento baseado na Abordagem das Capacitações e do Bem Estar Pessoal. Assim, referendava-se a elaboração do Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM) como uma boa estratégia de identificação dos impactos mais sensíveis da pobreza no bem estar pessoal do indivíduo pobre. Igualmente, a utilização do BEP como escala voltada para âmbitos concretos da vida facilitou a identificação de diferenças importantes a partir da comparação das díspares intensidades de pobreza e dos contextos regionais específicos.

Evidencia-se que houve diferenças regionais interessantes, mas é grave verificar que, independente, da forma de mensuração e do contexto estadual comparado, a variável com menor índice de satisfação é relacionada à segurança pessoal. É evidente que o extermínio da juventude pobre e negra nas periferias brasileiras pode estar relacionado com esse último resultado de um dos âmbitos do Bem Estar Pessoal. De acordo com Waiselfisz (2015), 53,4% dos homicídios que ocorrem no Brasil têm como público a população jovem, sendo em sua maioria jovens negros e em situação de pobreza. Essas taxas alarmantes provavelmente afetam o âmbito da segurança pessoal no Índice de Bem Estar Pessoal. Além disso, entende-se que a violência é uma das dimensões perdidas que estão significativamente relacionadas à situação de pobreza, mas que normalmente não são analisadas, nem mensuradas (Diprose, 2007).

Apesar desse grave resultado, também se observa que há práticas de resistência na população pobre. Utilizando os grupos de diferentes intensidades da pobreza a partir do IMPM, observa-se que o item com mais elevada satisfação nos dois estados na população em situação de pobreza era aquele referente às relações pessoais. Dessa maneira, compreende-se que a sociabilidade pode estar sendo mais efetiva nas pessoas em situação de pobreza. A comunidade, então, pode ser o espaço de movimentos coletivos de solidariedade e de enfrentamento da situação de pobreza. Igualmente, essas relações interpessoais podem constituir uma proposta de bem estar mais abrangente que

levem em conta o aspecto pessoal, mas também o social e o comunitário (Sarriera, 2015).

Este último resultado sobre os altos índices do âmbito das relações pessoais nas pessoas em situação de pobreza do segundo estudo também está presente nas análises da Modelagem de Equações Estruturais do terceiro estudo. Foi interessante observar que o público com uma maior intensidade de pobreza tinha o fator relações comunitárias com os vizinhos como um elevado preditor do BEP. Deve-se mencionar que esse nível de predição é três vezes maior que do grupo com baixa intensidade de pobreza. Portanto, aponta-se de forma ainda mais veemente a centralidade da rede de sociabilidade e de apoio social presente no cotidiano das pessoas em situação de pobreza. Sobre este terceiro estudo, também é importante mencionar que a dinâmica do isolamento social ocasionado pela pobreza é real e opressora. As práticas de humilhação são base desse processo de enfraquecimento das potencialidades e das ações de agenciamento, sendo a vergonha o fator distanciador das relações comunitárias e do sentimento positivo com a comunidade. E a partir da relação das categorias vergonha e humilhação incidindo de forma prejudicial sobre o senso de comunidade, há um impacto negativo no Bem Estar Pessoal dos indivíduos mais pobres.

Assim, para entender de forma mais detalhada essa dinâmica de dominação, o quarto estudo, de base qualitativa, fornece a compreensão da pobreza como constituída de práticas de opressão que tem como objetivo enfraquecer os mais pobres, estigmatizando-os, humilhando-os e cultivando sentimentos de vergonha por sua situação. Dessa maneira, entende-se que essas práticas sociais opressoras de discriminação da pobreza tem uma base social, mas atuam em um nível psicológico, aprisionando o indivíduo em situação de pobreza em uma espiral de autodepreciação e enfraquecimento. Igualmente, concebe-se que o conformismo e a responsabilização divina, por mais que sejam compreendidos como reação a uma realidade desigual, também atuam em uma perspectiva de reprodução do *status quo* e de enfraquecimento da capacidade de agência do indivíduo. No entanto, também se percebe que há movimentos de resistência baseados em uma compreensão crítica da realidade.

É surpreendente analisar que os sentimentos de vergonha e de humilhação também podem ser eliciadores desses processos de resistência, porque eles demonstram que o indivíduo pode estar em um movimento de incômodo e de questionamento desses valores opressores. Portanto, podem haver centelhas de enfrentamento por meio da indignação e do exercício de atitudes de agenciamento com foco na superação da

situação de pobreza. Porém é importante salientar que também deve haver um contexto minimamente propício para apoio a esses processos de enfrentamento, porque são imprescindíveis a existência constante e concreta das oportunidades e do apoio social de outros indivíduos para uma canalização efetiva desses atos de libertação.

Por isso, as políticas públicas voltadas ao público em situação de pobreza são importantes ferramentas de fornecimento de novas possibilidades de existência. Elas funcionam em uma perspectiva simbólica e pragmática. Esta última ocorre, porque há o surgimento de oportunidades reais de mudança de vida com programas de transferência de renda, de acesso ao ensino técnico e superior e melhora nos serviços de saúde. A dimensão simbólica está baseada na possibilidade de compreensão diferenciada da realidade como sendo constituída de oportunidades que antes não eram encontradas de maneira usual. Assim, a pessoa em situação de pobreza tem um novo paradigma de realidade que está fincado em oportunidades possíveis e reais para enfrentamento da situação de pobreza e para fomento da sua capacidade de agência e de questionamento à realidade de dominação.

No entanto, apesar desses importantes apontamentos, também se compreende como uma limitação deste estudo a não utilização de escalas criadas especificamente para a população pobre. Esse entrave está no âmago da própria Ciência Psicológica brasileira, que não tem a pobreza como temática central nas pesquisas desenvolvidas no Brasil (Dantas, Oliveira & Yamamoto, 2010). Por conta desse contexto, foram utilizadas escalas que são usualmente utilizadas em investigações gerais, mas que não estão diretamente relacionadas à situação de pobreza. Por exemplo, as escalas de Tendência à Vergonha e Humilhação Interna estavam voltadas para esses dois sentimentos de forma ampla, não necessariamente indicando que a pessoa sentia-se envergonhada ou humilhada por conta da pobreza. Apesar disso, a comparação a partir de grupos com pessoas com mais e menos intensidade de pobreza multidimensional funcionou como indicativo de como esses sentimentos estavam relacionados a esse fenômeno. No entanto, é apontada a necessidade de desenvolvimento de instrumentos psicométricos voltados à realidade de pobreza e de privação para a população brasileira, como forma de melhor entendimento sobre essa realidade de privação.

Outra dívida dessa tese foi a não realização de uma pesquisa de caráter colaborativo, porque, de acordo com Comim (2008), a operacionalização de um instrumento fundamentado na Abordagem das Capacitações adquire maior validade ecológica quando é elaborado junto com as pessoas em situação de pobreza. Assim, é

interessante selecionar os funcionamentos que indicam uma situação de privação a partir da avaliação dos indivíduos inseridos na realidade cotidiana de pobreza. Uma das estratégias já utilizadas por outros estudos pode ser a realização de uma pesquisa qualitativa inicial sobre a compreensão do que seria uma vida digna. Em seguida, a partir desses resultados, desenvolver um instrumento a partir da síntese dessa primeira fase da pesquisa, como ocorreu na pesquisa realizada por Rojas (2011). Essa proposta colaborativa também comunga com a atuação da Pesquisa Ação Participante que posiciona os participantes dos estudos como centrais, funcionando igualmente como uma possibilidade de intervenção no cotidiano das pessoas. Igualmente, assume um caráter horizontalizado em que as relações entre agente externo e interno são baseadas na promoção do fortalecimento, da criticidade e da conscientização (Montero, 2006).

Entende-se igualmente como uma limitação o delineamento transversal de pesquisa. Compreende-se que o fenômeno da pobreza é dinâmico, sendo igualmente entendido como constituído por diversos grupos. Há pobres transitórios que estão em situação de pobreza por um curto período de tempo. Igualmente, pobres crônicos que estão em situação de pobreza de forma mais constante (Feres & Villatoro, 2013). No entanto, é premente analisar esses dois tipos de pobreza de formas específicas, pois certamente são grupamentos com características ímpares. Dessa maneira, as estratégias de atuação das políticas voltadas para essa população deveriam ser realizadas de forma singular. No entanto, somente é possível identificar esses grupamentos a partir de pesquisas de caráter longitudinal.

Este tipo de investigação também auxiliaria na compreensão mais refinada das preferências adaptativas. O estudo longitudinal propiciaria a diferenciação de quais seriam as preferências ligadas a uma postura autônoma; e quais preferências são constituídas por conta de comportamentos de resignação e acomodação perante a realidade adversa. A partir da dimensão temporal, pode-se avaliar o leque de preferências do indivíduo, podendo compará-las e analisá-las de forma sistemática (Teschl & Comim, 2005). Podem-se identificar, dessa maneira, quais preferências seriam consideradas adaptativas. Além disso, o melhor entendimento dessas preferências auxiliaria no desenvolvimento de políticas públicas para pessoas em situação de pobreza. É comum a existência de baixos índices de adesão em programas governamentais. Concebe-se que uma das possíveis causas da baixa participação de cidadãos em políticas públicas refere-se à prevalência dessas preferências adaptativas (Pereira, 2007).

Conclui-se que as considerações desta tese sejam ampliadas, difundidas e debatidas com fins de modificar uma realidade social de dominação, de sofrimento e de privação. Essas pesquisas foram desenvolvidas com o objetivo único de fomentar e de construir conhecimento em prol das transformações positivas das situações degradantes provenientes da pobreza. Igualmente, almeja-se auxiliar nas políticas públicas e no debate público sobre as artimanhas opressoras e discriminatórias que estão contidas neste fenômeno. Deve-se entender que a pobreza e sua estigmatização funcionam como uma estratégia de manutenção da desigualdade social e nunca se deve apontar a pessoa pobre como culpada pela sua situação. A Ciência Psicológica não pode ser usada como mecanismo de reprodução de uma realidade de desigualdade social e dominação, devendo ter seu processo de produção de conhecimento e de desenvolvimento de intervenções com foco libertador desses estratagemas dominantes. É obrigação de o Estado continuar criando políticas cada vez mais especializadas para contemplar a diversidade do público pobre, colocando esses homens e essas mulheres como centrais na definição, na implementação e no desenvolvimento dessas ações, pois o desenvolvimento de uma sociedade justa e ética somente ocorrerá com oportunidades realmente iguais para todos e para todas

## REFERÊNCIAS

- Accorssi, A. (2011). *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.
- Alencar, H. M., & La Taille, Y. (2007). Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 217-231.
- Alesina, A., Di Tella, R., & Macculoch, R. (2004). Inequality and Happiness: are Europeans and Americans different? *Journal of Public Economics*, 88, 2009-2042.
- Alkire, S. (2007). *The Missing Dimensions of Poverty Data: An Introduction*. OPHI Working paper nº 00. Oxford Poverty & Human Development Initiative, OPHI, 2007. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-0/>>. Acessoem: 16 set 2011.
- Alkire, S. (2008). *Concepts and Measures of Agency*. Oxford Poverty & Human Development Initiative, Working Paper 09, OPHI, 2008. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-09/>>. Acessoem: 16 set 2011.
- Alkire, S., & Deneulin, S. (2009). The Human Development and Capability Approach. In: Deneulin, S., & Shahani, L. *An introduction to the Human Development and Capability Approach*. (114-150). London: Earthscan.
- Amaro, J. P. (2007). Sentimento psicológico de comunidade: Uma revisão. *Análise Psicológica*, XXV(1), 25-33.
- Andrade, M. R. (2011). *A concepção de pobreza através das diferentes abordagens avaliatórias de bem-estar e sua implicação para elaboração de políticas públicas*. Trabalho de Conclusão de Curso de Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Appio, L., Chambers, D.A., & Mao, S. (2013). Listening to the Voices of the Poor and Disrupting the Silence About Class Issues in Psychotherapy. *Journal of Clinical Psychology*, 69(2), 152–161.

- Asadullah, M. N., & Chaudhury, N. (2012). Subjective well-being and relative poverty in rural Bangladesh, *Journal of Economic Psychology*, 33, 940–950.
- Avila, R. P., Bagolin, I. P., & Comin, F. V. (2012). Heterogeneidade individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre – RS. *Revista Economia*, 13(2), 447-463.
- Bagolin, I. P., & Comim, F. V. (2008). Human Development Index (HDI) and its family of indexes: an evolving critical review. *Revista de Economia*, 34(2), 7-28.
- Bagolin, I. P., Souza, O. T., & Comim, F. V. (2012). Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Economia e Sociedade*, 21(2), 387-408.
- Bagolin, I. P. (2014). Como vivem os Brasileiros que “saíram” da pobreza? *Boletim de Pesquisa Interfaces*, 1(3), 1-4.
- Barker, C; N. Pistrang, N., & Elliot, R. (1994). *Research Methods in Clinical and Counseling Psychology*. London: Willey.
- Barrientos, A., & Mase, J. (2012). Poverty Transitions among Older Households in Brazil and South Africa, *European Journal of Development Research*, 24(4), 570–588.
- Bieńkuńska, A., & Sobestjański, K. (2015). Avaliação da Pobreza na Polônia, *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate*, 21(1), 180-199.
- Biswas-Diener, R., & Diener, E. (2006). The subjective wellbeing of the homeless and lessons for happiness. *Social Indicators Research*, 76, 185–205.
- Biswas-Diener, R., Vittersø, J., & Diener, E. (2005). Most people are pretty happy, but there is cultural variation: The Inughuit, The Amish, and The Maasai. *Journal of Happiness Studies*, 6, 205–226.
- Blanco, A., & Valera, S. (2007). *Los fundamentos de la intervención psicosocial*. In: Amalio, B., & Rodríguez. J. *Intervención Psicosocial*. Madrid: MacGrawHill.
- Boes, S., Staub, K., & Winkelmann, R. (2010). Relative status and satisfaction. *Economics Letters*, 109, 168–170.
- Brasil. (2005). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2010). *Norma Operacional Básica SUAS – NOB SUAS: aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais*. Minuta Consulta Pública. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

- Brasil, Governo da República Federativa do Brasil. (2014). *Decreto nº 8.232*, de 30 de abril de 2014. Recuperado em 05 de abril de 2014, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm)
- Bruggemann, O. M., & Parpinelli, M. A. (2008). Utilizando as abordagens qualitativas e quantitativas na produção do conhecimento. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 42(3), 563-568.
- Bruner, J. (1997). *Atos de Significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Câmara, S. G. (2008). Compromisso, participação, poder e fortalecimento comunitário: À procura de um lugar no mundo. In M. Dimenstein (Eds.). *Psicologia Social Comunitária: Aportes teóricos e metodológicos*. (pp. 43-58). Natal: EDUFRN.
- Campello, T., & Mello, J. (2014). O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil Sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: Campello, T., Falcão, T., & Costa, P. V. *O Brasil sem Miséria*. (pp. 33-66). MDS: Brasília.
- Campello, T. (2015). *Informação é a melhor forma de enfrentar o preconceito*, Sul21, Recuperado em 02 fev 2015, em <http://www.sul21.com.br/jornal/informacao-e-a-melhor-arma-para-enfrentar-o-preconceito-diz-tereza-campello/>
- Casas, F. (2010). El bienestar personal: Su investigación en la infancia y la adolescencia. *Encuentros en Psicología Social*, 5(1), 85–101.
- Casas, F. (2011). Social Indicators and Child and Adolescent Well-being. *Child Indicators Research*, 4,555–575.
- Casas, F., Sarriera, J. C., Abs, D., Coenders, G., Alfaro, J., Saforcada, E., & Tonon, G. (2011). Subjective Indicators of Personal Well-Being among Adolescents. Performance and Results for Different Scales in Latin-Language Speaking Countries: A Contribution to the International Debate. *Child Indicators Research*, 5, 1-28.
- Casas, F., Fernández-Artamendi, S., Montserrat, C, Bravo, A., Bertrán, I., & Valle, J. F. (2013). El bienestar subjetivo en la adolescencia: Estudio comparativo de dos Comunidades Autónomas en España. *Anales de Psicología*, 29(1), 148-158.
- Castro, J. (2001). *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chavis, D., Hogge, J., McMillan, D., & Wandersman, A. (1986). Sense of community through Brunswick's Lens: A first look. *Journal of Community Psychology*, 14, 24-40.

- Chiappero-Martinetti, E. (2000). A multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach. *Rivista Internazionale di Scienze Sociali*, 2, 207-239.
- Chiappero-Martinetti, E., & Moroni, S. (2007). An analytical framework for conceptualizing and re-examining the capability approach. *The Journal of Socio-Economics*, 26, 360–375.
- Chizzotti, A. (2006). *A pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Ciampa, A. C. (1977). *A identidade social e suas relações com a ideologia*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ciampa, A. C. (1984). Identidade. In: Lane, T.M.S., & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. 1.R ed. (pp. 58-75). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (1987). *A Estória do Severino e a História da Severina*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- Cidade, E. C., Moura Jr., J.F., & Ximenes, V.M. (2012). Implicações Psicológicas da Pobreza na Vida do povo Latino-Americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 58-75.
- Clark, A., Frijters, P., & Shields, M. (2008). Relative income, happiness, and utility: An explanation for the Easterlin paradox and other puzzles. *Journal of Economic Literature*, 46(1), 95–144.
- Codo, W. (1984). O fazer e a consciência. In Lane, T.M.S.; Codo, W. (Orgs). *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. 1. ed. (pp. 48-57). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Cohen, A. G. (1996). Igualdad de qué? Sobre el bienestar, los bienes y las capacidades. In Nussbaum, M. C., Sen, A. (orgs.). *La calidad de vida*. (pp. 27-53). México: FCE.
- Comim, F. (2005). Capabilities and Happiness: Potential Synergies. *Review of Social Economy*, 63(2), 161-176.
- Comim, F. V. (2008). Operationalizing Sen's Capability Approach. In: Comim, F. V., Qizilbash, M., & Alkire, S. *The Capability Approach: Concepts, Measures and Applications*. New York: Cambridge Press.

- Comim, F., & Amaral, P. V. (2013). The Human Values Index: conceptual foundations and evidence from Brazil Cambridge. *Journal of Economics*, 37, 1221–1241.
- Comim, F. V., & Bagolin, I. P. (2002). Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, 23, 467-490
- Comim, F. V., Bagolin, I. P., Porto Junior, S. S., Bender Filho, R., Avila, R. P., & Picolotto, V. (2007). *Indicadores de Pobreza Multidimensional e Pobreza Extrema para Porto Alegre*. 1. ed. Porto Alegre: REDE URB-AL.
- Comşa, M. (2010). How to Compare Means of Latent Variables across Countries and Waves: Testing for Invariance Measurement. An Application Using Eastern European Societies. *Sociológica*, 42(6), 639-669.
- Copestake, J., & Camfield, L. (2010). Measuring Multidimensional Aspiration Gaps: A Means to Understanding Cultural Aspects of Poverty. *Development Policy Review*, 28(5), 617-633.
- Cox, K. (2012). Happiness and Unhappiness in the Developing World: Life Satisfaction Among Sex Workers, Dump-Dwellers, Urban Poor, and Rural Peasants in Nicaragua. *Journal of the Happiness Studies*, 13, 103–128.
- Cramm, J.M., Moller, V., & Nieboer, A.P. (2010). Improving Subjective Well-being of the Poor in the Eastern Cape. *Journal Health Psychology*, 15(7) 1012–1019.
- Cramm, J. M., Moller, V., & Nieboer, A. P. (2012). Individual- and Neighbourhood-Level Indicators of Subjective Well-Being in a Small and Poor Eastern Cape Township: The Effect of Health, Social Capital, Marital Status, and Income. *Social Indicators Research*, 105, 581-593.
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks: Sage.
- Chronic Poverty Research Centre. (2009). *The Chronic Poverty Report 2008-09: Escaping Poverty Traps*. Recuperado em 20 fev 2015, em [http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication\\_files/CPR2\\_ReportFull.pdf](http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/CPR2_ReportFull.pdf).
- Cruz-Ramos, S., & Cruz-Valdivieso, S. (2011). Giving voice to the voiceless: Collaborative inquiry in poor communities of México city. *Journal of Psychology and Theology*, 39(3), 222-232.
- Cummins, R. A. (2000). Personal income and subjective well-being: A review. *Social Indicators Research*, 52, 55–72.

- Cummins, R. A., & Nistico, H. (2002). Maintaining life satisfaction: The role of cognitive bias. *Journal of Happiness Studies*, 3, 37–69. doi:10.1023/A:1015678915305.
- Cummins, R.A., Eckersley, R., Pallant, J., Van Vugt, J., & Misajon, R. (2003a). Developing a national index of subjective well-being: The Australian Unity Wellbeing Index. *Social Indicators Research*, 64, 159- 190. Recuperado de: <http://www.deakin.edu.au/research/acqol/instruments/wellbeingindex/publications.php>
- Cummins, R. A., Eckersley, R., Lo, S. K., Okerstrom, E., Hunter, B., & Davern, M. (2003b). *Australian unity wellbeing index: Cumulative psychometric record*. Report 9.0. Australian Centre on quality of life. [http://www.deakin.edu.au/research/acqol/instruments/PWI/Cumulative Psychometric Record Australian data.doc](http://www.deakin.edu.au/research/acqol/instruments/PWI/Cumulative_Psychometric_Record_Australian_data.doc).
- Currie, G., Richardson, T., Smyth, P., Vella-Brodick, D., Hine, J., Lucas, K., Stanly, J., Morris, J., Jinner, R., & Stanley, J. (2010) Investigating links between transport disadvantage, social exclusion and well-being in Melbourne e Updated results. *Research in Transportation Economics*, 29, 287-295.
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: Produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.
- Damásio, B. F., & Koller, S. H. (2014). Complex Experiences of Meaning in Life: Individual Differences Among Sociodemographic Variables, Sources of Meaning and Psychological Functioning. *Social Indicators Research*, 118(1), 1-12.
- Damásio, B.F. (2013). Contribuições da Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFCMG) na avaliação de invariância de instrumentos psicométricos. *Psico-USF*, 18(2), 211-220.
- Díaz, D., Rodríguez-Carvajal, R., Blanco, A., Moreno-Jiménez, B., Gallardo, I., Valle, C., & Van Dierendonck, D. (2006). Adaptación española de las escalas de bienestar psicológico. *Psicothema*, 18, 572-577
- Diener, E. (1984). Subjective well being. *Psychological Bulletin*, 95, 542–575.
- Diener, E. (2012). New findings and future directions for subjective well-being research, *American Psychologist*, 67(8), 590-597.

- Diener, E., Snadvik, E., Seidlitz, L. & Diener, M. (1992). The relationship between income and subjective wellbeing: relative or absolute? *Social Indicators Research*, 28, 195-223.
- Diener, E., & Biswas-Diener, R. (2002). Will money increase subjective well-being? *Social Indicators Research*, 57, 119–169.
- Diener, E., Ng, W., Harter, J., & Arora, R. (2010). Wealth and happiness across the world: Material prosperity predicts life evaluations, while psychosocial prosperity predicts positive feeling. *Journal of Personality and Social Psychology*, 99(1), 52–61.
- Diener, E., Sandvik, E., Seidlitz, L., & Diener, M. (1993). The relationship between income and subjective wellbeing: Relative or absolute? *Social Indicators Research*, 28, 195–223.
- Diener, E., Suh, E., Lucas, R., & Smith, H. (1999). Subjective Well-Being: Three Decades of Progress. *Psychological Bulletin*, 125(2), 276-302.
- Diener, E., Emmons, R., Larsen, J., & Griffin, S. (1985). The Satisfaction With Life Scale. *Journal of Personality Assessment*, 49(1), 71-75.
- Diener, E., Suh, E., Lucas, R., & Smith, H. (1999). Subjective Well-Being: Three Decades of Progress. *Psychological Bulletin*, 125(2), 276-302.
- Diprose, R. (2007). *A proposal for internationally comparable indicators of violence, Missing Dimensions of the poverty*. Oxford Poverty & Human Development Initiative, OPHI. Recuperado em 16 de setembro, 2011, de [http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI\\_wp01.pdf?39db4d](http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI_wp01.pdf?39db4d)
- Distante, R. (2013). Subjective Well-Being, Income and Relative Concerns in the UK. *Social Indicators Research*, 22(1), 35–44.
- Easterlin R. A. (1974). Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. In: P. A. David & M. W. Reder (Eds.). *Nations and households in economic growth: Essays in honor of Moses Abramowitz*. New York and London: Academic Press.
- Easterlin, R. A. (1995). Will raising the incomes of all increase the happiness of all? *Journal of Economic Behavior and Organization*, 27, 35–47.
- Easterlin, R. A. (2000). Income and happiness: Towards a unified theory. *Economic Journal*, 111(473), 465–484.
- Easterlin, R. A. (2001). Income and happiness: Towards a unified theory. *The Economic Journal*, 111, 465–484.

- Elliott, S., Powell, R., & Brenton, J. (2013). Being a Good Mom: Low-Income, Black Single Mothers Negotiate Intensive Mothering. *Journal of Family Issues*, 20(10), 1-20.
- Fabrini, F. (2011). Área Brasil reduz desnutrição infantil e atinge meta da ONU. O Globo. Recuperado em 12 outubro 2014, de <http://oglobo.globo.com/politica/brasil-reduz-desnutricao-infantil-atinge-meta-da-onu-2910707#ixzz3I2X7JuJ8>
- FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2014). *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*. Recuperado em 24 de setembro 2014, de [https://www.fao.org.br/download/SOFI4\\_Brasil.pdf](https://www.fao.org.br/download/SOFI4_Brasil.pdf).
- Fenge, L., Hean, S., Worswick, L., Wikison, C., Fearnley, S., & Ersser, S. (2012). The impact of the economic recession on well-being and quality of life of older people. *Health and Social Care in the Community*, 20(6), 617–624. doi: 10.1111/j.1365-2524.2012.01077.x
- Feres, J. C., & Villatoro, P. (2013). A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, 15, 10-87.
- Ferguson, T. J., & Crowley, S. L. (1997). ‘Measure for Measure: A Multitrait-Multimethod Analysis of Guilt and Shame’. *Journal of Personality Assessment*, 69(2), 425-41.
- Fernández-Ríos, L., & Buela-Casal, G. (2009). Standards for the preparation and writing of Psychology review articles. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 9(2), 329-344.
- Flick, U. (2002). Entrevista episódica. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 114-136). Petrópolis: Vozes.
- Flick, U. (2009a). *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, Artmed.
- Flick, U. (2009b). *Qualidade na Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, Artmed.
- Fowler Jr., F. J. (2011). *Pesquisa de levantamento*. Penso: Porto Alegre.
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido*. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. (1ª ed.). São Paulo: Cortez & Moraes.

- Gasparini, L., Sosa Escudero, W., Marchionni, M., & Olivieri, S. (2008). *Income, deprivation, and perceptions in Latin America and the Caribbean: New evidence from the Gallup World Poll*. CEDLAS, Universidad Nacional de La Plata.
- Galinha, I. & Ribeiro, J. L. P. (2005). História e Evolução do Conceito de Bem Estar Subjetivo. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 6(2), 203-214.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de Dados qualitativos*. Porto Alegre: ArtMed.
- Goffman, E. (2008) *Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Góis, C. W. L. (2008). *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Góis, C.W.L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Gonçalves Neto, J. U., & Lima, A. F. de. (2010). Reconhecimento Social, Identidade e Linguagem: Primeiros Fragmentos de uma Pesquisa s Sobre Perspectivas Teóricas Atuais no Contexto da Psicologia Social. *Revista Psicologia e Saúde*, 2(1),90-97.
- Gosh, S. (2013). Citizenship in Practice: Poverty Reduction and Self-Help Groups, *Journal of Asian and African Studies*, 1, 0-15.
- Graham, C., & Felton, A. (2006). Inequality and happiness: Insights from Latin America. *Journal of Economic Inequality*, 4, 107-122.
- Graham, C. (2009). *Happiness around the world: The paradox of happy peasants and miserable millionaires*. Oxford: Oxford University Press.
- Grech, S. (2009). Disability, poverty and development: critical reflections on the majority world debate. *Disability & Society*, 24(6), 771-784.
- Guardiola, J., Gonzalez-Gomez, F., Garcia-Rubio, M. A., & Lendechy-Grajales, A. (2012). Does higher income equal higher levels of happiness in every society? The case of the Mayan people. *International Journal of Social Welfare*, 22(1), 35-44.
- Guareschi, N. M. F., Oliveira, F. P., Giannechini, L. G. Comunello, L. N., Nardini, M., & Pacheco, M. L. (2003). Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 45-53.
- Hair, J.F., Black, W.C. , Babin, B. J., Anderson, R.E. & Tatham, R.L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.

- Harkot-De-La-Taille, E. (1999). *Ensaio Semiótico sobre a vergonha*. São Paulo: Humanitas.
- Harré, R. (1998). *The singular Self*. London: Sage.
- Hartling, L. M., & Luchetta, T. (1999) 'Humiliation: Assessing the Impact of Derision, Degradation, and Debasement'. *The Journal Primary Prevention*, 19(4): 259-78.
- Heim, D., Hunter, S. C., & Jones, R. (2011). Perceived Discrimination, Identification, Social Capital, and Well-Being: Relationships With Physical Health and Psychological Distress in a U.K. Minority Ethnic Community Sample. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42(7), 1145–1164.
- Hochman, O., & Skopeck, N. (2013). The impact of wealth on subjective well-being: A comparison of three welfare-state regimes. *Research in Social Stratification and Mobility*, 34, 127–141. DOI: 10.1016/j.rssm.2013.07.003
- Howell, R. T., & Howell, C. J. (2008). The relation of economic status to subjective well-being in developing countries: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 134(4), 536–560.
- Huebner, E.S. (2004). Research on assessment of life satisfaction of children and adolescents. *Social Indicators Research*, 66, 3–33.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). *Censo Demográfico 2010*. Brasília: IBGE.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *PNAD 2013 retrata mercado de trabalho e condições de vida no país*. Recuperado em 18 setembro 2014, de <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2722>
- International Wellbeing Group. (2006). *Personal wellbeing index—Adult*. Melbourne: Australian Centre on Quality of Life, Deakin University. Recuperado Março 13, 2014, de [http://www.deakin.edu.au/research/acqol/instruments/wellbeing\\_index.htm](http://www.deakin.edu.au/research/acqol/instruments/wellbeing_index.htm).
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2014). *Políticas Sociais Acompanhamento e Análise*. Brasília: IPEA. Recuperado em 12 de fevereiro, 2015, de [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/140930\\_bps22.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22.pdf)

- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). *Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros*. Brasília: IPEA. Recuperado em 04 de setembro, 2015, de [http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs.pdf)
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2002). A Entrevista Narrativa. In: Bauer, M., & Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 89-111). Petrópolis: Vozes.
- Kerstenetsky, C. L. (2000). Desigualdade e pobreza: Lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 113-122.
- Koller, S. H. (2008). Ethics in research with human beings: Some issues about Psychology. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13, 399-406.
- La Taille, Y. (1996). A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: Aquino, J. G. *Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- La Taille, Y. (2002a). *Vergonha: a ferida moral*. Petrópolis: Vozes.
- La Taille, Y. (2002b). O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 13-25.
- La Taille, Y. (2007). Desenvolvimento Humano: Contribuições da Psicologia Moral. *Psicologia USP*, 18(1), 11-36.
- La Taille, Y. (2009). Moralidade e violência: a questão da legitimação de atos violentos. *Temas em Psicologia*, 17(2), 329-341.
- Lacerda, F. C. C. (2009). *A pobreza na Bahia sobre o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Lane, S. T. M. (1996). Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: Campos, R. F. (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Lane, S. T. M. (1984). Linguagem, pensamento e representações sociais. In: Lane, T.M.S., & Codo, W. (Org.). *Psicologia Social: O Homem Em Movimento*. (pp. 20-39). 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lelli, S. (2001). Factor analysis vs. Fuzzy sets theory: assessing the influence of different techniques on sen's functioning approach. *Discussion Paper Series*, Center for Economics Studies. Recuperado em 16 de setembro, 2012, de <http://econpapers.repec.org/paper/wpepapers/ces0121.htm>

- Leontiev, A. N. (1978). *Desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário.
- Lima, A. F. de. (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP EDUC.
- Luttmer, E. (2005). Neighbors as negatives: Relative earnings and well-being. *Quarterly Journal of Economics*, 120, 963–1002.
- Marante, L.R.P. (2010). *A reconstrução do sentido de comunidade: Implicações teórico-metodológicas no trabalho sobre a experiência de sentido de comunidade*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação Integrado em Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Margolis, R., & Myrskylae, M. (2013). Family, money, and health: Regional differences in the determinants of life satisfaction over the life course. *Advances in Life Course Research*, 18(1), 115-126.
- Marshall, M. N. (1996). Sampling for qualitativa research. *Family Practice*, 13(6), 522-525.
- Martín-Baró, I. (1983). *Acción e ideologia: Psicología Social desde Centro America*. San Salvador: UCA editores.
- Martín-Baró, I. (1986). *Hacia uma Psicologia de la Liberación*. In: Martín-Baró, I. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta.
- Martos, T., & Kropp, M. (2012). Life Goals and Well-Being: Does Financial Status Matter? Evidence from a Representative Hungarian Sample. *Social Indicators Research*, 105, 561–568.
- Mattos, R. M., Castanho, M. I .S., & Ferreira, R. F. (2003). Contribuição de Vygotsky ao conceito de identidade: uma leitura da autobiografia de Esmeralda. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 3(1), 119-138.
- McDonald, R. P., & Ho, M. R. (2002). Principles and practice in reporting structural equation analyses. *Psychological Methods*, 7, 64-82.
- MDG Steering Group. (2008). *Achieving the Millennium Development Goals in Africa: Recommendations of the MDG Africa Steering Group, June*. Retrieved May 2009, from <http://www.mdgafrica.org/pdf/MDG%20Africa%20Steering%20Group%20Recommendations%20-%20English%20-%20HighRes.pdf>

- Minayo, M.C. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009). I Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua – Síntese de resultados. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua*. Brasília: MDS, 2009.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Plano Brasil sem miséria. Conheça o Plano*. Recuperado em 14 de junho, 2013, de <http://www.brasilsemisERIA.gov.br/apresentacao/conheca-o-plano>
- Moane, B. (2003). Bridging the Personal and the Political: Practices for a Liberation Psychology. *American Journal of Community Psychology*, 31(1/2), 91-101.
- Molon, S. I. (2010). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygostsky*. Petrópolis: Vozes.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: El método en Psicología Comunitaria*. Paidós: Buenos Aires.
- Moura Jr., J. F. (2012). *Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, 22(2), 18-28. doi: 10.5354/0719-0581.2013.30850
- Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M. & Sarriera, J. C. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85-93. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1174>
- Moura Jr., J. F., Cidade, E. C., Ximenes, V. M. & Sarriera, J. C. (2014). Concepções de Pobreza: Um Convite à Discussão Psicossocial. *Temas em Psicologia*, 22(2), 341-352.
- Moura Jr., J. F., Rebouças Júnior, F. G., Alencar, A. B., Oliveira, A. K. S. P., Pinho, A. M.M., Ximenes, V. M., & Gadelha, A. K. S. (2014). Intervención comunitaria con mujeres a partir de la actuación en Red en Psicología Comunitaria: Una

- experiencia en una comunidad en Brasil. *Psicoperspectivas*, 13(2), 133-143.  
doi:10.5027/PSICOPERSPECTIVAS-VOL13-ISSUE2-FULLTEXT-419
- Narayan, D. (2000). *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press.
- Natalino, M. A. C. (2012). Pesquisa Painel de Pobreza: Aspectos Teórico- Metodológicos da Avaliação da Estratégia Brasileira de Desenvolvimento Social. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, 4(2), 124-135.
- Newman, I., & Benz, C. R. (1998). *Qualitative-quantitative research methodology: Exploring the interactive continuum*. USA: Southern Illinois University Press.
- Offer, S. (2012). The burden of reciprocity: Processes of exclusion and withdrawal from personal networks among low-income families. *Current Sociology*, 60(6), 788-805.
- Paloutzian, R., & Ellison, C. W. (1982). 'Loneliness, Spiritual Well-Being, and Quality of Life. In Peplau, L., & Perlman, D. Loneliness: A Sourcebook of Current Theory, Research and Therapy. New York: Wiley Interscience.
- Pedersen, P.V., Grønbaek, M., & Curtis, T. (2012). Associations between deprived life circumstances, wellbeing and self-rated health in a socially marginalized population. *European Journal of Public Health*, 22(5), 647-652.
- Pereira, G. (2007). Preferencias adaptativas: un desafío para el diseño de las políticas sociales. *Revista de Filosofía Moral y Política*, 36(1), 143-165.
- Perinat, A. (2009). Mis desencuentros y mi reencuentro con Vygotsky. *Quaderns de Psicologia*, 11(1/2), 51-60.
- Perry, B. L., Pullen, E. L., & Oser, C. B. (2012). Too Much of a Good Thing? Psychosocial Resources, Gendered Racism, and Suicidal Ideation among Low Socioeconomic Status African American Women. *Social Psychology Quarterly*, 75(4), 334-359.
- Picolotto, V. C. (2006). *Pobreza e desenvolvimento sob os paradigmas da renda e das capacitações: uma aplicação para a Grande Porto Alegre através dos indicadores fuzzy*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Pino, A. S. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, 21(71), 45-78. Recuperado em 10 de março, 2012, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302000000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200003)

- PNUD, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento Humano. (1997). *Informe sobre desarrollo humano*. Recuperado em 12 de setembro, 2011, de <http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1997/capitulos/espanol/>
- PNUD, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento Humano. (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Recuperado em 12 de setembro, 2011, de <http://www.pnud.org.br/rdh/>
- Prilleltensky, I. (2003). Understanding, Resisting, and Overcoming Oppression: Toward Psychopolitical Validity. *American Journal of Community Psychology, 31*(1/2), 195-201.
- Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression, and liberation the promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology, 36*(2), 116-126.
- Prilleltensky, I., & Gonick, L. (1996). Politics change, oppression remains: On the psychology and politics of oppression. *Political Psychology, 17*, 127–147.
- Qizilbash, M. (2002). A note on the measurement of poverty and vulnerability in the south african context. *Journal of International Development, 14*, 757–772.
- Qizilbash, M., & Clark, A. (2005). The capability approach and fuzzy poverty measures: an application to the South African context. *Social Indicators Research, 74*, 103–139.
- Raditloaneng, W. N. (2009). Socialisation as a factor in poverty identity formation: a pilot casa study of the poor in selected áreas of Botswana. *Convergence, 42*(1), 77-93.
- Rego, W. & Pinzani, A. (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP.
- Ribeiro, P. J. & Cummins, R. (2008). O bem-estar pessoal: estudo de validação da versão portuguesa da escala. In: I.Leal, J.Pais-Ribeiro, I. Silva & S.Marques (Eds.). *Actas do 7º congresso nacional de psicologia da saúde*. (pp. 505-508). Lisboa: ISPA.
- Riessman, C. K. (2008). *Narrative Methods for the Human Sciences*. California: Sage.
- Robson, C. (1993). *Real World Research: A Resource for Social Sciences and Practioner-Researcher*. Oxford: Blackwell.
- Rojas, M. (2011). Poverty and psychological distress in Latin America. *Journal of Economic Psychology, 32*, 206–217.

- Roso, A. & Guareschi, P. (2007). Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisistas, *Revista de Ciências Sociais*, 26, 37-54.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2001). On Happiness and Human Potentials: a review of research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being. *Annual Review of Psychology*, 52, 141-166.
- Salama, P., & Destremau, B. (2002). *Medidas de Pobreza Desmedida: economía política de la distribución del ingreso*. Santiago: LOM Ediciones.
- Samman, E. (2007). Psychological and Subjective Wellbeing: a proposal for a internationally comparable indicators. *Working Paper Series 05*. Oxford Poverty & Human Development Initiative, OPHI, 2007. Recuperado em 16 de setembro, 2011, de <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp05.pdf>
- Samman, E. (2009). *Una Propuesta de Indicadores Internacionalmente Comparables sobre Bienestar Psicológico y Bienestar Subjetivo*. Las dimensiones faltantes de la pobreza. Oxford Poverty & Human Development Initiative, OPHI. Recuperado em 16 de setembro, 2011, de [http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Missing\\_Dimensions\\_Shortlist\\_Psych\\_Subjective\\_Wellbeing\\_July09\\_sp.pdf](http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Missing_Dimensions_Shortlist_Psych_Subjective_Wellbeing_July09_sp.pdf)
- Santos, E. S., Koller, S. H., Pilz, C., Dias, D. D., & Wagner, F. (2006). Concepções de policiais sobre crianças em situação de rua: um estudo sobre preconceito. *Psico-USF*, 11(2), 249-256.
- Sarriera, J. C. (2011). Desafios atuais na Saúde Comunitária no Brasil. In: Sarriera, J. C. (org.). *Saúde Comunitária: conhecimentos e experiências na América Latina*. Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J. C. (2015). O bem-estar sócio-comunitário: bases conceituais e de pesquisa. In: Alfarro, J. *Saúde Comunitária*. Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J. C., Abs, D., Casas, F. & Bedin, L. M. (2012). Relations Between Media, Perceived Social Support and Personal Well-Being in Adolescence. *Social Indicators Research*, 106, 545–561.
- Sawaia, B. B. (2007). Teoria Laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da Psicologia Social Histórico Humana. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 81-89.
- Schick, F. (1997). On humiliation. *Social Research*, 64(1),131-8.
- Sen, A. (1980a). Famines, *World Development*, 8, 613-620.

- Sen, A. K. (1980b). Equality of What? In: McMurrin. *Tanner lectures on human values*. Cambridge: Cambridge University Press, 195-220.
- Sen, A. K. (1983). Poor relatively speaking. *Oxford Economics Papers*, 35, 153–169.
- Sen, A. (1989). Food and Freedom. *World Development*, 17(6), 769-781.
- Sen, A. K. (1996). Capacidad y Bienestar. In: Nussbaum, M. C. & Sen, A. K. (org.) *La calidad de vida*. México: FCE.
- Sen, A. (1997). Human Capital and Human Capability. *World Development*, 25(12), 1959-1961.
- Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Sen, A. K. (2011). *A ideia de justiça*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Sen, A. (2013a). Work and Rights. *International Labour Review*, 139(2), 119–128.
- Sen, A. (2013b). What's happening in Bangladesh? *The Lancet*, 382, 1966-1968.  
<http://dx.doi.org/10.1016/>
- Smith, J., Harré, R., & Langenhove, L. V. (1995). *Rethinking Psychology*. Sage: London.
- Smith, L., & Romero, S. (2010). Psychological Interventions in the Context of Poverty: Participatory Action Research as Practice, *American Journal of Orthopsychiatry*, 80(1), 12–25.
- Smyth, R., Nielsen, I., & Zhai, Q. (2010). Personal Well-being in Urban China. *Social Indicators Research*, 95, 231–251
- Soares, S. S.D. (2009). *Metodologias para Estabelecer a Linha de Pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensional*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Stake, R. E. (1994). Case Studies. In: Denzin, N & Lincoln, G. *Handbook of Qualitative Research*. Sage: Londres.
- Teschl, M., & Comim, F. (2005). Adaptive Preferences and Capabilities: Some Preliminary Conceptual Explorations. *Review of Social Economy*, 63(2), 229-247.
- Tiliouine, H., Cummins, R. A., & Davern, M. (2006). Measuring wellbeing in developing countries: The case of Algeria. *Social Indicators Research*, 75, 1–30.
- Tomyn, A. J., Tyszkiewicz, M. D. F. & Cummins, R. A. (2013). The Personal Wellbeing Index: Psychometric Equivalence for Adults and School Children. *Social Indicators Research*, 110, 913–924. DOI 10.1007/s11205-011-9964-9

- Vazquez, J. J., & Panadero, S. (2009). Atribuciones causales de la pobreza en los países menos desarrollados. *Perfiles Latinoamericanos*, 34(1), 125-140
- Veenhoven, R. (1994). El estudio de la satisfacción con la vida. *Intervención Psicosocial*, 3(1), 87-116.
- Vygotsky, L. S. (2001). *A construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L.S. (2004). O significado histórico da crise da psicologia. In Vygotsky, L. S. *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Walton, O. (2011). Self esteem, shame and poverty. *Help Desk Research Report*. Governance and Social Development Resource Centre, GSDRC. Recuperado em 20 de maio, 2012, de <http://www.gsdr.org/docs/open/HD788.pdf>
- Walton, O. (2011). *Self esteem, shame and poverty*. Help Desk Research Report. Governance and Social Development Resource Centre, GSDRC. Recuperado em 20 de maio, 2012, de <http://www.gsdr.org/docs/open/HD788.pdf>
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2014: jovens do Brasil*. FLASCO: Rio de Janeiro. Recuperado em 20 de fevereiro, 2015, de [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil\\_Preliminar.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf)
- Wang, X., Shang, X., & Xu, L. (2011). Subjective Well-being Poverty of the Elderly Population in China, *Social Policy & Administration*, 45(6), 714–731.
- Watson, D., Clark, L. & Tellegen, A. (1988). ‘Development and Validations of Brief Measures of Positive and Negative Affect: The PANAS Scales’. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54(6), 1063.
- Webb, D. (2009). Subjective wellbeing on the Tibetan Plateau: An exploratory investigation. *Journal of Happiness Studies*, 10(6), 753–768.
- Wilkinson, R. G., & Pickett, K. E. (2006). Income inequality and population health: A review and explanation of the evidence. *Social Science and Medicine*, 62, 1768–1784.
- Zavaleta, D. R. (2007). *The Ability to go About Without Shame: A Proposal for Internationally Comparable Indicators*. Working Paper 03 OPHI .Oxford Poverty & Human Development Initiative, OPHI. Recuperado em 16 de setembro, 2011, de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03/>

Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade Metodológica das Revisões Sistemáticas em Periódicos de Psicologia Brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104.

## Anexo A – Termo de Consentimento Quantitativo



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)



Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Caro participante

Gostaria de obter a sua autorização para realização de uma entrevista com o intuito de contribuir com esta pesquisa sobre o Bem Estar que objetiva compreender a vida das pessoas que vivem na sua situação. A finalidade desse trabalho é contribuir com informações que auxiliem na elaboração de políticas públicas com uma maior atenção às suas necessidades como usuário e interesses sociais.

A sua participação será respondendo a um questionário com algumas perguntas. O entrevistador poderá lê-las para você ou auxiliar na sua leitura caso necessite de ajuda. Esta participação não pretende atrapalhar suas atividades rotineiras. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. No entanto, caso necessite, há a possibilidade de encaminhamento para serviços especializados em Assistência Social e Psicologia nas Unidades Básicas do Grupo Conceição na sua comunidade. Igualmente, se for da sua necessidade, também poderá ser direcionado para atendimento na Clínica de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Você terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa através dos seguintes contatos do pesquisador responsável, psicólogo James Ferreira Moura Junior sob orientação do Professor Jorge Castellá Sarriera, pelo telefone (51) 96048306 (você pode fazer ligações a cobrar caso necessário). Os questionários preenchidos serão arquivados na sala 122 do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O material será destruído após o período de cinco anos. Na publicação dos resultados desta pesquisa a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e serão omitidas todas as informações que permitam identificá-los(as).

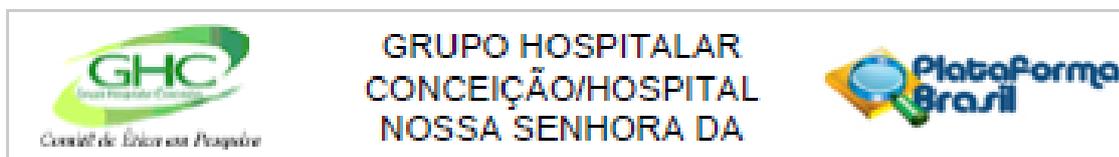
Esta investigação foi submetida ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia/UFRGS, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600 na cidade de Porto Alegre com o número de telefone (51) 3308-5066 e e-mail: [cep-psico@ufrgs.br](mailto:cep-psico@ufrgs.br); e ao Comitê de Ética em Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição, localizado na Av. Francisco Trein, 596, Bloco H, 3º Andar, em Porto Alegre com o telefone 33372407 e e-mail: [cep-ghc@ghc.com.br](mailto:cep-ghc@ghc.com.br). Os procedimentos previstos obedecem aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Orientador: Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera

\_\_\_\_\_  
Doutorando: James Ferreira Moura Jr.

O abaixo-assinado, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos, declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive oportunidade de fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste Termo.

## Anexo B – Documento de Aprovação do Comitê de Ética



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal

**Pesquisador:** James Ferreira Moura Junior

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 10952213.6.3001.5530

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFRGS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 598.374-0

**Data da Relatoria:** 20/02/2013

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de Tese de Doutorado que visa compreender a pobreza além da insuficiência de renda a partir de uma pesquisa de delineamento misto dividida em dois estudos realizados em Porto Alegre nos territórios das Unidades Básicas de Saúde do Grupo Hospitalar Conceição: uma pesquisa de levantamento com 400 pessoas na cidade de Porto Alegre com fins de identificar os níveis de pobreza multidimensional, de bem estar e de vergonha e de humilhação a partir da aplicação de um questionário em adultos situados abaixo da linha de pobreza; o segundo estudo terá a perspectiva qualitativa utilizando Entrevista Narrativa Biográfica com 16 pessoas que participaram do estudo quantitativo.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Primário:** Analisar o impacto da vergonha e da humilhação causada pela pobreza no bem estar pessoal de indivíduos pobres da cidade de Porto Alegre/RS;

**Secundários:**

- Identificar os índices de Pobreza Multidimensional, de vergonha e de humilhação e de bem estar pessoal de uma amostra de indivíduos em situação de pobreza;
- Descrever as relações entre os indicadores de Pobreza Multidimensional e os indicadores de vergonha e humilhação;
- Descrever as relações entre os indicadores de vergonha e humilhação e de bem estar pessoal;

**Endereço:** Francisco Train, 598 - Bloco H, 3º andar, Escola GHC (HNSC), sala 11  
**Bairro:** CRISTO REDENTOR **CEP:** 91.350-200  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3357-2407 **Fax:** (51)3357-2407 **E-mail:** cep-ghc@ghc.com.br



GRUPO HOSPITALAR  
CONCEIÇÃO/HOSPITAL  
NOSSA SENHORA DA



Continuação do Parecer: 598.374-0

- Desenvolver um modelo exploratório da relação entre Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal a partir dos indicadores de vergonha e de humilhação;
- Descrever as trajetórias coletivas de indivíduos pobres;
- Compreender como se apresenta a vergonha e a humilhação no indivíduo pobre;
- Comparar as trajetórias coletivas de indivíduos pobres a partir de diferentes disposições dos índices de pobreza multidimensional, de bem estar pessoal e de vergonha e de humilhação;
- Propor uma estratégia de Intervenção Social para superação dos efeitos psicológicos e psicossociais da Pobreza e na promoção do Bem-estar Pessoal.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O pesquisador considera que as escalas aplicadas no Estudo I juntamente com as entrevistas realizadas no Estudo II poderão desencadear constrangimentos a alguns participantes, mas se compreende que essas situações serão raras e, caso ocorram, serão tomados os devidos cuidados como: Interrupção da entrevista ou da aplicação; encaminhamentos para serviços de apoio psicológico do conhecimento do pesquisador responsável.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Projeto bem formulado, com temática relevante para o campo das Políticas Públicas e atendendo aos requisitos éticos propostos pela resolução 196.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentados todos os termos de apresentação obrigatórios.

**Recomendações:**

Citar no TECLE, quais os serviços de atendimento psicológico servirão de referência em caso de necessidade;

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

As recomendações feitas ao pesquisador foram acatadas. Projeto aprovado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Projeto no qual GHC é coparticipante. O parecer de pendente foi enviado por email ao pesquisador

Endereço: Francisco Trein, 598 - Bloco H, 3º andar, Escola GHC (HN3C), sala 11  
Bairro: CRISTO REDENTOR CEP: 91.350-200  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51)3357-2407 Fax: (51)3357-2407 E-mail: csp-ghc@ghc.com.br



GRUPO HOSPITALAR  
CONCEIÇÃO/HOSPITAL  
NOSSA SENHORA DA



Continuação do Parecer: 598.374-0

que retomou com as pendências sanadas e por isso recebeu parecer de aprovado. Documentos anexados pelo CEP-GHC na Plataforma Brasil.

PORTO ALEGRE, 11 de Abril de 2014

---

Assinado por:  
Daniel Demétrio Faustino da Silva  
(Coordenador)

Este parecer reemitido substitui o parecer número 598374 gerado na data 12/04/2013 22:46:06, onde o número CAAE foi alterado de 10952213.6.0000.5334 para 10952213.6.3001.5530.

Endereço: Francisco Trein, 598 - Bloco H, 3º andar, Escola GHC (HNSC), sala 11  
Bairro: CRISTO REDENTOR CEP: 91.350-200  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51)3357-2407 Fax: (51)3357-2407 E-mail: cep-ghc@ghc.com.br

Página 03 de 03

## Anexo C – Roteiro de Questões da Entrevista Episódica

Roteiro de perguntas a partir das dimensões de análise planejadas na entrevista episódica

Perguntas	Dimensões
01. Primeiro, o que significa uma vida boa para você? O que você associa com uma vida boa?	Agência
02. Você se sentiu em algum momento da sua vida impedido de fazer ou de ser algo? Voltando ao passado, será que você poderia dizer como foi essa situação?	Agência
03. Você se sentiu em algum momento da sua vida impedido de fazer ou de ser algo por conta da falta de dinheiro? Voltando ao passado, será que você poderia dizer como foi essa situação?	Pobreza/Agência
04. O que significa vergonha para você? O que você associa com a palavra vergonha?	Vergonha
05. E qual foi o momento que você mais se sentiu humilhado? Poderia, por favor, falar-me dessa situação?	Humilhado
06. Você se sentiu em algum momento da sua vida envergonhad@ por conta da falta de dinheiro? Voltando ao passado, será que você poderia dizer como foi essa situação?	Vergonha/Pobreza
07. Você acha que, no seu dia a dia, as pessoas se sentem envergonhadas por não ter dinheiro?	Vergonha/Pobreza
08. Você se sentiu em algum momento da sua vida humilhad@ da falta de dinheiro? Voltando ao passado, será que você poderia dizer como foi essa situação?	Humilhação/Pobreza
09. Qual foi a primeira vez que sentiu envergonhad@? Voltando no tempo, será que você poderia dizer como foi essa situação?	Vergonha
10. E qual foi o momento que você mais se sentiu envergonhado? Poderia, por favor, falar-me dessa situação?	Vergonha
11. O que significa humilhação para você? O que você associa com a palavra humilhação	Humilhação
12. Qual foi a primeira vez que se sentiu humilhad@? Voltando no tempo, será que você poderia dizer como foi essa situação?	Humilhação
13. Na sua opinião, quem são as pessoas que mais humilham os pobres? E por que isso acontece?	Humilhação/Pobreza

- 
14. Você acha que, no seu dia a dia, as pessoas são humilhadas por não ter dinheiro? Humilhação/Pobreza
15. O que seria uma vida com liberdade? Agência
16. Como foi essa conversa? Você acha que conseguiu apresentar seu ponto de vista? Esta conversa lhe trouxe algum aborrecimento? Você tem alguma recomendação para nós? Agência
-

## Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Qualitativo



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Caro participante

Gostaria de obter a sua autorização para realização de uma entrevista com o intuito de contribuir com esta pesquisa sobre o Bem Estar Pessoal que objetiva compreender a vida das pessoas que vivem na sua situação. A finalidade desse trabalho é contribuir com informações que auxiliem na elaboração de políticas públicas com uma maior atenção às suas necessidades como usuário e interesses sociais.

A sua participação será respondendo as perguntas do entrevistador. Vou solicitar que responda algumas perguntas e narre alguns fatos. Quando você se sentir a vontade, poderá acrescentar algo que considere importante e que não lhe foi perguntado. Esta participação não pretende atrapalhar suas atividades rotineiras. Você pode obter benefícios, pois, quando você conta sua história de vida para alguém, pode notar algumas coisas que não tinha percebido em sua narrativa. Também, pode perceber de forma diferente algum acontecimento que viveu. Você terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. No entanto, caso necessite, também poderá ser direcionado para atendimento na Clínica de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Você terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa através dos seguintes contatos do pesquisador responsável, psicólogo James Ferreira Moura Junior sob orientação do Professor Jorge Castellá Sarriera, pelo telefone (51) 96048306 (você pode fazer ligações a cobrar caso necessário). Os questionários preenchidos serão arquivados na sala 122 do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fone: 33085239. O material será destruído após o período de cinco anos. Na publicação dos resultados desta pesquisa a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e serão omitidas todas as informações que permitam identificá-los(as).

Esta investigação foi submetida ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia/UFRGS, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600 na cidade de Porto Alegre com o número de telefone (51) 3308-5066 e e-mail: [cep-psico@ufrgs.br](mailto:cep-psico@ufrgs.br); e ao Comitê de Ética em Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição, localizado na Av. Francisco Trujillo, 596, Bloco H, 3º Andar, em Porto Alegre com o telefone 33372407 e e-mail: [cep-ghc@ghc.com.br](mailto:cep-ghc@ghc.com.br). Os procedimentos previstos obedecem aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Atenciosamente,

  
Orientador: Prof. Dr. Jorge Castellá Sarriera

  
Doutorando: James Ferreira Moura Jr.

O abaixo-assinado, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos, declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive oportunidade de fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste Termo.

\_\_\_\_\_  
Fone: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(Assinatura do participante)